UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ENTRE A PRÁTICA E O DISCURSO:
a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea

Marina Toneli Siqueira

SÃO PAULO, 2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Entre a prática e o discurso:
a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea

Dissertação apresentada por **Marina Toneli Siqueira** sob a orientação da **Profa. Dra Maria Irene Szmrecsanyi** ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração **História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo**, como parte dos requisitos necessários para obtenção do **título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo**.

SÃO PAULO, 2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL:marinasiq@yahoo.com.br

Siqueira, Marina Toneli
S618e Entre a prática e o discurso: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea / Marina Toneli Siqueira. - - São Paulo, 2008.
207 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi.

1.Planejamento territorial urbano – Florianópolis (SC) 2.Modernidade 3.Pós-modernidade I. Título

CDU 711.4(816.41)

À minha mãe,

Não só por sua paixão pela pesquisa e pela docência, ensinando-me os caminhos tortuosos da vida acadêmica e de sua luta por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Não só pela lição de sua vida, na qual sempre rimou ética com doçura.

Não só por ensinar que muitas vezes precisamos de um pouco mais de fé e de paixão em nossas realidades tantas vezes frustrantes e decepcionantes.

Mas, principalmente, por ser *Mãe*.

AGRADECIMENTOS

Sem qualquer medo de resvalar em um sentimentalismo barato, é preciso agradecer. Esta dissertação e o caminho que trouxe a ela só foram possíveis porque pessoas e instituições acreditaram e apoiaram, de diferentes formas, sua concretização.

Primeiramente, gostaria de esclarecer a todos os amigos e familiares que não pretendo agradecer aqui a sua colaboração e apoio, fundamentais no desenvolvimento deste trabalho. Foram tantos e tão especiais o carinho e as experiências que compartilhamos juntos que sinto o risco de não responder à altura. De qualquer maneira, fica aqui o meu reconhecimento e meu comprometimento, sincero e alegre, com minha dívida de retribuir a tudo e a todos.

É imprescindível agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e toda sua estrutura acadêmica e administrativa pela oportunidade enriquecedora tanto profissional quanto pessoalmente. Em especial, o meu sincero reconhecimento aos colegas e professores que tanto contribuíram para a evolução do projeto de pesquisa consolidado nesta dissertação.

Agradeço profundamente a orientadora tanto da pesquisa quanto da experiência de morar na capital paulista, Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi. Sem ao menos conhecê-la anteriormente, fui acolhida e guiada de maneira magistral ao longo deste percurso. Não tenho palavras para expressar o quanto a admiro. A você e a todos os membros do grupo de pesquisa "*Da (so)ci(e)dade moderna à pós-moderna: permanências, rupturas, conflitos*" que tive o orgulho e o prazer de fazer parte, constatando que nossos laços seguem além de nossos trabalhos, o meu muito obrigada por tudo.

Aos membros da banca examinadora, Profa. Dra. Ana Fani Carlos e Prof. Dr. Eduardo Cusce Nobre, agradeço pelas contribuições de enorme relevância para o resultado final desta pesquisa e pela paciência e generosidade em compartilhar seus conhecimentos com quem ainda está "engatinhando" pelo mundo acadêmico.

Por fim, não poderia deixar de mencionar o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, instituição de extrema credibilidade e responsabilidade que, sempre acreditando e investindo na pesquisa científica brasileira, tornou a dedicação exclusiva a este trabalho possível.

RESUMO

O presente trabalho procura compreender as transformações ocorridas em Florianópolis ao longo das últimas décadas, em especial no que diz respeito ao discurso sobre a mesma e aos espaços considerados seus símbolos. O objeto deste trabalho, portanto, é o processo singular de formação da cidade em sua materialidade e vida social sob a égide de uma nova lógica cultural que domina o capitalismo contemporâneo. Por um lado, o trabalho procura relacionar as mudanças efetivas quando da crítica e contestação do projeto moderno às transformações ocorridas no campo específico do planejamento urbano. Por outro, reconhecendo a especificidade do período contemporâneo, dito pós-moderno, procurou-se primeiramente compreender os diversos estudos realizados sobre a temática para, por fim, poder remetê-las à realidade florianopolitana.

Foram analisadas as dinâmicas da teoria urbana paralelamente ao desenvolvimento de Florianópolis e seus modelos de gestão e planejamento urbano, enfatizando a formação de novos espaços "simbólicos", seu conteúdo e sua forma de apropriação. Foi focalizada a confluência de três campos distintos: as gestões municipais, os interesses econômicos atuantes na cidade e a população local – que também poderia ser categorizada de acordo com os interesses próprios de cada camada social. Ademais, deve-se distinguir entre as dinâmicas da teoria urbana, constitutivas, e o planejamento urbano, normativo. Portanto, a análise de diversas variáveis condicionantes pode gerar diferentes aproximações das determinações do espaço simbólico, mas se buscou um conhecimento que as sintetize.

Como resultado final da pesquisa, espera-se realizar considerações acerca das transformações ocorridas a partir da emergência da pós-modernidade na arquitetura e no urbanismo, enfatizando a problemática do projeto de pesquisa, ou seja, os espaços simbólicos. Em relação à Florianópolis, expõe-se o vigor do teor das transformações ocorridas nas últimas décadas na cidade reveladas pela emergência da pós-modernidade em sua arquitetura, em seu planejamento urbano e no papel das ideologias de consumo na constituição de seus mais recentes espaços simbólicos identitários. Compreendendo que o período tratado, a pós-modernidade, e os espaços simbólicos, em especial se há a possibilidade de sua formação a partir da emergência daquela, são áreas polêmicas e ainda sujeitas a aprofundamentos, a postura deste trabalho é proporcionar mais uma forma de acesso e compreensão da temática.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade, pós-modernidade, planejamento urbano, espaços simbólicos, Florianópolis/SC.

ABSTRACT

This research aims to understand the transformations that *Florianópolis* has been passing in the last decades, mainly in the speech about it and in the spaces considered its symbols. The object of this work, therefore, is the unique process of the city's formation in its materiality and social life under the influence of a new cultural logic that dominates the contemporary capitalism. On the one hand, the work intends to relate the changes derivate from the criticism to the modern project to the ones occurred in the specific field of the urban planning. On the other hand, recognizing the specificity of the contemporary period, called post-modern, it seeks to understand the diverse studies carried through on the thematic to, finally, be able to relate them with the local reality.

Were analyzed the dynamics of urban theories and the urban development of *Florianópolis*, as well as its models of urban governance and planning, emphasizing the formation of new symbolic spaces, its meaning and form of appropriation. It was focused the confluence of three distinct fields: the municipal managements and the urban policy; the economic interests operating in the city; and the local population, that also could be categorized in accordance with the proper interests of each social class. It also distinguishes the dynamic of the urban theory and the proper urban planning, the urban legislation.

As result, this research expects to have contributed with considerations about the transformations in architecture and urban planning since the emergence of post-modernity, emphasizing the symbolic spaces. For the *Florianópolis'* reality, it is expected to comprehend its social and urban development correlated with the characterization of its symbolic spaces - which, why and for whom they are symbolic. Since post-modernity and symbolic spaces are highly polemical research areas, in especial if there is the possibility of the formation of new symbolic spaces in this period, this work intends to propitiate a new approach and understand better this reality.

KEY-WORDS: modernity, post-modernity, urban planning, symbolic spaces, Florianópolis/SC.

LISTA DE IMAGENS

Imagem..... página

Imagem 01 e 02 – Palácio de Cristal de Joseph Paxton..... 33
Imagem 03 – Estudo da cidade jardim de Howard..... 35
Imagem 04 – Estudo da Broadacre-City, planejada por Frank L. Wright..... 35
Imagem 05 – Modelo da cidade industrial de Tony Garnier..... 36
Imagem 06 – Um dos mais conhecidos conjuntos habitacionais do período - Karl Marx Hof (Austria/1930..... 36
Imagem 07 – Ville Savoye de Le Corbusier: considerada uma habitação construída para o automóvel..... 36
Imagem 08 – Plano Voisin de Le Corbusier para Paris..... 37
Imagem 09 – Plano Obus de Le Corbusier para Argel..... 37
Imagem 10 – Esboço de Le Corbusier para o Rio de Janeiro..... 37
Imagem 11 – Seagran Building em Nova York: projeto de Mies van der Rohe considerado marco do "estilo internacional"..... 38
Imagens 12 e 13 - Plano de Chandigarh e Prédio da Assembléia (Le Corbusier)..... 39
Imagens 14 e 15 - Plano Piloto de Brasília (Lúcio Costa) e Palácio do Planalto (Oscar Niemeyer)..... 39
Imagem 16 - Localização e mapa de Florianópolis..... 40
Imagens 17 e 18 - Mapas antigos da Ilha de Santa Catarina (século XVII)..... 41
Imagem 19 - Mapa da Vila Capital de Santa Catarina, demonstrando o núcleo inicial (1774)..... 42
Imagem 20 - Esquema de vilas, freguesias e fortalezas..... 45
Imagem 21 - Esquema das áreas comunais..... 46
Imagem 22 - Gravura de Franklin Cascaes ilustrando "atividades bruxólicas"..... 47
Imagem 23 - Gravura ilustrativa da sede da vila no final do século XVIII..... 48
Imagem 24 - Mapa da Vila de Desterro em 1819..... 48
Imagem 25 - O porto de Florianópolis no início do século XX..... 49
Imagem 26 - Mapa de Desterro em 1876..... 51
Imagem 27 - Praça XV de Novembro no final do século XIX..... 51
Imagem 28 - Sobrado de Desterro..... 52
Imagem 29 - Ocupação ao leste da praça e subindo o Morro da Cruz..... 53
Imagem 30 - Praça XV de Novembro em 1907..... 53
Imagem 31 - Primeiro Mercado Público Municipal, entre 1898 e 1935..... 53
Imagem 32 - Ponte e antigo atracadouro na primeira metade do século XX..... 54
Imagem 33 - A cidade real..... 56
Imagem 34 - A cidade planejada 56
Imagem 35 - Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis. 58
Imagem 36 - Retomada do projeto elaborado no Plano Diretor de 1955 para o Centro

Metropolitano no plano da década de 1970..... 59
Imagem 37 - Obras de aterramento da Avenida Beira-Mar Norte durante a década de 1970..... 60
Imagem 38 - Relação do centro de Florianópolis com o mar antes do aterramento da Baía Sul..... 60
Imagem 39 - Obras de aterramento da Baía Sul..... 60
Imagem 40 – Ocupação "detrás do Morro" na década de 1950..... 61
Imagem 41 – Ocupação "detrás do Morro" na década de 1990..... 61
Imagens 42 e 43 – Vista do centro de Florianópolis a partir do continente na década de 1950 e 1990..... 62
Imagem 44 e 45 – Seaside na Flórida/EUA e um dos modelos de residência em Celebration na Flórida/EUA..... 84
Imagem 46: Projeto Walking City de Archigram..... 86
Imagem 47: Aronoff Center, Universidade de Cincinnati..... 86
Imagem 48: Biblioteca Pública em Seattle de Rem Koolhaas..... 86
Imagem 49 - Piazza D´Itália em New Orleans de Charles Moore..... 87
Imagem 50: Il Teatro del Mundo de Aldo Rossi em Veneza..... 87
Imagens 51, 52 e 53: Novas estruturas para Barcelona: vista da orla, Vila Olímpica e Fórum das Culturas..... 89
Imagens 54 e 55: Docklands em Londres..... 91
Imagem 56: Centro Pompidou de Piano e Rogers..... 92
Imagem 57: Guggenheim Museum Bilbao de Frank Gehry..... 92
Imagens 58 e 59: Exemplos brasileiros: Região da Luz em São Paulo..... 93
Imagem 60: "Arquitetura de ferro" do SoHo em Nova Yorque renovada para abrigar comércios, serviços e habitações de luxo..... 95
Imagem 61: Sony Center em Berlim..... 95
Imagem 62 – Localização de Florianópolis e dos municípios de sua região metropolitana... 97
Imagem 63 – Ocupação atual de Florianópolis e áreas próximas..... 98
Imagem 64 - Remanescentes da ocupação colonial: parcelamento do solo perpendicular às encostas..... 100
Imagem 65 – Ocupação desordenada subindo as encostas do Morro da Cruz – Trindade e Serrinha..... 100
Imagem 66 - Miramar..... 101
Imagem 67 - Ocupação "detrás do Morro" – vista da UFSC, dos bairros Trindade, Córrego Grande e, ao fundo, Parque São Jorge e Santa Mônica. 101
Imagem 68 - Praia dos Ingleses: uma das mais afetadas pelo desenvolvimento turístico..... 103
Imagem 69 - Vista da Planície do Campeche..... 104
Imagem 70 - Vista do centro de Florianópolis a partir do Morro da Cruz..... 105
Imagem 71 - Ribeirão da Ilha..... 106
Imagem 72 - Costão do Santinho – nomeado o melhor resort do país por diversas revistas

especializadas..... 106
Imagem 73 - Índice de desenvolvimento humano por bairros de Florianópolis no ano 2000..... 107
Imagem 74 e 75 – Algumas das novas intervenções viárias na idade: Elevado Francisco Dias Velho e a entrada na ilha, Túnel do Penhasco e aterro na Via Expressa Sul..... 108
Imagem 76 – Praia de Canasvieiras: a preferida dos turistas dos países do Cone Sul..... 113
Imagem 77 - Rendeira: valorização da cultura local para o turismo..... 113
Imagem 78 - Praia Brava: balneário da elite..... 113
Imagem 79 – O trabalho (a pesca) convivendo com o lazer e o turismo na Barra da Lagoa 114
Imagem 80 – Canto da Lagoa: transformações rápidas na sua estrutura sócio-espacial..... 115
Imagem 81 – Estruturador da cultura manezinha: o mar..... 120
Imagens 82 e 83 - Alguns aspectos da cultura manezinha: boi de mamão e festa do divino 121
Imagens 84 e 85 - Aspectos culturais remanescentes: jogo de dominó e carro de boi..... 122
Imagem 86 - Casario e placas turísticas no Ribeirão da Ilha..... 144
Imagem 87 - Localização do Ribeirão da Ilha em relação à porção Sul da Ilha e ao Distrito Sede..... 145
Imagem 88: comunidades do Distrito do Ribeirão..... 145
Imagem 89 e 90 - Cenas do interior da Ilha no início do século XX..... 146
Imagem 91 - Moles do Porto do Contrato em segundo plano e placa do restarurante que ocupa sua área atualmente..... 147
Imagem 92: Núcleo inicial do Ribeirão da Ilha 148
Imagens 97, 98 e 99 - Igreja Nossa Senhora da Lapa e, ao seu lado, Império do Divino Espírito Santo..... 149
Imagens 100 e 101 - Tipologias: casa isolada luso-brasileira e edificações em fita..... 149
Imagem 102 - Tipologias: residência eclética..... 150
Imagens 103, 104 e 105 – Padrões de ocupação no Ribeirão da Ilha: casario ao redor da praça principal, edificações em fita e ocupação esparsa..... 150
Imagens 106 e 107 - Descaracterização do Império ou Teatro do Divino Espírito Santo: construção do prolongamento aos fundos e, internamente, uma loja de artesanato..... 156
Imagens 108 e 109 - Descaracterização pública: iluminação fixada na edificação e poluição visual com placas e ponto de ônibus..... 157
Imagens 110, 111 e 112 - Transformações sócio-espaciais: privatização da orla por casas de veraneio e restaurantes, ocupação subindo a encosta e conjuntos residenciais para novos moradores..... 158
Imagem 113 - As imagens de satélite já apontam as diversas “fazendas” de maricultura (linhas paralelas, finas e brancas ao longo do mar)..... 159
Imagens 114, 115 e 116 - Trabalhador nas fazendas de ostras a perder de vista e ponto de venda de ostras com tele-entrega..... 160
Imagens 117 - Localização dos principais elementos organizadores do espaço..... 161
Imagens 118 e 119 - Casa de 1922 onde funciona o Ecomuseu do Ribeirão e prédio principal da Escola Estadual Dom Jaime de Barros Câmara..... 162

Imagem 120 - Associação Comunitária..... 163
Imagem 121 - Orla com espaço de lazer e mesas para jogos..... 163
Imagem 122 - Rodovia Baldicero Filomeno tomada por comércios e serviços..... 164
Imagem 123 e 124 - Espaços de convívio social..... 164
Imagem 125, 126, 127 e 128 - Diversos tipos de modificações na mesma edificação: cores, luminária, novas aberturas e novos elementos, como muro e expansão..... 167
Imagem 129, 130 e 131 - Mais exemplos de descaracterizações das edificações históricas no Ribeirão da Ilha, de iniciativa tanto pública quanto privada..... 168
Imagem 132 – Propaganda da "exclusividade" de Jurerê Internacional..... 169
Imagens 133 e 134: Localização de Jurerê Internacional em relação ao Distrito Sede e bairros vizinhos..... 170
Imagens 135, 136 e 137 - Rua dos Búzios, Caminho dos Namorados e caminhos internos 172
Imagem 138 - *Beach Village*..... 173
Imagem 139 - *Open Shopping*..... 173
Imagem 140 - Posto da Polícia Militar..... 173
Imagem 141 - Central de Segurança do residencial..... 173
Imagem 142 - Pátio Jurerê..... 174
Imagens 145 e 146 - Residências mais antigas de Jurerê..... 175
Imagens 147, 148, 149 e 150 - Residências predominantes: estilo importado..... 176
Imagem 151 - Reserva Ecológica Carijós..... 178
Imagem 152 - Restinga de Jurerê. 178
Imagens 153 e 154 - Forte da Ponta Grossa e ocupação próxima..... 178
Imagem 155 - *Il Campanário*..... 179
Imagem 156 - *Kioskes* na praia..... 182
Imagem 157 - Casa noturna..... 182
Imagem 158 - Capa da Folha de Jurerê 37 (Jornal da AJIN) de abril /2007..... 182
Imagens 159, 160 e 161 - Residências de Jurerê Internacional..... 184
Imagens 162, 163 e 164 - Residências de Jurerê Internacional..... 185

LISTA DE TABELAS

Tabela..... página

Tabela 01 – Crescimento absoluto de Florianópolis até a década de 1980..... 62

Tabela 02 – Porcentagem total de crescimento da população de Florianópolis até a década de 1980..... 62

Tabela 03 – Composição da economia de Florianópolis e empregos gerados por setor..... 97

Tabela 04 – População total de Florianópolis e municípios vizinhos..... 98

Tabela 05 – Taxa de crescimento anual de Florianópolis e municípios vizinhos..... 98

Tabela 06 – Crescimento absoluto de Florianópolis por distritos..... 102

Tabela 07 – Porcentagem de crescimento da população de Florianópolis por distritos..... 103

Tabela 08 – Crescimento absoluto de Florianópolis entre Distrito Sede e balneários..... 115

Tabela 09 – Porcentagem de crescimento de Florianópolis entre Distrito Sede e balneários. 115

TABELA 10 – População e taxa de crescimento anual do Distrito do Ribeirão da Ilha..... 151

TABELA 11 – Comparativo de população e crescimento total da população entre o Distrito do Ribeirão da Ilha e a cidade de Florianópolis..... 152

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS..... I
RESUMO..... II
ABSTRACT..... III
LISTA DE IMAGENS..... IV
LISTA DE TABELAS..... VIII

INTRODUÇÃO..... 01

CAPÍTULO 1 – modernidade e pós-modernidade: o debate inicial..... 07

1.1. emergência da pós-modernidade..... 08
1.2. manutenção e necessidade de revisão do projeto moderno..... 10
1.3. modificação em parâmetros específicos com a formação de uma condição pós-moderna..... 12
1.4. primeiras considerações na arquitetura e no urbanismo..... 16
1.5. considerações finais do capítulo..... 18

CAPÍTULO 2 – indagações sobre a modernidade em Florianópolis..... 20

2.1. uma delimitação conceitual: afinal o que é modernidade?..... 21
2.1.1. a afirmação da modernidade: olhares sócio-culturais..... 22
2.1.2. da alta modernidade: olhares político-econômicos..... 26
2.1.3. da modernidade à pós-modernidade: encaminhamentos..... 30
2.1.4. considerações acerca da modernidade em arquitetura e urbanismo..... 32

2.2. modernidade (a la) florianopolitana..... 40
2.2.1. de Desterro a Florianópolis..... 40
2.2.2. a modernização acelerada (1926 - 1981)..... 54

2.3. considerações finais do capítulo..... 63

CAPÍTULO 3 – entre a saudade da vila e a vontade de ser metrópole: Florianópolis sob a pós-modernidade..... 67

3.1. a formação de uma condição pós-moderna..... 68
3.1.1. principais aspectos..... 68
3.1.2. novos parâmetros: questões pós-modernas na arquitetura e no urbanismo..... 81

3.2. pós-modernidade florianopolitana..... 96
3.2.1. o planejamento urbano e o marketing da cidade..... 101
3.2.2. o turismo vai ao paraíso..... 109
3.2.3. a revanche do desejo de industrialização: a indústria de alta tecnologia..... 118
3.2.4. entre manezinhos e *haules*: os conflitos sócio-espaciais..... 120

3.3. considerações finais do capítulo..... 124

CAPÍTULO 4 – desdobramentos pós-modernos entre os espaços simbólicos florianopolitanos 130

4.1. o que há de simbólico na arquitetura e no urbanismo..... 131

4.2. símbolos florianopolitanos: quais, por quem e para quem?..... 141
4.2.1. Ribeirão da Ilha..... 144
. de freguesia a bairro..... 146
. agentes e relatos..... 161
4.2.2. Jurerê Internacional..... 169
. um modelo inédito..... 170
. AJIN X Habitasul: poderes locais..... 180
. cotidiano local..... 183

4.3. considerações finais do capítulo..... 186

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 190

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS..... 197

INTRODUÇÃO

Paulo Rizzo, após analisar cuidadosamente os planos e os discursos sobre Florianópolis até meados da década de 1980, na conclusão de sua dissertação assim dizia:

> "[*há esta] tendência contraditória ao fim do planejamento, a privatização cada vez maior do poder, a privatização do público, a destruição do meio ambiente. Um futuro incerto de uma cidade cada vez mais voltada para o presente. Nos últimos anos, Florianópolis vem entrando na pós-modernidade*" (RIZZO, 1993).

Após as décadas considerados de ouro nos países centrais da civilização ocidental com o pós-guerra abrindo caminho para a reconstrução das cidades através dos princípios do chamado alto modernismo na arquitetura e no urbanismo; com a política pautada no *wellfare state* e a difusão da economia da produção e consumo de massa, impulsionada através de inovações tecnológicas que popularizavam inventos eletrodomésticos, como a televisão que tornou possível a primeira visão dos horrores da guerra (Guerra do Vietnã); com as ampliações nas esferas dos direitos trabalhistas e sociais; após, enfim, de séculos em busca da racionalidade e da universalidade nas diversas esferas da vida, o projeto modernista entrou em colapso a partir da sua crítica. Sua crise decisiva é muitas vezes associada às revoluções estudantis (1968), ao enriquecimento brusco do petróleo e do que foi chamado de sua crise (1973), ao declínio do lucro das empresas levando aos desenvolvimentos organizacionais e tecnológicos na esfera produtiva (flexibilização, automação e informatização), bem como aos avanços geográficos do capitalismo (globalização) ou, ainda, ao próprio desvirtuamento ou esgotamento das premissas modernas em um mundo que se modificou profundamente para incorporá-las. De qualquer maneira, a crítica à modernidade deu origem aos mais diversos argumentos e teorias quer defendendo sua manutenção e necessidade de revisão do projeto moderno (GIDDENS, 1991; HABERMAS, 1985 e 1990), quer identificando sua modificação segundo parâmetros específicos com a emergência de uma condição pós-moderna (ANDERSON, 1999; CONNOR, 2000; HARVEY, 2005b; JAMESON, 2004a, 2004b e 2006) quer ainda diagnosticando sua dissolução, com a vigência plena de uma época de pós-modernidade (BAUDRILLARD, 2000; BAUMAN, 1998; JENCKS, 1991; LYOTARD, 2002; TAFURI, 1985). De qualquer forma, essas diversas colocações teóricas e históricas não deixam dúvida de que transformações econômicas, políticas e culturais profundas abalaram a civilização ocidental desde o último quartel do século XX, induzindo novas práticas e valores na vida social contemporânea.

Mas, o que isto que podemos chamar de entrada na pós-modernidade significa para a cidade brasileira e seus habitantes? O que efetivamente é transformado não apenas no seu espaço urbano, mas nas sociabilidades aí engendradas? Esta pode ser considerada a pergunta-chave

desta dissertação, cujos objetivos centrais constituem-se do entendimento sobre os espaços que simbolizam a Florianópolis contemporânea, considerando quais são, para quem são e porque são simbólicos. O objeto deste trabalho, portanto, é o processo singular de formação da cidade na sua materialidade e na sua vida social, sob a égide de uma nova lógica cultural que domina o capitalismo contemporâneo[1].

Entre as múltiplas possibilidades de abordagem do fenômeno urbano, foi adotada aquela que parte da análise das relações que homens travam com o espaço que habitam. Para efetivá-la, ao exame de aspectos histórico-morfológicos de crescimento urbano soma-se a investigação dos laços sociais que os envolvem, captadas a partir de múltiplas visões e palavras, que se justapõem, se integram ou se contradizem, sem uma ser mais verdadeira ou mais importante do que as outras. Adentrar esta abordagem significa compreender que a representação do mundo é constituinte da realidade e que pode assumir um papel tão importante quanto o de relações concretas por lhes conferir significados valorativos que pautam ações, reações e condutas. Assim, parte-se do pressuposto de que as representações e imagens têm a capacidade de atuar sobre o real ou, ao menos, influenciá-lo. Em especial, ao se considerar que na emergência da pós-modernidade a expansão da mídia ampliou o domínio das imagens sobre a sensibilidade de indivíduos e grupos. Entende-se que hoje a criação de uma realidade virtual impõe-se sobre a percepção, desarmada ou carregada de traduções, de espaços simbólicos e suas representações.

Nesse sentido, o recorte espacial adotado nesta dissertação compreende os espaços considerados símbolos, sejam eles tradicionais, novos e/ou recém criados, mas sempre amplamente "reconhecidos" pela população de todas as classes sociais na cidade escolhida para análise, Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

Com um processo peculiar de desenvolvimento, por sua formação isolada e dispersa em uma ilha de exuberante beleza, Florianópolis custou séculos para se estabelecer como um centro urbano dinâmico, o que favoreceu a constituição e manutenção de características comunitárias. Isolada economicamente e fisicamente do território brasileiro, a cidade apoiou-se na sua função administrativa de sede do governo, expandida a partir de meados do século XX, fato que provocou uma importante etapa de seu crescimento populacional e geográfico, com o núcleo central afirmando-se como seu foco simbólico-institucional, mas sem resolver sua fragmentação espacial. Embora

É a partir da década de 1980 que Florianópolis atravessa uma transformação profunda na sua dinâmica, da qual surgem os espaços hoje considerados representativos desta nova urbe finalmente inserida nos parâmetros modernos, ou melhor, pós-modernos de desenvolvimento.

[1] Não obstante o título desta dissertação assemelhe-se ao excelente trabalho de Rose Compans, *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*, ele não se deriva do mesmo. O objeto e os objetivos diferem-se nas duas obras, embora se relacionem em determinados aspectos, sendo a autora em questão citada nos devidos momentos.

Com fins turístico-comerciais, de valorização de paisagens, clima ou outras vantagens locacionais visando à atração de novos investimentos para a cidade, estes espaços construídos dentro de uma nova linguagem arquitetônica e urbanística proporcionam uma nova imagem da cidade divulgada local, nacional e internacionalmente como centro de excelência no modo de vida. A indagação a ser proposta é como esses novos espaços chegaram hoje a ser percebidos como significativos para a identidade florianopolitana e de que modo fazem parte da vida de sua população. Desta maneira, nesta dissertação, as intervenções ditas simbólicas para o momento presente da cidade são analisadas a partir das possibilidades e limitações que esses espaços oferecem para uma real apropriação socialmente diversificada e qualificada pela população local, mas também pelos turistas.

Parte-se da hipótese de trabalho de que os espaços que simbolizam Florianópolis transformaram-se a partir da década de 1980 através de iniciativas públicas e privadas para inserção da cidade no contexto globalizado. De início é possível destacar três fatores para tais mudanças: a expansão do turismo, o fortalecimento da imagem de Florianópolis como uma cidade bela, segura e de elevada qualidade de vida e, em menor medida, a implantação de indústrias de tecnologia de ponta. A tese central desse trabalho é a de que esses fatores modificaram a composição social da cidade favorecendo a alteração de sua imagem para o refúgio das elites e, consequentemente, que os novos símbolos da cidade teriam de ser espaços *para poucos*, mas que, numa inversão ideológica, passaram a ser vistos como espaços simbólicos *de todos*, representado a cidade e se tornando a sua própria imagem, tanto interna quanto externamente. Ademais, defende-se que a constituição destes locais simbólicos vai ao encontro de interesses econômicos imediatos das elites atuantes em Florianópolis, embora estes interesses em muitos casos causem danos ambientais e apresentem reflexos sociais perversos que ameaçam a "galinha de ovos de ouro" que é o turismo.

Por outro lado a delimitação deste trabalho em escala territorial advém justamente do objetivo teórico e histórico do projeto de pesquisa: analisar como são feitas a produção e a apropriação de novos espaços simbólicos na contemporaneidade. Embora Florianópolis não se restrinja somente à sua porção insular e que os municípios vizinhos, já conurbados com a cidade, também compartilhem características e funções, apenas a Ilha de Santa Catarina entra no recorte espacial escolhido para a análise devido ao ritmo e à intensidade das transformações que vem passando essa porção do território metropolitano, conseqüências do modelo de desenvolvimento baseado na atividade turística e no setor terciário, com a atração sazonal de grandes contingentes populacionais.

A valorização material e simbólica que Florianópolis tem sofrido foi o principal elemento instigador da pesquisa e fornece também sua delimitação temporal que privilegia o momento

atual sem que a procura das transformações sócio-espaciais contemporâneas afaste a análise de suas origens e motivações. Deste modo, esta delimitação estendeu-se ao passado com a finalidade não só de utilização de outros momentos como baliza de comparação, mas, principalmente, como forma de reconhecimento das heranças históricas do território.

De modo a atingir os objetivos propostos, a revisão bibliográfica da temática foi unida ao estudo da realidade florianopolitana, tanto espacial quanto socialmente. Em primeiro lugar, cabe destacar o embasamento teórico realizado para a exploração de dois conceitos de extrema importância para este trabalho, modernidade e pós-modernidade[2]. Inicialmente, o trabalho propunha se concentrar na pós-modernidade; entretanto, frente às disputas encontradas em seu debate teórico exaustivo, buscou-se na análise histórica o contraste do passado recente com a realidade atual. Assim, a partir de um contexto temporal ampliado foi possível identificar permanências e demarcar rupturas com a modernidade, pouco distante. Longe de querer esgotar as questões aqui levantadas, de extrema complexidade e que poderiam compor o único objeto de estudo de uma vida acadêmica, esta investigação procura analisar o caso de Florianópolis à luz das transformações ocorridas em âmbitos maiores. Diversos são os autores que tratam sobre os temas e, ao se aprender com seus exemplos, procurou-se manter uma postura crítica com suas abordagens. Sem comprometer a originalidade de cada uma delas, optou-se por selecionar entres suas categorias analíticas aquelas que pudessem dialogar com esta proposta.

A revisão bibliográfica sobre Florianópolis forneceu a base histórica do estudo de caso aqui empreendido, análise continuada pela observação do presente na forma de dados estatísticos, relatórios governamentais e entrevistas. Note-se que as principais preocupações deste estudo já foram tratadas anteriormente, muito embora de modo parcial em abordagens quer exclusivamente sociais quer espaciais. Assim, a análise associando esses dois tipos de aproximações à visão específica do arquiteto urbanista procura o avanço no entendimento da problemática da produção material e simbólica da Florianópolis atual. Pretende-se, ainda, contribuir metodologicamente para as análises que vêm sendo realizadas em outros casos brasileiros, fornecendo subsídios para o reconhecimento de como o estudo a respeito de uma realidade sócio-espacial específica, tanto em termos físico-morfológicos quanto de sua sociabilidade urbana, pode gerar um novo entendimento do processo de planejamento e gestão de nossas cidades.

Refletindo a própria metodologia utilizada no presente estudo, esta dissertação estrutura-se de modo a unir as revisões e os avanços teóricos realizados pela autora ao caso específico do objeto

[2] Cerne do grupo de pesquisa no qual esta dissertação foi desenvolvida – "*Da (so)ci(e)dade moderna à pós-moderna: permanências, rupturas e conflitos*" registrado no CNPq sob a direção da Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi, orientadora do presente trabalho.

de estudo. O primeiro capítulo apresenta a primeira aproximação com o debate sobre o significado da pós-modernidade em seus principais elementos, nas posturas mais consolidadas. Deste modo, o trabalho parte do eixo problemático de compreensão do contraponto entre modernidade e pós-modernidade. Embora não seja seu objetivo realizar um mapeamento do debate entre uma ruptura ou uma continuidade do projeto moderno, é necessário situar o contexto teórico no qual sua problemática está inserida.

No segundo capítulo é abordada Florianópolis em seu período de modernização acelerada (de 1926 a 1981). Para tal, parte-se da explanação do conceito geral de modernidade utilizado, incluindo suas características político-econômicas e sócio-culturais. Para tanto, são utilizados diversos autores que tratam da temática a partir da seleção de textos vinculados ao tratamento da arquitetura e do urbanismo. Com este embasamento, é feita a aproximação com o objeto de estudo e com a temática proposta, introduzindo a questão da evolução sócio-espacial de Florianópolis.

O terceiro capítulo, do mesmo modo, divide-se em uma parte teórica ampla e nos rebatimentos possíveis sobre a realidade florianopolitana. Nele, primeiro, são discutidas rapidamente as transformações ocorridas a partir do último quartel do século XX no sistema de acumulação capitalista, com os processos de reestruturação produtiva, a financeirização e a globalização econômica. Derivam-se daí a "lógica cultural" pós-moderna e suas implicações sobre a arquitetura e o planejamento urbano, com a emergência de seus atuais parâmetros inseridos na espetacularização da vida social, no consumo de massa, na questão das identidades culturais, chegando-se ao exame do esgotamento da arquitetura moderna e do fortalecimento de uma visão fragmentária e segregacionista dos espaços urbano, bem exemplificada no planejamento estratégico. Na segunda parte do capítulo, as mudanças ocorridas em Florianópolis a partir da década de 1980 são exploradas à luz destas transformações mais amplas.

No quarto e último capítulo, a parte teórica trata do conceito de espaço simbólico e sua relevância na pós-modernidade e, na segunda parte, o trabalho de campo é retomado a partir do estudo de caso de espaços simbólicos de Florianópolis, enfocando as transformações ocorridas no final do século XX e princípios do XXI. Deste modo, apresenta-se o conceito de espaço simbólico utilizado, a concepção histórica do termo, as interpretações dentro do campo específico da arquitetura e do urbanismo e sua dependência de períodos particulares e sociedades específicas – já que se trata de uma classificação construída socialmente. Procura-se comprovar o pressuposto deste estudo de que as diferenças entre modernidade e pós-modernidade podem ser apreendidas a partir do ponto de vista espacial e, em especial, de espaços socialmente significativos e, portanto, simbólicos. Se no discurso oficial relativo à Florianópolis, o paradigma compõe-se de planos e legislações urbanas, busca-se na efetiva vivência na cidade a ressonância

do processo de transformação de uma modernidade para uma pós-modernidade urbana. Em busca de uma cidade em sua totalidade sensível, procurou-se símbolos que expressem correspondências e distinções entre espaços e tempos, tanto internamente quanto externamente ao município. Os espaços foram selecionados de acordo com sua relevância na formação da imagem e da identidade para os próprios florianopolitanos a partir do resultado de entrevistas com diferentes agentes urbanos para análise de suas formas de apropriação. Cada um destes espaços foi caracterizado e analisado através de sua forma, função, estrutura e processo histórico no conjunto da cidade, ensejando a compreensão da totalidade do objeto social.

Espera-se ter atingido, como resultado desta pesquisa, a demonstração do vigor do teor das transformações ocorridas nas últimas décadas em Florianópolis reveladas pela emergência da pós-modernidade em sua arquitetura, em seu planejamento urbano e no papel das ideologias de consumo na constituição de seus mais recentes espaços simbólicos identitários. Por último, serão expostas algumas considerações finais ao sintetizar as questões centrais do debate, expondo questões que possam servir ao seu futuro aprofundamento.

CAPÍTULO 1

modernidade e pós-modernidade: o debate inicial

> "*Está-se vendo que para a vida intelectual o nó estava armado. Em matéria de racionalidade, os papéis se embaralhavam e trocavam normalmente: a ciência era fantasia e moral, o obscurantismo era realismo e responsabilidade, a técnica não era prática, o altruísmo implantava a mais-valia etc*." (SCHAWRZ, 2000)

Tendo como uma das hipóteses deste trabalho que as mudanças na compreensão do urbano e nos modos de sua intervenção foram provocadas a partir da emergência de parâmetros pós-modernos, primeiramente foi necessário buscar uma aproximação ao debate sobre a existência ou não de uma pós-modernidade e de seus elementos constituintes. Este debate, complexo e antagônico, foi buscado a partir dos autores recorrentes nas bibliografias consultadas e que possuem visões consolidadas acerca da temática. Reconhecendo a crítica à modernidade, estes autores partem de uma pergunta fundamental: houve alguma mudança fundamental que possa caracterizar uma mudança na modernidade em direção a uma pós-modernidade? Neste sentido, o parâmetro para afirmar a existência de um novo paradigma é fundamental. E, se houve tal ruptura, qual o seu conteúdo?

O debate que emerge destas indagações deu origem aos mais diversos argumentos e teorias que serão aqui agrupados entre três tendências principais: a emergência da pós-modernidade; a manutenção e necessidade de revisão do projeto moderno; e/ou, a sua modificação em parâmetros específicos com a formação de uma condição pós-moderna. Posteriormente será introduzido o debate inicial na arquitetura e urbanismo. Não seguiremos aqui, portanto, uma ordem cronológica e sim uma organização segundo as posições dos autores e, embora alguns temas possam parecer repetitivos e ordenados de forma anti-dialógica, primamos pela compreensão destas três tendências principais. Deste modo, pretendemos condensar as principais visões e autores do debate como forma de introduzir a discussão que será realizada ao longo dos próximos dois capítulos.

1.1. EMERGÊNCIA DA PÓS-MODERNIDADE

Positiva ou negativamente, os autores alinhados a esta visão identificam a falência do projeto moderno em uma realidade que mudou demasiadamente para incorporá-lo. A emergência da pós-modernidade, portanto, é fato e discutida, não somente em relação à modernidade, mas levantando questões específicas sobre suas possibilidades e limitações.

Jean François Lyotard (2002)[1] foi um dos primeiros estudiosos a utilizar o termo pós-modernidade para designar um novo período histórico marcado com a crise dos parâmetros modernos. O seu livro *A condição pós-moderna*, de 1979, encomendado pelo governo canadense para ser um relatório sobre o estado das ciências naturais no período, tomou uma dimensão muito maior do que a esperada. O livro é a primeira obra filosófica a adotar o termo e a primeira a tratar da pós-modernidade como mudança geral no conhecimento humano, embora deixe de lado a política e as artes. E, devido a estes fatores, por algum tempo este foi o livro mais citado sobre o assunto.

Para o autor, a pós-modernidade está conectada ao surgimento de uma sociedade pós-industrial, na qual o conhecimento torna-se a principal força econômica em um mundo concebido como uma rede de comunicações que altera a importância tradicional dos Estados Nacionais. A importância da comunicação deriva da ênfase na linguagem e na descoberta de seus diversos jogos e modos de operar. Neste caminho, Lyotard procura revelar como os parâmetros metodológicos das ciências e o caráter do conhecimento científico, que na modernidade eram inquestionáveis, na pós-modernidade são insustentáveis. O autor, realizando um histórico da contradição estabelecida entre narrativa e conhecimento científico, demonstra como a ciência acabou tornando-se mais uma forma de narrativa, seja ela política ou filosófica, sempre uma narrativa de legitimação. E esta dependência, como forma de subordinar, organizar e explicar outras narrativas, transforma a ciência na "metanarrativa" primordial da modernidade, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor:

> "*Na sociedade e na cultura contemporânea, na sociedade pós-industrial, a cultura pós-moderna e a questão da legitimidade do saber põem-se noutros termos. A grande narrativa perdeu sua legitimidade; qualquer que seja o modo da unificação que lhe está consignado; narrativa especulativa, narrativa de emancipação. Pode-se ver neste declínio das narrativas um efeito do progresso das técnicas e da tecnologia, a partir da II Guerra Mundial, que deslocou o acento para os meios de ação em detrimento dos seus fins; ou então o efeito do relançamento do capitalismo liberal avançado, após sua recessão sob a proteção do keynesianismo durante os anos de 1930-1960, renovamento que eliminou a alternativa comunista e valorizou a fruição individual dos bens e dos serviços*" (LYOTARD, 2002, 79).

[1] Embora muitos autores, em especial Jameson (2004), considerem que Lyotard defina a pós-modernidade como um período interno à própria modernidade, suas reflexões foram incluídas na tendência que considera a originalidade do período por suas considerações acerca do mesmo enfatizarem a mudança radical em aspectos que, para a visão adotada neste trabalho a partir da revisão bibliográfica, são essenciais à própria noção de modernidade, como o racionalismo e a universalidade.

A desconfiança para com as metanarrativas traz a desconfiança na própria ciência, nos seus paradigmas e procedimentos de verificação. A crise da ciência avança com a multiplicação das perguntas sem respostas que são transformadas em um número sem fim de especialidades para resolvê-las. Para Lyotard, a própria pós-modernidade pode ser definida como o fim da credibilidade das metarrativas, ou melhor, como o domínio das micro-narrativas pela evolução própria da ciência, através da concepção de pluralismo de argumentos, como a teoria do caos e a metafísica, entre outros, e pela redução da verdade à eficiência e ao desempenho através do Estado e do Capital. O livro foi apropriado como inspiração para o puro e vulgar relativismo que se torna a marca do pós-modernismo (ANDERSON, 1999).

Para Lyotard, a dimensão positiva da mudança para a pós-modernidade vem com a validade de todas as narrativas, da heterogeneidade. É a partir da diferença que o autor acredita que a pós-modernidade pode trazer o seu melhor: o diálogo e o consenso. Gostaríamos apenas de salientar aqui que a heterogeneidade pós-moderna também é reveladora das diferenças econômicas, políticas e sociais, agudizadas no período, e que, se os conceitos totalizantes são inconsistentes para esta nova condição, também o são aqueles que poderiam resolver estas outras heterogeneidades. Podemos, portanto, concluir que ao declarar a falência do conhecimento científico, das metanarrativas, das visões totalizantes e universalizantes, Lyotard acaba por declarar a falência também de um pensamento emancipatório que poderia aliviar as tensões da pós-modernidade.

Com relação à arte, sem conhecer a noção que era popularizada na arquitetura, Lyotard somente escreveu sobre o tema posteriormente, criticando o modelo que era propagado e, em sua visão, relativa a uma pós-modernidade positiva, acreditava que o minimalismo seria a arte pós-moderna: o sublime como privação (ANDERSON, 1999). Esta previsão foi negada com o *Kitsch* que animava o mercado. Com relação à política, a teoria sobre o fim das metanarrativas, teorizada em um momento de crise do capitalismo global, foi derrubada nos anos 1980 com o *boom* do neoliberalismo e o fim da União Soviética: a mais poderosa das metanarrativas tinha vencido e se tornado global – uma única verdade em absoluta prosperidade, a do mercado. Sua reação foi insistir que o capitalismo não tem finalidade, na realidade, a destrói. No final dos anos 1990, sua tese modificou-se ao incorporar a astrofísica para afirmar que o triunfo do capitalismo devia-se a uma seleção natural realizada ainda antes da vida humana, um delírio cenográfico sem finalidade ou esperança: uma fábula pós-moderna, segundo o próprio idealizador, mas, de fato, uma metanarrativa em que os homens e suas criações são derivados do desenvolvimento. O desprezo pelo capital e a melancolia de um passado revolucionário frustrado foram traduzidas em sublimação da realidade para as aventura intergaláticas (JAMESON, 2004a).

Já para Jean Baudrillard, a pós-modernidade é o produto do desenvolvimento de um terceiro estágio do capitalismo no qual não é mais possível separar as esferas econômica e produtiva das esferas cultural e ideológica. Nesta fase, as imagens, as representações e até os sentimentos e estruturas psíquicas viram valor de troca, elementos do mercado. Denominando este período de "operacionalização geral do significante", Baudrillard entende que o mundo passa a ser regido por uma formalização generalizada já que não é mais conduzido pelo significado e sim pela lógica interna de significação, na qual os códigos referem-se a si mesmo. Sobrepondo-se à dominação econômica e política da modernidade, a pós-modernidade é marcada pela opressão semiótica, que atua de forma monolítica, impedindo qualquer forma de resistência.

Ao analisar a sociedade de consumo como sociedade dominada pelo signo, Baudrillard estabelece quatro estágios desta evolução: no primeiro, o signo representa uma dada realidade; no segundo estágio, o signo perverte esta realidade; no terceiro, o signo mascara a inexistência de uma realidade; e, no último e atual estágio, o signo não tem qualquer relação com a realidade. Esta sociedade, portanto, está longe de reconhecer e compreender a realidade. A falência da modernidade está justamente neste quarto estágio, no qual o político e o social perdem o seu sentido, tornando-se simulacros. Deste modo, o conflito não é mais pela real detenção do poder, mas pela manutenção de signos de poder, gerando um conflito que também é transformado em signo, agora da ansiedade de se perder o próprio signo. Estes conceitos totalizantes, assim como aqueles de classe, Estado e poder, também são simulacros, impossibilitando qualquer teoria baseada nestes princípios. Para Baudrillard, no estágio atual, o único elemento aglutinador é o mercado, já que tudo é transformado em mercadoria e, portanto, somente lá tudo é encontrável (BAUDRILLARD, 2000).

1.2. MANUTENÇÃO E NECESSIDADE DE REVISÃO DO PROJETO MODERNO

Em 1980, Habermas profere em Frankfurt seu discurso *Modernidade – um projeto inacabado* que posteriormente é lançado como o livro *O discurso filosófico da modernidade* (1990). Apesar de abordar apenas em grau limitado a pós-modernidade e muitos considerá-lo como uma reação ao texto de Lyotard, a fala foi produzida em reação à Bienal de Veneza de Jencks e Portoghesi, assunto que será retornado posteriormente. De início, reconhecendo o declínio do espírito da modernização estética e o envelhecimento das vanguardas, o texto denuncia os teóricos neoconservadores pela perversidade e pela lógica comercial da modernização capitalista. Para Habermas, o projeto iluminista previa a separação entre ciência, moralidade e arte pela primeira vez em esferas autônomas, regidas pelas suas próprias normas (verdade, justiça e beleza), mas

que deveriam ser integradas à vida cotidiana, enriquecendo-a. Foi exatamente neste último ponto que o projeto modernista fracassou: as esferas autônomas tornaram-se cada vez mais isoladas e fechadas ao mundo cotidiano. Para o autor, o projeto da modernidade estava, portanto, inacabado, mas nas condições atuais haveria poucas possibilidades de realizá-lo devido às diversas correntes contra o mesmo. O autor diferencia três destas correntes: os jovens anti-modernistas, considerados conservadores, que adotavam um hedonismo contra toda a racionalização, que ia de Bataille a Foucault (não considerados por outros autores como conservadores); os pré-modernistas conservadores, de retorno ao tradicional; e os pós-modernistas neoconservadores, que mantém as esferas especializadas e isoladas da cotidianidade. Segundo Anderson (1999), entretanto, este projeto, tomado de maneira acrítica de Weber, é contraditório e de impossível conclusão, pois a especialização e a popularização daquelas esferas formam um abismo entre o problema e a solução.

Em 1985, Habermas escreve *Arquitetura moderna e pós-moderna* (1987), que avalia o movimento modernista como o único a atingir um estilo unificador desde o neoclássico ao seguir a inspiração do racionalismo ocidental. Reconhecendo a monstruosidade da reconstrução urbana do pós-guerra, o autor afirma serem elas distorções do verdadeiro espírito da arquitetura modernista. Superestimando a sua capacidade transformadora, a arquitetura não conseguiu resistir às pressões da reconstrução capitalista. O resultado é ou uma volta conservadora ao neo-historicismo, ou uma busca violenta da arquitetura comunitária e/ou os cenários pós-modernos do espetáculo tecnológico. Nas contradições da modernização capitalista, a arquitetura é responsável por abandonar seu ímpeto transformador, confiando demais na planificação e na formalização, ao ser apropriada por incorporadores e burocratas; e ainda por dificuldades de visualização pelo projetista da diversidade das necessidades de uma sociedade moderna extremamente complexa. Mais uma vez, a dualidade do discurso anterior: uma modernidade impraticável:

> "*As aglomerações urbanas deixaram para trás o velho conceito de cidade que ainda acalentamos. No entanto, não se trata do fracasso da arquitetura moderna ou de qualquer outra arquitetura. Está inscrito na lógica do desenvolvimento social, para além do capital ou trabalho, como uma exigência da própria modernidade*" (HABERMAS, 1987: 123).

Por outro lado, se para Habermas, a pós-modernidade é apenas uma "dobra interna" da própria modernidade, constituindo-a, e sendo o seu projeto inacabado, para Anthony Giddens a pós-modernidade, longe de romper com os parâmetros da modernidade propriamente dita, radicaliza ou acentua as suas características fundamentais. Em *As conseqüências da modernidade* (1991), o autor não segue a orientação de alguns outros que nomeiam a sociedade contemporânea como pós-moderna ou pós-industrial. Em vez disso, prefere a terminologia modernidade alta ou tardia, para indicar que os princípios dinâmicos da modernidade ainda se encontram presentes na

realidade atual, em especial a partir do rompimento com uma ordem dita tradicional. Alta modernidade, modernidade tardia ou modernização reflexiva, portanto, são definidas pelo autor, como uma ordem pós-tradicional. Em seu livro, *Modernidade e identidade* (2003), o autor analisa justamente a transformação na concepção de identidade neste contexto. Para o autor, a modernidade, ao romper com as práticas e preceitos preestabelecidos, oferece ao indivíduo uma identidade "móvel", mutável. Giddens procura abordar as várias facetas de um processo inerentemente contraditório. O rompimento, mesmo que parcial, com uma ordem tradicional, ao mesmo tempo em que promove uma certa autonomia pessoal, retira também uma sensação de firmeza das coisas, podendo constituir-se em grande fonte de ansiedade para o indivíduo. Nas condições da alta modernidade, sensações de inquietude e ansiedade podem se infiltrar na experiência cotidiana dos indivíduos, pois a identidade torna-se inerentemente frágil diante das intensas e extensas mudanças que a modernização provoca. Favorece, por outro lado, a apropriação de novas possibilidades de ação ao indivíduo, oferecendo oportunidades de revisão de hábitos e costumes tipicamente tradicionais. Entretanto, se hoje existe o cultivo das potencialidades individuais, percebe-se, também, certo empobrecimento moral. E, contraditoriamente, surge, também, uma preocupação com a reconstrução da tradição como uma forma de enfrentar as demandas mutáveis das sociedades modernas.

1.3. MODIFICAÇÃO EM PARÂMETROS ESPECÍFICOS COM A FORMAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Compreendendo alguns dos autores mais utilizados pela bibliografia, como Fredric Jameson e David Harvey, estas visões, mais do que discutir se existe uma continuidade ou uma ruptura da modernidade, debatem a existência de uma "condição pós-moderna". Esta diferença permite que, para além de uma discussão ideológica, a pós-modernidade possa ser vista abertamente, sem julgamentos morais, mas com a responsabilidade de levantar questões próprias do ambiente histórico pós-moderno.

Perry Anderson, chamado para fazer a apresentação do livro de Jameson, *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio*, estende de tal forma sua análise a ponto de transformá-la em um livro próprio, *As origens da pós-modernidade* (1999). Analisando de forma cronológica e crítica a formação do próprio conceito de pós-modernidade, situando o debate como um todo, Anderson põe-se de acordo com as contribuições de Jameson. Para o autor, é importante lembrar a dificuldade de determinação do período pós-moderno, já que o prefixo pós é de extrema importância por denominar o que vem depois de um período/movimento considerado em

princípio como presente absoluto (modernismo) e que deve ser tornado passado. As diversas visões conflitantes sobre o assunto não devem ocultar o fato de que, para Anderson, a principal característica da pós-modernidade é uma nova relação entre arte e sociedade, mediada pelo mercado. O autor demonstra que tanto modernidade quanto pós-modernidade, enquanto termo e noção, surgem na periferia e não no centro cultural do ocidente. No último caso, o termo foi utilizado pela primeira vez em uma antologia poética de língua espanhola que já no início do século XX questionava a permanência do moderno. O termo, entretanto, somente ganha força na década de 1970 quando Lyotard, Habermas, Jencks e Venturi publicam seus textos. Para o autor, é somente com Jameson que o conteúdo teórico é consolidado ao ser redefinido.

Fredric Jameson em seu livro *Pós-modernidade: a lógica do capitalismo tardio* (2004a), publicado em 1985 a partir de um artigo anterior de mesmo nome, possui uma das visões mais originais dentro do debate ao demonstrar que a teorização sobre a pós-modernidade pode ser a sua própria condição de existência e possibilidade, às vezes como uma listagem de mudanças e modificações na busca de um momento de ruptura, um momento onde "tudo mudou". Neste sentido, a modernidade, que também se preocupava com o novo, buscava sua essência e as conseqüências de tais mudanças. Já a pós-modernidade, em sua enumeração, tem consciência que os novos conteúdos são apenas novas imagens. Por outro lado, se na modernidade ainda existiam zonas de natureza ou do arcaico, a pós-modernidade é o resultado do fim destas zonas no momento em que a modernização abarcou a totalidade das vidas. Em um mundo dominado pelas realizações humanas, a esfera da cultura sofreu uma imensa dilatação, tornando-se produto igual a outro qualquer e o mercado, o seu substituto (JAMESON, 2006).

Negando posições que consideram a existência de uma nova sociedade em formação que não é mais possível de ser relacionada aos primados básicos do capitalismo clássico, à produção industrial e à luta de classes, ou seja, criticando conceitos como sociedade pós-industrial, de massas, de informação e outros, Jameson baseia-se no estudo de Mandel para afirmar que as transformações continuam sendo de um puro capitalismo em mais um estágio de sua evolução. Com relação à questão temporal, Jameson afirma que na década de 1950 foram estabelecidas as bases econômicas e tecnológicas para o capitalismo tardio. Entretanto, o condicionamento social e psicológico somente foram alterados na década de 1960 e é em 1970, a partir da crise de 1973, que essas condições são combinadas e cristalizadas. Segundo o autor, derivado diretamente do curto século americano (1945-1973), o pós-modernismo é o primeiro estilo global especificamente norte americano.

> "*O que 'tardio' geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de via que é de algum modo decisiva ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização,*

> *menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanente, precisamente por serem mais abrangentes e difusas*" (JAMESON, 2004a: 24)

Jameson demonstra mudanças não somente em diferentes expressões artísticas do período, mas avança ao considerar que a lógica do capitalismo tardio é cultural. Deste modo, o autor cria um "conceito mediador" que torna possível não somente analisar as expressões culturais, mas o funcionamento do sistema como um todo, inclusive ideologicamente através dos textos interpretativos. Demonstrando que existe uma agudização da incompatibilidade entre a vida social como um todo e seus meios de representação, ainda demonstra que a proliferação de teorias da fragmentação apenas reificam a condição e, portanto, procura realizar seu estudo com uma abordagem totalizante o que às vezes sobrecarrega sua exposição. Jameson não é nem a favor nem contra o pós-modernismo. Sua postura é agregativa, discutindo todas as posições, e situacional, interpretando a sua própria existência como pertencente ao modelo.

Podemos concluir que, para Jameson, a partir de sua análise original no debate por incorporar a teoria marxista, a pós-modernidade pode ser identificada diretamente com a evolução do capitalismo, existindo particularidades próprias do estágio atual de seu desenvolvimento que deram origem à lógica em questão. O primeiro grande aspecto de sua obra é procurar uma totalização do período em seu enfoque indo, portanto, contra a postura pós-modernista que propõe uma guerra às totalizações. Este esforço metodológico consiste com sua análise da pós-modernidade como período original por reunir elementos próprios nas diversas esferas, econômica, política, social e cultural. Entre estes, uma questão fundamental é a expansão da esfera cultural ao ponto de dominar todas as outras, encerrando qualquer forma de resistência a uma discussão de padrões culturais que, por sua heterogeneidade, princípio básico, devem ser respeitados. Deste modo, o único modo de resistência deve ser universalizante e totalizante em contra-partida a universalização da aceitação da diferença, de qualquer forma.

Com enfoque parecido, embora vá além do privilegiamento Jamesoniano da análise cultural, David Harvey (2005b) procura uma outra forma de integrar economia e cultura para explicar esta nova condição pós-moderna. Seu avanço dá-se através da análise das modificações ocorridas na relação espaço-tempo, conceitos articulados à realidade social e material de cada período. Para o autor, a crise de acumulação capitalista, iniciada no final dos anos 1960 e acentuada em 1973, paralelamente aos desenvolvimentos tecnológicos e à crítica ao paradigma moderno no período, deu origem a uma nova etapa da compressão da relação tempo-espaço, já iniciada com a modernidade. Neste sentido é importante notar a aceleração do tempo do capital, assim como da efemeridade do produto através das modas, e a flexibilização da produção. Por outro lado, o avanço da tecnologia e das mídias permitiu conectar em grande velocidade todo o globo, tornando o Capital cada vez mais insensível às distâncias e mais sensível às novas possibilidades

para sua organização espacial. Deste modo, a primazia do espaço sobre o tempo, embora pareça contraditória, é reafirmada por trazer vantagens em termos de maior lucro.

No campo do conhecimento, é importante notar o fim da confiança na diferença entre juízo científico e moral: a estética triunfou sobre a ética como foco primário das preocupações científicas e sociais. As imagens dominaram a narrativa e a efemeridade e a fragmentação assumiram preponderância sobre verdades absolutas. Assim como Jameson, Harvey vê a dominação da cultura sobre as outras esferas da vida, sendo que a reflexão política passa para a análise pragmática ou para um juízo cultural.

Baseando sua análise nos aspectos político-econômicos da organização espacial, em *Condição pós-moderna* (2005b) Harvey denomina a base material da pós-modernidade como uma "economia vudu". Segundo o autor, esta economia, de afrouxamento fiscal e de ataque às garantias trabalhistas e sociais já estabelecidas, trouxe graves problemas, como o aumento do desemprego através de uma reestruturação produtiva e espacial gerada pela concorrência capitalista que procurou novas formas de organização empresarial e do processo produtivo às custas do trabalhador, fechando sessões completas e abandonando áreas consolidadas em favor da industrialização de novas áreas, especialmente onde possam obter vantagens trabalhistas, salários mais baixos, e governamentais, em especial fiscais. O resultado é o claro agravamento das desigualdades sociais. Em decorrência desta programática, desenvolve-se também uma camada envolvida na cultura de massas, mas com atavios de consumo elitista, ligada ao capital simbólico das marcas, pelos signos e logotipos de distinção e qualidade de vida. Para Harvey, portanto, a condição pós-moderna surge determinada, ao menos parcialmente, por esta nova base econômica, mas se expressa pela via cultural. Em relação ao conteúdo de uma nova política, Harvey somente vai aprofundar a temática no seu recente livro *A Brief History of Neoliberalism* (2007).

Harvey também traz uma contribuição de extrema importância para o presente trabalho: a sua análise aprofundada das transformações na arquitetura e no urbanismo. Uma das principais análises é a da mudança no modelo de planejamento da cidade. Enquanto os modernistas pretendiam planejar a cidade como um todo, às vezes com alcance metropolitano, de forma racional consolidada em planos, os pós-modernos não mais planejam a cidade, fazem projetos de forma fragmentária e voltados para o empresariamento urbano (1996). Considerando a cidade como uma "colagem" de usos e de formas passadas, o projeto pós-moderno responde a necessidades particulares e pontuais, atentando para as tradições e histórias locais e para os desejos e fantasias individuais, resultando tanto em espaços íntimos e personalizados quanto espaços de "monumentalidade vernacular", todos em consonância com o espetáculo contemporâneo de privilegiamento da heterogeneidade e de venda da cidade como

empreendimento. A estética da diversidade, para o autor, possui limitações, sendo suas vantagens apenas superficiais. A arquitetura torna-se um discurso altamente diferenciado no qual a metrópole é concebida como um "*sistema de símbolos e signos anárquicos e arcaicos em constante e independente auto-renovação*" (HARVEY, 2005a: 83). Ademais ao afastarem-se demasiadamente das concepções modernistas sobre o espaço, os pós-modernistas afastaram-se também na noção de que o espaço, e especialmente o espaço público, deve responder à construção de um projeto social coletivo. Deste modo, individualizando ao extremo o espaço enquanto promotor de novas sensibilidades culturais e responsabilidades sociais, ele perde a sua densidade.

1.4. PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES NA ARQUITETURA E NO URBANISMO

Para terminar esta primeira aproximação ao debate, cabe apresentar algumas das visões iniciais atinentes ao campo específico da arquitetura e do urbanismo e que estão inseridos dentro da visão de falência do projeto modernista e emergência da pós-modernidade. Três livros inauguram este debate[2]. O primeiro foi *Morte e vida nas grandes cidades americanas* (2001) de Jane Jacobs, publicado em 1961. A autora faz uma dura crítica aos postulados da arquitetura moderna, em especial aos documentos frutos dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAMs), e às cidades construídas segundo este modelo. Contra o zoneamento modernista, a autora defende um retorno ao pluralismo de usos que corresponderia à própria multiplicidade da qual é formada a cidade. De forma nostálgica, ainda propõe recuperar outros valores das cidades tradicionais além do uso misto, como a concentração e o pedestrianismo.

O segundo livro é *Arquitetura da cidade* (1995) de Aldo Rossi, publicado em 1966, que traduz valores da historicidade como imprescindíveis à compreensão e ao planejamento das cidades, propondo um retorno ao simbolismo de estilos passados. Baseando-se no tripé cidade, memória e cultura, o autor afirma que a arquitetura necessitava recuperar seu "valor cultural". Resgatando o conceito de lugar a partir da história e do tempo a que pertencem as obras arquitetônicas, Rossi entende que as cidades são constituídas por uma sucessão de camadas históricas e encara a evolução e a transformação destas camadas como um processo natural de acomodação. O autor acredita que ao realizar um estudo das tipologias urbanas seria possível identificar uma "essência imutável" da cidade através dos tempos. Portanto, para Rossi, uma das primeiras criticas a ser feita aos modernistas é de seu funcionalismo enquanto relação direta entre forma e função.

[2] São estes livros, também, que influenciam a já citada Bienal de Veneza de 1980, intitulada *A presença do passado*, montada por Paolo Porthoghesi com a ajuda de Charles Jencks.

Considerando que a forma vai além de suas funções básicas, pois é ela que persiste e persistirá ao longo do tempo, independentemente de seu uso, Rossi coloca-se inteiramente contra os grandes projetos urbanos modernistas, defendendo um tipo de intervenção de menor porte, em ações pontuais e menos traumáticas para o tecido urbano, algo que evoluiu para as revitalizações urbanas contemporâneas. É deste autor, portanto, que derivam os debates pós-modernos acerca da contextualização da arquitetura e do urbanismo como forma de respeito e continuidade da evolução histórica das cidades.

O terceiro livro, publicado em 1971, é A*prendendo com Las Vegas* (2003) de Venturi, Scott Brown & Izenour, um ataque direto ao purismo e ao elitismo dos *patos modernistas* e um elogio ao ornamento, ao simbolismo e à arquitetura popular de Las Vegas com seus *galpões decorados*. Ainda sem nome para a nova tendência, para os autores, o arquiteto não deve se preocupar com o que o espaço deveria ser, com uma arquitetura revolucionária e utópica. O arquiteto deveria se ater em como as coisas são, não projetar para o Homem e sim para os homens (mercado), princípio determinante de seu frágil conceito de arquitetura popular.

Avançando o debate, é possível destacar três outros autores: Charles Jencks, Manfredo Tafuri e Josep Maria Montaner. O primeiro, Charles Jencks, lançou em 1977 *The language of post-modern architecture* (1991), embora hesite em utilizar a noção por considerá-la negativa, evasiva e da moda. O livro segue os mesmos preceitos de Aprendendo com Las Vegas, propondo uma arquitetura de "*variedade abrangente, compreensão popular, simpatia abrangente*". Sinalizando a morte da arquitetura moderna com a demolição de um conjunto habitacional no meio-oeste americano, Jencks define o pós-modernismo a partir da união entre o novo e o velho, o elevado e o vulgar, e defende uma arquitetura *tradicionalesca* ou um ecletismo radical até então materializada, segundo o autor, somente por Gaudí. Jencks admitia a coexistência de uma arquitetura moderna espasmódica, definida como uma estética tecnológica cada vez mais desligada de pretextos funcionais – o ultramodernismo –, contrapondo Foster e Rogers a Morre e Graves.

Em 1980, Charles Jencks ajudou a organizar a já citada Bienal de Veneza, intitulada *A presença do passado*, montada por Paolo Porthoghesi, considerado pioneiro da estética pós-moderna. Completamente inserido na nova formulação, para Jencks, a entrada nas pós-modernidade para a arquitetura e urbanismo é algo a ser saudado. Em primeiro lugar, pelo fim da distinção entre alta cultura e cultura popular sendo que, para o autor, a arquitetura pós-moderna poderia ser finalmente popular. Em segundo lugar, pelos avanços tecnológicos que acabaram com a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico permitiu o fim das fronteiras usuais do tempo e do espaço, permitindo tanto um maior internacionalismo, uma maior conexão entre as diversas partes do

mundo, quanto permitindo uma maior diversificação da forma. Entretanto, esta possibilidade, tanto tecnológica quanto social, também estimulou uma maior diferenciação entre cidades e sociedades baseadas em interesses e funções.

Portanto, o pós-modernismo, segundo Charles Jencks, respondia às necessidades contemporâneas através do fim das vanguardas, de uma nova sensibilidade ao defender a tolerância pluralística e oferecer uma abundância de opções em um mundo dominado pela competição, onde a comunicação importa mais que a produção e a economia é marcada pela primazia do mercado financeiro. Esta visão estimula a profusão de culturas de gosto e o fim de uma unicidade, defendendo a identidade cultural pela heterogeneidade do discurso arquitetônico. No extremo oposto, Manfredo Tafuri (1985), teórico italiano, possui uma visão extremamente negativa. O autor considera que as modificações, internas ao próprio modernismo, são mais uma degeneração de seu impulso inicial. Já Josep Maria Montaner, em seu livro *Después del movimiento moderno* (1993), teoriza sobre uma sociedade pós-industrial, descrita primeiramente por Daniel Bell e depois por Lyotard (ANDERSON, 1999), acreditando que este termo é muito mais consensual do que a pós-modernidade. O período é enfocado pelo autor não como um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, e sim como uma ênfase dada no setor terciário como foco dinâmico das mudanças da sociedade. Haveria uma mudança de uma tecnologia mecânica para uma tecnologia intelectual ou comunicativa, de uma tecnologia objetiva para uma subjetiva. Deste modo, se o movimento moderno foi pautado na máquina, na racionalidade técnica, a sociedade pós-industrial teria diluído sua ênfase em uma série de elementos virtuais igualmente importantes, a informática, a comunicação e a aceleração das modas pelo consumismo constante. A arquitetura refletiria estas mudanças na adoção de um novo estilo, mas o autor não discorre sobre se há uma real mudança de paradigma.

1.5. SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Como forma de introduzir os principais autores e aspectos do debate inicial sobre modernidade e pós-modernidade, a temática foi dividida em três tendências principais, em que pesem as particularidades de cada visão, em especial em relação a qual parâmetro de avaliação. Na primeira tendência verificada, os autores acreditam que houve uma ruptura fundamental com a modernidade. Vista de maneira tanto positiva quanto negativa, a emergência da pós-modernidade enquanto período original diz respeito a uma realidade que o projeto moderno não consegue mais explicar. Nesta tendência incluímos Jean Lyotard, com o surgimento de uma sociedade pós-industrial e pela falência das metanarrativas, e Jean Baudrillard, que identifica a pós-modernidade como a sociedade dominada pelo signo. Um segunda tendência do debate

analisa a pós-modernidade como uma mudança ou inversão interna à própria modernidade, incluindo Habermas, em sua teoria do projeto modernista ainda não concluído, e Giddens, que ao considerar que a modernidade é uma ordem pós-tradicional, afirma que a situação presente – modernidade tardia ou reflexiva – é apenas uma continuidade do período anterior por representar mais um rompimento com a ordem tradicional ao invés de uma ruptura com os parâmetros modernos, agora radicalizados ou agudizados. Uma terceira tendência diz respeito a uma posição menos crítica e moralista que, para além de discutir se existe ou não um período original, pretende analisar quais são as transformações e características atuais desta condição presente. Aqui se encontram dois dos teóricos mais utilizados pela bibliografia e que serão frequentemente citados no presente trabalho, Fredric Jameson e David Harvey. Os dois autores partem de posições bastante parecidas, procurando a análise de uma totalidade e ancorando o pós-modernismo na evolução do sistema capitalista, embora o primeiro procure focar mais nas esferas culturais enquanto o último analise mais profundamente a geografia das relações político-econômicas.

A partir da introdução de autores que debatem a arquitetura e o urbanismo, como Janes Jacobs; Aldo Rossi; Venturi, Scott-Brown & Izenour e Jencks – que definiram muito das tendências pós-modernas – e das considerações de Tafuri e Montaner, será possível, nos capítulos que se seguem aprofundar o debate da modernidade e pós-modernidade relacionando-o a redefinição da estrutura conceitual de entendimento do urbano.

CAPÍTULO 2

indagações sobre a modernidade em Florianópolis

> "*Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade em desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e angústia, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, 'tudo o que é sólido desmancha no ar*' ." (BERMAN, 1986: 16).

O objetivo de investigar os espaços simbólicos da Florianópolis contemporânea à luz das transformações ocorridas com a emergência da pós-modernidade trouxe dúvidas com relação ao próprio período de estudo. Conceituar o que é e ao que pretende a pós-modernidade tornou-se tarefa árdua devido aos diversos debates travados entre visões conflitantes sobre a questão, já introduzidos no capítulo 1. Se não há consenso sobre a existência deste novo período histórico, há muito menos sobre suas características e influências. Procurando não recair em uma das principais dificuldades da teoria pós-moderna, a auto-referenciação bem formulada por Jameson (2004a), buscou-se identificar um novo meio de investigar o próprio presente através da análise do passado: a modernidade. E é a partir deste contraste, entre o período moderno e o considerado pós-moderno, que serão identificados os espaços simbólicos da Florianópolis contemporânea. Deste modo, este capítulo tem como objetivo a investigação acerca da modernidade, bem como de suas influências na realidade urbana estudada. Dividindo-se em duas, a primeira parte do capítulo pretende caracterizar a modernidade como grande período histórico assim como as suas influências diretas no desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo modernista; na segunda parte do capítulo, Florianópolis será apresentada e situada dentro deste contexto mais amplo.

2.1. UMA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL: AFINAL O QUE É MODERNIDADE?

As diversas visões conflitantes entre pesquisadores que dedicaram seus estudos a este objetivo já demonstram o quão dura é a empreitada de explicitar o que é a modernidade. Antes de comentar as características próprias desse conceito, assim como algumas das questões já explicitadas por aqueles autores[1], é necessário desvinculá-lo de outros com ele comumente confundidos: modernização e modernismo.

A *modernidade* será entendida, dentro desta pequena explicitação, como o período histórico iniciado com o Renascimento Cultural na Europa Ocidental, mas marcada por uma série de transformações/desenvolvimentos sócio-culturais e político-econômicos cristalizados em momentos específicos de sua história, como no caso da Revolução Francesa e da Revolução Industrial na Inglaterra. Embora sua manifestação mais forte seja atingida primeiramente na esfera cultural, com o Iluminismo, é com a efetivação do projeto político-econômico burguês – leia-se uma sociedade capitalista-industrial com instituições estatais legitimadoras da mercantilização progressiva e da acumulação – que a Modernidade é considerada madura. Poderíamos considerar que o início da modernidade, em maior ou menor grau de acordo com suas especificidades, data de aproximadamente seiscentos anos[2]. Seria possível dividi-la em três fases. A primeira, do século XIV até o fim do século XVIII, com o início do processo de secularização do pensamento e fundamentação das ciências naturais, de descobertas científicas e geográficas; racionalização que atinge a população de maneira desigual, mas com grande intensidade. Podemos citar como marcos deste período as descobertas de novos territórios (a expansão européia) e a reforma da igreja católica. A segunda fase compreende o período de grandes revoluções burguesas, de forte individualização e urbanização na Europa, período no qual emerge o proletariado, as massas e a idéia de público. Para os indivíduos captados por estas transformações, mas que ao mesmo tempo mantém traços de suas estruturas passadas, tanto espiritual quanto materialmente, a sensação é de cisão, de um mundo partido, quando não de sua identidade perdida. Para o homem urbano, é desta dicotomia que a necessidade de modernização nasce. O terceiro período estende-se do final do século XIX a meados do século XX e aos enormes processos de modernização que se ampliam: a competição capitalista e os conflitos entre Estados na disputa por impérios mundiais redefinidos como oposição capitalismo-

[1] Pelo tamanho reduzido deste trabalho e pela complexidade do tema, essas visões serão bastante resumidas e simplificadas para a condensação dos conceitos e não seu esgotamento.

[2] O termo "moderno", segundo Lefebvre (1969) é primeiro utilizado na França já na Idade Média (século VIII) para designar os novos magistrados eleitos, enquanto que aqueles cujos mandatos haviam expirado eram denominados "antigos". Refletia, assim, a idéia de uma renovação e de uma regularidade na renovação. O termo é exaltado, com o tempo, se tornando a denominação de "novo", através das técnicas e pesquisas inovadoras. É interessante notar que essa tendência agrava-se e o culto do novo pelo novo, ou seja, sua fetichização, ocorre a partir século XIX com a ascensão do estilo moderno.

socialismo através da guerra-fria. As suas últimas duas décadas caracterizam-se pela institucionalização de direitos pelo Estado de Bem-Estar Social e pelo consumo de massa, possível através da produção fordista. Por outro lado, a fragmentação da cultura e do coletivo provoca a incapacidade de dar significados a vida das pessoas, causando, ante às grandes atrocidades do período, o sentimento de insegurança total, compensado pelo consumismo possível no pós-guerras. É neste terceiro período da modernidade que recai a ênfase do presente estudo: compreender as transformações ocorridas ao longo do século XX, pátio *de manobras* (ANDERSON, 1999) que deu origem à crítica à modernidade e ao surgimento da "pós-modernidade", enquanto períodos anteriores serão citados apenas para a melhor compreensão da problemática.

Paralelamente, entenderemos como *modernização* os processos sociais de desenvolvimento (sem valoração, ou seja, tanto positivos quanto negativos) que marcaram a modernidade nas suas diversas esferas e o *modernismo* será identificado com a tendência filosófica e artística que atingiu o seu auge na primeira metade do século XX e deu continuidade ao processo de modernização iniciado com o Iluminismo, mas que abre caminho para a crítica à modernidade e para o que é hoje conhecido como pós-modernismo.

2.1.1. a afirmação da modernidade: olhares sócio-culturais

Seguindo a análise de Sérgio Rouanet (1987), dois pontos básicos da ideologia moderna, derivados diretamente do Iluminismo, vem sendo atacados pela pós-modernidade: o racionalismo e o universalismo. O racionalismo é encarado, paralelamente ao processo de secularização, ou como quer Giddens (1991), de formação de uma sociedade pós-tradicional, como esforço incansável pela estrutura e coerência. Derivada desta tendência, as relações de indivíduos entre si, de indivíduos com as esferas sociais e dos indivíduos com o mundo devem ser desvinculadas dos determinismos tradicionais, como o ambiental e o religioso, entre outros. A extrema mobilidade experimentada, tanto social, quanto intelectual e técnica, de acordo com os processos de modernização, traz a tona a exigência da estabilidade, de segurança e de equilíbrio, portanto, uma crença na razão e na ciência como propulsores de uma nova ordem, libertadora para o homem. Por outro lado, o universalismo, do qual deriva a idéia de totalidade, defende uma unicidade, uma universalidade da natureza humana e de suas necessidades sobre qualquer forma de interesse e de solicitação individual. A formulação de um tipo ideal com características, valores e direitos válidos para toda a humanidade – universais – é uma das utopias formuladas para a compreensão do e intervenção no mundo, primordialmente com objetivos de aprimoramento da qualidade de vida de todos. Por outro lado, uma certa ocidentalização do mundo acompanha a necessidade de expansão do mercado para os produtos capitalistas, acarretando a convivência

de sociedades baseadas em padrões culturais diferenciadas. Deste modo, a expansão do capitalismo para outros países, promoveu a extensão dos ideais da modernidade burguesa. Aliado ao desenvolvimento do capitalismo, aquilo que é mundial tornar-se o universal da teoria moderna. É por meio de tais princípios que a modernidade elaborou a crença no progresso incessante da sociedade até alcançar, por meio da capacidade da ciência e da razão mediante o planejamento racional, a liberdade e a igualdade social.

Portanto, a modernidade será considerada como o longo período histórico derivado dos valores iluministas baseados na confiança no aprimoramento social e moral da humanidade através do desenvolvimento do conhecimento científico. Para Rouanet (1987), embora tenha ocorrido paralelamente e esteja estreitamente relacionada ao processo de racionalização, a ascensão do capitalismo como sistema sócio-econômico hegemônico ele não deve ser confundido com a própria modernidade, já que é contraditório a alguns dos princípios essenciais do Iluminismo, como a universalização de valores e direitos.

Marx é um dos autores aos quais mais frequentemente se recorre para a compreensão da modernidade político-econômica. Para ele, o período significa aquele de ascensão da burguesia com o estabelecimento do capitalismo, do Estado burguês e da divisão de classes através da extração da mais-valia[3] (MARX, 1984). Justamente, Giddens (1991) nos fala que duas esferas são fundamentais para se compreender a modernidade, a política e a economia, pois conformam as dimensões institucionais da mesma. Na economia, o capitalismo e a industrialização são as características fundamentais, conformando uma esfera baseada respectivamente na acumulação de capital a partir do trabalho assalariado e no mercado fundado na transformação da natureza em produtos através da tecnologia. Já no caso da política, as características principais seriam a "vigilância" (controle da informação e supervisão social) e o "poder militar" (controle dos meios de violência no contexto de industrialização da guerra). Este desenvolvimento esteve, por outro lado, pautado pela racionalização de suas estruturas como meio mais eficiente de atingir os seus fins: no caso do capitalismo, o lucro burguês e, no caso da política, o estabelecimento de um Estado burocrático-totalizante.

Por outro lado, diversos autores creditam aos aspectos sócio-culturais, derivados ou não daqueles anteriores, a identificação da modernidade. A revolução industrial conjuntamente aos avanços

[3] Segundo o autor, os burgueses se estabeleceram como a primeira classe dominante cuja autoridade se baseia nas próprias realizações (MARX & ENGELS, 1996). A burguesia soube assumir as insatisfações do período e, liderando os diversos grupos sociais, conseguiu derrubar a estrutura feudal e aristocrática vigente em longo processo revolucionário. Quando grupos antagônicos à burguesia ameaçaram sua hegemonia, ela soube se defender dos ataques consolidando sua predominância e efetivando suas conquistas. Com a queda do absolutismo e a formação de um Estado liberal burguês, os últimos entraves ao capitalismo acabam. Entretanto, esses empreendimentos perderam o objetivo de libertar o homem e se voltaram para a acumulação capital. A aceleração do ritmo de acumulação econômica tornou-se fim e a divisão social acirrou-se entre os donos dos meios de produção – burgueses – e os trabalhadores assalariados, donos somente da sua força de trabalho (HOBSBAWM, 1996).

tecnológicos e de organização empresarial que propiciaram mudanças no sistema capitalista, com a formação do grande capital, através de modernizações do processo produtivo, como a ampliação da divisão do trabalho e os sistemas de gerenciamento da produção, provocaram também mudanças na vida social e no próprio trabalhador. A formação das classes sociais, pela diferenciação entre a burguesia e o proletariado, foi um longo processo de distinção social baseado na mútua exclusividade entre propriedade dos meios de produção e venda da força de trabalho, esta última constituída de modo disciplinar. Paralelamente, o fortalecimento do Estado burocrático-totalizante acabou por cooptar os movimentos sociais crescentes e submeter as manifestações sócio-culturais espontâneas à homogeneização. Este último processo também foi moldado a partir das tentativas de racionalização e universalização da vida cotidiana.

Em termos de psicologia social, a extrema mobilidade experimentada traz, em contraposição, a necessidade social de segurança, estruturação e solidez. O sentimento de ambivalência entre a efemeridade da modernização e a busca de verdades eternas e imutáveis é um dos conflitos inerentes à própria modernidade, sendo ele tratado por diversos autores. Segundo Bauman (1999), a ambigüidade da ideologia moderna promove, justamente, o conflito entre a ordem coletiva e o mundo individualizado[4]. Por outro lado, se tudo é separado e categorizado, existe uma forte hierarquização (Dumont, 2000). Se todos são igualados perante um sistema universalizante, a necessidade de diferenciação, seja mesmo pela vaidade ou pelo orgulho pessoal, se estabelece. A fragmentação do mundo é simulada através das unificações e totalizações, em especial do Estado que, pelo alto, dissimula a união e a supressão das diferenças originais.

Uma das maiores contradições modernas é entre a solidão crescente e a vida em massa experimentada pela urbanização acelerada e pelos desenvolvimentos tecnológicos. Baudelaire já nos dizia que nas ruas modernas era possível se sentir sozinho em meio à multidão[5]. Os processos de separação/fragmentação e de totalização/universalização provocam, em especial no século XX, uma atomização da vida, embora exista a super-organização da socialização. Vive-

[4] Bauman (1999) nos diz que os ideais de racionalidade, ordem e estruturação impõem a necessidade de classificação justamente onde a ambigüidade pode se estabelecer, já que por diversas vezes os instrumentos de classificação podem ser inadequados ou o objeto pode não pertencer a qualquer uma das categorias sistematizadas. No mais, o ato de classificar é um ato de violência ao se constituir de um sistema de inclusão e exclusão. E é neste sentido que o autor compreende as contradições da modernidade que, ao pretender a universalidade, subjuga o outro, o diferente. O exemplo, analisado no livro em questão, é o genocídio judeu durante a Segunda Guerra Mundial e as diversas experiências ditas científicas realizadas com esta população.

[5] A rua assume papel preponderante na modernidade, passando a ser o lugar das manifestações tanto individuais quanto de massa, ou melhor, do povo. A rua é o lugar do conflito de classes, mas também da agitação, do novo. E é na rua que Baudelaire identifica um de seus tipos mais marcantes: o *flaneur*. O pensador abraça a modernidade demonstrando no abstrato e no artificial a beleza e o prazer do mundo burguês, sendo os maiores representantes deste mundo os denominados artistas espontâneos. *Dândi* é o homem rico, criado no luxo sem ser vulgar. Pelo contrário, procura o belo e cultiva o belo em si mesmo. Mas, também espelhado no *flaneur*, o *dândi* "*não se tratava precisamente de um* artista*, mas antes de um* homem do mundo*. (...)* Homem do mundo*, isto é, homem do mundo inteiro, homem*

se no coletivo, as redes de comunicação se tornam mais densas e mais eficientes, mas o isolamento do indivíduo aumenta. Situação agravada caso não sejam dominadas as técnicas e suas regras que se impõem. O homem não consegue mais se inserir no mundo em que vive a partir da separação entre homem e natureza e da cisão entre indivíduos, realizada através da técnica. O esteticismo, associado ao consumismo, por outro lado, mantém a situação na qual "*o homem acaba por se assemelhar àquilo que gostaria de ser*" (BAUDELAIRE, 1997: 9), sem nunca chegar a sê-lo de fato. O despertar de desejos e a facilidade de sua satisfação através do consumo de bens materiais resultam na criação de novos desejos, sem a completude dos anteriores. São representações para satisfazer o ser[6].

> "*A história da modernidade é uma história de tensão entre a existência social e sua cultura. A existência moderna força sua cultura à oposição a si mesma. Essa desarmonia é precisamente a harmonia de que a modernidade precisa. A história da modernidade deriva seu dinamismo excepcional e sem precedentes da velocidade com que descarta sucessivas versões de harmonia, primeiro desacreditando-as como nada mais que pálidos e imperfeitos reflexos dos seus* foci imaginarii*. Pela mesma razão, pode ser vista como a história do* progresso*, como a* história natural *da humanidade*" (BAUMAN, 1999: 17 – grifos no original)

A criação fetichizada marca o início da crise da arte. A formação de um mercado da arte e a ênfase na tecnicidade são alguns dos seus principais motivadores, como foi explicitado por Benjamin (1994) ao identificar os valores artísticos transmutados em valor de troca e a reprodutibilidade do produto estético. Com sua transformação em mercadoria, existe o encurtamento do ciclo da arte, assim como o do produto de mercado, através das modas. Ademais, existe uma confusão entre criação artística e tecnologia artística, conhecimentos sobre arte e concepção.

Segundo Argan (1992), a competição pela técnica "mais moderna", ou seja, "mais nova", foi uma das molas propulsoras do desenvolvimento da modernidade, tanto que os setores mais modernos ou mais efervescentes são as vanguardas ou, economicamente, os "setores de ponta". Por outro lado, é interessante notar que o modernismo anterior à Primeira Guerra Mundial é contestador da nova realidade social produzida pela modernização nas condições de produção, de circulação, de habitação e de consumo, entre outros. Estas vanguardas não somente refletiram sobre essas rápidas transformações, como também realizaram críticas e sugestões de como modificá-las. Com o desenrolar do século XX, um conjunto inestimável de obras e idéias foi produzido e as revoluções científicas ocorreram paralelamente à evolução das artes. Em continuidade, o modernismo do período entre guerras foi considerado "heróico" justamente pelas

que compreende o mundo e as razões misteriosas e legítimas de todos os seus costumes" (BAUDELAIRE, 1997: 16, grifos no original).

[6] Este é um dos aspectos que serão mais bem discutidos posteriormente, por sua agudização na pós-modernidade: a subjetividade que se proclama valor infinito, sem ligação com os fatos.

tentativas utópicas de construção de um mundo melhor. Por um lado, o período significou o surgimento de movimentos como o cubismo, o dadaísmo, o surrealismo, o construtivismo e o concretismo, que introduzem a crítica radical às condições sociais modernas através da arte politicamente comprometida[7]. Por outro lado, uma tendência oposta tendeu a um forte positivismo e racionalismo simbolizados na máquina, na fábrica e na tecnologia contemporânea. Esta posição, incorporada nas mais diversas áreas – como nas artes plásticas, na literatura, na arquitetura e no urbanismo, representados, por exemplo, pelos futuristas italianos e pela Bauhaus –, veio a se tornar a posição central do pensamento modernista do período pós-guerras, como será visto. A sedução das novas invenções suplanta sua energia e vivacidade, exatamente com a estabilização do capitalismo e do socialismo.

2.1.2. da alta modernidade: olhares político-econômicos

Recolocando a ênfase no "pátio de manobras" político-econômico do século XX, este século caracteriza-se por dois períodos. O primeiro é marcado pela extrema turbulência iniciada na Primeira e continuada até o fim da Segunda Guerra Mundial, assinalado também pela Revolução Bolchevique de 1917[8] e pela grande depressão econômica simbolizada pelo *crash* da Bolsa de Nova York de 1929[9] (HOBSBAWM, 1995). Após 1945, o mundo organizou-se sobre novas bases: a Europa deixava de ser o centro do poder mundial, uma vez que estava econômica e politicamente debilitada, ao passo que os Estados Unidos despontavam como superiores a qualquer outro país, em termos materiais, financeiros, tecnológicos e militares. De fato, desde o final do século XIX que a hegemonia inglesa já dava sinais de exaustão enquanto a Alemanha consumia-se por dois fracassos bélicos. Entretanto, a hegemonia norte-americana não se baseou somente em conjunturas externas. No plano interno, a economia norte-americana teve a

[7] É interessante notar que a adoção das vanguardas pelos sucessivos governos socialistas e partidos comunistas europeus levou, em muitos casos, paradoxalmente a um retorno à arte e à cultura nacionalista, como meio de aliar forças a outras classes contra inimigos comuns, algo utilizado na frente única contra o fascismo.

[8] O socialismo, incluído na teoria marxista, seria um ato político e social: uma *práxis* revolucionária total que poria fim às alienações e necessidades. Estimava-se que as classes desapareceriam, assim como a propriedade privada, restituindo a liberdade e a espontaneidade aos proletários. Entretanto, a modernidade assistiu à adoção do modelo socialista e sua derrocada através da Revolução Bolchevique (ou Revolução Russa de 1917) e a sua reabertura, ou melhor, reintegração capitalista nas últimas décadas do século XX. A partir da primazia do partido comunista, que deteve fortes comandos em todos os níveis sociais, a utopia socialista teve seu fim. Com a tomada e o enorme reforço/extensão do Estado, o partido se tornou onisciente, onipotente, onipresente e identificado com toda a realidade social. A revolução tornou-se simples projeto de planificação; a ditadura do proletariado transformou-se em tecnocracia aprofundada (HOBSBAWM, 1995).

[9] Diversos são os autores que tratam sobre o tema das crises sistêmicas capitalistas. Neste trabalho, usaremos como base o trabalho de Arrighi (1996) que nos diz, baseando-se em Braudel, que o próprio sistema capitalista possui contradições internas que provocam estas crises. Considerando que o processo cumulativo é restrito por condições históricas e sociais, algumas destas contradições são representadas pelos entraves da relação entre propriedade, produção e consumo. Por outro lado, essas crises estariam identificadas com períodos de primazia produtiva ou especulativa e correspondem a um modelo de ajuste entre as esferas Estado-mercado-sociedade. Este tema será melhor tratado posteriormente, quando da crise mais recente que gerou a inflexão para o modelo contemporâneo de ajuste destas esferas.

vantagem competitiva de um novo arranjo vertical das organizações empresariais que internalizou, e assim pôde minimizar, os custos de transação, ou seja, a integração dos processos de produção em massa com os de distribuição em massa. A economia obtida foi uma "economia de velocidade" (ARRIGHI, 1996). Esta inovação fez dos Estados Unidos a potência a liderar a modernidade posterior à Segunda Guerra Mundial.

A Organização das Nações Unidas, criada com o fim da guerra em 1945, tinha como objetivos a manutenção da paz internacional, o desenvolvimento de cooperação entre os países na busca de solução dos problemas econômicos e sociais da humanidade e a segurança dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Embora baseada na igualdade de seus membros, na maneira como foi estruturada a ONU acabou submetida à soberania das chamadas "grandes potências" (Estados Unidos, União Soviética - Rússia, Inglaterra, França e China) reunidas como membros permanentes de seu organismo mais importante, o Conselho de Segurança, com direito de impugnar qualquer decisão tomada. Por outro lado, embora a ONU tenha exercido um papel significativo na resolução de conflitos e mantenha programas de grande relevância para a resolução de problemas mundiais, do seu Conselho Econômico Social fazem parte intsituições hoje extremamente questionadas, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), organizado para auxiliar os países em sua recuperação pós-guerra, e a OMC (Organização Mundial do Comércio – anteriormente Gatt), órgão regulador das trocas internacionais. Estas instituições, criadas a partir do Acordo de Bretton Woods (1944), são acusadas de perpetuar a diferença econômica e a dependência estrutural entre os países e tornaram-se relevantes para a compreensão das transformações político-econômicas ocorridas a partir da década de 1960, que serão aprofundadas posteriormente.

Uma das principais conseqüências do Acordo de Bretton Woods (1944) foi o endosso da supremacia norte-americana ao definir a relação ouro-dólar como padrão do sistema monetário internacional. Por outro lado, a União Soviética procurava se igualar aos norte-americanos a fim de que o "socialismo real" pudesse sobreviver. A tensão internacional instalou-se com o conflito ideológico e econômico bipolar entre capitalismo e socialismo, representados respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética[10]. Enquanto isso, os países afetados pela guerra procuravam se restabelecer. Em 1947, durante o governo do presidente Harry Truman, foi anunciado o Plano Marshall (influenciado pelo Secretário de Estado norte-americano George Marshall) de investimentos norte-americanos para a recuperação econômica dos países europeus,

[10] O conflito entre esses modelos acabou por dividir o mundo entre países que adotavam ou apoiavam os respectivos países centrais, o que é bem exemplificado pela disputa de territórios e zonas de influências entre as ideologias capitalista e socialista, como a Revolução Chinesa (1949), que adota o socialismo, e o apoio dos Estados Unidos na reconstrução japonesa, que acelerou o progresso econômico do país até torná-lo um dos principais rivais americanos.

em crise pós-guerra[11]. O plano surtiu o efeito, entre outros, de ampliar o mercado dos produtos norte-americanos, favorecendo a consolidação de sua hegemonia econômica mundial.

Em uma resposta ao socialismo e aos problemas de acumulação sistêmicos que assolam o capitalismo, em especial após a crise de 1929, foram adotadas medidas de manutenção do crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população, em especial nos Estados Unidos, com o *New Deal*, e nos diversos países europeus. Keynes, um dos maiores formuladores do Estado de Bem-estar Social, rompe teoricamente com o modelo de Estado *Laissez-fairiano*, formulando sugestões amplamente aceitas de um Estado economicamente interventor e fomentador tanto da esfera da produção quanto do consumo. O *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social ganhou força no período pós-guerra e significou tanto a institucionalização de direitos econômicos e sociais[12] – direitos trabalhistas, sistema de saúde e educação públicos, entre outros –, quanto ampliou o leque de consumo das classes médias e inferiores. Este novo modelo, largamente adotado pelos mais diversos países, gerou tanto garantias sócio-econômicas para a população quanto, a partir desta estabilidade, permitiu o aumento do consumo. O modelo de produção dominante, inclusive na Europa e no Brasil, baseado no sistema fordista, tinha como base a produção em massa para o consumo em massa, em negação ao modelo artesanal e manufatureiro (HARVEY, 2005b). Concomitantemente, através dos desenvolvimentos tecnológicos, ampliaram-se mecanismos de persuasão do consumidor, como o *marketing* e a propaganda, que passam a influir decisivamente na vida cotidiana e na formação de novos valores. Os meios de comunicação assumem um papel cada vez mais decisivo neste contexto. É neste processo que a aliança entre o Estado e a empresa privada ganha uma força jamais vista. O reino do individual termina e dá lugar à ordem da organização burocrática através da associação entre o grande capital e o Estado interventor, ambos contribuindo para o expressivo crescimento econômico do período.

Se, por um lado, o capitalismo é o sistema "mais racional" já adotado – organização racional do trabalho, organização racional da indústria, investimentos racionais, cálculos de gastos e lucros –, por outro lado, a razão instrumental e a racionalização da vida propiciaram o fortalecimento e

[11] Por outro lado, a União Soviética criou o *Kominform*, organismo que unia os principais partidos comunistas europeus, gerando o bloco da assim chamada "cortina de ferro" e, em 1949, foi criado o *Comecon*, uma réplica ao Plano Marshall, mas para integração econômica dos países socialistas.

[12] A evolução na conquista de direitos é considerada por diversos autores como a própria história da modernidade. Hirschman (1992), baseado no modelo clássico de T. H. Marshall inspirado na histórica britânica, nos explicita a seqüência histórica das conquistas de cidadania. Os primeiros direitos conquistados foram os civis durante a Revolução Francesa e ao longo do século XVIII. Eles dizem respeitos, em especial, à igualdade perante a lei (justiça eqüitativa), à liberdade de expressão e de credo. Enfim, aos direitos humanos instituídos normativamente na contemporaneidade. A segunda conquista foi a dos direitos políticos, durante o século XIX, com a expansão do conceito da democracia e o sufrágio universal. O terceiro tipo de direitos conquistados, mais tardiamente, às vezes de maneira desigual e não implantados completamente, foram os direitos sociais e econômicos. Estes foram conquistados ao longo do século XX com a definição de condições mínimas de saúde, educação e bem estar econômico, entre outros. Este modelo se institucionalizou através do chamado *Welfare State* ou Estado de Bem-estar Social.

expansão das estruturas do Estado. O modelo de Estado moderno é caracterizado pela administração burocrática através do domínio de leis impessoais. O efeito deste cálculo racional no Estado e no mercado, através das corporações modernas, conjuntamente com a ênfase na ciência e na pesquisa científica como meios de conhecimento, provocaram o "desencantamento do mundo". Para Weber, a sociedade moderna, em especial pela ordem econômica dominante, é um "cárcere de ferro" (WEBER, 2004). O homem é preso aos contingentes capitalistas, legalistas e burocráticos. Entretanto, o autor afirma que a economia deveria ser vista como um meio de se aumentar o poder nacional, já que considerava que o capitalismo era o sistema econômico mais eficiente às condições modernas[13].

Com relação ao estabelecimento do grande capital, o período denominado de Capitalismo Oligopolista ou Monopolista[14], baseia-se na formação de grandes empresas e conglomerados (*holdings*, *trusts* e cartéis) que se utilizam da administração moderna (racionalizada) para expandir os seus mercados, ou seja, o investimento e expansão do capital para outros mercados. Para tanto, o desenvolvimento tecnológico foi fundamental. O Capitalismo Monopolista ou Oligopolista corresponde o período de 1860/70 à 1960/70, aproximadamente, e aos desdobramentos da Segunda Revolução Industrial[15]. Esta corresponde a inúmeros desenvolvimentos tecnológicos, muitos ligados às atividades bélicas, que transformaram a vida cotidiana, como a descoberta da eletricidade e seu uso, assim como o do petróleo, como fontes de energia, a transformação de ferro em aço, os avanços da indústria química, o desenvolvimento dos meios de transporte (com a invenção do motor à combustão e sua aplicação no automóvel e, posteriormente, no avião) e dos meios de comunicação (o telégrafo e o telefone). Por outro lado, na busca de maiores lucros, foram implantados sistemas de gerenciamento da produção, como o aprimoramento do *fordismo-taylorismo*, com a crescente segmentação de tarefas e o completo controle dos movimentos do trabalhador, promovendo a sua desqualificação ao ser integrado como peça às linhas de montagem para a produção em

[13] Weber foi apropriado, em especial por sua pouca fé no povo moderno, por um pensamento extremista de direita que colocava o liberalismo em permanente ameaça, já que essa "massa amorfa moderna" (os homens e mulheres moldados e sem sensibilidade) não teria capacidade de se governar quanto mais de eleger, de acordo com a maioria, seus governantes. Nos anos de 1970, diversos outros autores foram apropriados no mesmo sentido, como Foucault e Bourdieu.

[14] Segundo as transformações do sistema capitalista, poderíamos distinguir três fases incluídas na modernidade. A primeira é o Mercantilismo; a segunda fase é denominada de Capitalismo Concorrencial, de 1760 à 1860 , que se explica por si só e diz respeito à primeira revolução industrial e à adoção da máquina à vapor e do carvão; já a terceira fase, o Capitalismo Monopolista ou Oligopolista, corresponde a este período analisado.

[15] A partir das inovações tecnológicas – iniciadas com a máquina de fiar e o motor a vapor, que dão origem ao tear mecânico, aos barcos e locomotivas à vapor, e à impressão de jornais, livros e revistas – a mecanização iniciou-se na Inglaterra em meados do século XVIII trazendo enormes transformações sócio-culturais e econômicas, como o aumento da produção, a rapidez dos deslocamentos de produtos e pessoas e a difusão cultural através dos meios de comunicação. Este é o aspecto tecnológico da anteriormente citada Primeira Revolução Industrial.

série. Esses fatores, conjuntamente, são levados a efeito pelas grandes indústrias e propiciaram a concentração de capitais originada no início do período.

Nas pesquisas científicas, o trato metodológico e teórico de trajetórias contínuas, o evolucionismo, passa da matemática para o mundo natural, invadindo os estudos humanos. A idéia de um progresso linear, inspirada em um determinismo mecânico, origina uma das mais influentes noções da economia-política: o desenvolvimentismo. A penetração de fins econômicos nas mais diversas esferas limita a noção de desenvolvimento ao crescimento econômico e a busca por este último torna-se o maior objetivo das sociedades nacionais. Para aquelas consideradas periféricas, atrasadas ou pertencentes ao Terceiro Mundo, o desenvolvimentismo em conjunção com o evolucionismo foi defendido significando que o país que adotasse uma série de preceitos econômicos poderia se tornar "desenvolvido", como os seus "primos ricos". No mais, o desenvolvimentismo e o evolucionismo não conseguem compreender os fenômenos como totalidades em processo, com contradições e casos específicos, uma das críticas pós-modernas.

Deste modo, nenhum outro período histórico promulgou tão claramente o objetivo do bem-estar para todos os homens como ideal da humanidade, embora tenha tendido ao instrumentalismo e, ao mesmo tempo, provocado as maiores atrocidades e maior sensação de insegurança devido às ameaças da técnica. Ao mesmo tempo em que o indivíduo sente-se seguro e fortalecido com o avanço da ciência e o respaldo das imensas organizações burocráticas, a insegurança nunca foi tão grande, assim como a necessidade de se transformar este mundo moderno. Reconhece-se as potencialidades desta realidade com o ímpeto de mudança. Esta é mais uma característica moderna: a auto-reflexão e a crítica modernistas acompanham o movimento de busca de mudanças para um mundo melhor. Entusiastas e inimigos da vida moderna que lutam contra suas contradições e ambigüidades. Como nos diz Berman (1986: 22 e 23):

> *"Irônica e contraditória, polifônica e dialética, essa voz denuncia a vida moderna em nome dos valores que a própria modernidade criou, na esperança – não raro desesperançada – de que as modernidades do amanhã e do dia depois de amanhã possam curar os ferimentos que afligem o homem e a mulher modernos de hoje*"[16].

2.1.3. da modernidade à pós-modernidade: encaminhamentos

Como dito anteriormente, poderíamos resumir a modernidade político-econômica através da ascensão da sociedade burguesa e do capitalismo, com a primazia da razão instrumental e da burocratização das diversas esferas da vida social, em especial com o fortalecimento dos Estados nacionais impregnados pela lógica capitalista-burguesa. Através deste longo processo de

[16] Berman analisa a modernidade a partir de textos eminentemente modernos, exatamente por serem antimodernos, ou seja, possuírem o desejo de transformação da modernidade. O autor ainda nos diz que "*ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição*" (BERMAN, 1986: 13).

fortalecimento, o Estado passa a governar territorialmente uma determinada população de forma direta através do incremento de sua burocracia, que passa a substituir a necessidade de acordos políticos com lideranças locais. Deste modo, o Estado moderno possibilita a uniformização de normas dentro daquele território a todos os governados, avocando para si o monopólio da legitimidade do exercício da violência/coerção. No século XX, a principal transformação experimentada no aspecto político é a institucionalização de direitos econômicos e sociais a partir da adoção do Estado de Bem-estar Social. Já na esfera econômica, as conquistas burguesas e o estabelecimento do regime capitalista, pautado nos desenvolvimentos tecnológicos e no assalariamento, constituiu um longo processo que chega ao século XX saturado pelas crises sistêmicas desde o final do século anterior. Foram desenvolvidos sistemas de gerenciamento e de controle dos trabalhadores e, por conseguinte, o estabelecimento destes nas plantas industriais aumentou a produtividade e a necessidade do consumo, fomentado pelo Estado interventor. O sistema fordista de produção também ampliou a formação do grande capital através dos monopólios e oligopólios. Nos países centrais ao sistema, o consumo de massa, o achatamento e a homogeneização social marcam o desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. O pólo do modernismo intelectual e estético, anteriormente a Europa Ocidental, transfere-se para os Estados Unidos, conjuntamente com os imigrantes, o poderio econômico, político e militar. A estabilidade e a prosperidade proporcionada pelo sistema fordista-keynesiano, bem como a vigilância e a luta dos Estados Unidos para garantir a manutenção de sua hegemonia durante os anos da Guerra Fria, transformaram o ideal de racionalização e desenvolvimento para o progresso e emancipação humana em dominação político-econômica. Não obstante, o modernismo do pós-guerra ao mesmo tempo em que serviu à internacionalização da cultura americana e à expansão de seus mercados popularizando o *american way of life* através de meios de comunicação de massa e novos inventos tecnológicos e sua aplicação ao cotidiano doméstico – como a televisão, os eletrodomésticos e outros – era utilizado como exemplo do compromisso norte-americano com a liberdade de expressão e criação. O chamado "alto modernismo", portanto, tornou-se a arte do *establishment* político e econômico. A despolitização do movimento ocorreu em conjunto com a sua transformação em arte de consumo de massa, como o expressionismo abstrato da *pop art*, a popularização do cinema e da música, entre outros. O modernismo perdeu seu caráter contestador revolucionário para transformar-se em uma espécie de arte empresarial ou estatal, sem profundidade, mas comercializável e propagandeável.

Com estas evoluções, o pensamento moderno se voltou para totalizações homogeneizadoras e achatantes. Ou a modernidade é vista com uma espécie de euforia e entusiasmo cegos ou é condenada em todos os seus sentidos. Em qualquer um dos casos, a modernidade é concebida como algo dado e que não pode ser modificado. A ironia, a crítica e a auto-reflexão morreram. E

é exatamente esse tipo de modernismo que serve aos interesses particulares, em especial, da exportação do modelo para outros países, como nos diz Harvey:

> "*Essa complexa geografia histórica do modernismo (que ainda precisa ser escrita e explicada por inteiro) torna duplamente difícil interpretar com exatidão o que era o modernismo. As tensões entre internacionalismo e nacionalismo, globalismo e etnocentrismo paroquial, universalismo e privilégios de classe nunca estiveram longe da superfície. Em seus melhores momentos, o modernismo tentou enfrentar as tensões, mas, nos seus piores, ou as varreu para baixo do tapete ou as explorou – como fizeram os Estados Unidos em sua apropriação da arte modernista depois de 1945 – para tirar vantagens políticas*" (HARVEY, 2005: 33).

Enfim, o século XX chega aos seus meados como a "Era de Ouro" do capitalismo e do Estado interventor (HOBSBAWM, 1995). Paralelamente, as crises na esfera sócio-cultural e a crise econômica avizinhavam-se de um modo rápido levando já na primeira metade dos anos de 1960 a uma crítica de suas condições e a sua reformulação sobre novas bases. Antes de adentrar essas transformações que irão cristalizar-se na década de 1970 com a nomeação de pós-modernismo, é necessário fazer uma análise do que foram a arquitetura e o urbanismo modernos.

2.1.4. considerações acerca da modernidade em arquitetura e urbanismo[17]

Se todas as artes são condicionadas, em certo grau, pelos meios de sua produção e reprodução, no caso na arquitetura e do urbanismo esse fator é extremamente verdadeiro, não só pelas condições técnicas, mas pelo contexto social de sua inserção. As transformações da modernidade influenciarão diretamente na construção de um estilo modernista na arquitetura e no urbanismo. Duas evoluções inter-relacionadas são fundamentais para compreender o movimento: o desenvolvimento tecnológico e as mudanças sociais que transformaram a consciência humana (BENEVOLO, 2001).

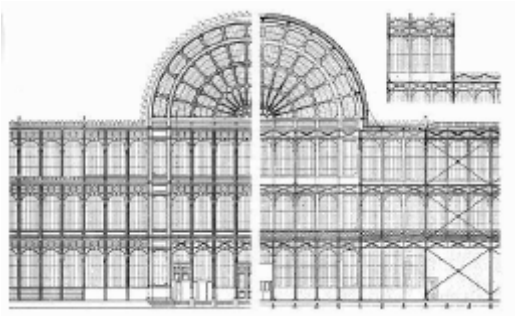
O desenvolvimento tecnológico, com a possibilidade de novos recursos, materiais e infra-estruturas, proporcionou um aumento exponencial das possibilidades da arquitetura e do urbanismo, assim como um maior controle sobre o meio-ambiente. Alguns dos aspectos mais relevante para o campo foram o aperfeiçoamento do motor, o desenvolvimento do concreto armado, o aperfeiçoamento da estrutura de ferro e a popularização do vidro[18]. Nestes dois últimos casos, ferro e vidro, é importante relembrar o caso do Palácio de Cristal, projetado por Joseph Paxton para a Grande Exposição de 1851 em Londres. Sua importância não se refere propriamente à forma adotada, uma galeria ortogonal de três níveis, e sim ao processo de construção. Desenvolvido em ferro e vidro, o Palácio de Cristal representa um projeto total, desde

[17] Se a modernidade compreende aproximadamente quinhentos anos, a arquitetura e o urbanismo de estilo modernista refletem apenas uma parcela temporal do que configura este longo período histórico. Este trabalho se limitara ao estudo do estilo moderno – modernismo – que abarca o final do século XIX e mais da metade do século XX.

[18] Ainda, a invenção do elevador permitiu a verticalização das edificações e das cidades.

sua concepção, fabricação até a construção e desmonte, através de uma espécie de *kit*, muito utilizado para a construção de ferrovias. Essa experiência também significou a possibilidade de aplicação/produção desse modelo em massa, o que foi realizado posteriormente com os pré-moldados de concreto armado.

Imagens 01 e 02 - Palácio de Cristal de Joseph Paxton.



Fonte: www.greatbuildings.com.

A racionalização e a pesquisa científica, por outro lado, permitiram um novo modo de consciência humana, reflexiva o bastante para questionar suas condições e sua identidade – uma nova forma sócio-cultural capitalista-burguesa. A racionalidade aplicada em arquitetura e urbanismo, segundo Montaner (1997), deriva essencialmente do pensamento de Descartes, além de defender a resolução de problemas por unidades elementares, retirando sua complexidade através da solução em partes. Segundo autor, também é de Descartes que o urbanismo moderno deriva a negação do passado e, através do mecanismo de tabula rasa, a aplicação da própria experiência como método de interpretação racional.

O urbanismo é uma atividade tipicamente moderna já que possui a pretensão de uma universalidade científica. E, embora a utilização desta palavra para designar tanto o trabalho envolvido no planejamento urbano, quanto os planos e as formas urbanas seja recente, o problema que procura a especialidade procura resolver é bastante antigo, do início do século XIX quando a sociedade industrial em formação começava a tomar consciência de sua realidade e questionar a sua situação. Portanto, a gênese do urbanismo, ou o que Choay (2003) denomina de pré-urbanismo, derivou-se de uma crítica à cidade industrial em formação, nunca dissociada da sua relação com a estrutura social. Neste sentido, a autora diferencia três tipos de pensamento inauguradores: o pré-urbanismo sem modelo, o pré-urbanismo culturalista e o pré-urbanismo progressista[19]. É interessante notar que, mesmo de diferentes maneiras e intensidades, os três

[19] O pré-urbanismo sem modelo, por exemplo de Marx e Engels, não chega a propor uma cidade alternativa já que associava os problemas urbanos ao desenvolvimento capitalista e, portanto, acreditavam que a solução estaria em outra esfera. O segundo tipo é o pré-urbanismo progressista, representada por Owen e Fourier. Estes autores partiam da premissa que a cidade do período acaba por conformar um indivíduo alienado. Entretanto, viam na própria revolução industrial a solução para o problema, com o desenvolvimento científico e tecnológico. A análise racional, acreditavam, permite a determinação de um homem-tipo e, consequentemente, de uma ordem-tipo urbana possível de

modelos de pensamento pré-urbanista, assim como diversos outros do período, caracterizam a cidade como caótica ou desordenada[20]. Deste modo, a solução seria o ordenamento urbano. Ou seja, a racionalização da cidade[21].

Segundo Choay, o urbanismo difere do pré-urbanismo por se constituir em uma disciplina autônoma. As teorias pré-urbanistas eram obras de generalistas, historiadores, economistas e políticos, entre outros, enquanto o urbanismo torna-se o produto, teórico e prático, de arquitetos. Essa autonomia caracteriza mais uma vez, ao nosso ver, o urbanismo como uma disciplina moderna. Entretanto, uma continuidade ideológica pode ser verificada em dois modelos

ser aplicada em qualquer lugar a qualquer tempo. O espaço proposto era amplamente aberto, repleto de vazios verdes, para a higiene, a educação do corpo e o lazer. Por outro lado, as funções devem ser analisadas, classificadas e localizadas distintamente. Por outro lado, essa ordem deve ser simples, de modo que satisfaça ao primeiro olhar, e com edificações-modelo projetadas obedecendo sua funcionalidade. Enfim, na cidade progressista idealizada, a lógica e a estética coincidem, já que o objetivo é o do rendimento máximo e da máxima eficiência. O último modelo de pré-urbanismo citado por Choay é o culturalista, de Ruskin e Morris, que influenciará, no fim do século, Ebenezer Howard e sua cidade-jardim. Baseados em uma espécie de nostalgia da cidade antiga, primavam pelo retorno à unidade orgânica com a naturezaperdida com a cidade industrial. O modelo é de uma cidade limitada geograficamente e populacionalmente, com dimensões modestas e que, em conjunção com outras, formaria uma rede polinuclear. Os traços são orgânicos e priorizam a irregularidade e a assimetria. No plano econômico, preconizam o antiindustrialismo e, na vida social, o retorno ao espírito comunitário.

[20] A Europa foi transformada radicalmente ao longo de aproximadamente um século com o fim da cidade finita, limitada pelas muralhas. As cidades cresceram vertiginosamente a partir da revolução industrial, com a migração de populações rurais, e dos desenvolvimentos tecnológicos, como as estradas de ferro e a máquina à vapor. Antigos bairros foram transformados em indústrias e em moradias baratas e cortiços para os trabalhadores. Esses locais, bem descritos por Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (1985), eram apertados, sem espaços abertos, luz ou ventilação, com péssimas instalações sanitárias e acumulavam lixo e excrementos. Essas condições provocaram o surgimento e alastramento de surtos de doenças. As epidemias tiveram o efeito de despertar, mesmo que vagamente, a consciência da necessidade de se melhorar a qualidade das habitações operárias. Conjuntamente com as novas técnicas da medicina e a descoberta da necessidade de condições mínimas para a vida desta classe, foi desenvolvido o urbanismo sanitarista. A partir deste momento foram aprovadas leis que tornavam o sistema de esgoto e fornecimento de água, a coleta de lixo, a manutenção de vias públicas e enterro dos mortos responsabilidade das autoridades locais – parte das *Poor Laws* na Inglaterra e, posteriormente adotadas por Haussmann em Paris. Foram construídas algumas tipologias básicas de habitações operárias baratas, em especial no estilo *Arts & Carfts*. A condição de vida nas cidades industriais ainda assumiu a forma de fábricas modelos e comunidades utópicas planejadas com o ideal de uma sociedade melhor. Um dos exemplos mais conhecidos é de New Lanark, na Escócia, de Robert Owen, e dos *falanstérios* de Charles Fourier.

[21] O racionalismo moderno ainda influenciou um dos planos urbanísticos mais conhecidos e imitados: o plano de Paris de Haussman de 1853. Sob a guarida de Napoleão III, o prefeito conseguiu transformar a cidade através da ênfase no sistema viário com a promoção de uma estrutura axial e focal, e se utilizando dos *percements* (criação de uma nova via pública através da demolição total de áreas urbanizadas) para a construção de grandes bulevares arborizados e iluminados. Determinou-se um padrão para as edificações, como recuos e número máximo de pavimentos, bem como fachadas regularizadas (FRAMPTON, 1997). Foram implantados também um novo sistema de esgoto e de provisão de água, além de um padrão de mobiliário urbano, como bancos, quiosques, postes e placas para as novas vias, parques e praças criados ou melhorados. Segundo Choay (2003), o objetivo do plano era "proporcionar unidade e transformar num todo operacional o 'enorme mercado consumidor, a imensa fábrica' que era o aglomerado parisiense", ou seja, uma metrópole unida pelo capitalismo. O projeto de Haussman não só transformou profundamente a cidade de Paris, como influenciou um grande número de cidades na Europa e nas Américas, como nos planos de melhorias urbanas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Já Ildefonso Cerdá, que segundo Frampton (1997) cunha o termo urbanização, projetou o plano de expansão de Barcelona de 1859. O plano baseava-se em uma malha quadriculada cortada por duas avenidas diagonais. Mais uma vez a ênfase foi ao sistema de circulação, em particular privilegiamento das novas máquinas à vapor. O desenvolvimento desses novos modos de circulação, como a introdução do metro (1863), do bonde elétrico (1884) e do trem de subúrbio, permitiu a expansão das cidades. A associação entre um centro urbano de crescimento vertical e o crescimento horizontal da cidade em subúrbios ajardinados foi uma das tendências posteriores aos avanços tecnológicos, tornando a cidade dependente dos meios de transporte, como em Chicago, no famoso plano de reconstrução após o incêndio de 1871.

preconizados no pré-urbanismo modernizados em uma versão do urbanismo progressista e outro culturalista.

O urbanismo culturalista conta como seus maiores representantes Camillo Sitte e Ebenezer Howard. Seus princípios norteadores são que a totalidade da aglomeração urbana deve prevalecer sobre as partes individuais e o conceito cultural de cidade sobre o seu aspecto material. As principais características da cidade proposta são a limitação geográfica e populacional, em núcleos interdependentes, mas separados por faixas verdes. Ademais, a cidade proposta deve considerar o meio particular e diferenciado no qual se insere, socialmente e geograficamente, assim como a estrutura interna da cidade, com vias, edificações e praças, entre outros, respeitando suas especificidades. Baseada em um esquema concêntrico, circundado por uma via férrea, o modelo de cidade-jardim inglesa de Howard era de uma cidade autônoma, de limites precisos e provinciana, como no seu primeiro plano construído, Letchworth de 1903. Por outro lado, Sitte desenvolveu um modelo de ocupação urbana bastante adensado, assimétrico, imprevisível e diverso. O urbanista foi criticado por possuir tamanha obsessão com problemas estéticos e formas do passado, que ignora os problemas reais de seu período, como condições de trabalho e circulação.

Imagem 03 - Estudo da cidade jardim de Howard.

Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 04 - Estudo da Broadacre-City, planejada por Frank L. Wright.

Fonte: www.vitruvius.com.br.

O urbanismo culturalista também pode ser evocado para a compreensão da corrente anti-urbana norte-americana. Nunca efetivamente realizado, mas com grande influência na suburbanização futura do país, este modelo espelha-se na Broadacre-City, planejada por Frank L. Wright de 1931 a 1935. Criticando a alienação do homem na cidade moderna, sua proposta se baseava no retorno à natureza e à liberdade individual, entendida como democracia. Entretanto, já que era baseada na liberdade individual de cada um agir de acordo com o seu desejo, Choay nos diz que "*Democracia designa, para ele, um individualismo intransigente, ligado a uma depolitização da sociedade em benefício da técnica: pois é finalmente a industrialização que permitirá eliminar*

as taras consecutivas à industrialização" (CHOAY, 2003: 30). Com relação ao seu modelo formal, as unidades são reduzidas e dispersas em meio a uma grande massa verde contínua, ou seja, a arquitetura é subordinada ao meio ambiente. Tal dispersão é acompanhada de um intrincado sistema de conexões, tanto aéreas quanto terrestres que utilizam a mais alta tecnologia disponível. Recusando qualquer limite, a proposta seria primeiramente experimentada nos Estados Unidos, mas pretendia ser uma solução universal, objetivava a implantação mundial. Neste ponto o modelo aproxima-se de um ideal progressista.

Imagem 05 - Modelo da cidade industrial de Tony Garnier.
Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 06 - Um dos mais conhecidos conjuntos habitacionais do período - Karl Marx Hof (Austria/1930).
Fonte: www.greatbuildings.com.

Imagem 07 - Ville Savoye de Le Corbusier: considerada uma habitação construída para o automóvel.
Fonte: www.greatbuildings.com.

Em relação ao urbanismo que Choay denomina de progressista, sua primeira expressão é encontrada no modelo de cidade industrial de Tony Garnier que propunha uma cidade baseada na divisão de espaços funcionais, com o ordenamento e hierarquia de volumes de edificações bastante detalhados e racionalizados. O projeto tem bastante influência sobre uma primeira geração de arquitetos racionalistas, tanto que é citado positivamente por Le Corbusier no seu livro *Por uma arquitetura* (2002). Estes arquitetos racionalistas são aqueles pertencentes ao movimento que se consolida no período posterior à Primeira Guerra Mundial, normalmente descrito como movimento modernista. Em contraposição à decoração e ao ornamento, sua arquitetura favoreceu as formas puras com a utilização máxima das tecnologias e da indústria existente. Paralelamente, a valorização radical do funcionalismo baseou-se na redução de toda expressão à utilidade ou aos processos de fabricação (FRAMPTON, 1997). Estes movimentos, com a racionalização dos tipos e métodos de construção, foi absorvido pelo ideal de barateamento da produção e otimização do uso. Em sua vertente bem intencionada, a adoção dos desenvolvimentos tecnológicos buscou a universalização da arquitetura, o seu acesso por todos para a melhoria da qualidade de vida de toda a população. Em sua qualidade morfológica, os elementos foram reduzidos, sendo a expressão mais importante do projeto os elementos de conexão, como rampas, caminhos e escadas. A arquitetura final não poderia ser mais oposta ao padrão tradicional, no qual esses elementos ficavam ocultos à fachada. A indústria e a arte se unem na concepção de uma

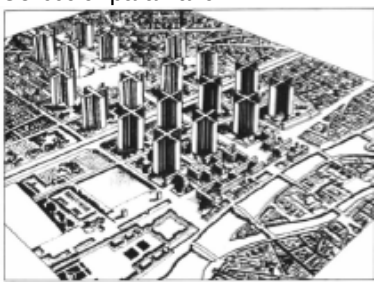
arquitetura-tipo para um homem-tipo.

A arquitetura e o urbanismo modernistas assumiam o ideal de modernização, encarnado nas indústrias e na arte de vanguarda (no momento, cubismo e derivados). Estes arquitetos reuniam-se nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que agrupava representantes dos mais diversos países. Embora primeiramente concentrado nos problemas habitacionais, em 1930, com a presidência sendo ocupada pelo diretor de planejamento urbano de Amsterdã, Van Eesteren, o urbanismo se tornou a principal discussão dos encontros. As decisões do quarto CIAM, de 1933, foram elaboradas por Le Corbusier na redação da Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993), documento que reunia todos os ideais do urbanismo progressista. Era necessário transformar a cidade moderna em eficaz. Adotar os novos materiais na arquitetura, os métodos de tipos e pré-moldados e a mecanização da indústria. Ademais, se baseando no ideal de homem-tipo, a cidade é analisada através das necessidades humanas universais: habitar, trabalhar, locomover-se, cultivar o corpo e o espírito. Este modelo deve ser aplicado no mundo inteiro de maneira idêntica, não somente pela certeza de suas premissas baseadas na razão moderna, mas também pelas possibilidades técnicas desenvolvidas que promovem aterros, nivelam montanhas e cobrem os vales. Choay atenta para o fato que:

> "*Com a condição de preencher suas funções e ser eficaz, os urbanistas adotarão o mesmo plano de cidade para a França, o Japão, os Estados Unidos e a África do Norte. Lê Corbusier chega a propor praticamente o mesmo esquema para o Rio e Argel, e o plano para a reconstrução de Saint-Dié reproduz em pequena escala o plano Voisin de Paris dos anos 1920*" (CHOAY, 2003: 21).

A cidade-tipo e o homem-tipo também solapam as particularidades sócio-culturais, renunciando à história e, consequentemente, ao patrimônio local. É a chamada tabula rasa moderna (MOREIRA, 2004), ideal de destruição e construção do novo, já presente nas reformas de Paris de Haussmann e que retornam aos planos da cidade com o Plano Voisin de Le Corbusier.

Imagem 08 - Plano Voisin de Le Corbusier para Paris.



Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 09 - Plano Obus de Le Corbusier para Argel.

Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 10 - Esboço de Le Corbusier – Rio de Janeiro.

Fonte: www.vitruvius.com.br.

A cidade preconizada era baseada em edifícios autônomos elevados por pilotis, liberando o térreo para a circulação. A distribuição espacial deveria primar pela verticalização, com baixa

densidade na ocupação através da valorização de espaços verdes e de uso coletivo que formam a maior parte da área urbana. Le Corbusier dizia que a cidade deve se transformar em um parque e Gropius acreditava na aproximação entre o urbano e o campo como objetivo máximo do urbanista.

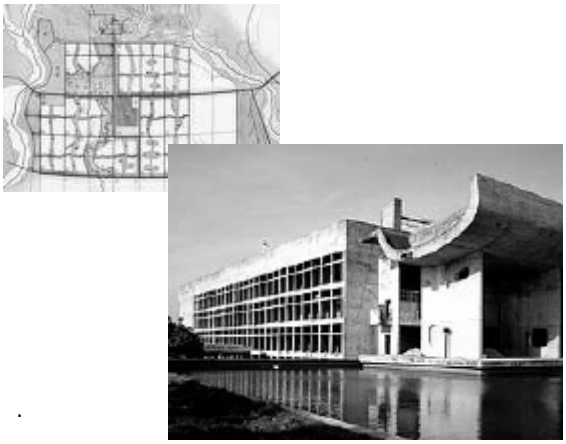
O espaço resultante é organizado segundo uma ordem rígida que classifica as funções (habitação, trabalho, comércio, serviços, instituições e lazer, entre outros) que são novamente classificadas em subfunções e determinadas ocupações separadas em relação a sua eficácia. A circulação, questão fundamental em uma organização fragmentada, é considerada uma função urbana independente das outras e também é classificada em subfunções de acordo com o tipo de e intensidade de tráfego. Uma das questões mais polêmicas da cidade resultante foi justamente a separação realizada entre a rua e as edificações. A rua era considerada um símbolo da barbárie pré-moderna e, inclusive da falta de higiene. Le Corbusier chegou a determinar a morte da rua. Por outro lado, as grandes vias de conexão foram valorizadas, em especial com o desenvolvimento dos automóveis no período pós-guerras, que terminaria por dominar a maior parte dos projetos e cidades modernas, transformando-as em cidades "à beira das auto-estradas" (HALL, 2002)

Imagem 11 - Seagran Building em Nova York: projeto de Mies van der Rohe considerado marco do "estilo internacional". Fonte: www.vivercidades.org.br

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em especial com a migração de arquitetos europeus para os Estados Unidos, o movimento transforma-se em puro formalismo, perdendo a sua densidade social. Neste contexto, constitui-se o "estilo internacional". O interesse desloca-se das estruturas sociais para se limitar às estruturas técnicas e estéticas. Esta tendência já estava presente nos períodos anteriores, já que a estética era um imperativo tão importante da cidade quanto a eficácia e o desenvolvimento social. Choay chega a afirmar que a "*Cidade instrumento, o modelo progressista é também cidade-espetáculo*" (CHOAY, 2003:32). De acordo com os princípios puristas e racionalistas, influenciados pelo Cubismo e pelo *De Stjl*, eram propostas formas simples e geométricas em ângulos ortogonais, que determinavam inclusive a relação das edificações com a rua. Conjuntamente com a fragmentação ordenada, o espaço resultante promovia a monumentalidade das edificações-objeto, expostas em meio a um plano de fundo homogêneo. Esta é a cidade espetáculo que Choay identificou.

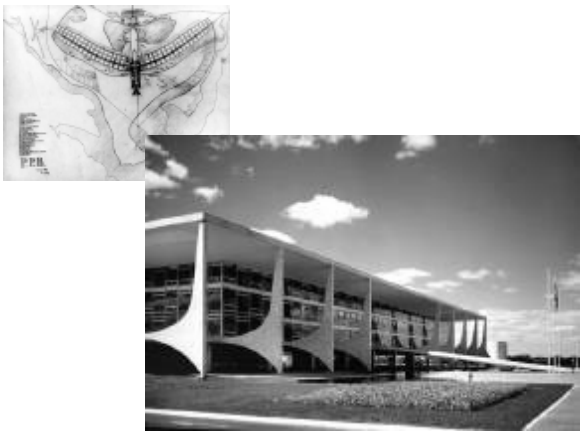
Seguindo ainda a classificação de Choay, o urbanismo progressista,

entre os três modelos analisados, contou com um número muito superior de realizações concretas[22]. Enquanto o modelo culturalista praticamente limitou-se à reconstrução de cidades inglesas e o modelo antiurbano norte-americano restringiu-se ao seu país de origem ao influenciar os modelos de suburbanização[23], o urbanismo progressista foi adotado nos mais diferentes países, em que pesem suas particularidades locais. Nos Estados Unidos foi exaltado como propaganda do liberalismo, em especial com o refúgio dos antigos participantes da Bauhaus. Nova Iorque não somente atende aos interesses econômicos e políticos como também demonstra todo o potencial da vida moderna de homens modernos[24]. Na França, inspirou os conjuntos habitacionais nos novos bairros parisienses do pós-guerras e a construção de novas cidades da expansão industrial. As cidades planejadas de Brasília e Chadigarh foram edificadas em realidades sociais conturbadas. Enfim, o urbanismo racionalista-progressista teve uma influência enorme nas cidades modernas, em especial no período pós-guerra de "alto modernismo" e na reconstrução dos países atingidos. É exatamente este modelo de cidade modernista que será contestado pelo pós-modernismo e neste momento temos a inflexão com o agravamento das críticas as suas realizações.



.

Imagens 12 e 13 - Plano de Chandigarh e Prédio da Assembléia (Le Corbusier).
Fonte: www.india.gov.in.



Imagens 14 e 15 - Plano Piloto de Brasília (Lúcio Costa) e Palácio do Planalto (Oscar Niemeyer).
Fonte: www.vitruvius.com.br.

[22] Frampton (1997) nos diz na introdução de seu livro *História crítica da arquitetura moderna* que o desenvolvimento da arquitetura pós-iluminista pode ser dividida em duas vertentes principais: a vanguarda da utopia totalmente planejada e industrializante e, por outro lado, a negação da realidade mecânica e a utopia de retorno ou manutenção das tradições históricas. Entretanto, para o autor, o modelo que mais conseguiu visibilidade e aplicações reais é uma espécie de arquitetura progressista, importando o termo da classificação de Choay.

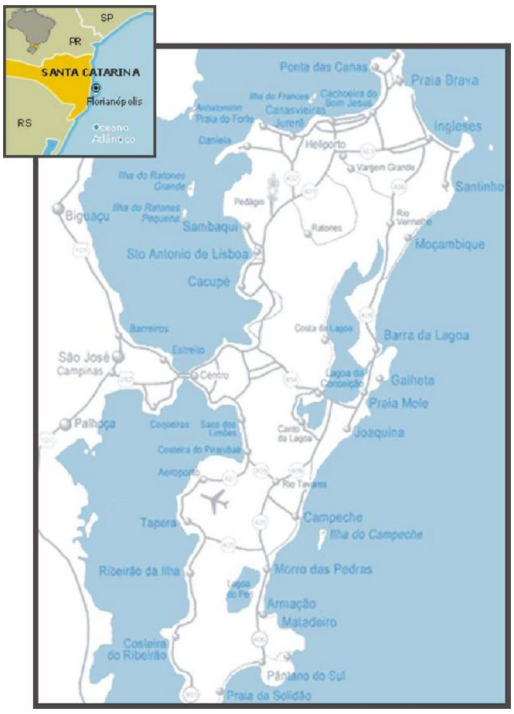
[23] Quem sabe, a partir da influência que a suburbanização norte-americana tem tido na urbanização de outros países, em especial do Brasil nos últimos anos, esta não seja uma chave explicativa para o planejamento urbano contemporâneo. Soja (1993) analisa a urbanização polinuclear e dispersa atualmente desta maneira. Para o autor, a pós-modernidade não seria apenas uma etapa cultural do capitalismo de acumulação flexível, como defendem Harvey e Jameson, mas uma nova realidade social e espacial, cuja compreensão exigiria um método no qual a geografia teria total preponderância sobre a história.

[24] Berman (1986) analisa, em um dos capítulos de seu livro *Tudo o que é sólido desmancha no ar*, a evolução da cidade de Nova York, em especial a partir das obras e renovações promovidas por Robert Moses. Podemos enquadrar muitas dessas intervenções no urbanismo progressista que personificava a visão do moderno. O autor ainda nos lembra que no período opor-se as suas obras era como se opor ao progresso, à história e à própria modernidade

2.2. MODERNIDADE (À LA) FLORIANOPOLITANA

Ironizar sobre uma "modernidade à la florianopoltana" não é apenas uma referência aos diversos discursos sobre o atraso da cidade e sua necessidade de modernização ou busca pelo desenvolvimento. Falamos de uma "modernidade à la florianopolitana" respeitando o pressuposto de que uma modernidade não é igual à outra. Não se trata de negar padrões simétricos de modernização, mas compreender que as repostas dadas aos pressupostos modernos são distintas e que considerar apenas como modernas aquelas que são perfeitamente enquadradas dentro daqueles é aceitar noções lineares e essencializantes da constituição do social. Afinal, temporalidades distintas convivem no espaço urbano, à margem da vontade do discurso e dos planos urbanísticos.

Deste modo, esta segunda parte do capítulo pretende associar as questões levantadas sobre a modernidade, em especial aquelas pertinentes à arquitetura e ao urbanismo, à realidade florianopolitana sem desrespeitar as especificidades locais. Primeiramente será feito um resgate do histórico da evolução sócio-espacial da ilha priorizando questões como a estrutura e a sociabilidade gerada. Posteriormente será tratado o período identificado como "modernização acelerada" quando aquelas questões pertinentes à arquitetura e ao urbanismo modernista são incorporadas ao desenho da cidade constituindo espaços ainda hoje facilmente identificáveis.



2.2.1. de Desterro a Florianópolis

A Ilha de Santa Catarina, toda ocupada pelo município de Florianópolis[25], possui uma área de aproximadamente 424,4 km^2, paralela ao litoral, em direção geral NE-SW e situada entre as latitudes 27º 22´ e 27º 50´. Caracterizado como subtropical úmido, seu clima é considerado ameno com temperatura média anual de 24º C. Os ventos possuem um importante papel na definição do clima local, sendo o reinante o vento nordeste e o

Imagem 16 - Localização e mapa de Florianópolis.
Fonte: elaboração própria a partir de mapa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

[25] Embora Florianópolis não seja constituída somente por sua porção insular, priorizaremos neste estudo a ilha por localizar a maior parte da área do município e de seu contingente populacional, assim como, a maior parte dos acontecimentos históricos, das intervenções urbanísticas e dos investimentos tratados aqui. Posteriormente, a área continental da cidade será tratada ao se caracterizar a região metropolitana formada pela Grande Florianópolis.

dominante o vento sul, que provoca mudanças súbitas na temperatura. A ilha é separada do continente pelas baías Norte e Sul que possuem profundidade média em torno de 11 metros e ainda por um estreito com cerca de 500 metros de largura, junto ao qual foi fundada a vila de Desterro e que é hoje atravessada pelas três pontes de ligação com o continente. Sendo uma ilha continental, seu relevo é composto por duas unidades geológicas maiores: as serras litorâneas (elevações dos maciços rochosos) e, em menor proporção, as planícies costeiras (áreas planas de sedimentação). A diversidade de seus ecossistemas naturais é considerada riquíssima, sendo verificável a presença de dunas, restingas, mangues, florestas naturais, bacias fluviais, costões rochosos, lagoas e lagunas, entre outros (LAGO, 1996). O número de praias da ilha varia de acordo com sistema de classificação, chegando em alguns casos a mais 100, embora oficialmente sejam 42 praias. A concentração de tal diversidade de ambientes naturais propicia paisagens de beleza inestimável que vêm encantando desde os primeiros viajantes que ali passaram aos atuais centenas de milhares de turistas que a visitam todos os anos. E, embora caracterizem de modo marcante a morfologia urbana da cidade, muitas vezes como barreiras para sua ocupação, esses ecossistemas já foram bastante modificados com a presença e a intervenção humanas.

Imagens 17 e 18 - Mapas antigos da Ilha de Santa Catarina (século XVII).

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

Navegadores e viajantes[26] realizaram os primeiros documentos sobre a Ilha de Santa Catarina, com descrições históricas e geográficas que ressaltam os habitantes locais[27] e a sua bela

[26] Esses primeiros visitantes do território catarinense aparecem não só como gananciosos aventureiros, mas também como pessoas em busca de sonhos e ideais de perfeição na expansão do território, para alcançar uma espécie de paraíso. Seguindo a descoberta de motivos "edênicos" na colonização do Brasil, originalmente formulada por Sérgio Buarque de Holanda (1994) e retomada por José Murilo de Carvalho (1998), essa é também a constatação de diversos autores que estudaram a manifestação dos primeiros visitantes da Ilha de Santa Catarina.

[27] Os primeiros registros da presença humana na Ilha de Santa Catarina remontam a cerca de 5.000 anos. Eles dizem respeito aos sambaquis, que podem ser encontrados ao longo de todo litoral catarinense, e às inscrições rupestres. De origem guarani, a palavra sambaqui significa monte de conchas e, literalmente, eram um acumulado de centenas e até milhares de anos de cascas de moluscos e restos de outros alimentos. Os habitantes originais da ilha moravam em cima desses montes pois eram locais secos, arejados, livres de cobras e insetos, além de um local estratégico para resguardar o mar e a terra. Supõe-se que não chegaram a ser explorados nem 20% dos sambaquis da Ilha de Santa Catarina, embora, até 1989, tenham sido registrados 120 locais (CECCA, 1997). Quando da chegada dos europeus, e dos relatos aqui tratados, a ilha era ocupada por índios carijós, sendo que sua ocupação remonta a 200 anos desse

conformação natural. É em um destes relatos, de 1526, que a denominação Ilha de Santa Catarina aparece pela primeira vez, sendo conferida pelo navegador Sebastião Caboto[28].

Imagem 19 - Mapa da Vila Capital de Santa Catarina, demonstrando o núcleo inicial (1774).

Fonte: Fundação Franklin Cascaes.

Entretanto, foi somente em meados do século XVII, aproximadamente 1673, que o vicentista Francisco Dias Velho fundou o povoado de Nossa Senhora do Desterro, como parte das iniciativas da Coroa Portuguesa de colonização de suas terras meridionais e de desconcentração em outras áreas já ocupadas do território brasileiro[29]. Segundo Vaz (1991), o ato mais importante de Dias Velho foi o de construção, em 1678, da Capela de Nossa Senhora do Desterro, atual Catedral Metropolitana, em uma pequena colina de frente para a Baía Sul. A escolha desse local deveu-se, além da proximidade com boas fontes de água potável, à sua orla abrigada e, portanto, à possibilidade de estabelecimento de um porto. Esta localização definiu o desenvolvimento do pequeno povoado, servindo de matriz espacial para o que hoje é o centro da cidade.

Em 1726 o núcleo foi desmembrado da Vila de Laguna e elevado à Vila de Nossa Senhora do Desterro, embora seu desenvolvimento fosse bastante lento, restringindo-se às imediações da ocupação inicial e áreas pontuais dispersas pelo interior da ilha. Sua principal atividade econômica era de ancoradouro e posto de abastecimento para as diversas expedições que percorriam a costa sul-americana. Foi a partir da metade do século XVII, devido ao desejo da Coroa Portuguesa de assenhorear-se da região entre a Capitania de São Vicente e a Colônia de Sacramento, no território que compreende o atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul e o

encontro. Estima-se que por volta de 1600 já não existiam mais tribos indígenas no local. Supõe-se que este fato deve-se a sua migração para outros locais em uma atitude defensiva e não a algum confronto direto entre os dois grupos (CECCA, 1997).

[28] Esses textos já foram trabalhados por diversos autores, em especial historiadores, sendo o livro de Berger (1990) o que reúne a maioria deles relativos aos séculos XVIII e XIX. Entre esses documentos, há importantes relatos como os dos navegadores e exploradores Aleixo Garcia, náufrago da expedição de Juan de Solís em 1524, e de tantos outros, como Hans Staden, Cabeza de Vaca e Goneville.

[29] Foi este mesmo objetivo que levou à fundação de Nossa Senhora do Rio São Francisco, ao norte do estado, em 1660 e, ao sul, Santo Antonio dos Anjos de Laguna, em 1714.

Uruguai, que Desterro avançou de porto de passagem para área de extrema importância nos planos de colonização portugueses[30].

Com a invasão de Colônia de Sacramento, as terras portuguesas no Brasil meridional vêem-se ameaçadas e o Brigadeiro Silva Paes, enviado da Coroa, reconhecendo o papel estratégico do litoral do atual estado de Santa Catarina e, em especial da Ilha, inicia em 1738 um plano de fortificação para a área[31]. É neste mesmo ano que a Capitania de Santa Catarina é criada, tendo como capital Desterro e como primeiro governador, o mesmo José da Silva Paes. Entretanto, reconhecendo que somente as fortificações não poderiam assegurar esses territórios, o Brigadeiro recomenda:

> "*não apenas a fortificação, mas a instituição de um governo nesta ilha, a criação de mecanismos de policiamento da atividades comerciais de seus moradores, a reordenação do espaço da vila de Desterro, com a construção de casas ou prédios administrativos e de um templo religioso, a transferência de inúmeros soldados para servirem nas fortalezas construídas e, sobretudo, o deslocamento de súditos das Ilhas dos Açores e Madeiras no final da década de 1740, que deveriam nela se estabelecer ou em suas proximidades.*" (SALOMON, 2004).

Foi construído um complexo militar de defesa com quatro fortalezas: Santa Cruz de Anhatomirim (1738), São José da Ponta Grossa (1740), Santo Antonio (1740) e Nossa Senhora da Conceição (1742). Entretanto, mesmo com um sistema de fortificações instalado, a Ilha de Santa Catarina foi invadida por espanhóis. A convivência entre ilhéus e espanhóis não foi problemática durando de 23 de fevereiro de 1777 e 31 de junho de 1778. A sua devolução foi feita de forma pacífica e não restaram quaisquer vestígios aparentes da presença espanhola (MIRANDA, 2004)[32].

Em 1728, com a determinação portuguesa de ocupar militarmente a ilha para defesa de seus territórios no Brasil meridional, Desterro foi incorporada administrativa e politicamente ao regime colonial. Os investimentos deram-lhe os elementos essenciais de núcleo urbano, passando a vila a depender de medidas governamentais. A praça, com a sede administrativa (Casa do Governo)

[30] A disputa entre espanhóis e portugueses pelo Ilha dava-se pelas suas qualidades de porto natural, considerado o último de águas seguras até a foz do Rio da Prata, e por suas supostas conexões terrestres através do caminho do Peabiru com as lendárias serras de ouro e prata: "*Enfim, a conquista e a exploração da região do Rio da Prata – e isto inclui o litoral catarinense – foram impulsionadas pela crença das riquezas que haveria no interior*" (FAGUNDEZ, 2004).

[31] No final do século XVII a fortificação assume para Portugal o papel de principal dispositivo arquitetônico-militar e no século XVIII torna-se de extrema importância conjuntamente com a formação de engenheiros militares e da constituição de um saber espacial. Assim, em 1735 é enviado ao Brasil o Brigadeiro José da Silva Paes com o intuito de fortificar a cidade do Rio de Janeiro e, depois, outras áreas do território português, inclusive a Ilha de Santa Catarina e imediações.

[32] Somente com o intuito de reforçar o efetivo papel que o sistema defensivo da ilha teve ressalto que após o episódio da invasão espanhola e, em especial, durante o século XIX as fortalezas da Ilha perderam a sua função defensiva e foram utilizadas como prisão. Ainda é importante relembrar que foi nesses mesmos locais que, durante a Revolução Federalista, em 1894, cerca de cem desterrenses foram fuzilados pelas tropas do então presidente da República, Floriano Peixoto, mais tarde ironicamente homonageado pelo novo nome dado à Desterro: a cidade de Floriano. Ao longo do século XX, algumas dessas fortalezas foram demolidas e outras ruíram; somente após a década 1980, com o aumento do interesse turístico pela cidade de Florianópolis, elas foram restauradas por um projeto desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina e tornaram-se pontos de visitação turística.

e a igreja matriz, que foi reformada, formam o núcleo urbano inicial e, a partir deles, a cidade cresceu em busca de fontes de água potável e ao longo da orla, já que sobrepujava o interesse comercial representado pelas transações efetuadas com os navios que abarcavam na baía (VEIGA, 1993). As habitações localizavam-se em torno e a partir do Largo da Matriz, condicionadas pela topografia acidentada[33].

Esse modelo de ocupação, marcado pela praça retangular com a igreja em uma extremidade e o mar de outro, as construções oficiais e o casario nas laterais, não foi utilizado somente em Desterro, seguindo um padrão bastante comum em outras cidades coloniais portuguesas, como nos diz Vieira Filhos (*In* REIS, 2002: 77):

> "*Este projeto, derivado diretamente das ordenações espanholas expressas nas "Leis das Índias", de inspiração renascentista e que determinou, desde o século XVI o traçado de quase totalidade das cidades que a Espanha plantou no novo mundo, influenciou o urbanismo português e acabou por tornar-se regra exatamente no litoral de Santa Catarina. Ocupada por indução oficial e razões estratégicas, a faixa litorânea catarinense representou assim um campo fértil para o racionalismo sempre presente na formação dos militares tão presentes nos conflitos do sul.*"

Também como aponta Szmrecsayi (2007), no caso de praças em núcleos coloniais litorâneos no Brasil, as razões comerciais integram-se às razões de Estado, sendo a esplanada militar-governamental derivada do porto, como no Rio de Janeiro já antes de Dom João VI e em Lisboa mesmo antes do terremoto.

Dentre as iniciativas governamentais mais significativas desse período destaca-se o início, em 1748, da imigração açoriana[34]. A imigração pretendia resolver dois problemas de uma só vez: a superpopulação das ilhas de origem e a necessidade de povoamento da ilha de destino. Segundo Piazza (1988), deste ano até 1756 aproximadamente seis mil açorianos desembarcaram na Ilha de Santa Catarina. A Coroa Portuguesa encarregou-se de todo o processo, desde ao alistamento, com a fixação de um edital com exigências e incentivos (alguns cumpridos e outros não), até a fixação nas novas terras. Foi no Regimento de Silva Paes, a Provisão Regia de 9 de agosto de 1747, destinada ao governador de mesmo nome, que foi configurado um modelo de ocupação territorial, como assim segue:

> "*(...) os sítios mais próprios para fundar lugares em cada um dos quais se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando, e no contorno de cada lugar e nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmarias assinalará um quarto de légoa em quadro a cada um das cabeças do casal do mesmo lugar, na forma declarada no dito edital.*

[33] Até meados do século XVIII, a ocupação privilegiava as áreas livres abaixo da cota dos 10 metros, próximas à orla. Enquanto foi possível, o crescimento direcionou-se para o leste da área fundacional. Posteriormente, as primeiras casas constituíram os primeiros bairros a oeste: Toca, Figueira, Mato Grosso e Rita Maria. Entretanto, o desenvolvimento de Desterro se conformava aos limites geográficos de seu núcleo urbano central, pois ante aos recursos da época, o determinismo ambiental limitava o crescimento da cidade (LIMA, 2002).

[34] Posteriormente, a imigração açoriana também se dirigiu ao resto do litoral catarinense e litoral norte gaúcho.

> *Para o acento e logradouro públicos de cada lugar se destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terras se fará por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem em quadros, contando que a quantidade de terra seja a que fica dita.*
> *No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se porá a Igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura de quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se porão moradas em boa ordem, deixando umas e outras para trás lugar suficiente e repartirão para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro."* (Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, CABRAL 1950 *In* REIS, 2002: 49).

Imagem 20 - Esquema de vilas, freguesias e fortalezas.

Fonte: REIS, 2002.

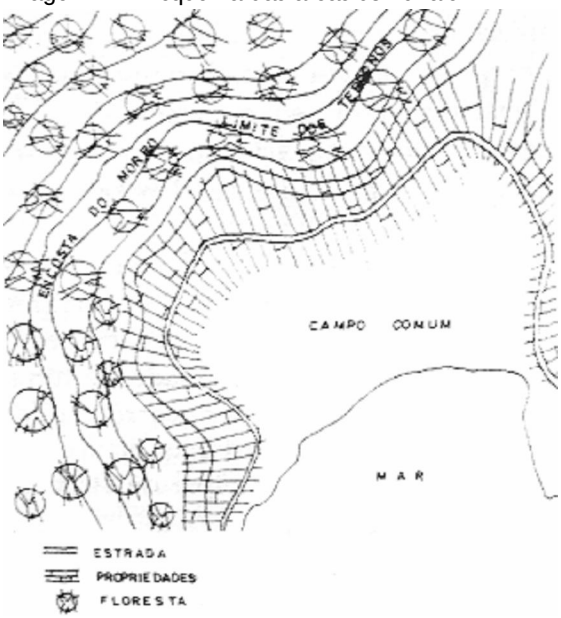
Os primeiros casais situaram-se próximos à Desterro e em caminhos que circundam o morro à leste da vila. Daí, a direção tomada por esses novos moradores foi o interior da ilha formando freguesias praticamente autônomas[35]. A busca por terras dava-se a partir de caminhos e trilhas preexistentes, de difícil circulação, mas principalmente orientada para terrenos férteis conjuntamente com pontos de fácil acesso; daí a importância de núcleos com ligação com o mar e, por conseguinte, com a vila-capital. Não obstante, as freguesias mais prósperas eram aquelas que possuíam trapiches ou ancoradouros. Daí, a importância de Santo Antônio, Ribeirão da Ilha e Trindade, as duas primeiras próximas a vila-sede e com relações comerciais bastante fortes com freguesias no continente e, a última, no interior detrás do Morro da Cruz, em um entroncamento de caminhos terrestres.

Nas sedes das freguesias, que polarizavam os assentamentos ao seu redor, a mesma configuração da praça com o foco do poder real e do poder eclesiástico também se fazia presente no mesmo modelo da vila sede de Desterro embora de menor porte. Nessa praça se realizavam as festas e atividades coletivas dessas localidades. Se litorânea, a praça também articulava as funções portuárias com a vila-sede. O que muda, com relação a esta última, é a

[35] Seguindo a seguinte ordem, foram fundadas: em 1750, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, da qual em 1834 foi desmembrada a freguesia de São João Batista do Rio Vermelho; em 1755, a freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio de Lisboa, de que também foi desmembrada na freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras em 1835; em 1809, foi fundada a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e, em 1835, a freguesia da Santíssima Trindade detrás do Morro. Também, na área continental, em 1750 foi fundada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito, hoje no município de Palhoça, e, em 1751, as freguesias de São Miguel da Terra Firme e São José da Terra Firme, hoje o município de São José.

escala dos empreendimentos, sendo a das freguesias de menor porte, como pequenas vilas isoladas. A configuração das conexões era dada pela praça cujo principal referencial era a igreja, localizada, mormente, em uma pequena elevação. As sedes das freguesias funcionavam como centros administrativos, comerciais, religiosos e sociais do entorno. É fácil, desse modo, imaginar a vida cotidiana nessas freguesias, procuradas pela população vizinha para a resolução de assuntos oficiais ou religiosos, para comercialização de seus produtos e, nos finais de semana e datas especiais, para as comemorações festivas.

Imagem 21 - Esquema das áreas comunais.



Fonte: CAMPOS, 1991.

Os açorianos em Desterro mantiveram suas tradições sócio-culturais e atividades econômicas. Diferentemente do que ocorria na época com a colonização portuguesa em outras regiões do país, nas quais a produção era voltada para o comércio de exportação em grandes latifúndios, esses colonizadores desenvolveram um modo de produção agrícola em regime de pequena propriedade, com mão-de-obra familiar e áreas comunais, das quais falam Campos (1991) e CECCA (1996) e Reis (2002) apresenta um excelente mapeamento. É importante analisar este processo de ocupação das áreas do chamado interior da Ilha já que muitas destas freguesias litorâneas e de suas áreas comunais serão apropriadas para expansão da ocupação pelo mercado imobiliário e pela atividade turística.

A demarcação dos lotes era feita através de sua testada, que deveria defrontar mar, lagoa ou caminhos e trilhas e, o sobreparcelamento, ser sempre perpendicular a este referencial, portanto, longitudinal ao lote. As áreas comunais, normalmente, situavam-se aos fundos desses lotes, constituindo-se por encostas, banhados e dunas. Os limites, nos dois casos, eram bastante imprecisos. Praticamente toda terra não apropriada tinha uso comunal. Destinadas ao uso coletivo, estes espaços eram um suplemento da propriedade privada. Serviam para a pastagem do gado, corte de lenha, fontes de água e caminhos, entre outros. Era também nas áreas comunais que realizam diversas festas populares, como a farra do boi. Deste modo:

> "*Toda localidade possuía alguma área comunal que podia utilizar, mas que não se localizava necessariamente junto a ela. Isto significa que duas ou mais localidades poderiam se utilizar de um mesmo campo ou área comunal. Esta forma de utilização da*

> *terra ocorreu com freqüência entre o pequeno agricultor açoriano e durou até algumas décadas atrás. Em casos específicos, como o campo da Colônia, em Canasvieiras, ainda havia usuários até 1986.*" (CAMPOS, 1991: 105).

Paralelamente, surgiram atividades manufatureiras de subsistência que geraram um excedente considerável, que passou a ser comercializado. Assim, existiam engenhos de farinha, mas também de açúcar, alambiques, curtumes, produção de ferramentas, móveis, utensílios domésticos e de tecidos confeccionados em teares próprios. Dentre as atividades pesqueiras, destaca-se a pesca da baleia para obtenção do óleo que atendia a diversos fins como, por exemplo, a construção.

Baseando suas atividades na agricultura e na pesca, as freguesias, praticamente auto-suficientes, possuíam estradas precárias de conexão com o núcleo principal, dependendo exclusivamente do mar para seu transporte, comunicação e comércio de seus produtos[36]. Sua ligação com o mar é, portanto, bastante estreita. É também nele que usufruem o seu lazer e é dele que as novas tradições emergem, originárias da Ilha de Santa Catarina. Uma destas é a lenda sobre as mulheres consideradas bruxas. Embora em nenhum momento tenha havido fogueiras santas em Florianópolis, essas mulheres, curandeiras, parteiras, ou mesmo, mulheres consideradas más ou feias, eram temidas e odiadas. Franklin Cascaes[37], um dos autores mais conhecidos na cidade, publicou os relatos dessas histórias, contadas pelos próprios descendentes dos açorianos e escritas por um deles (CASCAES, 2000). E até os dias atuais, as histórias continuam sendo contadas, perpetuadas e acreditadas. Dizem que durante a primeira noite de lua cheia de cada mês, as bruxas saem para fazer suas "diabruras"...

Imagem 22 - Gravura de Franklin Cascaes ilustrando "atividades bruxólicas".

Fonte: Fundação Franklin Cascaes.

Foi justamente esse isolamento espacial, devido à desarticulação dos núcleos, que promoveu um forte fechamento social e a manutenção de seus atributos culturais inalterados até recentemente. A ocupação intensiva do território da ilha, baseada no minifúndio voltado para a agricultura familiar, conjuntamente com a reserva de grandes porções de território naturais para o uso comum são características marcantes do povoamento açoriano na ilha e esses dois fatores se mantiveram praticamente inalterados, assim como as freguesias e os modos de vida dessa

[36] Posteriormente, foi aberta uma série de caminhos para conexões entre os diversos núcleos que ficaram sendo conhecidos como *estradas gerais* até os dias presentes, já que é a partir dela que foram construídas as estradas modernas. Com o passar do tempo, esses caminhos também passam a ter ocupações, tanto residenciais quanto de localização de atividades comerciais e comunitárias.

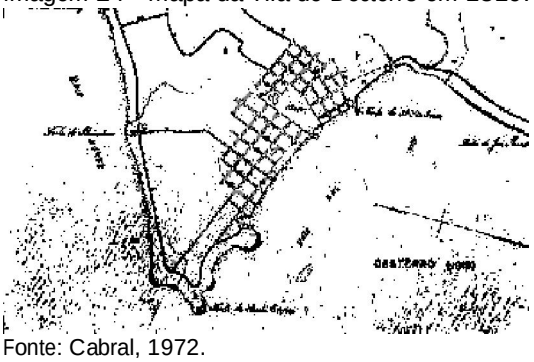
[37] Franklin Cascaes é um dos estudiosos mais conhecidos e reconhecidos por sua extensa obra a cerca do cotidiano, dos mitos e das lendas das freguesias do interior da Ilha de Santa Catarina. Sendo, além de escritor e folclorista, ainda possui uma vasta série de pinturas e desenhos que retratam essas histórias.

população, até o desenvolvimento da atividade turística. Diversos autores atestam que essa estrutura social remonta àquela vigente na Europa no século XV por guardar inúmeros caracteres do período dos antepassados desta população em seu local de origem (CARDOSO & IANNI, 1960). Adiante serão mais bem explicados esses traços culturais tão fortes e representativos da população ilhoa.

Imagem 23 - Gravura ilustrativa da sede da vila no final do século XVIII.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Imagem 24 - Mapa da Vila de Desterro em 1819.



Fonte: Cabral, 1972.

Retornando ao primeiro governo da nova capitania, conclui-se que trouxe significativas modificações na vida econômica e social da vila de Desterro, pois a colonização açoriana seria protagonista dos interesses políticos da coroa portuguesa. Entretanto, embora se preenchessem algumas funções urbanas, a vila ainda não podia ser caracterizada como cidade. Os colonos rurais (primeira direção dos açorianos) os militares e os administradores locais formavam as principais categorias da estrutura social.

No século XIX, aumenta o interesse pela ilha de Santa Catarina em termos comerciais e seu porto começa a exercer um papel mais abrangente. Com a independência do Brasil, Santa Catarina passa a ser província do Império e Desterro, sua capital, elevada à categoria de cidade. Este fato tornou a administração pública mais complexa e alterou sua estrutura. Por outro lado, costuma-se dizer que a década de 1880 foi o período do "mini-boom" do porto catarinense da Vila de Desterro, pois ele entra no circuito agro-exportador brasileiro. O porto passa a ser um intermediário entre outras regiões produtoras catarinenses, que tomaram impulso com a migração européia (italianos e alemães), e os mercados consumidores, principalmente o Rio de Janeiro. Entretanto, o porto de Desterro nunca exerceu um papel efetivo de relevância por razões naturais (pouca profundidade no canal de navegação), construtivas (pouca capacidade física) e também econômicas, dada a inexistência de um mercado constante para os produtos catarinenses. Tentou-se a desobstrução do canal a partir de 1895, sem resultados satisfatórios. O desenvolvimento bastante lento do mercado local, embora crescessem as atividades urbanas administrativas e de serviços, fez com que o porto de Florianópolis diminuísse sua importância até

Imagem 25 - O porto de Florianópolis no início do século XX.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

perder por completo seu papel e relevância econômica no início do século XX, o que, por sua vez, gerou certa estagnação no desenvolvimento da cidade[38].

De qualquer modo, aos poucos, a atividade comercial iria sobrepor-se às rurais e foi a partir desse momento que a diferenciação entre a cidade e o campo acirrou-se. Era comum dizer, se uma pessoa era educada, que era urbana. A cidade passou a ser símbolo de superioridade e civilização, enquanto o campo, da rusticidade, tanto que os moradores urbanos raramente ou nunca chegam a conhecer a região rural da ilha, chamada popularmente de interior da ilha, mesmo localizando-se na orla, situação que somente se alterou com a adoção dos banhos de mar.

> "*Daí que os componentes rurais da estrutura social de Desterro fossem neutralizados pelos componentes urbanos e que o sistema de atribuição de status, o estilo de vida e as formas dominantes de pensar se orientassem muito mais pelos valores dos* ***grupos urbanos*** *(militares, administradores e comerciantes), que os grupos rurais.*" (CARDOSO & IANNI, 1960: 20. Grifo da autora).

Existia, portanto, uma clara dicotomia entre a vila-sede e o chamado "interior" da ilha, se formando uma hierarquia de localidades a partir de uma rede de núcleos. A rede era composta pela cidade, as sedes de freguesias, os núcleos agrícolas e os núcleos pesqueiros, seguindo essa ordem[39]. Assim, o maior controle do Estado na vila principal e nas sedes das freguesias manteve um traçado regular e a instituição da praça, com a sede do poder civil e religioso, enquanto, nos demais núcleos, a espontaneidade da ocupação gerou um traçado irregular e mais orgânico[40]. Essa rede de núcleos conectava-se, como dito anteriormente, pelo mar, mas também por uma rede de caminhos terrestres ao longo dos quais foram sendo construídas edificações de uso residencial, comercial ou institucional. São as ocupações lineares, como caracteriza Reis (2002) e

[38] Paulo Lago (1996) explica que a abertura do Canal do Panamá, em 1914, também teve importância na desativação do porto de Desterro já que este era um dos pontos de parada mais importantes para as embarcações que seguiam as rotas entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

[39] Até os presentes dias essa configuração ainda é bastante visível, dando origem a divisão administrativa atual em *distritos*, e sua hierarquia permanece praticamente inalterada.

[40] Nos núcleos agrícolas e pesqueiros, a ocupação foi bastante espontânea, como na Barra da Lagoa e na Armação do Pântano do Sul. Organizada por um caminho principal, a estrutura urbana é o labirinto de vias formado seguindo as condições naturais do sítio. Sendo uma área pesqueira, cada núcleo é bastante articulado com a orla, lugar de trabalho cotidiano. A delimitação informal de lotes e a proximidade das edificações delimitam os espaços públicos e tornam a rua e a casa bastante integradas. Essa estrutura é bastante legível para moradores do local mas, permanecendo praticamente inalterada até os dias atuais, é de difícil acesso para visitantes.

que foram transformadas, com o passar do tempo, nas estradas gerais de ligação com os balneários e bairros no interior da ilha.

Na vila-sede, a sociedade desterrense começou a mudar de acordo com os ventos que sopravam das revoluções européias e dos centros sócio-políticos brasileiros, em especial o Rio de Janeiro[41]. Entretanto, estes novos hábitos e valores, bastante conectados ao modernismo europeu, somente foram possíveis de serem adotados devido ao próprio momento histórico interno. Como dito anteriormente, na segunda metade do século XIX, o porto de Desterro passou a exportar produtos não só da Ilha e do continente próximo, mas também de outras regiões da província. Foi esse desenvolvimento que permitiu a formação de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores, donos de estaleiros, entre outros, que, paralelamente aos militares e aos administradores públicos, formavam a elite desterrense. Nesse ambiente, valores como crédito financeiro, crédito político e "honra e caráter" eram extremamente importantes e constituintes não só da sociabilidade, mas também da sobrevivência material. Essa elite também contou com mecanismos de controle e fiscalização para a instalação de novos padrões burgueses para a sociedade, como a Constituição do Império, o Código Comercial, o Código de Processo Criminal e a *imprensa*, que os autores ressaltam de maior importância.

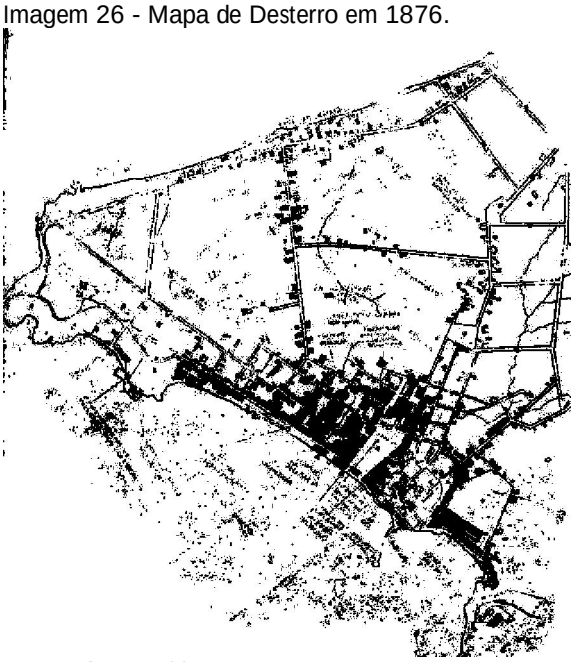
> "*A constante preocupação da imprensa em fomentar o progresso material, em elevar o padrão de comportamento público, em construir uma moralidade familiar, fazia com que percebesse o grande abismo que separava seu elevado ideal da precária realidade provinciana.*" (SIEBERT, 2004: 256).

As esteiras foram substituídas pelas camas, os bancos, pelas cadeiras, as paredes foram revestidos por papéis importados, o mobiliário das casas foram sofisticados, as banheiras entraram nos quartos e os banhos tornaram-se semanais (CABRAL, 1972). Entretanto, este "processo civilizador" também foi acompanhado do crescimento da cidade com a atração de trabalhadores de outras localidades e da vinda das elites do interior do estado, motivados pela proximidade dos órgãos administrativos e pelo valor simbólico de habitar a "capital". Assim, além de controlar e administrar esse novo contingente populacional, promoviam a "ordem pública" e marcavam a atuação do "poder público burguês". É, também, nesse período, acompanhando essas mudanças de ordem social, que começaram a surgir novos tipos de edificações: os sobrados – signo da elite ascendente –, o Mercado Público – para a ordenação do comércio –, ou a Biblioteca Pública, como incentivo à cultura; além disso ocorre a instauração de diversos jornais e prensas literárias e diversas melhorias foram realizadas na precária infra-estrutura de Desterro, além de terem sido criados de diversos tipos de associações: clubes e sociedades de

[41] Segundo Itamar Siebert (2004) quatro paquetes paravam por semana em Desterro com destino ao Rio de Janeiro ou a Buenos Aires em viagens que não excediam 60 horas. Ou seja, o contato com cidades consideradas "mais avançadas" era constante, mesmo que fosse intermediado pelos visitantes viajantes.

bailes, sociedades musicais, sociedades carnavalescas, sociedades teatrais e uma sociedade literária (PELUSO JÚNIOR, 1991). Portanto, para além de mudanças sociais, através de um "aburguesamento", a cidade passa por mudanças espaciais significativas da nova valorização simbólica.

Imagem 26 - Mapa de Desterro em 1876.



Fonte: POPINI, 1991.

Imagem 27 - Praça XV de Novembro no final do século XIX.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Como sede-capital do estado, Desterro passou a reunir, em seus espaços, a vida social própria ao desempenho deste papel. Cabral (1972) nos fala da animação que se instaurava no porto, nas ruas e praças quando da chegada de embarcações para o comércio. Na área ocupada hoje pelo centro da cidade, se reuniam as diferentes camadas populacionais sendo, portanto, marcado como o lugar de sociabilidade maior da Ilha de Santa Catarina (VAZ, 1991). Todas as distâncias podiam ser percorridas a pé e a regularidade da malha não diferenciava os fluxos no seu interior. Essas características conjuntamente com as dos sobrados – baixo número de gabaritos e relação direta do espaço privado com o espaço público – configuravam este espaço de rica sociabilidade. Segundo Reis (2002: 80) "*Ruas e praças, configuradas como vazios escavados na densa massa edificada, eram alimentadas por um sem-número de transições entre interior e exterior, comportando também uma densa e variada apropriação cotidiana*". Os únicos elementos diferenciadores da estrutura urbana eram a Praça XV de Novembro, conjuntamente com as sedes administrativas ao seu redor, e a facha litorânea que configurava os limites da ocupação e da vida portuária.

Imagem 28 - Sobrado de Desterro.

Fonte: FOSSARI, 1987.

Como o leste do núcleo inicial era bastante montanhoso, a cidade desenvolveu-se para oeste, em direção ao continente. Os comerciantes, principais representantes desse crescimento, trabalhavam e viviam no centro da cidade. Seguindo o mesmo estilo de sobrado que Nestor Goulart Reis Filho (1970) descreve, o sobrado de Desterro abrigava o comércio no andar térreo e a habitação no andar superior. É neste momento que surge a noção de uma insalubridade do ambiente urbano que impulsionou a busca de novas localidades para a ascendente sociedade comercial.

A cidade expande-se além do núcleo inicial em direção ao norte da península original, para as chácaras, verdadeiros sítios para temporadas e refúgio de epidemias (VEIGA, 1993). Cerca de 1,5 quilometro separavam esses ambientes dos males da cidade. Com o tempo, as famílias mais abastadas passam a residir nesses locais fugindo da pobreza, das epidemias e "imoralidades" do espaço urbano. Como diz Ferreira (1994: 60), *"(...) o burguês que foi ao encontro do campo para fugir da cidade, no caso específico de Florianópolis acabou encontrando o mar (...)*". Entretanto, essas chácaras foram gradativamente loteadas em uma expansão do núcleo central. Embora mantivesse o mesmo padrão de edificações configurando ruas e praças com grande permeabilidade entre os mesmos, a malha viária não manteve os mesmos padrões anteriores. Com um grupo de vias principais, derivados dos antigos caminhos que conectavam o núcleo inicial aos fortes, fontes de água e às próprias chácaras, foram abertas vias menores, de caráter local e derivadas do próprio loteamento para interconexão entre as diversas partes. Essa malha permanece praticamente inalterada nos dias atuais, reforçando o caráter centralizador do núcleo inicial e a identidade morfológica de todo o conjunto[42].

Pode-se dizer que, seguindo o que vinha acontecendo em outras cidades brasileiras, foi implantado em Desterro o urbanismo sanitarista, cuja preocupação básica era as condições de salubridade dos bairros e das habitações. Segundo Cabral (1972), os melhoramentos urbanos iniciaram-se a partir de 1830, com as "Posturas da Câmara Municipal de Desterro", que instituiu os primeiros aterramentos das ruas centrais, pavimentações e normas acerca da largura de vias e calçadas. O primeiro sistema de iluminação pública surgiu em 1837 e, em 1874, o primeiro telégrafo. Surgiram coletivos e linhas de bondes melhoradas através do monopólio de alguns empresários em 1907. Em 1877, os serviços de remoção de lixo, águas servidas e materiais fecais, transportavam os dejetos em carroças para ser despejados em alguma praia longínqua.

[42] Enquanto parte desta área hoje serve de centro expandido da cidade, a faixa litorânea e proximidades, transformada em Beira-mar Norte, continuam abrigando a elite da cidade. Também, é interessante notar que muito da denominação antiga continua sendo utilizada no local, como a região conhecida como Chácara de Espanha.

Dentre as medidas tomadas para “limpeza pública”, estava a retirada de cortiços, casas em mal estado, enfim, dos pobres da cidade. Marinheiros, prostitutas, lavadeiras, entre outros, foram removidos e passaram a ocupar a encosta do morro de separação do núcleo inicial. No fim do século XIX, foram saneados e aterrados córregos e valas, construídos aterros e cais à beira-mar, alterando substancialmente a paisagem urbana. A orla marítima começou a ser incorporada ao desenho urbano. Com as praias menos sujas, foram realizados embelezamentos para torna-las um lugar “civilizado” para o lazer das famílias (LIMA, 2002).

Imagem 29 - Ocupação ao leste da praça e subindo o Morro da Cruz.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Imagem 30 - Praça XV de Novembro em 1907.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Imagem 31 - Primeiro Mercado Público Municipal, entre 1898 e 1935.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Através da implantação destes serviços, empresários compraram terras nos locais de intervenção ou próximas aos mesmos que foram valorizadas no processo. O sucesso desta operação foi garantido pela presença dos próprios empresários na Câmara Municipal. A primeira demonstração de especulação imobiliária em Florianópolis foi garantida e usufruída pelos empresários locais que se confundiam com os próprios governantes (SUGAI, 1994). Este processo é notório em especial no caso da ligação com o continente, a área a oeste da praça foi valorizada, já se prevendo a conexão, enquanto as áreas a leste abrigavam os mais pobres, apresentando cortiços e malocas subindo os morros e o que se transformaria nas favelas da cidade atual.

Ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, a expansão urbana foi conduzida através da divisão de chácaras e de áreas rurais, visando o lucro que a venda de lotes proporcionava e atendendo à população que crescia. Esse processo provocou significativas alterações no parcelamento e uso do solo. As dificuldades de ordem natural topográfica assim como de transportes, já que as estradas eram apenas picadas, promoveu o adensamento das áreas antigas.

Como conclusão, esse foi um dos momentos mais decisivos no processo de remodelação de Florianópolis: a cidade se adensou, novas ruas, agora pavimentadas e com calçadas, diminuíram as distâncias e possibilitaram a expansão urbana, foram implantadas iluminação e arborização e as áreas livres foram ajardinadas. O centro urbano especializou-se e surgiram os bairros residenciais nos arredores. Foram construídos os mais importantes edifícios[43] relacionados ao período e que representaram, literalmente uma nova cidade: como já mencionado, em 1894, o nome da Vila de Desterro foi modificado para Florianópolis pelo então governador Hercílio Luz[44].

Imagem 32 - Ponte e antigo atracadouro na primeira metade do século XX.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

O período encerra-se com a construção da ponte de ligação ao continente, atual ponte Hercílio Luz, em homenagem ao governador do período, financiada por empréstimos estrangeiros, com custos maiores do que 10 vezes a receita do Estado, mas que permitiu a conexão da capital com o resto do Estado (VEIGA, 1993). A cabeceira da ponte passou a exercer a função de entrada da cidade, antes desenvolvida pela Praça XV de Novembro e a área portuária (PELUSO JÚNIOR, 1991).

2.2.2. a modernização acelerada (de 1926 a 1981)

Como visto, podemos identificar a partir de meados do século XIX em Florianópolis padrões de sociabilidade – um aburguesamento das relações sociais através da entrada de novos valores – e de intervenção e ocupação urbana – embelezamentos e sanitarismo – que remetem a um processo mais abrangente original da Europa que passando pelo Rio de Janeiro, desembarca na Ilha com adaptações as suas particularidades. Do mesmo modo, as mudanças pelas quais o mundo passa a partir da Primeira Guerra Mundial, e em especial com a Segunda, refletem-se na capital catarinense. A modernização acelerada significará para a cidade a dependência em relação a um Estado forte na busca do seu "desenvolvimento", segundo parâmetros externos à mesma, pautado pelo desejo de industrialização, que nunca ocorreu e que tornará a cidade cada vez mais dependente da administração pública, e no seu crescimento acelerado através de grandes obras, em especial viárias de conexão a outras áreas da ilha, destinadas ao uso do transporte individual, que enfrentam seus condicionantes naturais.

[43] Como o primeiro Mercado Público, já mencionado, situado em frente à praça XV de Novembro e demolido em 1898; a primeira Alfândega (derrubada em um acidente de 1866), próxima também à praça, no início da atual rua Conselheiro Mafra; e foi feita a remodelação no Palácio do Governo, que tomou seu aspecto atual em estilo neoclássico.

[44] A homenagem ao marechal Floriano Peixoto continua causando polêmicas devido aos incidentes ocorridos durante a Revolução Federalista na ilha e que levaram ao fuzilamento de cerca de cem desterrenses. Muitos descendentes destes últimos solicitam, ainda nos dias atuais, a volta à designação anterior.

A Ponte Hercílio Luz traz as primeiras transformações para cidade. Em sua malha urbana, a porção mais ocidental da Ilha foi integrada ao sistema viário através da construção de eixos de acesso rodoviário que devastaram grandes áreas. A ocupação da península central adensou-se com o loteamento de novas porções de terra valorizadas com o processo e a indústria da construção civil, ainda confundida com os governantes da cidade, começou a exercer certa influência nas decisões sobre os rumos da cidade. Além de possibilitar um sistema de abastecimento de água a partir de mananciais maiores localizados no continente, a ponte melhorou o transporte, a comercialização de produtos e a comunicação com outras cidades do estado e do país, além de favorecer a utilização dos veículos automotores em Florianópolis.

Embora a ponte não tenha alterado substancialmente o panorama econômico da cidade (VEIGA,1993), ela significou o início da decadência do porto de Florianópolis. Além dos motivos explicitados anteriormente, a priorização gradual dada ao transporte rodoviário influenciou na desativação do porto, já que a posição da cidade, excêntrica à nova rede de transportes, dificultava sua conexão com outras regiões. Essa conexão também permitiu a entrada de produtos de outras regiões catarinenses e de outros estados brasileiros; mesmo as regiões mais produtivas que Florianópolis, com sua agricultura baseada na pequena propriedade e na mão de obra familiar, não conseguiam competir com esses adversários. Ademais, a pesca artesanal passava a desaparecer devido à competição com as grandes empresas e a saturação das águas. Florianópolis adquiriu uma nova fisionomia, dependendo diretamente das atividades político-administrativas e terciárias como seus principais motores econômicos.

Com a Primeira Guerra Mundial, o Brasil ampliou a substituição de importações, estimulando a produção interna. Como sua economia era independente do café, Santa Catarina não passou pela estagnação ou retrações provocadas com as crises posteriores e Florianópolis, como sede político-administrativa do estado, pôde se beneficiar do desenvolvimento de outras regiões catarinenses, enfrentando pressões para transferência da capital para o interior do estado até recentemente, sem resultados. O aparelho burocrático da cidade foi o principal motivador de sua economia (FACCIO, 1997) já que à medida que o mesmo cresce, cresce a população local assim como suas necessidade, expandindo o mercado de serviços e de bens de consumo. Os grandes comerciantes, industriais e agricultores mudaram-se para a capital, pela proximidade às autoridades governamentais, investindo o capital acumulado em outras áreas na cidade, contribuindo para seu desenvolvimento urbano.

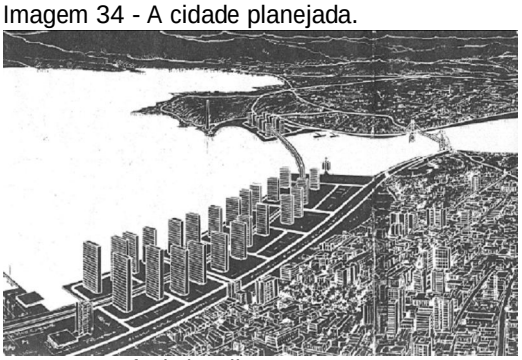
Todavia, o ritmo de desenvolvimento de Florianópolis só realmente se acelerou, assim como o crescimento da população, a partir da década de 1950. A intensificação das funções urbanas (educação, saúde, aparelho burocrático, entre outros) e do setor terciário seria a inclinação de Florianópolis nas próximas décadas. A instalação da sede de empresas estaduais e federais,

como a Eletrosul, também trouxe um grande contingente populacional de funcionários públicos de camadas médias. A implantação do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1961, trouxe mudanças na economia e na dinâmica imobiliária da capital com a atração de estudantes e professores. A BR 101, que ligava Porto Alegre e Curitiba passando por Florianópolis, também foi concluída neste mesmo período, estimulando o comércio e a atividade turística, como será detalhado posteriormente.

Imagem 33 - A cidade real.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Imagem 34 - A cidade planejada.



Fonte: www.ufsc.br/~esilva.

Em 1955, foi aprovado o primeiro Plano Diretor da cidade e instituído um novo código municipal. Realizado por um grupo de arquitetos de Porto Alegre, capital gaúcha que se industrializava, o Plano constituía-se do diagnóstico dos problemas da capital e de um projeto de planificação. Ainda, revela influência direta das políticas preconizadas no período pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) ao colocar sua ênfase no desenvolvimento econômico da cidade pelo incentivo das atividades industriais. Seguindo o modelo de outras cidades do país, Florianópolis adotou o plano como medida essencial para retirar a cidade do atraso e alcançar o desenvolvimento e o progresso que a levariam à modernidade. Também seguindo os modelos da época, o urbanismo progressista preconizado nos CIAMs, o plano adotou os parâmetros racionalistas (RIZZO, 1993). O primeiro passo foi o zoneamento da cidade. Propunha-se o descongestionamento através do adensamento das áreas centrais e do aumento dos meios e vias de circulação e das áreas livres. O plano definiu, também, três fatores positivos para o desenvolvimento da cidade: um porto moderno (nunca instalado), o centro universitário (instalado nas décadas seguintes pelo Governo Federal) e o desenvolvimento turístico, este considerado função secundária, tanto que para o interior do município nada é proposto. O principal eixo de desenvolvimento preconizado foi o da região sudeste da ilha, em direção à Planície do Campeche, com a construção de uma via expressa nesse sentido, embora já se propusesse também a Avenida Beira-Mar, conectando o centro da cidade às regiões ao norte e leste da ilha. Esta via expressa no sentido sudeste da Ilha demonstra claramente as influências e as intenções do Plano ao assemelhar-se aos tantos outros projetos

modernistas do período, em especial, a lembrança da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, construída somente posteriormente.

Das proposições expressas no Plano, somente foram implantadas aquelas de caráter rodoviário e que, garantindo o acesso à porção norte e leste, e estimularam a atividade turística, como será descrito posteriormente. No momento, é importante notar que na década de 1940, uma pequena extensão da área continental foi anexada ao território florianopolitano como área de balneário das elites locais, sendo, a partir de então, quando também foi implantado um balneário na praia de Canasvieiras no norte da Ilha, que se percebeu o potencial do turismo da cidade. Estando nas palavras da mídia, nos discursos políticos e nas discussões dos empresários, a "vocação natural" de Florianópolis para o turismo entra no imaginário da população. Em 1960, a ocupação da orla marítima da Ilha segue o desenvolvimento do turismo interno à mesma, sendo somente na década de 1970 que alguns distritos, antigas freguesias, como Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, serão vistos como alternativas de moradia para a população que aumentava com a migração de profissionais no período.

Também a idéia de que a cidade era subdesenvolvida e que deveria buscar o progresso, em especial pela industrialização, fez-se presente nos diagnósticos de então, tanto nos planos diretores das décadas de 1950 e 1970, quanto nas instituições públicas e na imprensa[45]. Paradoxalmente, a economia do estado de Santa Catarina expandiu-se a partir da segunda metade do século XX, apresentando, daí por diante, um crescimento constante, acompanhando as crises brasileiras. O governo do estado adota o Plano de Metas do Governo Federal, advindo de 1956, com forte apelo nacional-desenvolvimentista. Sua influência no estado foi o incremento da infra-estrutura, chegando a se julgar que pela industrialização se superaria a condição de subdesenvolvimento. Em 1965, com o novo plano de metas, o governo Colombo Salles prosseguiu o processo de desenvolvimento focado na expansão do produto interno bruto catarinense. A década de 1970 mostra um desempenho sempre superior da economia catarinense em relação à brasileira, sendo que, ao final dessa década, o estado representava o sétimo produto interno bruto brasileiro[46].

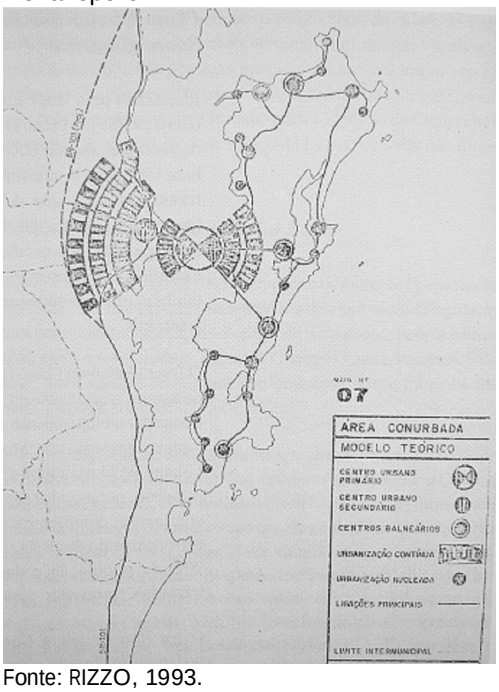
Também inserido na dinâmica nacional, em que o planejamento urbano cede lugar ao planejamento territorial, perdendo a sua especificidade enquanto esfera de reflexão e intervenção (RIZZO, 1993), na segunda metade da década de 1960 começa a ser desenvolvido o Plano de

[45] Muitas são as discussões em torno do motivo pelo qual Florianópolis não desenvolveu um setor industrial. A mais emblemática hipótese é a de Cabral ao comparar o fracasso do agricultor açoriano à prosperidade do industrial alemão, do norte do estado de Santa Catarina. Entretanto, este trabalho considera que os motivos da não industrialização de Florianópolis estão ligados à falta de capital e produção excedente na cidade e a seu isolamento de outras partes do território catarinense e brasileiro.

[46] Os anos 1980 representaram o declínio na velocidade desse desenvolvimento e o agravamento da questão social, no campo e na cidade; crise que assolou todo o país e deriva-se, em parte, do movimento mundial de queda nas taxas de acumulação, com a retração econômica (SALLUM JR., 2003).

Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, de caráter fortemente desenvolvimentista, inspirado no primeiro e no segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). É relevante notar que o interesse pela formulação do plano surge da constatação dos governantes e do empresariado local do atraso e "subdesenvolvimento" da cidade. Neste mesmo período foi divulgado um levantamento da SERPHAU sobre as regiões metropolitanas brasileiras, áreas de interesse econômico para o governo federal que pretendia financiar projetos para as mesmas. O levantamento em questão incluía capitais do nordeste e do sudeste brasileiro, enquanto no sul reconhecia tanto Curitiba quanto Porto Alegre, mas não incluía Florianópolis. Portanto, o interesse na formulação do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis era o da própria formação de uma região metropolitana adequada aos padrões nacionais e, deste modo, incluída nos projetos de desenvolvimento do governo federal.

Imagem 35 - Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis.



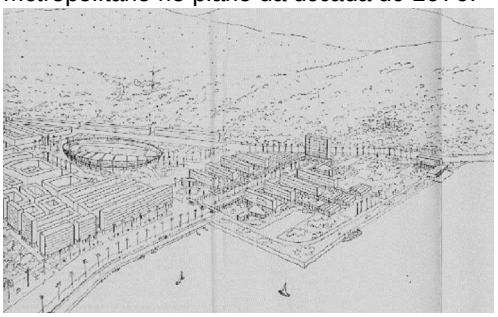
Fonte: RIZZO, 1993.

O plano apoiava-se na idéia de que a região de Florianópolis e o próprio estado de Santa Catarina só poderiam se desenvolver se houvesse a sua integração e homogeneização, partindo da própria capital, pólo a partir do qual se irradiaria para o resto do estado. Portanto, seria necessário priorizar os investimentos em Florianópolis para transformá-la num grande centro urbano.

> "*O Plano Urbano de Florianópolis apoiava-se na idéia de que deveriam ocorrer duas áreas de expansão urbana: uma ao longo da BR 101, no trecho dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, e a outra, e a mais importante, na costa leste da ilha. Na área de expansão continental ao longo da BR 101, seriam implantados o setor militar, o setor universitário estadual (UDESC), além do setor industrial e pesqueiro. A expansão urbana de Florianópolis, na ilha, ocorreria na orla leste, na área denominada pelo Plano como Setor Oceânico Turístico da Ilha, abrangendo o trecho entre a praia da Joaquina (Lagoa da Conceição) até o Campeche, mais ao sul.*" (SUGAI, 1994: 101).

A prioridade era a criação do Centro Metropolitano situado na área urbana central, da Ilha e do Continente, voltado para a Baía Sul. Este seria o centro administrativo-institucional-financeiro da área metropolitana a se consolidar, incluindo: uma nova ponte ilha-continente, um grande aterro para dar suporte às conexões viárias, os terminais rodoviários estadual e municipal, o Centro Cívico, o Túnel do Morro do Penhasco e os prédios dos três poderes, todos no eixo sudeste. Merecem ser destacadas, portanto, as intervenções no sistema viário inter e intra-urbano. Foi

Imagem 36 - Retomada do projeto elaborado no Plano Diretor de 1955 para o Centro Metropolitano no plano da década de 1970.



Fonte: www.ufsc.br/~esilva.

aprovado, em 1976, somente o Plano Diretor da cidade, sem incluir os municípios vizinhos, e mantendo dentre as recomendações somente o Setor Oceânico Turístico como principal eixo de expansão urbana, no sentido sudeste. Várias modificações foram feitas na sua lei original, desde o momento que entrou em vigor: até 1993, foram 285 alterações (RIZZO, 1993). Nem mesmo como baliza para as novas intervenções o plano foi utilizado, já que embora o plano preconizasse a expansão urbana no sentido sudeste da área central, em especial, as grandes obras, a priorização do crescimento para o norte da ilha, de acordo com os interesses das elites dominantes de Florianópolis (SUGAI, 1994) e da atividade turística, configuração que ainda é bastante explícita na atualidade e pode ser verificada, concretamente, na diferença de valores imobiliários e tipo de ocupação entre o norte e o sul da cidade.

No período do governo militar, especialmente de 1968 ao final da década 1970, ampliaram-se as funções e os órgãos do Estado brasileiro, visando dar condições para a industrialização do país. Conjuntamente ao processo de centralização dos serviços e setores administrativos, essas modificações influenciaram a expansão urbana de diversas capitais. Em Florianópolis não foi diferente. Durante as décadas de 1970 e 1980, um dos principais elementos de transformação espacial da cidade foi justamente a ampliação e a implantação dos diversos órgãos públicos (FACCIO, 1997). Muito do crescimento populacional apresentado pela cidade durante aquele período, com o aumento das imigrações, a ampliação da classe média, a expansão da ocupação urbana, entre outros, foi resultante dessa expansão do Estado.

O programa de governo de Colombo Salles (1971-1975), apoiado no programa de metas do presidente Médici, priorizou o setor de transportes e a expansão industrial. Foram construídas a rodovia SC 401 – que liga o núcleo urbano central aos balneários mais utilizados da cidade ao norte –, a rodovia SC 404 – conectando a parte leste da cidade –, a Ponte Colombo Salles, juntamente com os acessos e o aterro continental, já prevendo o acesso a uma terceira ponte, Pedro Ivo Campos, concluída em 1991, e uma futura avenida Beira-Mar conectando os bairros de Coqueiros e Estreito, ainda em construção. Entretanto, a obra viária mais significativa do período e, talvez, até hoje, foi a Via de Contorno Norte, Avenida Beira-Mar Norte, iniciada em 1977. Essa foi a primeira via expressa intra-urbana e teve grande importância na divisão territorial da cidade.

Imagem 37 - Obras de aterramento da Avenida Beira-Mar Norte durante a década de 1970.

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

A Avenida Beira-Mar Norte, ao contrário do que todos os diagnósticos e planos anteriores preconizavam, foi construída primeiramente às outras obras e privilegiada nos investimentos subseqüentes. Foi aterrada uma grande porção da Praia de Fora, na porção norte da península central, nas áreas das antigas chácaras, para a sua construção. A abertura dessa avenida garantiu a acessibilidade e a conseqüente valorização da área, procurando dar uma marca de modernidade a esse setor. Também permitiu o acesso e a construção de rodovias de ligação com os balneários ao norte e ao leste da Ilha. Durante este período, década de 1970, multiplicaram-se os empreendimentos imobiliários, em especial loteamentos e condomínios para as classes de renda maior, nestas regiões, ao mesmo tempo em que o próprio Estado investia nas mesmas, favorecendo esse segmento populacional ao construir, por exemplo, vias de conexões entre os balneários (SUGAI, 1994). Assim, embora o desenvolvimento da cidade estivesse planejado no sentido sudeste, todas as grandes obras foram primeiramente realizadas no sentido nordeste, onde as antigas terras comunais e outros lotes foram comprados por grandes investidores, mais uma vez misturando funções privadas e públicas.

Imagem 38 - Relação do centro de Florianópolis com o mar antes do aterramento da Baía Sul.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Imagem 39 - Obras de aterramento da Baía Sul.

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

Na década de 1970, também foi construído o aterro da Baía Sul que serviria de escoamento para as pontes novas e de ligação com a Avenida Beira-Mar Norte. A área possui aproximadamente seis quilômetros quadrados e foi construída segundo o modelo do aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Embora com diferenças extremas na qualidade do espaço público, contava com o projeto de paisagismo de Burle Marx, hoje já bastante descaracterizado. O aterro significou o fim

de um longo período de relação próxima entre o centro da cidade e a orla, com a desativação do porto, a construção de um novo Mercado Público, o fim de trapiches e das áreas de lazer na orla, como o antigo Miramar, que veio a ser reconstruído de modo bastante duvidoso no final da década de 1990. Essa tentativa será mais bem explicitada posteriormente.

A implantação do *campus* da UFSC, também durante a década de 1970, gerou um grande impacto econômico na cidade, sendo seus recursos superiores ao do próprio município naquele período. Este fato estimulou o setor terciário e desempenhou um papel importante na modernização da cidade. Sua implantação em uma área rural do município, o bairro da Trindade, impulsionou seu crescimento. Esta região foi polarizadora do crescimento nordeste, apresentando alto incremento na construção civil e a intensificação do parcelamento do solo (SUGAI, 1994).

Imagem 40 – Ocupação "detrás do Morro" na década de 1950.

Fonte: REIS, 2002.

Imagem 41 – Ocupação "detrás do Morro" na década de 1990.

Fonte: REIS, 2002.

É importante notar que na área continental, que abrigava 1/3 da população, não foi efetuada nenhuma obra significativa. Interessante, também, é ressaltar que no continente, em especial nos municípios vizinhos, localizou-se a população de renda mais baixa, formando-se bolsões de conjuntos habitacionais e assentamentos populares.

O enorme aumento populacional de Florianópolis durante esse período, como demonstram as Tabelas 01 e 02, expandiu a sua malha urbana, especialmente em direção à detrás do morro. A localização do *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina, da sede da Eletrosul e de tantos outros órgãos públicos, como dito anteriormente, promoveu a implementação de diversos loteamentos, aberturas de vias e desenvolvimento do comércio e serviços no local. As antigas localidades Trindade, Pantanal e Itacorubi cresceram, tornando-se grande bairros residenciais enquanto surgiam outros próximos, como Santa Mônica, Córrego Grande, Anchieta, Parque São Jorge e Carvoeira. A expansão para o norte e para o leste da ilha, motivadas pelo turismo, chegou às freguesias. Uma das mais afetadas foi a Lagoa da Conceição, com a abertura de

diversos loteamentos, dinamização de sua economia local, do comércio e dos serviços, inclusive para a promoção de lazer para essa população de renda mais alta, como a construção do Lagoa Iate Clube (LIC) em 1969, cuja sede foi projeta pelo arquiteto Niemeyer.

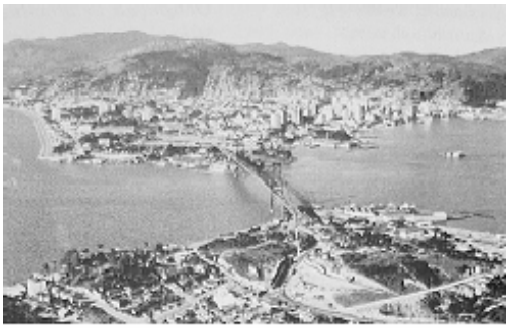
Tabela 01 – Crescimento absoluto de Florianópolis até a década de 1980

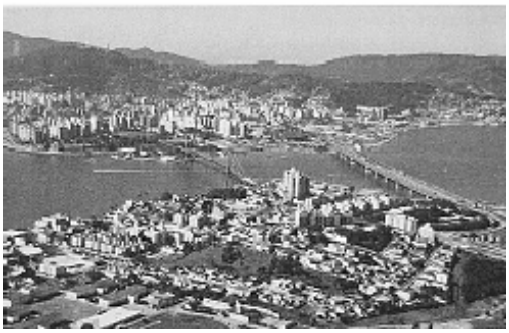
População por distrito	1939	1949	1959	1970	1980
Distrito Sede	30.564	51.317	78.752	115.547	153.652
Outros distritos	16.207	16.313	19.075	22.790	34.219
Total	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871

Tabela 02 – Porcentagem total de crescimento da população de Florianópolis até a década de 1980 [47]

População por distrito	1939 - 1949	1949 - 1959	1959 - 1970	1970 - 1980
Distrito Sede	67,90%	53,46%	46,72%	32,98%
Outros distritos	0,65%	16,93%	19,48%	50,15%
Crescimento total	44,60%	44,65%	41,41%	35,81%

Fonte: dados do IBGE





Imagens 42 e 43 – Vista do centro de Florianópolis a partir do continente na década de 1950 e 1990.
Fonte: REIS, 2002.

Podemos concluir, reforçando os pontos anteriormente apresentados, que a partir de 1960 a busca pelo desenvolvimento da cidade, através das grandes obras viárias que a transformaram em "cidade à beira da auto-estrada" (HALL, 2002), estendeu o processo de urbanização aos setores norte, leste e nordeste da ilha e aos balneários, conduzido e ampliado pela especulação imobiliária, embora os diversos planos de desenvolvimento da cidade preconizassem sua extensão prioritária na região sudeste. Como já foi apontado por outros autores, em especial Sugai (1994), esse contra-senso foi possível devido aos interesses dos grupos dominantes,

[47] O alto crescimento que os outros distritos, no total, iniciam a partir da década de 1970 decorrem do aumento do interesse, em especial para o turismo, por áreas antes bastantes isoladas e desocupadas.

em que se confundem agentes públicos e capitais privados, que investiam nesses outros setores da ilha. Esse novo padrão de desenvolvimento, verticalizado e adensado, não foi acompanhado pela criação de infra-estruturas urbanas e permitiu a ocupação de dunas, mangues e encostas. A ocupação da Ilha de Santa Catarina perdeu a sua relação, anteriormente tão íntima, com o mar, seja pelos novos projetos urbanos ou pelas mudanças sócio-econômicas experimentadas pela população local. O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF *In* CECCA, 1998) estima que, entre 1975 e 1980, houve um decréscimo de 62,21% de pessoas ocupadas no setor primário, tradicionalmente, agricultura e pesca. Assim, com um padrão extremamente danoso às condições ambientais, o processo também comprometeu definitivamente os ambientes naturais e fragmentou as áreas preservadas em manchas verdes, empobrecidas, dentro da malha urbana, conforme demonstrado por Reis (2002).

2.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Seguindo o raciocínio original de Jameson (2004a), a questão central do estudo do pós-modernismo, que busca perceber alguma originalidade enquanto período histórico, é avaliar se existe alguma diferença estrutural entre o mesmo e os modelos precedentes. Deste modo, liga-se a uma tomada de posição com relação ao período anterior, isto é, a modernidade como um todo ou, na posição tomada por este trabalho, o chamado alto modernismo, considerado como *pátio de manobras* para a pós-modernidade. Deste modo, neste capítulo procurou-se realizar uma pequena explanação sobre a modernidade, aprofundando a temática sobre a arquitetura e urbanismo modernistas, para identificar influências e traçar paralelismo com a realidade florianopolitana do período.

Neste sentido, partimos do entendimento da modernidade como longo período histórico marcado por modernizações políticas, econômicas e sociais pautadas na racionalização, nos avanços tecnológicos e mudanças do sistema produtivo, e na complexificação social com a formação de novas classes. Embora tenha tendido para a instrumentalização baseada nos objetivos de poucos, em que pesem suas contradições, a modernidade sempre foi um impulso crítico de suas condições, uma vontade de mudança, uma visualização de um futuro melhor. Deste modo, o movimento avançava da autocrítica e da ironia para lançar seus impulsos utópicos. As vanguardas, as teorias e a arte modernista eram, ainda que minimamente e parcialmente, uma forma crítica à mercadoria. Foi, em especial a partir canonização e institucionalização do movimento moderno, assim como da apropriação de seus impulsos pelo mercado, com a transferência da supremacia econômica-política-militar para os Estados Unidos e seu

fortalecimento no período pós-guerras, que se deu o esgotamento de seu potencial. A homogeneização, a massificação e o solapamento das identidades, já provocadas pelo sistema político econômico baseado em um Estado forte e no fortalecimento da burguesia industrial apoiada nos desenvolvimentos tecnológicos que permitiram a produção fordista, provocaram a grande insatisfação emergente nos movimentos sociais da década de 1960. Embora este seja o ponto de partida das transformações que inaugurarão a pós-modernidade, foi com as crises econômicas e o descontentamento político que ela se cristalizou, como veremos no próximo capítulo.

Na arquitetura e no urbanismo, a produção moderna, com raízes no iluminismo, de onde recebe sua herança positivista e holística, apresenta um enorme engajamento político-social, demonstrado durante os Congressos Internacionais de Arquitetos (CIAMs). E é dessa matriz que surgem planos de cidades ideais, projetos para uma sociedade melhor, como Tony Garnier e a sua Cidade Industrial e a Ville Radieuse de Le Corbusier (FRAMPTON, 1997). A ascensão e a institucionalização desta forma de entendimento e proposição espacial dão-se durante a expansão capitalista do pós-guerra. Neste período, como nos lembra Harvey (2005b), o Estado torna-se a figura central do sistema de acumulação, garantindo, ao lado do grande capital, um mercado de massas. O *welfare state* combinou o controle da produção e do trabalho com um maciço investimento em políticas sociais. Portanto, torna-se o Estado o principal agente interventor, possuidor da racionalidade capaz de estimular o desenvolvimento econômico e corrigir as disfunções sociais. Em que pesem as mudanças ocorridas dentro do movimento, que passa a tender mais para o formalismo e para um comprometimento com a acumulação capitalista (MARICATO, 2000), o urbanismo moderno conseguiu, ao menos nos países ditos de economia central, uma verdadeira reforma urbana, com a construção em massa de moradias, subsídios do Estado e ampliação da infra-estrutura urbana, entre outros. No Brasil, o planejamento moderno tinha a utopia de levar o país ao desenvolvimento. Utopia esvaziada de conteúdo social depois de 1964, mas que levou a sua consolidação, baseado em PNDs e Planos de Metas, através da coincidência temporal com um Estado autoritário e centralizador (ARANTES, 1998).

Não se pretende aqui absolver as culpas do movimento. Reconhecemos que o objetivo da racionalidade e eficiência motivaram a separação das cidades em funções. Separando-se os lugares, as pessoas e as funções, as conexões, os intermediários desses elementos separados, se tornaram fundamentais. A divisão em mundos, a cidade fragmentada, é acompanhada de uma necessidade de integração cada vez maior. Ao mesmo tempo em que a circulação é sem fim, a rua, lugar de passagem, se torna desértica. Berman é enfático ao dizer que *"O signo distintivo do urbanismo oitocentista foi o bulevar, uma maneira de reunir explosivas forças materiais e*

humanas; traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia, uma forma de manter separadas estas mesmas forças" (BERMAN, 1986: *188*).

Essa é uma cidade extremamente segregadora, que exclui o diferente e o extraordinário, e ao mesmo tempo solapa as identidades individuais e tradicionais. Por outro lado, é interessante notar que a ideologia do novo que domina a modernidade artística, como no mecanismo da tabula rasa, acabou por fazer com que o modernismo transformasse a própria cidade moderna num elemento antiquado e obsoleto. E é aí que se encontra a contradição, a ironia do urbanismo moderno: na sua capacidade de destruição da vida moderna, que pensou inicialmente em libertar.

As contradições da modernidade somaram-se aos conflitos de períodos anteriores. Por um lado, avanços técnicos, vitórias sobre o determinismo ambiental, processos cumulativos de desenvolvimento e socialização, entre outros. Por outro, alienação das relações cotidianas, burocratização, dogmatismo, esteticismo, crise da arte, triunfo da abstração com nostalgia da natureza e do sujeito. Entretanto, a modernidade promoveu a alienação e a crítica fundamental da alienação, em seu movimento irônico de auto-análise. Crítica necessária da nova realidade social, mas que não deu origem a melhorias mais efetivas.

Em Florianópolis, o desenvolvimento lento da cidade foi quebrado a partir de 1926 com a primeira grande obra de enfrentamento com os seus condicionantes naturais, a Ponte Hercílio Luz de ligação da Ilha com o continente. A partir deste momento, a reestruturação do tecido urbano da cidade seguiu os imperativos de um modelo de desenvolvimento de expansão da ocupação baseada na construção de rodovias de conexão a áreas distante no núcleo inicial com a primazia do transporte individual. Este processo intensifica-se a partir da década de 1950 com a imigração de um contingente populacional de profissionais, e suas famílias, que viriam a trabalhar nas sedes de órgãos públicos e na Universidade federal de Santa Catarina, instalados quando do impulso estatal de consolidar Florianópolis como capital catarinense. De fato, o Estado tornou-se o principal facilitador da expansão da ocupação e do aumento da população, assim como, também tornou-se o principal agente econômico da cidade, gerador de empregos, dinamizador do comércio e dos serviços e financiador das grandes obras do período.

Os Planos Diretores da cidade, de 1955 e de 1976 incorporavam a visão dominante do planejamento urbano para adaptá-lo, ao menos parcialmente, às condições locais. Também incorporavam o nacional-desenvolvimentismo Deste modo, ambos baseavam-se em uma metodologia de diagnóstico dos problemas locais e proposição de um projeto de planificação. Através das constatações feitas, também os dois planos chegavam à conclusão que a cidade era "atrasada" e necessitava buscar o "desenvolvimento". No primeiro caso, o Plano Diretor de 1955 enfatizava a importância do incentivo à industrialização para o futuro da cidade, atividade

considerada dinâmica e moderna. Em relação às reais determinações da planificação, o Plano Diretor seguia claramente as recomendações da Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993) e planejava uma cidade tipicamente inspirada no alto-modernismo. O Plano tornou-se discurso do atraso da cidade e a maior parte de suas considerações não foram seguidas, a não ser aquelas que, similares à planificação seguinte, possuem um caráter essencialmente rodoviarista. Por outro lado, considerava a atividade turística como fator positivo, embora secundário, e preconizava a expansão da cidade no sentido sudeste da península central. É interessante notar que não somente a atividade turística foi adotada posteriormente como vocação de Florianópolis, bem como, em vista desta atividade, a ocupação da Ilha deslocou-se para as áreas ao norte e ao leste da península central, impulsionada pelo interesse de agentes, tanto públicos quanto privados, na valorização destas áreas para tal atividade.

O segundo Plano Diretor realizado na cidade, aprovado em 1976, pode ser incluído na dinâmica de planejamento regional preconizado pelo SERFHAU no período, também incorporando o "desenvolvimentismo" baseado na industrialização. Preconizando que Florianópolis deveria ser a cidade polarizadora do desenvolvimento para o resto do estado, o diagnóstico realizado apontava, mais uma vez, a cidade como atrasada frente ao modelo adotado pelo país e mesmo em relação a outras cidades catarinenses que passavam por um intenso processo de industrialização, como aquelas localizadas no Vale do Itajaí. E, também similarmente ao Plano anterior, as proposições adotadas foram somente aquelas de caráter rodoviarista (SZMRECSANYI, 2003) que, primeiramente, integraram Florianópolis à malha rodoviária brasileira e, depois, conectaram a área central da cidade aos balneários, agora declaradamente destinados ao turismo. As coincidências não se restringem: assim como em 1955, o desenvolvimento da cidade foi preconizado no sentido sudeste e, em vista dos interesses comerciais, acabou deslocado para o norte e leste da ilha.

Esta expansão da cidade, patrocinada pelo investimento estatal na construção de obras viárias de conexão, e o aumento da população, assim como o início da atividade turística, proporcionaram que áreas antes distantes e isoladas fossem conectadas à malha urbana de Florianópolis e que seus moradores originais sofressem o impacto destas evoluções. Inicia-se um processo de decadência das atividades produtivas tradicionais e de desvalorização da cultura local, estimuladas por um discurso tanto oficial quanto das mídias que as consideravam atrasadas. Deste modo, se em Florianópolis a modernidade não veio sob a forma de industrialização, veio pelo investimento estatal direto. Novos padrões de sociabilidade estabeleceram-se seguindo os ventos que sopravam de outras regiões. E se os planos transformaram-se em discurso, as mudanças na cidade foram concretas, em especial, no tipo de futuro que era idealizado para Florianópolis.

CAPÍTULO 3

entre a saudade da vila e a vontade de ser metrópole: Florianópolis sob a pós-modernidade

> "*O problema do pós-modernismo – como as suas características fundamentais devem ser descritas, ou ainda, se ele sequer existe, se o próprio conceito tem alguma utilidade ou se, ao contrário, é apenas uma mistificação – é um problema ao mesmo tempo estético e político. As várias posições que podem ser logicamente tomadas diante dele sejam quais forem os termos nos quais eles se expressem, aparecem sempre articulando visões de história nas quais a avaliação do momento social em que vivemos hoje é o objeto de uma afirmação ou de um repúdio essencialmente políticos. Com efeito, a própria premissa que permite o debate se torna um pressuposto inicial estratégico sobre o nosso sistema social: garantir alguma originalidade histórica à cultura pós-modernista é também afirmar implicitamente uma diferença estrutural radical entre o que é por vezes chamado de sociedade de consumo e momentos anteriores do capitalismo a partir dos quais ela surgiu.*" (JAMESON, 2004a: 80).

Definir o que a pós-modernidade e o que ela pretende pode ser uma tarefa "irritantemente difícil", como diz Featherstone (1995:17). A própria denominação, através do prefixo pós, já carrega certa ambigüidade: a pós-modernidade torna-se dependente do conceito formulado sobre a modernidade. Tendo como pano de fundo a noção de crise, as teorias da pós-modernidade são formuladas com intuito de avaliar a possibilidade explicativa ou não de uma ruptura com o panorama moderno. A partir das exposições feitas ao longo do capítulo 2, pretende-se agora traçar um paralelo com as observações realizadas pelas diversas teorias para identificar uma ruptura ou uma continuidade. Deste modo, mais uma vez esta análise segue as formulações de Jameson (2004a), segundo as quais, um conceito sobre a pós-modernidade somente pode surgir ao final de um esforço intelectual e não partir de um já predeterminado. Este capítulo, assim como o anterior, foi formulado em duas partes: a primeira, teórica, procura dar conta das transformações mais abrangentes, em plano internacional, enquanto a segunda, centrada no objeto empírico, procura detectar influências destas transformações sobre a realidade florianopolitana.

3.1. A FORMAÇÃO DE UMA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

3.1.1. principais aspectos

Como dito anteriormente, Lyotard (2002) foi um dos primeiros estudiosos a utilizar o termo pós-modernidade para designar um novo período histórico marcado pela crise dos parâmetros modernos. Entretanto, depois do autor, o tema tem ganhado cada vez mais força e atenção nos debates. Como há visões múltiplas sobre a sua existência ou não, os parâmetros que caracterizam a pós-modernidade também são contraditórios. É possível, no entanto, distinguir alguns pontos de convergência entre as mesmas, como:

- crítica às metanarrativas: o abandono das metanarrativas, seja por descrédito das existentes, seja por desinteresse em construir novas narrativas totalizantes que explicitem toda a complexidade social, tomadas como necessariamente ideológicas visto que múltiplos centros de poder constroem diferentes discursos sobre o real. Daí a emergência e a necessidade da multiplicidade de linguagens (micronarrativas). Esta percepção trouxe conseqüências, como a crise da ciência, da universalidade, da racionalidade e, paradoxalmente, das tradições.

- relativismo cultural: a partir dos movimentos sociais da década de 1960, a luta pelos direitos de minorias e das identidades particulares, encabeçadas por notórios antropólogos como Bhabba (2003) e Hall (2006), vão ao encontro daquelas afirmações sobre a impossibilidade de um princípio totalizante. Por outro lado, associada à crítica às metanarrativas, o resultado pode ser apropriado de maneira a tornar irrelevante o humanismo e os direitos universais. E, se tudo é valido, o desamparo estabelece-se em meio às incertezas e instabilidade pós-modernas.

- flexibilização econômica: o desenvolvimento tecnológico e a necessidade de integração da diversidade individual e coletiva no consumo promoveram a produção em séries menores e diferenciadas. A aceleração do ciclo do produto e das modas transformaram o consumo em massa em consumo em massa de produtos diferenciados. Muito da luta do relativismo cultural foi cooptada pelo mercado e, conjuntamente à emergência do neoliberalismo, novas formas de produção e gerenciamento do trabalho emergiram. Por outro lado, a primazia do setor terciário e do capital financeiro transformou a divisão do trabalho e interligou cada vez mais a economia mundial.

- efemeridade: os avanços tecnológicos e as rápidas transformações experimentadas na vida cotidiana em seus mais diversos parâmetros são algumas das características mais importantes da pós-modernidade. As modas são apenas um de seus reflexos. A perda do sentido da história e o espetáculo frenético propiciado pelo consumo de bens e imagens promovem uma identidade fragmentada e um sujeito esquizóide.

Esses princípios norteadores, aqui bastante resumidos, serão melhor trabalhados conjuntamente com as mudanças experimentadas nos aspectos político-econômicos e sócio-culturais, até mesmo por sua necessidade de verificação. Dentre os primeiros, cabe destacar que o sistema capitalista vinha de uma fase que ficou conhecido como os Anos de Ouro (HOBSBAWN, 1995). Em seu livro *A era dos extremos*, o autor destaca quatro aspectos deste período: primeiro, foram trinta anos ininterruptos de crescimento capitalista, desde o fim da II Grande Guerra Mundial até os anos de 1970; segundo, este desenvolvimento foi baseado no salto qualitativo tecnológico do período, em que diversos novos produtos foram lançados, em especial derivadas da tecnologia desenvolvida para a guerra; terceiro, esta evolução da tecnologia e dos produtos levou a uma evolução na vida cotidiana das pessoas, na qual a busca pelo consumo das novidades tornou-se aspecto fundamental já que uma nova consciência do consumidor, de que o novo era melhor, espalhou-se; e, em quarto lugar, derivados dos anteriores, a pesquisa tecnológica tornou-se fundamental para a economia, aprofundando a desigualdade já existente entre países. Este período da Era de Ouro, como dito anteriormente, foi o pátio de manobras para a emergência de um novo modelo político-econômico, considerado por muitos autores elemento fundamental da entrada na pós-modernidade. As mudanças posteriores advêm:

> "*Primeiro, uma crise latente do paradigma industrial, com uma desaceleração da produtividade e um crescimento da relação capital/produto, conduziu a uma queda da lucratividade nos anos 60. A reação dos empresários (via internacionalização da produção) e do Estado (generalização das políticas de austeridade) levou a uma crise do emprego e daí à crise do Estado-providência. A internacionalização e a estagnação dos rendimentos detonaram por sua vez a crise 'do lado da demanda' no fim dos anos 70. A 'flexibilidade' surgiu então como uma adaptação a este último aspecto da crise, que é tão fundamental quanto o aspecto 'lucratividade'.*" (LIPIETZ & LEBORGNE, 1988: 16).

É difícil precisar quando exatamente houve a inflexão que veio a resultar no sistema político-econômico contemporâneo, muito embora seja facilmente reconhecível sua principal justificativa: a crise que se fazia presente nas mais diversas esferas desde a década de 1960. Acompanhando a explicação de Harvey (2007) sobre a origem, o sentido e o desenvolvimento das políticas neo-liberais podemos afirmar que a partir desta década, a economia mundial diminuiu seu ritmo de crescimento, apontando sinais de retração, e o Estado apresentou enormes *déficits* orçamentários devido aos gastos com sua grande estrutura e com os serviços públicos disponibilizados. Popularizou-se a idéia que este foi um período de "estagflação" – estagnação econômica e aumento da inflação. Já no começo da década de 1970, e a partir dos movimentos sociais que eclodiram no final dos anos de 1960, as principais questões, ao menos nos países de economias centrais, eram: a guerra do Vietnã, os danos causados ao meio ambiente pelas empresas e pelo Estado, o consumismo, o fracasso na resolução de problemas sociais e na garantia de direitos civis, a opressão à diversidade, à liberdade individual e sexual, e os mecanismos de controle

tradicionais e estatais. Estas demandas apontavam como inimigos as corporações poderosas em aliança com o Estado intervencionista que dirigiam o mundo com opressão individual e desigualdade social. Esta era a ameaça às classes capitalistas, que já não conseguiam atingir níveis de acumulação tão altos e ainda sofriam críticas das mais diversas origens e intensidades.

Segundo Harvey (2007), um projeto declaradamente baseado na restauração de poder político-econômico das elites certamente não teria muito apoio das massas. Entretanto, a defesa da liberdade individual, mote principal do neoliberalismo, atraiu uma grande base popular[1]. O autor ainda afirma que qualquer movimento político que defenda a liberdade individual pode ser incorporado pela retórica neoliberal. Os levantes de 1968, por exemplo, demandavam liberação das restrições do Estado, da burocracia, das empresas, do sistema educacional e, até mesmo, da família. Também tinham como objetivo político primário a justiça social. Entretanto, justiça social e liberdade individual não são necessariamente compatíveis. Muitas vezes são necessárias solidariedades sociais e submissão de desejos e necessidades individuais em favor de uma causa comum, como equidade social ou preservação ambiental. Nos movimentos de 1968 os dois ideais – liberdade individual e justiça social – não se uniram facilmente. O neoliberalismo podia facilmente explorar essas distinções, senão fomentá-las.

Ainda segundo Harvey (2007), era necessária uma revolução nas empresas e no mercado, capturando e transformando os ideais de liberdade em ataque contra as intervenções e práticas regulatórias do Estado. Assim seria possível, às elites, se proteger e, quem sabe, restaurar sua posição. O neoliberalismo era perfeito para tal guinada ideológica. Com relação ao Estado, o objetivo de sua maior eficiência com o redirecionamento de sua atuação e tamanho, especialmente com privatizações, ficou marcado como a busca de um "Estado Mínimo". Por outro lado, o esgotamento da possibilidade de expansão de mercados elevou a competitividade existente. Baixar custos e se adequar ao mercado, ou melhor, o mercado adequar-se às novas condições, passaram a ser prioridades. Apoiadas nas crises econômicas, a ideologia neoliberal ganhou força.

A teoria neoliberal[2] supõe que o bem-estar humano pode ser mais bem alcançado com a liberação do empreendedorismo individual alicerçada em uma estrutura institucional pautada pela defesa forte do direito à propriedade privada e pelo livre mercado. Ou seja, ao agir segundo os seus próprios interesses individuais, o empreendedor estaria fazendo o bem para si mesmo e,

[1] Apoiando-se nas teorias do liberalismo econômico e nas manifestações gerais contra um sistema político-econômicos homogeneizante e solapador das liberdades individuais e das diferenças sócio-culturais.

[2] Batista Jr. (1998: 33) nos diz que "*A rigor, não haveria porque designar essa corrente de 'neoliberal'. A etiqueta confere status de novidade a um fenômeno ideológico que representa uma volta ao passado e não incorpora nada de fundamentalmente novo ao velho liberalismo. Como há um preconceito generalizado a favor do novo e do 'progresso', o prefixo 'neo' coloca os seus adversários, de saída, em posição desvantajosa. É uma concessão indevida, que enfraquece automaticamente a crítica. Mais apropriado seria falar em 'paleoliberalismo'*."

através de seus efeitos, o bem para todos, em uma clara remissão à retórica da "mão invisível", de Adam Smith (2000). O papel do Estado deveria ser o de criar e preservar esta estrutura institucional apropriada, garantindo uma política monetária forte, a proteção do funcionamento do mercado com o monopólio da violência legítima pelo mesmo e a manutenção da legalidade. Fora dessas áreas, o Estado não deveria se aventurar. O "Estado Mínimo" previa ainda a redução dos gastos públicos nas áreas de saúde, educação e previdência social, e privatizações das empresas estatais, ampliando o espaço de atuação do capital privado[3]. Entretanto, a reforma do Estado de Bem-estar Social, a partir da constatação de sua crise financeira, significava ou o aumento dos impostos, o que seria suicídio eleitoral, ou cortes no orçamento. As administrações públicas eram, cada vez mais, construídas de maneira mais promotora, gerencial e empresarial do que social e democrática. A competição interurbana para atração de investimentos transformou os governos pelas parcerias público-privadas e o planejamento urbano pela adoção do *planejamento estratégico*, que serão detalhados posteriormente.

Politicamente populista, a reconstrução econômica também era necessária. O mercado não somente deveria dar liberdade de escolha ao consumidor, mas respeitar diferentes culturas e estilos de vida, promovendo a liberdade individual através do consumo diferenciado de produtos particulares. Este último aspecto foi possível a partir das evoluções tecnológicas do período que permitiram a produção de forma segmentada e flexibilizada. A partir da mesma época, os desenvolvimentos da microeletrônica, da biotecnologia e da química fina, considerados por muitos a Terceira Revolução Industrial, propiciaram uma nova dinâmica capitalista baseada nos avanços de investimentos em pesquisa e tecnologia na elaboração de novos produtos[4]. Para tanto, se fizeram necessários grandes volumes de capital, o que estimulou o fortalecimento de grandes conglomerados empresariais[5] e a continuidade dos mesmos países nos setores considerados de ponta. Os processos de fusões e aquisições, entre outros, transformaram a economia que começou a operar principalmente nas bolsas, com trocas de ações, e nos bancos. Os grandes lucros eram indícios dos investimentos em mercados internacionais de países desprovidos de barreiras protecionistas, mas também da atividade financeira especulativa, que

[3] Por outro lado, a subordinação do Estado à lógica do mercado internacional, promoveu a retirada das barreiras protecionistas e a desproteção das economias nacionais. Estas medidas, em conjunto, significaram o verdadeiro desmonte do Estado de Bem-estar Social anteriormente instalado e, também para os países subdesenvolvidos, representaram o agravamento geral de seus quadros sociais. Na maioria dos casos, promoveram a concentração de capital, ou seja, a desigualdade social, a ampliação da marginalidade e da violência, e o retorno do poder político-econômico às elites (HARVEY, 2007).

[4] Por outro lado, foram instalados novos modelo de produtivos, como a produção *just in time*, e novas formas de gerenciamento e controle do trabalho, assim como, novos modelos de relação capital-trabalho, também flexíveis. O resultado foi a instabilidade do emprego e a diminuição de salários.

[5] O que não significa a instalação de grandes plantas produtivas. As novas formas de produção, conjuntamente com os novos arranjos institucionais, trouxeram novos modelos espaciais, como as *maquiladoras*, a relocalização de empresas com a desindustrialização de áreas e industrialização de outras (*sun* e *snow belts*) e a divisão do processo produtivo com outras unidades, até mesmo com oficinas e residências.

ocasionaram diversas crises nas bolsas mundiais ao longo do século XX. Este processo se iniciou com a financeirização da economia.

A crise de acumulação do sistema de produção fordista tem como marco a crise do petróleo em 1973, derivada de problemas de estabilidade monetária. Como dito anteriormente, o padrão dólar-ouro foi adotado desde o Acordo de Bretton Woods (1944) para as transições internacionais. Este sistema começou a apresentar dificuldades pouco tempo depois com a emissão progressiva de dólares por parte dos Estados Unidos para financiar seus gastos públicos internos e externos, principalmente com a Guerra do Vietnã. A emissão descontrolada de dólares resultou numa crescente inflação interna que foi exportada para os demais países do mundo. O crescente descontentamento mundial gerou protestos, como do presidente da França, Charles De Gaulle, que estipulou que todas as operações comerciais com o país fossem realizadas diretamente em ouro (HOBSBAWM, 1995). Paralelamente, a crescente troca de dólares por ouro colocou em risco as próprias reservas norte-americanas. Face a isto, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, quebrou o acordo de Bretton Woods em 1971, suspendendo a conversibilidade do dólar em ouro. Em pouco tempo houve a desvalorização maciça do dólar em relação ao ouro e a outras moedas, o que somente conseguiu ser estabilizado novamente durante a década de 1980. Por outro lado, com a crise do petróleo, os produtores do Oriente Médio passaram a cobrar preços extremamente elevados, ampliando substancialmente seus lucros. Este capital era mandado para os bancos europeus e reinvestido no mundo inteiro. Mais uma vez o dólar estava em risco. A grande disponibilidade de capital tornou a flexibilização do dólar a única saída. Em 1976, foi estabelecida uma nova ordem monetária internacional, inspirada também nos teóricos neoliberais, como Milton Friedman, na qual prevaleciam as taxas flutuantes das moedas, determinadas somente pelas condições do mercado. Somando-se o fato de que a derrubada de barreiras protecionistas permitiu a fácil circulação de capitais buscando rendimentos e fugindo de riscos e de sua quantidade gigantesca circulando sem ser destinado propriamente à produção, ou seja, a formação do capital especulativo, o sistema econômico mundial tornou-se extremamente volátil e instável, gerando frágeis ambientes econômicos e crises mais extremas, como no caso do Efeito de Tequila, que começou no México em 1994-1995 e que atingiu diversas outras economias.

Efetivamente, a primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile. Embora este processo tenha sido feito de maneira brusca – um golpe militar apoiado pelas elites e pelo governo americano, acompanhado pela repressão de movimentos sociais (HARVEY, 2007) –, a guinada neoliberal tinha que ser implementada por meios democráticos, em especial, em países como Estados Unidos e Inglaterra, considerados pioneiros no assunto. Uma vez que o aparelho estatal fosse conquistado, seria possível utilizar seus mecanismos de persuasão e cooptação, assim como de

ameaça, para manter o consenso, táticas utilizadas por Margareth Thacher, no Reino Unido a partir de 1979, e por Ronald Reagan, nos Estados Unidos a partir de 1980. Entretanto, primeiro seria necessário que uma grande parte da população (eleitores) concordasse com esses pressupostos.

A construção deste consenso variou em cada local de acordo com uma variedade infinita de mecanismos culturais e ideológicos. Seja pelo uso da força, como no Chile, através da coação de mecanismos financeiros, pela influência do FMI e/ou do BID[6], ou através da adoção da idéia de guardião da liberdade, a aceitação de que *não há outra alternativa* foi o meio mais eficaz de incorporação do neoliberalismo pelo senso comum. Meios não faltaram para a divulgação de tal idéia: corporações e empresas, segmentos da mídia e diversas instituições da sociedade civil, como sindicatos, igrejas, escolas e universidades. Neste último caso, a conversão de muitos intelectuais para este modo de pensar e a formação de "*think-tanks*", com financiamento e apoio do setor privado, foi bastante importante ao legitimar com aporte acadêmico a virada para o neoliberalismo.

A dita racionalidade científica, portanto, teve um papel importantíssimo na criação do consenso acerca da adoção das políticas neoliberais. Harvey (2007), baseando-se em Blyth, nos diz que as idéias que suportam o neoliberalismo partem de uma fusão complexa entre a *teoria do monetarismo* de Friedman, a *teoria das expectativas racionais* de Robert Lucas, a *teoria da escolha pública* de James Buchanan e Gordon Tullock, e a menos respeitada, mas nem por isso menos influente, teoria de Arthur Laffer sobre as "*supply-side*", que sugeria que os efeitos do corte de taxas incentivariam tanto a economia que provocaria o aumento dos retornos fiscais, idéia que Reagan abraçou integralmente. O argumento comum a todas essas teorias era a noção de que a intervenção estatal era mais um problema do que uma solução e que uma política monetária estável aliada ao corte de impostos em áreas prioritárias produziria uma economia mais sadia ao incentivar o empreendedorismo.

Foi neste contexto que chegaram ao poder líderes políticos como Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA. Rompendo com a tradição conciliatória das alas moderadas dos seus partidos, Thatcher e Reagan partiram para um ataque deliberado e sistemático ao Estado de Bem-estar Social. O sucesso de Reagan e Tatcher pode ser medido principalmente, segundo Harvey (2007), pela maneira através da qual ambos tornaram posturas de uma minoria política, ideológica e intelectual em ideais da maioria. As alianças forjadas por eles e as maiorias consolidadas tornaram-se um legado que os políticos subseqüentes encontram

[6] Estas instituições, criadas a partir do acordo de Bretton Woods (1944), são acusadas de perpetuar a diferença econômica e a dependência estrutural entre os países, como dito anteriormente. Mas, são ainda mais relevantes para a compreensão das transformações político-econômicas ao se considerar que para a liberação de recursos/empréstimos

dificuldade para desmontar. Não é por acaso que Clinton e Blair encontraram um espaço de manobra tão limitado que não puderam agir de outra maneira a não ser sustentar os processos de restauração de poder às classes dominantes, em que pesem os seus ideais individuais. E, uma vez que penetrou no mundo anglo-saxão, o neoliberalismo pôde ganhar forças para transformar a maneira através da qual o capitalismo estava agindo no mundo inteiro[7].

Portanto, na relação com o Estado, os empresários acreditavam que este deveria ser cultivado para, quando necessário, utilizá-lo positivamente. O principal facilitador para a conquista do Estado, como dito anteriormente, foi a crise na acumulação de capital e do poder das elites durante os movimentos sociais urbanos da década de 1970. A necessidade de manter disciplina fiscal é justa em si mesma, mas não implica, como no caso do neoliberalismo, uma distribuição regressiva. Ademais, a globalização econômica, abriu a concorrência entre países pela localização de empresas, estimulando a barganha por mão-de-obra barata e por subsídios em qualquer parte do mundo. Por outro lado, em decorrência do uso de alta tecnologia produtiva e do trabalho intensivo, as empresas realizaram demissões em massa e o Estado realizou um enxugamento ou remanejamento de seus funcionários. Esse processo encontrou os movimentos trabalhistas e sindicais fragilizados, em especial devido às políticas neoliberais. A crise de desemprego gerada somente pode ser igualada ao período que se seguiu à crise de 1929 (HARVEY, 2007).

É interessante notar as contradições entre a teoria e a prática, uma vez que as taxas de crescimento da economia mundial não se elevaram substancialmente com a adoção de medidas neoliberais. O que realmente aconteceu foi a inversão nas práticas estatais e a distribuição regressiva dos capitais. Batista Jr. faz um bom apanhado sobre as reais formas de aplicação do neoliberalismo, muito mais econômicas do que políticas:

> "*É certo que houve desregulamentação de mercados, remoção de barreiras ao comércio internacional, acordos multilaterais e regionais de liberalização comercial, eliminação de controles sobre os movimentos internacionais de capital e programas importantes de privatização de empresas públicas. Mas a participação do Estado na economia, que já vinha crescendo de forma expressiva e contínua desde a Primeira Guerra Mundial, continuou a aumentar no período mais recente, a despeito da preponderância ideológica do pensamento 'neoliberal'* ." (BATISTA Jr., 1998: 33).

Conjuntamente ao fato de que o Estado e seu gasto público em relação ao PIB somente aumentaram nos países desenvolvidos, demonstrando uma mudança de caráter, mas não um "Estado Mínimo", o neoliberalismo aparenta ser uma política imposta aos países ditos

ou para a sua inserção no mercado internacional, os países são obrigados pelas instituições citadas a adotarem medidas neoliberais, como privatizações, ajustes fiscais e derrubada de barreiras protecionistas, entre outros.

[7] As universidades destes países tiveram um papel extremamente relevante não só na formulação da teoria neoliberal e sua legitimação através do "discurso competente", como também na formação de profissionais que "invadiram" os

subdesenvolvidos em manutenção, ou sobrevida, do sistema capitalista e das desigualdades e dependências estruturais. Por outro lado, as empresas ganharam tamanha força, assim como a mídia e a propaganda, que muitos acreditam no fim das fronteiras nacionais, através da globalização e do poder avassalador do capital. Em meio à globalização econômica e às reformas neoliberais, a nova ordem internacional passou a ter como grandes marcas a dinamização produtiva, a instabilidade financeira e a cada vez mais profunda desigualdade social[8]. Há uma enorme despolitização, embora os conflitos atuais sejam cada vez mais políticos. Geralmente esta despolitização é atribuída à mudança de uma sociedade de classe para uma sociedade de consumo. Esta aparência esconde as relações de produção e a desigualdade de classes. Os conflitos não desapareceram, passaram para o segundo plano. Os problemas de salários são os problemas do consumo ou da falta do mesmo; problemas concernentes à divisão de renda e, consequentemente, ao modelo e gestão econômica como um todo.

É importante relembrar também que, a partir da década de 1960, surgiu uma maior preocupação com os problemas causados pela degradação do meio ambiente em razão do modelo de produção vigente. O crescimento econômico foi acompanhado por um processo de deterioração do meio-ambiente devido, entre outros, à urbanização acelerada sem planejamento condizente, às indústrias poluidoras e à necessidade de matérias-primas e de energia cada vez maiores, assim como de produção e de consumo. A Organização das Nações Unidas, assim como diversos outros organismos, abriu uma agenda de debates e conferências para a discussão da questão ambiental, como a Conferência de Estocolmo de 1972. Nesta conferência, cunhou-se o conceito de Desenvolvimento Sustentável, onde a união entre as questões sociais e ambientais dá a tônica, embora sua abordagem seja bastante discutida pelos ambientalistas devido ao seu caráter utilitarista e econômico. Neste contexto, a indústria turística, considerada uma indústria limpa e com grandes efeitos na cadeia produtiva, ganha força quando propagada pelos órgãos internacionais e vendida pelo mercado, tornando-se uma solução praticamente milagrosa[9]. Com a diminuição das vantagens locacionais pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e

governos dos mais diversos países e/ou passaram a fazer parte do quadro de funcionários de importantes instituições multilaterais, como o FMI e o BID.

[8] Chesnais (1996) diz que, diferentemente do regime de acumulação atual, o fordismo tendia à inclusão social e não à exclusão (mesmo que seja por seus interesses econômicos) tanto quanto no plano internacional tendia à integração e não à marginalização.

[9] Na realidade, o modelo fordista e o Estado interventor conduziram o sistema produtivo a sua maturidade e a sua internacionalização, expandindo bancos, hotéis, aeroportos e outros serviços destinados ao turismo. Mas, os direitos conquistados com o Estado Keynesiano, como o tempo livre garantido e as férias remuneradas, associados à indústria automobilística e à grande provisão de infra-estrutura, desenvolveram os mercados internos para o turismo e o expandiu a todas as classes (SOUZA, 1994). Surgia, assim, o turismo em massa, gerando uma nova forma de acumulação de capital através do consumo do lazer que, entretanto, só seria exacerbada após a década de 1970 com o pós-fordismo, o crescimento do setor terciário e da comercialização do tempo de lazer e do ócio. Urry (2001) distingue o período fordista do pós-fordista pelo tipo de lugar que é valorizado: no primeiro, o olhar é coletivo, buscando um lugar que conte com a presença de um grande número de pessoas, e, no segundo, o olhar é romântico, valorizando lugares menos congestionados e a contemplação da natureza.

comunicação, a crise do Estado de Bem-estar Social, entre outros, instaura um período de competição entre cidades para a atração de investidores e turistas, "consumidores" dos serviços e produtos que a cidade pode oferecer. Em uma situação extremada, Lefebvre nos diz que:

> "*O desenvolvimento desigual toma assim um alcance novo, dramático. Uma 'elite' de técnicos especializados e de dirigentes poderia praticar as viagens e o turismo 'interestrelares' enquanto vegetariam ainda no globo terrestre populações atrasadas e a vida cotidiana sobre a terra seria pouco modificada. Donde um novo aspecto do aleatório. Seria possível que antes de ter tomado consciência, 'nós' (a humanidade tomada na totalidade de suas contradições, dilacerada e impelida por elas) escolhamos sem escolher a conquista do cosmos, antes de ter regularizado problemas urgentes.*" (LEFEBVRE, 1969: 244).

Portanto, a "globalização", a neoliberalização, a financeirização do sistema, a revolução das tecnologias e a importância da informação e do marketing para a sobrevivência na competição que se tornara mundial caracterizam esse novo sistema de acumulação flexível denominado pós-fordista e que, conjuntamente com outras mudanças sociais advindas, configuram a condição pós-moderna, segundo Harvey (2005b). Na organização da atividade produtiva, contrapõe-se o modelo de produção e consumo de massa, para a produção flexibilizada e segmentada. O sistema econômico passa a ser marcado pelo forte crescimento do emprego no setor terciário. As atividades de lazer passam a ser cada vez mais comercializáveis e o ócio é considerado bem vindo pelo sistema produtivo. A prática de determinadas atividades adquirem características de mercadoria e se tornam primordiais dentro do novo rol de necessidades criadas pelo mercado e que estão sempre longe de serem supridas, até mesmo pela velocidade e liberdade do sistema. Assim é possível perceber a conexão entre as mudanças político-econômicas e a corrente pós-moderna, que poderia enfim emergir cultural e intelectualmente.

Falta somente lembrar que esses aspectos já estavam, de forma mais ou menos latentes, inseridos no modelo moderno. O capitalismo teve suas fases diretamente relacionadas ao desenvolvimento tecnológico e os conflitos e desigualdades inerentes, assim com as crises sistêmicas, já se faziam presentes. Ainda, é importante mencionar que Arrighi (1996) propõe uma teoria, com a qual concordamos, na qual o desenvolvimento capitalista estaria baseado em fases produtivas, de investimento na produção, e fases de financeirização, ou seja, de lucro especulativo. Deste modo o autor distingue quatro períodos produtivos, referentes à hegemonia de uma potência (Cidades-Estado italianas, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos), intercalados com momentos de ênfase financeira, na qual o capital acumulado anteriormente é reinvestido nas bolsas de valores e nos bancos, entre outros. O autor também nos diz, apoiado em Pirenne, que esses ciclos coincidem com uma alternância de fases de regulação econômica e de fases de liberalização econômica. Portanto, estaríamos passando por uma inversão típica do sistema capitalista e não por um

período totalmente inédito que exprime a formação de uma sociedade pós-industrial, como alguns autores crêem.

Em relação aos aspectos sócio-culturais, com base em Berman (1996) e Harvey (2005b), pode-se considerar que a crítica dos anos sessenta abriu-se em três caminhos nas artes: afirmativa, negativa ou ausente. Neste último sentido, a noção de se ausentar é dada pela tentativa de libertação das restrições e vulgaridades da vida moderna, estabelecendo-se a autonomia das artes. A procura da arte pura e auto-referida, desprovida de sentimentos pessoais e do contexto social, tornou-a árida e sem vida. No caso de um modernismo de negação, a busca foi de continuidade do "alto modernismo" através dos mesmos parâmetros: racionalismo, universalidade, totalidade, reconstrução do mundo, busca pelo novo através da destruição da tradição, eterna subversão e revolução. Já o terceiro caso, o movimento é afirmativo por conformar-se à realidade existente. A principal necessidade de reformulação do modernismo é a de se despertar para o mundo em que vivemos, eliminando as fronteiras entre as atividades humanas, como política, entretenimento comercializado, tecnologia, arte, moda e *design*, entre outros. Para a produção de artes mais ricas e polivalentes, também é necessário abrir-se à oferta inesgotável de variedade e riqueza de materiais e ideais. Este foi o caminho iniciado pela arte *pop* das "décadas de ouro" do capitalismo. Por outro lado, se o ambiente cultural moderno era considerado elitista, rígido, fechado e solene, conquistava-se a volta ao espírito criativo, mas perdendo o seu caráter crítico. Este movimento é o que se auto-proclama pós-moderno.

Ao mesmo tempo em que a pós-modernidade acentua o processo de globalização econômica e social, a cultura aparece como grande vedete do sistema de acumulação (ARANTES, 2000). Iniciando como uma crítica ao padrão moderno, o debate sobre questões locais ganha força. A inclusão de minorias étnicas, nacionais e religiosas na agenda urbana, a partir dos movimentos sociais da década de 1960, gerou inúmeros conceitos e modelos para tentar abarcar o significado desses novos padrões simbólicos[10]. A migração maciça de contingentes populacionais em busca de uma melhor qualidade de vida resulta no contato entre diferentes tradições sociais. O foco nas particularidades torna-se a contrapartida da globalização. Entre a rigidez racional do modernismo e seus pólos opostos, surge uma negociação entre formações culturais residuais e emergentes com a cultura dominante. O multiculturalismo, um desses, foi o substrato das políticas

[10] O século XX também foi pelo fim do imperialismo formal (HOBSBAWM, 1995). O pós-colonialismo, ou seja, a independência, mesmo que formal, de países antes dominados por outros, representou uma enorme transformação na dinâmica econômica e política mundial. Aos recém integrantes da pós-modernidade mundial era exigida sua adequação à racionalidade externa, ou seja, às idéias e ideologias que frequentemente não são compatíveis com as tradições locais. Muitos destes aspectos são tratados na antropologia, em especial pelo enorme contingente populacional que foi impulsionado destes países para as antigas metrópoles. A entrada na economia de mercado é um choque na organização da produção destes países e a necessidade do dinheiro e da mercadoria não deixa de representar um novo instrumento de dominação.

afirmativas norte-americanas (*separated but equal*[11]). Para Macagno (2003), baseando-se em Terrence Turner e Lyotard, esse tipo de política é uma reação à deslegitimação do Estado e se une à discussão sobre a crise das metanarrativas estando, portanto, bastante ligado ao contexto pós-moderno. Na realidade, o multiculturalismo vai ao encontro das micronarrativas de particularidades culturais. Como modelo interpretativo, considera, ainda, que as identidades culturais são estáveis e finitas, e imagina as cidades como mosaicos sócio-culturais fixos.

Em uma segunda maneira de analisar a mesma temática, no caso do termo hibridação ou hibridez, seus defensores acreditam ser impossível manter essa estabilidade, já que o contato, através de migrações globais e de novos processos de organização cultural, traria à tona novas expressões. São as culturas híbridas de que fala Nestor Canclini (2006b). A cidade torna-se uma grande *collage,* fruto da mestiçagem, a diáspora para Stuart Hall (2003), ou ainda um *patchwork* (de territorialidades realocadas e móveis, como diriam Rowe e Koetter [*In* Nesbitt, 2006]). Essa é uma proposta mais integradora e que gera algo diferente, uma nova forma de sentido e representação cultural em espaços de negociação que revertem os limites estreitos da racionalidade, o terceiro espaço de Homi Bhaba (2003). Essa noção de hibridação refere-se também às traduções culturais, seja como forma de representação ou de reprodução do original. Neste sentido, uma cultura também está em permanente mutação. Assim, desses dois modos também pode ser vista a noção de identidade cultural: ou como algo uno, coeso e estável (uma essência) ou como um processo, algo que sofre transformações constantes (um passado, um presente e um futuro). Essa segunda maneira de interpretar a questão cultural - pela hibridação, tradução e identidades que não são fixas - consideramos ser mais condizente com o panorama das relações pluralistas em um mundo em constante contato com o "outro". Portanto, será desse modo que a presente pesquisa adotará a noção de cultura e, por conseguinte, de identidade cultural, como algo que não está alicerçado numa recuperação constante do passado. Ao contrário, estes conceitos estão sempre em diálogo com as heranças simbólicas, são dialogados, e estão sujeitos ao contexto histórico e também aos jogos de poder.

Enquanto revoltada com a modernidade totalizante e universalizante, esta ênfase pós-moderna na cultura propôs a aceitação e a convivência com modos de vida distintos e aspectos relativos identitários, ou seja, mais tolerância. Entretanto, a difusão do "gosto pelo antigo", pelo exótico, ou seja, os mesmos aspectos distintivos, pode também ser apropriada como estratégia econômica. A liberdade se resume à liberdade de consumo, condição que deixa milhões de fora, e a diversidade prospera cooptada pelo mercado.

[11] Segundo Weffort (1996), no Brasil, ao contrário, o conservador diria "desiguais, mas juntos". Sem se opor à integração, mas sem acréscimo de igualdade.

A internacionalização foi, em parte, a incorporação de bens materiais e simbólicos de outras sociedades a partir da abertura das fronteiras geográficas de uma sociedade. Na globalização, o mais importante é a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas, já que ela supõe a interação funcional das atividades econômicas dispersas, bens e serviços gerados por um sistema de muitos centros. Assim, a cultura, incorporada pelo sistema de acumulação, torna-se uma articulação flexível, uma montagem multinacional (CANCLINI, 2006b). Os objetos perdem a fidelidade com os territórios originários, tornando-se obsoletos instantaneamente devido ao modo de produção e de consumo: incessantemente renovados, repletos de surpresa e de divertimento. O popular tornou-se incompreensível pela multiplicidade de encenações com que o folclore, as indústrias culturais e o populismo político o representam[12]. Na "lógica cultural do pós-modernismo" (JAMESON, 2004), a efemeridade dos produtos, as "modas" transformam-se em um fenômeno de massa e o consumo passa a ser não só de bens e serviços (pessoais e negócios), mas também de lazer e entretenimento. É interessante notar que essas questões não são originalmente pós-modernas, já estando presentes na modernidade e sendo agudizadas com a contemporaneidade, como diz Lefebvre na década de 1960 ao falar sobre a modernidade:

> "*Explosão das culturas tradicionais ao longo da utilização sem vergonha (comercial, propagandística, política). Confusão enorme entre a instrução, a educação e a cultura – entre a acumulação dos conhecimentos e a criação. Ilusões pedagógicas maciças. Desvio para o esteticismo das aspirações profundas. Super-estimação da arte (como espetáculo exterior e sem participação real). Esteticismo frenético e álibi do esteticismo. Enfraquecimento da arte em seus aparentes triunfos. Caráter inofensivo das novidades e atualidades efêmeras. De fato, eliminação do espontâneo e do lúcido, isto é, do sentido profundo da arte, em proveito do funcional, visível especialmente nas cidades novas (que condensam os acasos e as deficiências da modernidade).*" (LEFEBVRE, 1969: 267).

Jameson (2006b) é bastante enfático ao dizer que parece que o pós-modernismo esforça-se por cultivar a ignorância da história como se todos os sentimentos humanos, toda a expressividade e senso de comunidade não pudessem se conhecidos e concebíveis até o seu surgimento.

Como uma justificativa, diversos autores, como Foucault (In CONNOR, 2000; ANDERSON: 1999) e Lyotard (2002), apresentaram o tema do poder intrínseco ao discurso moderno estabelecendo um paralelo entre ordem universal racional com hierarquia e poder. Esta seria a auto-ilusão da busca da uniformidade, universalidade fadada à ambivalência. Bauman nos diz que:

> "*A verdade é, em outras palavras, uma relação social (como poder, propriedade ou liberdade): aspecto de uma hierarquia feita de unidades de superioridade e inferioridade; mais precisamente, um aspecto da forma hegemônica de dominação ou de uma pretensão*

[12] Entretanto, a realidade é bastante contraditória, já que movimentos pela aceitação da diferença e, como já dito anteriormente, sua transformação em mercadoria, convivem com o ressurgimento da intolerância. O reverso dessa apologia à diversidade cultural é uma espécie de fundamentalismo cultural com o fortalecimento de extremismos e preconceitos, em especial pela desigualdade social crescente.

> *a dominar pela hegemonia. A modernidade foi, desde o início, essa forma e pretensão.*" (BAUMAN, 1999: 246).

As metanarrativas foram consideradas, pelos pós-modernos, decepcionantes, distanciadas do real e impotentes para enfrentá-lo. Foram vistas como homogeneizantes e massificantes. Ainda, estariam ligadas a fins utilitários e ideológicos, como estratégias empresariais através da propaganda. O fim das metanarrativas foi anunciado como o fim das generalizações e das totalidades e o início da liberdade e das micronarrativas em todos os campos. Entretanto, o extremo relativismo desencadeado significou também o fim do pensamento que poderia conduzir a novas alternativas e engajamentos sociais, como nos diz Harvey (2005b: 55):

> "*Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retratá-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a repressão e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global*".

O mal estar instala-se na pós-modernidade (BAUMAN, 1998) com o fim das certezas, das verdades e dos valores. Além de significar o descrédito na ciência e a crise das tradições, conjuntamente com as mudanças político-econômicas advindas do neoliberalismo e do pós-fordismo, aumenta o sentimento de desamparo do indivíduo em um mundo em constante transformação. Ao contrário da ciência e da certeza nas metanarrativas, a liberdade das micronarrativas pós-modernas não promete nada e não suporta nada. Descarta-se a tentativa de solidez e segurança do mundo moderno, nunca conquistados, restando somente o seu aspecto fugaz e efêmero. O eterno se perde, tudo é contingente, tudo é ambivalente. O próprio indivíduo parece desaparecer. Eagleton (1998) considera o sujeito pós-moderno esquizóide; Jameson (2006a) considera a própria pós-modernidade esquizofrênica: entre o passado, o presente e o futuro; de múltiplas identidade e estilos; trazendo uma "energia alucinatória" e o sensacionalismo da alegoria do espetáculo. Por outro lado, Debord (2004) já nos falava antes da pós-modernidade em sociedade do espetáculo. Ao contrário das estradas de ferro e dos automóveis de outras fases do capitalismo, o autor já havia previsto a emergência da cultura como a mercadoria vedete de uma realidade espetacularizada.

O mundo altamente informativo e excitante construído com o desenvolvimento expressivo dos meios de comunicação, a grande força conquistada pelas empresas e marcas, o consumismo, as modas cada vez mais rápidas provocando o esgotamento e o retorno dos temas e estilos, enfim, os símbolos e as imagens conformam a monotonia do espetáculo pós-moderno. Assim como Simmel (In MÜLLER, 2002) já havia nos dito sobre a vida moderna, a pós-modernidade continua a promover relações segmentadas e, consequentemente, a fragmentação da identidade. São atos

individuais de auto-identificação e não corpos sociais integrados estáveis e de identidade coesa. A busca por abrigo, por pertencer a alguma "comunidade", torna-se uma necessidade para se proteger das incertezas pós-modernas. Entretanto, o compartilhar valores também pode tornar-se espetáculo através da invenção das tradições, sejam elas étnica, religiosa, política, ou qualquer outro tipo (HOBSBAWM & RANGER, 2002).

O dinheiro e o consumo continuam sendo os principais modos de integração social. O homem continua se conformando com o ter algo ou, ao menos, em parecer algo. Já o caráter superficial ou artificial e propagandístico da vida sócio-cultural pós-moderna provoca o endurecimento das consciências. A privatização da vida e das questões sociais, associada à ética neoliberal de responsabilidade pessoal, provoca o individualismo e a indiferença quanto às desigualdades. A submissão, a inferioridade do outro é vista como diferença a ser aceita. Formas alternativas somente despertam atenção na televisão, no espetáculo curioso de formas de vida pitorescas e divertidas. E, através do confinamento tecnológico especializado e tecnocrático, a solidão estabelece-se. Afinal, Berman já dizia que:

> "*O eclipse do problema da modernidade nos anos 70 significou a destruição de uma forma vital de espaço público. Acelerou a desintegração do nosso mundo em um aglomerado de grupos de interesse privado, material e espiritual, vivendo em mônadas sem janelas, ainda mais isolados do que precisamos ser.*" (BERMAN, 1986: 32-33).

3.1.2. novos parâmetros: questões pós-modernas na arquitetura e no urbanismo

As transformações anteriormente descritas com relação ao sistema político-econômico contemporâneo, mas também da própria modernidade como um todo, influenciaram diretamente na construção de um novo padrão de arquitetura e de urbanismo. Tanto Anderson (1999) quanto Jameson (2004) dizem que os sinais mais fortes da emergência da pós-modernidade podem ser encontrados na arquitetura e no urbanismo do período. Estas áreas são privilegiadas por possuírem grande visibilidade e importância na vida cotidiana ao se materializarem[13].

Os movimentos sociais emergentes na década de 1960 e autores como Jacobs (2001), Berman (1986), Lefebvre (1969; 1991) e Venturi, Scott Brown & Izenour (2003), entre outros, criticaram a cidade resultante do planejamento modernista por ser extremamente segregadora, excluindo o diferente e o extraordinário da vida cotidiana e transformando a totalidade do espaço urbano em esferas funcionais desconectadas. A cidade-tipo e o homem-tipo também são acusados de solapar as particularidades ambientais e sócio-culturais, renunciando à história e, consequentemente, ao patrimônio local. As cidades, ao final do século XX, passam por uma nova crise, mais uma vez ligada ao modo de produção e ao desenvolvimento de novas tecnologias.

[13] Por outro lado, devido ao seu caráter duradouro e pela necessidade de grande disponibilidade de recursos para sua execução, as transformações são mais lentas.

Uma nova condição do urbano emerge marcada pela concentração de pessoas, desigualdade e exclusão social. Na maior parte das cidades, fenômenos de concentração ou dispersão são acompanhados pela criação de guetos isolados e arquiteturas fortificadas em bairros também isolados. A suburbanização é crescente enquanto o fenômeno da dispersão urbana cria cidades sem fronteiras. As novas discussões no campo da arquitetura e do urbanismo surgem justamente da crítica ao movimento moderno.

Antes de mais nada, é necessário enfatizar que a pós-modernidade rompeu, provavelmente irreconciliavelmente, com as principais características do movimento moderno. Para Connor (2000) a linguagem do modernismo seria a expressão, em variados níveis, do princípio da unidade, através da crença na organização racional do edifício e da cidade. Por outro lado, os arquitetos modernistas baseavam seus trabalhos em fortes ideais sociais progressistas, formando uma grande narrativa do poder transformador da arquitetura e do urbanismo. Como demonstrado anteriormente, estes princípios de unicidade e totalidade, bem como das grandes narrativas, são diretamente refutados pela teoria pós-moderna, em especial depois de Lyotard (2002). E dentro do campo específico da arquitetura e do urbanismo não foi diferente. Deste modo, a crítica à arquitetura moderna divide-se em dois campos específicos: aqueles que procuram modificar a linguagem da arquitetura e outros, mais radicais, que procuram destruir esta grande narrativa dos fundamentos ideológicos da arquitetura e do urbanismo (COLQUHOUN, 2004[14]).

O universalismo, que constitui a essência da arquitetura e do urbanismo modernos, é rejeitado em favor da pluralidade e da exaltação da diferença. Desta maneira, o que pode ser verificado é a coexistência das mais diferentes propostas. Tanto Frampton quanto Montaner expõem a fragmentação em múltiplas tendências tanto da teoria quanto da prática. Para o último, a pós-modernidade trata de superar o esquematismo da produção modernista e do indiscutível fracasso do planejamento racional-funcionalista, para resgatar a cidade através de sua reconciliação com a tradição (MONTANER, 1993). Do mesmo modo, Frampton aponta um entendimento contextualista do urbanismo contemporâneo, em sua tendência expressiva de reconstrução e reinterpretação da memória. Frampton (1997) nos diz que a crítica ao racionalismo modernista, e o seu reducionismo da forma, excitam o retorno às formas tradicionais, a busca de linguagens históricas, como o classicismo, o vernacular *kitsch* e o regionalismo crítico, do qual é defensor. Entretanto, ambos os autores (FRAMPTON, 1982; MONTANER, 1993) identificam a arquitetura contemporânea polarizada em duas grandes tendências: de um lado, uma arquitetura

[14] Para Alan Colquhoun, em seu ensaio *Postmodern critical atitudes* (2004), a pós-modernidade é um momento e não um estilo definido, podendo ser identificado com duas tendências: uma progressista e uma culturalista. A primeira identifica uma mudança global de pensamento, verificada em especial em Lyotard. A tendência culturalista, por outro

comprometida com a produção *high-tech* em culto direto ao "progresso" e, de outro, um impulso reacionário de retorno ao passado através de fachadas compensatórias da dura realidade urbana[15].

Dentro deste contexto – de reconciliação com a história e com a tradição – além da ênfase nas questões relacionadas ao patrimônio, que serão melhor detalhadas ao longo deste texto, uma outra tendência pode ser detectada: uma tendência conservadora de dispersão urbana e suburbanização. Usaremos como exemplo explicativo o movimento *New Urbanism*, de extrema importância para compreensão não só da evolução urbana norte americana, mas como pano de fundo para compreensão de outros países, já que, como diz Jameson, a pós-modernidade é o primeiro estilo global especificamente norte-americano.

Colocando-se contra os subúrbios, o *New Urbanism* condena o modernismo por considerá-lo causador de todos os males da cidade contemporânea. Na realidade, a arquitetura modernista nunca foi bem vista nos Estados Unidos. Em seu idealismo utópico e com formas agressivas, chegou mesmo a ser considerado uma ameaça aos valores e "bons costumes" da tradicional família norte-americana (JACOBS, 1961). Se em parte conseguiu ser pragmaticamente adaptado aos ideais capitalistas ao transformar-se em estilo internacional, construindo os arranha-céus de vidro, ou ainda projetar os conjuntos residenciais, apertados e isolados para a população de baixa renda[16], a arquitetura modernista teve como seu maior sucesso na terra do *Tio Sam* o processo de suburbanização. Entre uma cidade jardim inglesa e contra o rígido funcionalismo da arquitetura progressista[17], o modelo ideal da família dos anos 1950 e 1960 residia em um subúrbio urbanizado e tranqüilo enquanto o provedor (gênero masculino) circulava pelas auto-estradas, repletas de grandes edificações monofuncionais, como os *shopping-centers*, em seu veículo particular para chegar a um centro de trabalho. Enquanto isso, áreas urbanas e suas populações marginalizadas eram deixadas abandonadas. O processo perdeu seu andamento

lado, representa as diversas posturas frente ao resgate histórico, facilmente verificável na arquitetura e no planejamento urbano.

[15] Frampton, em seu texto *Os ismos da arquitetura contemporânea* (1982) divide o panorama da década de 1980 em cinco correntes: neoprodutivismo, neoracionalismo, estruturalismo, populismo e regionalismo crítico, do qual é defensor como forma de discutir a identidade recorrendo "discretamente" à tecnologia. Já Montaner (1993) marca o ano de 1977 como a consolidação de uma arquitetura pós-moderna e como a dispersão de suas tendências. Para o autor, existem seis linhas principais: revivalismo (recuperação da arquitetura clássica); contextualismo (busca valores históricos e culturais do lugar); ecletismo (mistura de linguagens e estilos), arquitetura como obra de arte (baseada na concepção de que cada obra é original, única e irreproduzível); nova abstração formal (jogo de formas e arranjos abstratos); e, alta tecnologia (a formulação de uma estética baseada nos avanços tecnológicos). Montaner ainda é claro ao afirmar que as três primeiras posturas estariam preocupadas com a permanência e/ou resgate padrões culturais, históricos e simbólicos enquanto as três últimas estariam marcadas pelo caráter de inovação, de constante mudança, já presentes no movimento modernista. Dentre os autores, consideramos a classificação de Montaner mais satisfatória por demonstrar um quadro mais abrangente e por seus parâmetros de classificação mais claros.

[16] Tanto o planejamento modernista americano não foi bem aceito por sua população que o conjunto habitacional Pruitt-Igoe em Saint Luis, inaugurado em 1963 e premiado em 1964 pelo American Institute of Architects, foi implodido em 1972, durando menos de dez anos (HARVEY, 2005b)

com o início da crise econômica na década de 1970 e seu aguçamento na década de 1980. Entre os muitos projetos pós-modernos atuais, o subúrbio norte-americano tem sido transformado, ou ao menos pretende sê-lo, através do chamado planejamento inteligente (*smarth grow*) que assume nomes como "*transit-oriented development*" (projetos de Peter Calthorpe), "*tradicional neighborhood development*" ou "*neotradicional design*" (escritório Duany-Plater-Zyberg), com diferentes nomenclaturas de acordo com a ênfase dada ao projeto, todos orientados segundo os princípios do *New Urbanism* (KATZ, 1994).

Embora tenha surgido em meados do século passado, foi somente a partir da década de 1980 que o *New Urbanism* consolidou-se quando um grupo de profissionais articulou-se no *Congress of New Urbanism* (CNU), ocorrido pela primeira vez em 1993. Foi na quarta edição do congresso, em 1996, que a Carta de Princípios[18] do *New Urbanism* foi formulada e assinada por 266 profissionais. Entretanto, o *New Urbanism* é mais conhecido por dois empreendimentos famosos: as cidades na Flórida de *Seaside*, cenário do filme *Truman Show*, e *Celebration*, condomínio residencial do grupo *Disney*[19].

Imagem 44 e 45 – Seaside na Flórida/EUA e um dos modelos de residência em Celebration na Flórida/EUA.

Fonte: KATZ, 1994.

Suas propostas estão baseadas no aumento de densidade e nos usos mistos, diminuindo a utilização do automóvel, a degradação ambiental e promovendo mais interação entre os moradores, reforçando-lhes o sentido de comunidade. Entretanto, os críticos atentam para o fato de que o *New Urbanism* conquistou muito pouco em termos de planejamento regional, em comparação às suas propostas para cidades pequenas e bairros, transformando-se em um discurso baseado na "armadilha comunitária" (HARVEY, 1997) para empreendedores

[17] Nos Estados Unidos foi comum a união de comunidades e grupos contra o planejamento modernista centralizado através da contratação de seus próprios planejadores, atividade que ficou conhecida como "advocacy planning".

[18] Trata-se de uma clara referência à carta de princípios do modernismo "Carta de Atenas" resultante IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna de 1933 em Atenas (IRAZÁBAL, 2001).

continuarem uma urbanização dispersa (*urban sprawl*) ao construírem cada vez mais cidades de pequeno porte (GUNN, 2005; SMITH, 2002).

Outro problema diz respeito ao historicismo ou ao conservadorismo estético das edificações. Em *Celebration*, por exemplo, o morador pode escolher entre o estilo clássico, colonial, vitoriano ou "costeiro". Para as edificações, normalmente com telhados trabalhados e revestimento imitando as construções de madeira, utilizam-se como justificativa a corrente historicista da arquitetura pós-moderna, representada em especial por Leon e Rob Krier (NESBITT, 2006). A força da imagem de invocar um "passado áureo", das pequenas cidades e sua inocência, é transmitida de forma paradoxal na noção de que o projeto pode levar a um sentido de comunidade, idéia extremamente moderna de forma e função para um movimento que se diz anti-modernista (LARA, 2007a). Por outro lado, referindo-se a um passado que nunca existiu, o movimento também pode ser considerado fabricante de simulacros no seu sentido mais original[20].

De fato, a questão do retorno à tradição e o uso de parâmetros históricos e culturais locais não pode ser compreendida a não ser pelo seu oposto, no caso, o ideal de formação de uma sociedade universal, derivado diretamente do movimento modernista. A crença no progresso humano baseado racionalidade científica previa a construção de parâmetros universais nas mais diversas esferas da vida, como na formulação de direitos sociais. Se, por um lado, foi a crise dos paradigmas modernos ao mesmo tempo em que gerou esse retorno, por outro lado foi através da continuidade de um de seus aspectos que a justificativa do retorno difundiu-se: o progresso tecnológico e as novas formas de dominação internacional que solapam as particularidades locais (mais uma vez a relação truncada entre o local e o global). Portanto, este é um fenômeno de resistência à devastação cultural do progresso tecnológico "pós-industrial".

Retornando à análise das tendências pós-modernas, o debate historicista, consolidado na Bienal de Veneza de 1980, seguiu a uma série de intervenções de arquitetos e urbanistas identificados com alguns pontos ou com o projeto modernista como um todo. Este foi o caráter da exposição *Modernidade: um projeto inacabado* (emblematicamente o mesmo título do artigo de Habermas)

[19] Sobre este último, lançado em 1997, o grupo Disney, em consonância com o espírito conservador norte-americano e concretizando as previsões apocalípticas de Harvey, Jameson e Zukin, construiu uma cidade inteira, dimensionada para 20 mil habitantes tornarem-se moradores da Disney e "vizinhos do Pateta" (LARA, 2001b).

[20] Seus resultados efetivos parecem bastante conectados com aqueles do planejamento urbano pós-moderno, que serão mais bem descritos posteriormente, de ações pontuais, ou de formação de Disneycidades (ZUKIN, 2003), gerando, mormente, condomínios fechados, gentrificação, historicismo estilístico, homogeneização e uma imagem geral de intolerância e discriminação. Peter Marcuse (In LARA, 2001a) é enfático ao pontuar os dois principais pontos fracos das propostas do *New Urbanism*: (1) não oferece solução para os problemas urbanos de áreas já ocupadas, uma vez que, constitui-se apenas de (2) mais uma opção para uma classe média alta branca norte-americana. Outra questão é o controle total dado aos empreendedores por meio de códigos de conduta, sendo que a cidade Celebration, por exemplo, não possui cargos eleitos. A partir de um acordo com o governo da Flórida, tudo é controlado pela Disney através de funcionários designados que atuam como autoridades administrativas, legislativas e, se for possível, judiciárias (LARA, 2001a). Uma confusão de vida real com contos de fadas ocorre: o morador perde o direito de escolher a cor da sua casa ou o mesmo de ter a casa no seu nome, já que a propriedade continua sendo da Disney Corporations.

ocorrida em Paris em 1982 como reação àquela Bienal, iniciando como uma crítica à mesma. Consolidam-se posicionamentos a favor de um resgate do ideal das vanguardas modernistas, rejeitando seu caráter funcionalista, mas baseando-se na hipótese que:

> "(...) *as premissas de estranhamento, ruptura e experimentação das vanguardas do começo do século não somente continuam sendo válidas e não estão em absoluto esgotadas, senão que devem ser levadas às suas últimas conseqüências, inclusive daquelas vanguardas que não chegaram a consolidar-se*" (MONTANER, 1993: 176).

Entretanto, para o autor, a parcela que se consolida não consegue se livrar de certos prejuízos. Considerada "vanguarda" pós-moderna, defendeu uma operação estrutural, reduzindo o projeto arquitetônico a simples elementos adicionados à forma e que nada significam isoladamente. Coerente com os modos de produção contemporâneos, ela limita-se à categoria de desenho industrial ou de design na escala do edifício:

> "*Só raramente essa opinião crítica estende o âmbito de seu parecer além do problema superficial do estilo, para pedir que a prática arquitetônica se volte novamente para o problema da criação do lugar, para uma redefinição crítica, mas criativa, das qualidades concretas do espaço edificado.*" (FRAMPTON, 1997: XI).

Os principais exemplos dessa vanguarda tomam corpo criativo com Aldo van Eyck, pertencente ao *Team X* e antes presente nos CIAMs, que retoma a arquitetura vernacular de culturas não européias; os Situacionistas que propõem a deriva, uma forma ativa de perder-se na cidade, e o ativismo político, reação e crítica ao modelo vigente; o Archigram e o SuperStudio que apresentam propostas urbanísticas utópicas e irônicas; o desconstrutivismo[21] de Peter Einsenman e Rem Koolhaas, que estabelece uma *tabula rasa* contemporânea – a cidade genérica – sempre em desenvolvimento, sem fronteiras e sem configurações estáveis, de acordo com a cultura contemporânea: excitante, fugaz e fútil (NESBITT, 2006).

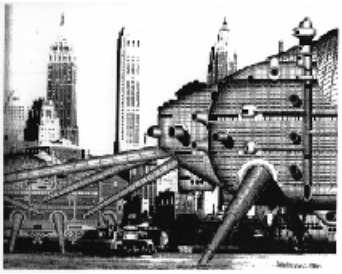


Imagem 46: Projeto Walking City de Archigram.
Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 47: Aronoff Center (Cincinnati) de Peter Eisenman.
Fonte: www.greatbuildings.com.

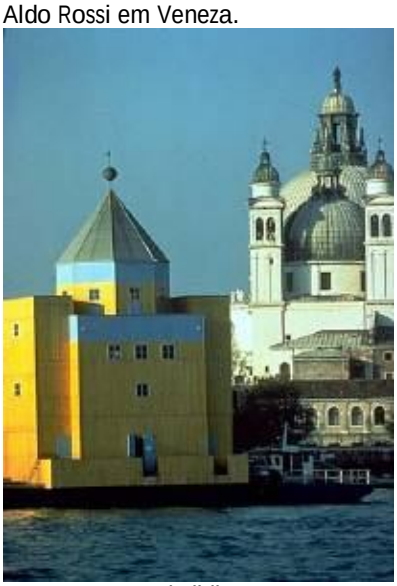
Imagem 48: Biblioteca Pública em Seattle de Rem Koolhaas.
Fonte: www.greatbuildings.com.

[21] O termo desconstrução, apropriado de Jacques Derrida, foi adotado com grande entusiasmo na arquitetura em substituição aos *ismos* do pós-moderno, passando a ser utilizado para definir arquitetos tão diferentes como Einsenman, Koolhaas, Bernard Tschumi, Zaha Hadid e Frank Gehry.

Imagem 48: Biblioteca Pública em Seattle de Rem Koolhaas.

Fonte: www.greatbuildings.com.

Imagem 50: Il Teatro del Mundo de Aldo Rossi em Veneza.



Fonte: www.greatbuildings.com.

Em oposição, ganha força aquela parte das alternativas deste período sintonizadas com a idéia de preservação, pela já citada tendência de reconciliação com a história e com a tradição. Aldo Rossi inicia os estudos da cidade do ponto de visto histórico e morfológico, retornando ao conceito de "lugar", à semelhança de Camillo Sitte; Kevin Lynch e Christopher Alexander examinam a materialidade do espaço buscando métodos para abordar a qualidade do espaço urbano; amplia-se o conceito de patrimônio histórico para monumentos, conjuntos urbanos, sítios arqueológicos, arquitetura industrial e edifícios modernos do século XX com valores artísticos ou científicos; e, embora se tente conservar também o patrimônio imaterial, o sentido ainda continua museológico (CHOAY, 2001). Com o crescimento do papel turístico na economia das cidades, o patrimônio histórico passa a ocupar uma importante função econômica. Assim, o patrimônio passa de sagrado a explorado comercial e financeiramente e é incorporado à industria cultural, baseada nas transformações das produções culturais e do próprio patrimônio histórico em produtos de consumo de massa[22]. Ainda é necessário caracterizar que um suposto fim entre a alta cultura e a cultura popular é defendido como uma das principais características da arquitetura pós-moderna. Esta arquitetura mais popular, derivada diretamente dos trabalhos de Venturi (1995) e de Venturi, Scott Brown & Izenour (2003), na realidade aproxima-se dos signos comerciais em uma clara compatibilidade com o mercado e transformando a arquitetura em mercadoria. "*Esta passa, nos anos 90, a tradução, sem mediação, do 'mundo econômico', portanto, coincidente com ele, e não tem mais o interesse das análises das ambigüidades do passado, que apontavam possibilidades*" (ARANTES, 1998: 214),

[22] Vaz e Jacques (2003) fazem um bom apanhado na identificação dos modos de intervenção urbana a partir da segunda metade do século XX: anos 1960 - *reabilitação urbana*: no contexto das críticas de ordem social (gentrificação), econômica (especulação) e arquitetônico-urbanística (destruição do patrimônio), são propostos novos estudos sobre tipologia de edificações e morfologia urbana; década de 1980 - *revitalização urbana*: por oposição à prática do planejamento urbano modernista (grandes dimensões, homogeneidade funcional e formal), as propostas passaram a se pautar por projetos urbanos de recuperação do desenho do ambiente construído e dos espaços públicos através de diferentes fragmentos, o que as autoras denominaram "contaminações positivas"; e nos anos 1990 - *requalificação urbana*: projetos estratégicos, dentro dos processos induzidos pela competitividade entre as cidades. A ênfase recai nos aspectos culturais e simbólicos, pois através da cultura se supõe que as cidades possam se individualizar, marcando seu lugar no panorama mundial (competição das municipalidades).

Quanto à gestão urbana inserida nas políticas públicas pós-modernas, essas tendências desdobraram-se em situações nas quais o projeto urbano transformou-se em empreendimento urbano e as pequenas intervenções tomaram conta do discurso arquitetônico. Peter Hall (2002) é claro ao dizer que a cidade empreendedora surgiu a partir do fim do consenso keynesiano, através da retórica neoliberalista anglo-americana. Dentro deste contexto, a crítica foi respondida com um novo modelo de reflexão e intervenção urbana baseado nos mesmos princípios econômicos adotados – flexibilidade, fragmentação e menos intervenção estatal –, mas ao mesmo tempo com parcerias público-privadas, com uma dita maior participação da "sociedade civil" e com a adoção de estratégias capazes de driblar a crise econômica ao gerar soluções competitivas.

Segundo Harvey (2005b) a *compressão da relação espaço-tempo*, através da internacionalização e financeirização da economia e dos avanços tecnológicos, é um dos aspectos mais importantes desta "condição pós-moderna", já que o desenvolvimento tecnológico e as novas condições econômicas, em especial da globalização neoliberal, possibilitaram a aceleração do tempo de giro do capital (produção-troca-consumo) e, consequentemente, a acentuação da efemeridade das modas. O autor nos diz que esta é mais uma etapa do processo de aniquilação do espaço pelo tempo, já iniciado na modernidade. Entretanto, isso não significa que o espaço perca sua importância. Pelo contrário, a economia torna-se cada vez mais sensível às características específicas de uma localização. A falta de regulação econômica e os parâmetros bastante instáveis do modo de acumulação financeiro, associados ao desenvolvimento tecnológico, facilitam a relocalização de empresas e mudanças na solução espacial (*spatial fix*, segundo Harvey). Daí a necessidade de se criar um clima favorável aos negócios em cidades, na esperança de atrair este capital cada vez mais móvel[23]. Esta manipulação transforma-se na competição interurbana para alocação de investimentos e recursos, seja através da localização de empresas, do turismo ou da atração de "usuários solventes". Harvey (1996) denomina este tipo de gestão urbana, muito baseada em parcerias público-privadas, *empresariamento urbano*. Nas reflexões acerca do planejamento urbano brasileiro, o modelo de intervenção referente a estas mudanças ficou conhecido como *planejamento estratégico*.

Rose Compans resume bem no que se consiste o modelo:

[23] Neste sentido e reforçando o que já foi tratado, Ana Fernandes (2001a) nos diz que os teóricos contemporâneos partiriam da noção que a ênfase na rígida escala nacional (fordista) teria sido transformada a partir de um duplo movimento: globalização das atividades econômicas e de decisão política, e descentralização da organização da vida cotidiana (*local politics*). Apoiada na visão de que a globalização teria enfraquecido os Estados-nacionais, bem refutada por Batista Jr. (1998), inúmeros trabalhos vêm sendo realizados sobre cidades globais e cidades em rede, como os de Saskia Sasken (1998) e Manuel Castells (2000). Daí surgiria a predominância de duas esferas sócio-espaciais no pós-fordismo: global e local.

> "*O planejamento estratégico se constitui no principal instrumento de adaptação das formas institucionais locais aos objetivos da inserção competitiva, ao referenciar a proposição de uma agenda de intervenções físicas e de modificações na estrutura legal e administrativa a tendências mercadológicas observadas na dinâmica da economia global. Atribuindo relevância estratégica a determinadas ações e projetos, exclui a possibilidade de que outras, não incluídas nesta agenda, sejam efetivadas ou mesmo reivindicadas. Por outro lado, o planejamento estratégico favorece a construção de alianças políticas com os segmentos médios e empresariais e o marketing público, ambos conferindo legitimidade às prioridades estabelecidas e à participação do setor privado na gestão dos negócios públicos. Desta forma, torna-se um veículo privilegiado para a adoção do empreendedorismo competitivo na gestão das cidades.*" (COMPANS, 2005: 23).

Imagens 51, 52 e 53: Novas estruturas para Barcelona: vista da orla, Vila Olímpica e Fórum das Culturas.

Fonte: www.bcn.es.

O planejamento estratégico[24] aparece como *única solução* para aliviar as cidades em meio ao turbilhão pós-moderno, tornando-as eficientes e competitivas[25]. Inspirado na experiência do projeto de preparação de Barcelona para os jogos olímpicos de 1992, o planejamento estratégico é aquele decorrente de intervenções destinadas à reestruturação urbana e econômica de uma localidade. Pela divulgação sistemática desta experiência, se disseminou a impressão de que o "modelo Barcelona" poderia ser reproduzido em qualquer localidade, independentemente de suas características específicas, ou seja, o mesmo modelo-tipo do planejamento modernista que havia sido criticado. Profissionais catalães formaram empresas de consultoria que auxiliam na elaboração de projetos no mundo inteiro, como a famosa *TUBSA*; universidades e institutos de pesquisa corroboraram o ideário e promoveram cursos e capacitação de profissionais; organizações públicas e/ou da sociedade civil passaram a defender a adoção deste modelo em

[24] De acordo com Lopez (1998), o planejamento estratégico tem origem nos gregos possuindo uma conotação militar, de tempos de guerra, e significava um esquema para obter vantagens sobre um inimigo no combate. Através dos tempos, planejamento estratégico esteve associado basicamente à transposição de ações estratégicas com interesses políticos e econômicos. A partir da década de 1980, o planejamento estratégico começou a ser intensamente utilizado no setor público, com ênfase no planejamento de cidades. Devido ao seu tamanho, à complexidade de suas estruturas sociais, econômicas e políticas, dentre outros aspectos, o seu uso é geral, podendo ser empregadas diversas técnicas em várias fases do planejamento, adaptando-as a realidades específicas (LOPEZ, 1998).

[25] Além da noção de crise econômica que envolve as cidades, se disseminaram discursos negativos sobre a mesma: criminalidade e violência urbana, decadência dos centros urbanos tradicionais, degradação paisagística, poluição ambiental, visual e sonora, carência de infra-estrutura, déficit habitacional, invasão do comércio informal, trânsito/mobilidade deficiente; enfim, discurso acerca do caos urbano contemporâneo.

suas cidades[26]. As agências multilaterais, como FMI e BID, além de financiarem projetos de reestruturação urbana, "premiando" as "boas práticas" na política urbana, difundem este tipo de planejamento, como na citação retirada da agenda urbana do BID:

> "*uma importante parte da boa gestão urbana envolve a adoção de um enfoque comercial a muitos dos serviços e funções administrativas das cidades (...) um enfoque comercial é também pré-requisito para envolvimento do setor privado ou eventual privatização de serviços urbanos.*" (BID *In* FERNANDES, 2001a: 17).

São editados, por estas agências, verdadeiros manuais de planejamento estratégico, voltados para a "eficiência" das cidades que preconizam, segundo Sànchez (2003), em especial:

- construção de infra-estrutura para a passagem de um modelo industrial para o do setor terciário avançado, inclusive com a criação de distritos empresariais e financeiros, com redes de comunicação e instalação de tecnologia de última geração, inclusive nos próprios edifícios empresariais, os chamados "edifícios inteligentes";

- melhorias nos sistemas de transportes (aeroportos, anéis rodoviários, etc.);

- áreas residenciais exclusivas de alto padrão e oferta de bens e serviços "de luxo", distintos;

- formação de novas centralidades urbanas com a instalação de novos equipamentos de lazer e consumo, como shoppings e centros culturais, e equipamentos voltados para o turismo de luxo, como hotéis;

- "revitalização de áreas degradadas", incluindo áreas centrais, orlas marítimas e zonas portuárias que, conjuntamente com as novas centralidades, transformam-se em símbolos dessa "modernização" da cidade.

Entre os principais teóricos do planejamento estratégico, que legitimam essa visão, podemos citar Manuel Castells, Manuel de Forn e Jordi Borja, ex-prefeito de Barcelona. Os três já publicaram artigos e livros que também servem como manuais de reestruturação urbana preconizando que para as cidades assumirem o papel de protagonistas do desenvolvimento sócio-econômico são necessárias: uma reforma política radical baseada em um governo promotor encarnado em lideranças carismáticas; projetos de valorização urbana realizados por meio das parcerias público-privadas e de intervenções impactantes por seu caráter e rapidez; e, por último, a promoção da identidade e da imagem que a cidade tem de si mesma e projeta no exterior. Assim, Castells & Borja (1996) nos dizem que:

[26] Muito da agenda de cidades empreendedoras foi formulada dentro da Harvard Business School e da Universitat Politècnica de Catalunya. Foi formado, inclusive, o *World Competitive Cities Congress* que reúne organismos multilaterais, consultores internacionais, professores e teóricos renomados e administradores locais.

"*O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estruturas e de serviços (comunicações, serviços econômicos, oferta cultural, segurança, etc.) que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solventes à cidade e que facilitem suas 'exportações' (de bens e serviços, de seus profissionais etc.).*"

Imagens 54 e 55: Docklands em Londres.

Fonte: anotações de aula do Prof. Eduardo Nobre (PPG-FAU-USP).

Na realidade, poderíamos afirmar que o planejamento estratégico consiste num plano de adaptação de cidades ao novo estágio de expansão capitalista, através da organização espacial e do aparato político-legal compatível com uma economia baseada no setor terciário avançado e nas indústrias de alta tecnologia e na criação de um clima social favorável aos negócios. Deste modo, é possível distinguir a emergência de dois processos de reconstrução urbana: um material e outro simbólico. Dentro das intervenções diretas na realidade sócio-espacial é possível considerar que o planejamento urbano torna-se fragmentado, com o privilegiamento de certas áreas da cidade para a atração de investimentos. Ou seja, dá-se o fornecimento desigual de serviços urbanos com o favorecimento de áreas destinadas às elites: a cidade é uma mercadoria de luxo (VAINER, 2000a). As intervenções devem priorizar, em especial, a reorganização espacial e a construção de infra-estrutura para a atração de investidores através da melhoria dos sistemas de transporte, da criação de distritos empresariais e financeiros, da instalação de avançadas tecnologias comunicacionais e de estímulos locacionais, como isenção de impostos. Por outro lado, esta cidade também deve ser atrativa para moradores e turistas de alta renda, por isso a necessidade de estímulo à implantação de áreas residenciais exclusivas e à oferta de bens e serviços diferenciados, com a instalação de novos equipamentos de lazer e consumo, como *shopping-centers* e centros culturais, além da "revitalização de áreas degradadas" e a implantação de infra-estrutura turística qualificada (SÁNCHEZ, 2003).

Imagem 56: Centro Pompidou de Piano e Rogers. Fonte: www.kottke.org.

Imagem 57: Guggenheim Museum Bilbao de Frank Gehry.
Fonte: www.greatbuildings.com.

Este modelo de intervenção micro-local estaria baseada nas palavras da moda do planejamento pós-moderno: sinergia e estratégia. Acredita-se que um plano integrador de ações localizadas fragmentariamente possa ser o catalizador de reações dos agentes privados no sentido de despertar processos de reestruturação, revitalização ou renovação urbana. Entre as vantagens desta proposta estariam a maior facilidade de captar recursos através das parcerias-público privadas (projetos e negociações caso a caso), menor prazo para execução, se adaptando aos mandatos eleitorais e aos interesses localizados, e maior visibilidade dos investimentos, permitindo o engajamento da população local. Ademais, um planejamento fragmentado teria maior agilidade (flexibilidade) de adaptações diante de mudanças conjunturais. Acselrad (*In* COMPANS, 2005: 13) nos diz que foi instaurada a prática do urbanismo *just in time*, em semelhança com o modelo de produção baseado na demanda. A própria analogia entre cidade e empresa ou mercadoria parece bastante conectada com o processo de transferência de técnicas da gestão empresarial, como o marketing e as estratégias concorrenciais agressivas, à administração pública.

O consenso social construído em torno do projeto apóia-se na lógica de que ao serem adotadas tais medidas de favorecimento de certos setores, a cidade seria beneficiada como um todo, através da sustentabilidade, do desenvolvimento e da modernização (SÁNCHEZ, 2003)[27]. Entretanto, a principal justificativa agregadora dos cidadãos é a geração de empregos. Mas, com os altos custos das ações locais, não é a população que se favorece devido ao baixo retorno fiscal e ao preterimento de investimentos sociais em favor destes empresariais. Fernandes (2001a) ainda relembra que são as políticas macroeconômicas nacionais que possuem maior influência sobre o nível agregado de emprego.

[27] Ana Fernandes (2001a) faz uma associação interessante entre o planejamento estratégico e a formulação da "máquina-urbana-de-crescimento" de Molotch & Logan. Estes autores descrevem a competição de cidades nos EUA, na passagem do século XIX, quando a instalação de estradas de ferro produzia novas espacialidades e, através de coalizões entre poder público e interesses privados, beneficiavam os interesses rentistas. Neste período, teriam sido formadas "coalizões de crescimento" que defendiam que sem crescimento uma cidade se desvaloriza como uma mercadoria qualquer. Esta justificativa conseguiu unir as elites de crescimento (*growth elites*) e a população local, preocupada com suas propriedades e empregos. Estas coalizões ainda garantiam os benefícios privados e eliminavam qualquer modelo alternativo através de estratégias para criação do consenso. É interessante notar que Molotch & Logan já falavam do patriotismo local, que os conflitos e contradições sociais deveriam se esvainecer e das requalificações urbanas como forma de agregação e identificação social. Arantes (2000: 25-30) também faz as mesmas associações.

No campo simbólico, podemos considerar que existe um processo de reconstrução das subjetividades urbanas, através de mecanismos como o patriotismo de cidades (VAINER, 2000a). A construção de símbolos da nova cidade pela promoção de novos espaços, de eventos culturais e esportivos, a gestão através de lideranças carismáticas, enfim, "o aprimoramento e a divulgação da identidade local" por meio do *marketing* urbano transformam a vida urbana através da atribuição de maior importância à imagem, à representação, do que ao próprio objeto representado, no caso a cidade[28]. E, é claro, esta imagem deve solidamente indicar um futuro positivo para a cidade, gerando o consenso através da auto-estima e do orgulho. Aliás, o plano é extremamente otimista, uma vez que, se for possível, os problemas devem ser ignorados para não criarem uma imagem negativa da cidade, tanto interna quanto externamente. Arantes (2000: 16-17) analisa o planejamento estratégico justamente pela predominância da questão identitária e cultural nos projetos contemporâneos:

> *"O 'tudo é cultura' da era que parece ter se inaugurado nos idos de 1960 teria pois se transformado de vez naquilo que venho chamando de* culturalismo de mercado*. De tal forma que a cultura – (...) – ao tornar-se* imagem*, quer dizer, representação e sua respectiva interpretação (como sabe qualquer gerente de* marketing *numa sociedade do espetáculo) acabou moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades 'imaginadas') que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. Trocados em miúdos, esse o verdadeiro 'poder da identidade'. Daí a âncora identitária da nova urbanística. E como o planejamento estratégico é antes de tudo um empreendimento de comunicação e promoção, compreende-se que tal âncora identitária recaia de preferência na grande quermesse da chamada animação cultural."*

Imagens 58 e 59: Exemplos brasileiros: Região da Luz em São Paulo (www.cidadedesãopaulo.com) e Pelourinho em Salvador (www.portaldopelourinho.com.br)

[28] Harvey (2005a) nos diz que essa cidade apresentada como espetáculo não deixa espaço para o planejamento urbano de reorganização sócio-espacial totalizante, sendo este modelo substituído por uma espécie de *design* urbano. Em outro texto, o mesmo autor fala sobre a emergência da cultura como mercadoria deste empresariamento urbano (HARVEY, 2005a).

Assim, além de efeitos duros na materialidade urbana, existe o ato de violência simbólica contra a cidade (VAINER apud SÁNCHEZ, 2003). O processo mascara a real identidade urbana, eliminando contradições e homogeneizando o espaço pela recusa de qualquer outra imagem ou representação possível da cidade. Essa manipulação, combinada com as intervenções físicas, acaba promovendo processos de gentrificação, com a expulsão de setores populacionais que não interessam à cidade-empresa, confirmando a coesão e a paz social da imagem-síntese promovida. A despolitização torna-se mais uma garantia aos investidores, já que a cidade deixa de ser um espaço democrático. Deste modo, é possível perceber a importância da ideologia dentro do planejamento estratégico, fazendo com que as intervenções passem a ser percebidas como interesse público. Neste sentido, o plano estratégico é um "plano discurso" (VILLAÇA, 2004), que cumpre seu papel ideológico e mascara as reais contradições da cidade.

É importante ressaltar que o modelo proposto por Borja e Castells procura adaptar um hipotético socialismo municipal às novas tendências inexoráveis do capitalismo mundial. Tendência contraditória, mas que não deixa de ressaltar a importância da qualidade de vida da população como um todo, prevendo a construção de habitações, melhoria na provisão de infra-estrutura e serviços públicos para as classes mais desfavorecidas. O modo pelo qual o planejamento estratégico vem sendo implantado, contudo, parece-se com planos que não serão materializados completamente, a não ser no que refere aos interesses das elites locais. Um dos exemplos parece ser o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Segundo Vainer (2000b), embora este plano aparente uma ampla participação social, na realidade, ele não abre espaço para a discussão e a participação, ou seja, segundo o autor, trata-se de mais uma forma de legitimar o projeto das elites econômicas[29]. Rose Compans analisa minuciosamente a metodologia do plano, realizado a partir da consultoria de catalães – inclusive Borja – e conclui que o resultado se encontra de acordo com as premissas do planejamento estratégico, devendo "*favorecer que os setores mais fortes e dinâmicos sejam os protagonistas do relançamento da cidade*" (Borja *In* COMPANS, 2005: 195)[30]. Mais importante ainda parece ser estudar quais seriam as suas conseqüências ao serem adotados de forma efetiva na realidade brasileira de extrema desigualdade social, já que, como diz Arantes:

[29] Vainer (2000b) nos diz ainda que a questão da qualidade de vida da população como um todo aparece no plano como se a questão da desigualdade social fosse um problema paisagístico ao constranger e inibir os novos investimentos na cidade.

[30] No dizer da autora: "*Não obstante a metodologia adotada ser inibidora do debate político, induzir a priorização da competitividade econômica em vez da distribuição social, e não apresentar salvaguardas quanto à realização das propostas, a produção do consenso em torno das propostas relacionadas no Plano Estratégico, sem dúvida, legitimou a agenda política do governo municipal, dada a enorme coincidência de projetos (...)*" (COMPANS, 2005: 2007). A autora ainda lembra que, no período, o prefeito César Maia suspendeu a regulamentação de medidas de interesse social, como o IPTU progressivo, o Programa de Lotes Urbanizados e de Moradias Populares e a obrigatoriedade de relatórios de impacto de vizinhança, entre outros.

> *"(...) parece muito menos plausível que num tal contexto alguém minimamente responsável – para dizer o menos – possa imaginar um governo de cidade que se limite basicamente a agenciar negócios, muito menos que se sinta à vontade propondo uma corrida competitiva em que é muito óbvio que uns se dão bem na exata medida em que outros se dão mal".* (ARANTES, 2000: 68)

Imagem 60: "Arquitetura de ferro" do SoHo em Nova Yorque renovada para abrigar comércios, serviços e habitações de luxo.

Fonte: www.vitruvius.com.br.

Imagem 61: Sony Center em Berlim.

Fonte: www.greatbuildings.com.

É importante ressaltar que esse favorecimento tem se realizado na maioria das cidades que tal planejamento foi adotado, como no caso de Berlim, com a reunificação da Alemanha significando o triunfo do capitalismo, e Nova York, a partir do exemplo emblemático de gentrificação dos bairros SoHo e Greenwitch Village. Outro caso bastante discutido é o da cidade de Bilbao, na Espanha, que se tornou verdadeira vitrine de um conjunto de "arquitetos de grife" (*star-system* da arquitetura) com a construção de edifícios e intervenções urbanas de monumentalidade espetacular, capazes de produzir uma nova identidade para a cidade e formar as coalizões de crescimento. Aliás, a arquitetura pós-moderna serve bem a estes fins, ao se considerar que a monotonia funcional do modernismo não atraía o capital investidor. De fato, Harvey (2005) caracteriza a indústria pós-moderna através do investimento na marca e na imagem, tão ou mais importante do que o investimento em máquinas e no produto. Essa situação assemelha-se a uma nova concepção sobre o urbano.

Embora sintetizando tendências antigas da cidade capitalista moderna que ganham relevância decisiva recentemente (SZMRECSANYI, 2004), a cidade pós-moderna parece re-inserida no cenário mundial, com o apoio nos espaços revitalizados, nos eventos propagandeados e ideais para a reestruturação econômica, na fixação de novos hábitos sociais e em uma arquitetura "espetacularizada". Portanto, nos estudos atuais sobre a paisagem urbana, a tendência é enfatizar ou as novas edificações e espaços pós-modernos, semelhantes em qualquer ponto do globo, servindo-se da mais alta tecnologia e capazes de inebriar habitantes e turistas (JAMESON, 2004a), ou uma paisagem pós-moderna marcada pelas "revitalizações" de áreas consideradas degradadas enquanto um espaço de/para o consumo (ARANTES, 1998). Dentro desse contexto, é possível perceber duas maneiras distintas de transformação do espaço urbano: primeiro, pelo

enobrecimento de setores escolhidos, resultando na gentrificação (ARANTES, 1996) ou, segundo, pela sua transformação em um verdadeiro parque de diversões (ZUKIN, 1996; 2003), no extremo, o caso já citado de *Celebration* da Disney. Dessa forma, a diversidade é apropriada por um sistema baseado na reprodutibilidade. No momento em que tudo vira cultura (ARANTES, 2000), a identidade sócio-espacial deriva, paradoxalmente, do consumo[31]. O que se consome é um estilo de vida e, portanto, financia-se a elevação do prestígio de determinando local ou cidade que adentra o circuito de consumo e acumulação. O pastiche, a imitação e a colagem são formas de expressão de uma cidade fabricada e sem vínculos identitários efetivos com sua formação e desenvolvimento. Entretanto, a própria distintividade, que era o fator atraente para o mercado, acaba-se. Desse modo, mapear uma cidade pós-moderna significa localizar cultura e poder, ancorados na questão local ou no mercado global.

3.2. FLORIANÓPOLIS CONTEMPORÂNEA (DE 1981 AOS DIAS PRESENTES)

Florianópolis é uma capital com características que a diferenciam de outras do território brasileiro. Primeiro, possui uma população permanente menor do que outras cidades do estado de Santa Catarina[32]; segundo, é a única capital não industrializada das regiões sul e sudeste brasileiras, sendo que o setor terciário tem se mantido como sua base econômica mais dinâmica, como demonstrado na tabela 03. Ademais, Florianópolis permaneceu praticamente isolada do resto do território até a década de 1970. Entretanto, nos últimos anos, a cidade vem apresentando altos índices de crescimento[33], fato explicado pela imigração da população proveniente da zona rural do estado e de outros centros urbanos. Nesse último caso, a vinda de famílias de outros estados do país, em especial de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas também da Argentina e do Uruguai, explica-se, especialmente, pelas características de uma capital de porte médio com grande provisão de serviços urbanos e um sitio natural exuberante. A proximidade com a natureza e o ritmo mais lento de uma cidade "pacata" são grandes atrativos para essa população que busca a tão sonhada qualidade de vida. Para isto, a sua promoção turística tem feito com que Florianópolis seja cada vez mais conhecida. Um novo ciclo

[31] Canclini (2006a) considera que o consumo constrói parte da *racionalidade integrativa e comunicativa da sociedade* e sugere que é preciso pensar o que a globalização, o mercado e o consumo têm de cultural, já que, por diversas vezes, são encarados somente de forma econômica.

[32] Segundo o censo IBGE 2000, Florianópolis possui 342.315 habitantes, sendo Joinville, ao norte, a maior cidade do estado, com 429.604 habitantes.

[33] Ao compararmos com o crescimento de outras capitais brasileiras, Florianópolis somente possui uma taxa de geométrica de crescimento anual somente menor do que as capitais do Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Tocantins. De 1991/2000, a cidade apresentou uma taxa de 3,73% enquanto, por exemplo, São Paulo apresentou 0,85%, Porto Alegre, 0,93% e Curitiba obteve uma taxa geométrica de crescimento de 2,13% (REIS, 2002).

econômico, implantado a partir da década de 1980, veio a aliar a indústria do turismo à da construção civil. O marco utilizado neste trabalho para demonstrar esta passagem foi o empreendimento Jurerê Internacional, lançado em 1981, bastante significativo das mudanças sócio-espaciais da cidade e que será melhor explorado posteriormente.

Tabela 03 – Composição da economia de Florianópolis e empregos gerados por setor

atividade econômica	composição (%)	empregos gerados (%)
indústria	6,04%	5,85%
comércio	27,53%	18,96%
serviços	66,12%	58,20%
outros[34]	0,31%	16,29%

Fonte: dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis

Imagem 62 – Localização de Florianópolis e dos municípios de sua região metropolitana. Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

Com a maior parte de seu território localizado na Ilha de Santa Catarina, Florianópolis faz parte de um aglomerado urbano em que se destacam mais quatro municípios em conurbação[35]: Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa é uma micro-região que possui características de uma região metropolitana, tais como o crescimento urbano acelerado (o demonstram as tabelas 04 e 05 na próxima página), a complementaridade e a divisão de funções entre as cidades em questão. Entretanto, o desenvolvimento é bastante desigual entre as mesmas. Enquanto Florianópolis, como capital, polariza o crescimento, o comércio, os serviços e os órgãos representativos dos poderes estatais, a maior parte da população distribui-se entre ela e em São José, município mais industrializado do aglomerado. Paralelamente, as demais urbes da micro-

[34] Embora os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis não especifiquem quais atividades econômicas estão incluídas em "outros" pode-se deduzir, por pura observação da realidade sócio-econômica da cidade, que a categoria abarca atividades como a pesca, a agropecuária e o setor informal, entre outras.

[35] A Região Metropolitana de Florianópolis inclui 22 municípios (09 do chamado núcleo metropolitano e 11 em área de expansão metropolitana).

região têm apresentado um crescimento demográfico bastante acentuado nas últimas décadas, pois, como no exemplo de Palhoça[36], funcionam como cidades-dormitório.

Tabela 04 – População total de Florianópolis e municípios vizinhos

População total	1949	1959	1970	1980	1991	2000
Florianópolis	67.630	97.827	138.337	187.871	254.941	342.315
São José	14.562	21.537	42.535	87.817	139.318	173.559
Biguaçu	12.265	13.751	15.337	21.434	34.027	48.077
Palhoça	11.716	14.266	20.652	38.031	68.298	102.742
G. Celso Ramos	2.915	4.107	7.521	7.812	9.630	11.598
S. A. Imperatriz	4.122	8.716	10.362	11.317	13.323	15.708
Total	116.210	160.204	234.744	354.282	519.537	693.999

Fonte: dados do IBGE

Tabela 05 – Taxa de crescimento anual de Florianópolis e municípios vizinhos

crescimento anual	1949-1959	1959-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Florianópolis	3,76%	3,20%	3,11%	2,81%	3,80%
São José	3,99%	6,38%	7,52%	4,28%	2,73%
Biguaçu	1,15%	1,00%	3,40%	4,29%	4,59%
Palhoça	1,99%	3,42%	6,30%	5,47%	5,60%
G. Celso Ramos	3,49%	5,65%	0,38%	1,92%	2,27%
S. A. Imperatriz	2,04%	1,59%	0,89%	1,49%	1,99%
Total	3,26%	3,53%	4,20%	3,54%	3,73%

Fonte: dados do IBGE

Segundo CECCA (1997), três tipos de população imigrante impulsionam o crescimento do aglomerado: primeiro os que buscam preencher ocupações nos órgãos públicos, o que caracteriza a migração das décadas de 1960, 1970 e 1980; em segundo lugar, os estudantes universitários; e, em terceiro lugar, a população pauperizada da migração rural-urbana ou urbana-urbana. Nos dois primeiros casos, a localização desses grupos é a Ilha de Santa Catarina enquanto no último caso, os outros municípios da região são os procurados, em especial pelo custo de vida e das habitações. A esses motivadores, é possível acrescentar o atual marketing

[36] A cidade de Palhoça também tem tido um crescimento exponencial de seu turismo com a descoberta por visitantes de outras localidades de praias como Guarda do Embaú e Pinheira.

urbano de Florianópolis adicionando, portanto, mais um grupo de imigrantes, que será mais bem explicitado posteriormente.

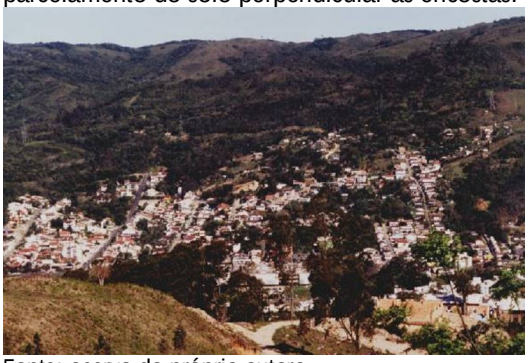
Assim, com o grande crescimento da região, a parte continental, incluindo os outros municípios conurbados, foi adotada para a localização das moradias de renda baixa e média baixa. Segundo Faccio (1997), de 1966 a 1990, dos 22 conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-SC no Aglomerado Urbano de Florianópolis, 20 estão localizados no continente. O crescimento urbano da Ilha de Santa Catarina parece bastante diferenciado daquele dos outros municípios da região. Com a expansão do aparelho do Estado e a dinamização da economia urbana a partir de 1970, os setores médio-altos expandiram-se na Ilha, buscando as melhores localizações, como a proximidade do trabalho ou de certas amenidades, em especial o mar. Acompanhando essa diferenciação, ocorreu o privilegiamento governamental da parte insular Florianópolis, com melhor provisão de infra-estrutura e serviços urbanos.

Imagem 63 – Ocupação atual de Florianópolis e áreas próximas.
Fonte: REIS, 2002.

Ainda assim pouco planejada, a expansão urbana de Florianópolis tem sido, em sua maior parte, espontânea. As atividades urbanas e turísticas foram alvo de ações tanto de agentes públicos quanto privados gerando empreendimentos de diferentes escalas, desde intervenções pontuais a iniciativas que geraram bairros inteiramente novos. Anteriormente, a cidade podia ser dividida claramente em duas porções: a área central, da faixa litorânea ocidental, que concentrava as atividades político-administrativas e os principais pontos de comércio e de serviços, e o restante da ilha, salteadamente ocupado por freguesias de base agrícola ou pesca artesanal. Essas freguesias no chamado "interior" da ilha foram se transformando com a chegada de novos moradores e de turistas. A área central, urbanizada, expandiu-se e adensou-se. Entretanto, a estrutura urbana atual ainda possui permanências da antiga ocupação colonial, refletindo-se especialmente na descontinuidade do tecido urbano e na forma de parcelamento do solo, a que os assentamentos agrícolas deram as formas iniciais (REIS, 2002). Essas transformações ocorreram em um espaço de extrema fragilidade ambiental que tem sofrido danosos impactos. Embora muitas vezes as populações pauperizadas, consideradas "ignorantes" e um signo de desordem, violência e caos, recebam a culpa pelo processo de degradação ambiental, no caso de Florianópolis, as classes média e alta

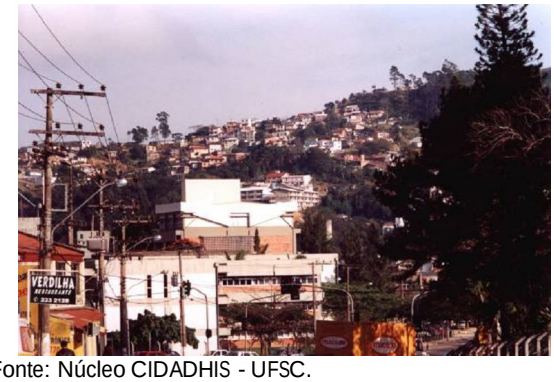
têm contribuído mais para o desequilíbrio natural da cidade ocupando áreas de preservação ambiental, como encostas e orlas, pela falta de ligações na rede de esgoto, pela invasão de automóveis e pelas insistentes reivindicações de ampliação do sistema viário que os comportem (CECCA, 1997). Só que no caso dos conflitos coincidirem com os interesses da indústria da construção civil, é possível a manipulação do planejamento e de leis, como Élson Pereira (1992) documenta em seu estudo e Maria Inês Sugai (1994) confirma, mostrando inclusive a presença de representantes desses setores na administração pública. A importância da construção civil em uma cidade sem muitas alternativas econômicas é compreendida dentro desse contexto.

Imagem 64 - Remanescentes da ocupação colonial: parcelamento do solo perpendicular às encostas.



Fonte: acervo da própria autora.

Imagem 65 – Ocupação desordenada subindo as encostas do Morro da Cruz – Trindade e Serrinha.



Fonte: Núcleo CIDADHIS - UFSC.

A falta de planejamento urbano, de análise de impactos ambientais, de compromisso com o bom senso estético e arquitetônico, a desigualdade social e a falta de respeito a qualquer política ordenadora geraram um dos "frankensteins" da cidade: o Morro da Cruz. Com uma localização privilegiada na península central da cidade e uma paisagem de extrema beleza, o Morro da Cruz tem sua ocupação iniciada conjuntamente com a expansão da ocupação da antiga Vila de Desterro, durante a segunda metade do século XIX. Entretanto, atualmente, essas encostas abrigam grandes mansões ao lado de barracos, intervenções públicas nos divisores de águas e estações e antenas de rádio e televisão no seu cume. Sequer destinou-se um espaço para um amplo mirante com áreas de lazer[37].

[37] O mirante existente hoje foi construído no espaço residual das emissoras localizadas no cume do morro.

Imagem 66 - Miramar.

Fonte: acervo da própria autora.

Algumas pasteurizações e pastiches, bastantes ligados à estética pós-moderna, também foram construídos, como a intervenção do Miramar. O Bar Miramar original, inaugurado em 1928, localizava-se ao pé da Praça XV de Novembro em um trapiche. Era um café com sala para refeições, vestiários para os banhos de mar e a primeira base terrestre para quem chegava de navios ou hidroaviões em Florianópolis. Misturavam-se, em seu espaço, as elites econômicas e políticas aos pescadores e estivadores, mas também à população ainda mais pobre que já entretinha os fregueses do local em troca de moedas que eram lançadas ao mar. Era um espaço simbólico de sociabilidade do período. O Miramar foi demolido em 24 de outubro de 1974 para as obras de aterramento da Baía Sul. Entretanto, durante a gestão Ângela Amim, a prefeitura realizou a obra de "reconstrução" do Miramar no seu local original. No meio do aterro, entre o terminal de ônibus intermunicipal e diversos estacionamentos, foram levantados os pilares, no mesmo estilo arquitetônico, que davam sustentação à antiga edificação. Sem qualquer espécie de uso, fechamento ou identificação de sua relevância histórica, a maioria da população não entende o que significam aqueles "palitos" em meio ao centro da cidade.

2.2.1. o planejamento urbano e o marketing da cidade

Imagem 67 - Ocupação "detrás do Morro" – vista da UFSC, dos bairros Trindade, Córrego Grande e, ao fundo, Parque São Jorge e Santa Mônica.

Fonte: Núcleo CIDADHIS - UFSC.

Em 1982, foi aprovada uma nova revisão do Plano Diretor que incluía a área central, mas, por uma decisão do Poder Executivo Municipal, foi somente encaminhada à Câmara Municipal a proposta referente aos bairros adjacentes à área central, ficando conhecida como a "Lei da Trindade" (nº. 1.851/82) que, como dito anteriormente, sofria um processo intenso de ocupação. Este plano interpretou o crescimento a partir da transformação de antigas áreas rurais, classificando-as como Áreas Mistas Centrais (AMC) ou Áreas Residenciais Predominantes (ARP), que deram origem a áreas extremamente adensadas e de usos diversos dos bairros "detrás

do morro". A "Lei da Trindade" também permitiu a abertura de grandes loteamentos na região – Áreas Residenciais Exclusivas (ARE) – ocupadas, em especial pelos trabalhadores das sedes dos órgãos públicos implantadas na década anterior. Ainda hoje, ambas as áreas conformam identidades sócio-espaciais bastante fortes perante o conjunto da cidade.

Tabela 06 – Crescimento absoluto de Florianópolis por distritos[38]

População por distrito	1939	1949	1959	1970	1980	1991	2000
Distrito Sede	30.564	51.317	78.752	115.547	153.652	191.664	230.047
Cachoeira do Bom Jesus	1.727	1.518	2.169	2.116	3.070	4.473	12.629
Canasvieiras	1.662	1.550	1.723	1.996	2.431	4.096	9.910
Ingleses	2.332	2.726	2.994	2.016	2.695	5.865	16.324
Lagoa da Conceição / Barra / Campeche	3.251	3.589	3.613	4.985	7.821	14.784	32.335
Pântano do Sul	-	-	-	2.102	2.379	3.974	5.801
Ratones	670	666	862	795	902	1.080	2.856
Ribeirão da Ilha	4.589	4.365	5.261	4.229	6.404	14.229	20.310
Santo Antônio de Lisboa	1.976	1.899	2.453	3.570	7.294	12.909	5.341
Rio Vermelho	-	-	-	981	1.223	1.867	6.762
Total	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871	254.941	342.315

Fonte: dados do IBGE

[38] Como os dados mais recentes do censo IBGE 2007 são uma estimativa, utilizamos como base os dados do censo 2000. Por outro lado, existe uma polêmica na cidade de acordo com a qual os censos realizados em Florianópolis estariam defasados da situação real da cidade. Em entrevista, Nereu do Vale Pereira, pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e professor aposentado do Departamento de Sociologia da UFSC, afirma que o erro aconteceu durante os levantamentos da década de 1970 e, desde então, como nunca corrigidos, teriam se acumulado. Para o pesquisador, a população da cidade já teria ultrapassado os 500.000 habitantes e a municipalidade não teria motivação para sua correção devido ao interesse em manter a imagem de Florianópolis como uma cidade pacata e bucólica. Embora concordemos que no cotidiano a cidade aparenta um número muito maior de habitantes, neste trabalho utilizamos sempre os dados oficiais. Por outro lado, a justificativa do pesquisador parece falha ao se considerar o interesse que a Prefeitura Municipal teria no fundo de repasses da União aos municípios (Fundo de Participação dos Municípios - FPM).

Tabela 07 – Porcentagem de crescimento da população de Florianópolis por distritos[39]

População por distrito	1939 - 1949	1949 - 1959	1959 - 1970	1970 - 1980	1980 - 1991	1991 - 2000
Distrito Sede	67,90%	53,46%	46,72%	32,98%	24,74%	20,03%
Cachoeira do Bom Jesus	-12,10%	42,88%	-2,44%	45,08%	45,70%	182,34%
Canasvieiras	-6,74%	11,16%	15,84%	21,79%	68,49%	141,94%
Ingleses	16,89%	9,83%	-32,66%	33,68%	117,62%	178,33%
Lagoa da Conceição/ Barra / Campeche	10,40%	0,69%	37,97%	56,89%	89,03%	118,72%
Pântano do Sul	-	-	-	13,18%	67,05%	45,97%
Ratones	-0,60%	29,43%	-7,77%	13,46%	19,73%	164,44%
Ribeirão da Ilha	-4,88%	20,53%	-19,62%	51,43%	122,19%	42,74%
Santo Antônio de Lisboa	-3,90%	29,17%	45,54%	104,31%	76,98%	-58,63%
Rio Vermelho	-	-	-	24,67%	52,66%	262,18%
Crescimento total	44,60%	44,65%	41,41%	35,81%	35,7%	34,27%

Fonte: dados do IBGE

Imagem 68 - Praia dos Ingleses: uma das mais afetadas pelo desenvolvimento turístico.

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina.

Foi aprovado, também, o Plano Diretor dos Balneários, em 1985 (nº. 2.193/85). Este plano reconhecia, pela primeira vez, as transformações que as atividades turísticas vinham acarretando aos mesmos, tratando o "interior" da ilha como um todo. Foram criadas duas zonas específicas, Áreas Turístico-Residenciais (ATR) e Áreas Turísticas Exclusivas (ATE), espalhadas pela orla com o incentivo para a instalação de hotéis e equipamentos turísticos. Reconhecendo a decadência das atividades tradicionais e a fragilidade das comunidades locais, recomendava que estas deveriam "(...) *ser entendidas em termos de sua*

[39] Os decréscimos da população em certos distritos até a década de 1970 podem ser explicados a partir da atração que o Distrito Sede e as áreas adjacentes exerceram com a implantação de órgãos públicos, a instalação de novos comércios e serviços e o seu privilegiamento na ordem de investimentos urbanos na ilha até o período. Já o caso recente de decréscimo populacional no Distrito de Santo Antônio de Lisboa explica-se pela inclusão de parte de seu território ao Distrito Sede em 1995.

integração com o complexo turístico (...)" (IPUF, 1985: 15). Mantinha também áreas não urbanas, destinadas aos usos rurais (Área de Exploração Rural - AER), que não conseguiram perdurar devido à voracidade da ocupação turística[40]. Ao mesmo tempo em que se regulava o uso, a ocupação e o parcelamento do solo e se propunha preservar os ambientes naturais, reforçando a legislação já existente, também foram criadas e privilegiadas as Áreas de Incentivo à Hotelaria, permitindo grande número de pavimentos.

Nos últimos anos, devido à dificuldade de controle de loteamentos clandestinos e ao rápido crescimento de certas porções da ilha, como demonstram as tabelas 06 e 07, o Instituto de Planejamento Urbanos de Florianópolis (IPUF) tem desenvolvido Planos Específicos de Urbanização para algumas localidades. Embora vários motivos justifiquem a realização desses planos – como os já explicitados, mais a defasagem do antigo Plano dos Balneários e o reconhecimento das diferenças entre as localidades – este tipo de planejamento tem sido bastante criticado por não pensar a totalidade e a integração do interior da ilha. Ademais, medidas bastante controversas têm sido adotadas, como as que vão de encontro à legislação ambiental e a que permitiu a ocupação de praticamente todas as áreas reservadas à exploração rural. Um dos exemplos é o Plano de Desenvolvimento Entremares para a Planície do Campeche, formulado pelo IPUF a partir de 1992. Em função de sua disponibilidade de áreas planas e proximidade com o centro da capital, o local tem sido qualificado como área de expansão urbana, prevendo, para 30 anos, uma população de 450.000 pessoas em uma área de 50 km^2. Configurando bairros internos a partir de uma série de "vias parque", conformaria uma cidade independente, com serviços, comércio, centro de convenções, *shopping-centers*, centro universitário, entre diversos tipos de equipamentos urbanos. O plano, no geral, tem sido combatido pela população residente no Campeche devido ao seu desrespeito às ocupações pré-existentes, às áreas de preservação e à incapacidade de manejo de uma população prevista maior do que a de Florianópolis inteira atualmente. Assim, surgiu o "Movimento Campeche Qualidade de Vida" que produziu, com o apoio de segmentos sociais mobilizados e da UFSC, um plano alternativo fundado em perspectivas de desenvolvimento sustentável.

Imagem 69 - Vista da Planície do Campeche.

Fonte: www.campeche.org.obr.

[40] A ocupação ilegal dessas áreas é visível principalmente nas grandes planícies insulares, como o Campeche e o Rio Vermelho (REIS, 2002).

Em 1996, foi aprovado um novo Plano Diretor do Distrito Sede de Florianópolis (01/97), 21 anos depois de sua versão anterior. Uma quantidade expressiva de leis foi aprovada durante esse período e, como essa legislação passou a vigorar somente em 1998, nesse ínterim a Câmara Municipal já tinha realizado diversas alterações, principalmente no zoneamento, o que veio a permitir, por exemplo, a implantação de um *shopping-center* em área de uso residencial e a alteração do número máximo de gabaritos, entre outros. Todavia, a mais importante foi impedir que constassem mecanismos de participação popular na gestão e controle do Plano Diretor. Este propõe um planejamento de forma fragmentada, com a separação do distrito sede do município dos demais e não compõe um plano de desenvolvimento para a região metropolitana. É, enfim, um plano de ocupação do solo urbano, um foco estático no tempo, e não um Plano Diretor, dinâmico, que se aprofunde em diretrizes de desenvolvimento como um todo, chegando a não tratar nem prever os equipamentos e infra-estrutura de serviços básicos, como os sistemas de abastecimento de energia, água e sistemas de saneamento (PIMENTA, 2005). A proposta que mais chama atenção é a de verticalização da área central, que está conduzindo ao adensamento, formulada para atender aos interesses da indústria da construção civil e da especulação imobiliária, já que a relação entre a verticalização e o tamanho dos lotes foi bastante ignorada. A ampliação do espaço construído com a respectiva queda na qualidade estética da paisagem urbana e da qualidade de vida está sendo a conseqüência da execução de tal política. Por mais necessário que seja em um ambiente de imensa fragilidade, um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente ou ao menos referências à sustentabilidade ambiental não estão incluídos no plano.

Imagem 70 - Vista do centro de Florianópolis a partir do Morro da Cruz.

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

Entretanto, ao mesmo tempo em que todos esses conflitos fazem-se presentes na realidade sócio-espacial florianopolitana, o IPUF é encarregado da construção de uma nova imagem da cidade. Na tentativa de incluir a ilha na contemporaneidade, as grandes obras foram decisivas para a

cristalização de um sentimento coletivo de capital "desenvolvida". A imprensa possui um papel de extrema importância na divulgação desses novos símbolos da cidade e de sua nova imagem[41], entretanto, o marketing das maravilhas de Florianópolis foi tanto privado quanto público e o Estado foi o grande estimulador das mudanças, tanto reais quanto ideológicas.

A imagem de Florianópolis passa de uma cidade considerada atrasada frente aos modelos de desenvolvimento pretéritos para tornar-se hoje "sonho de consumo" de boa parte dos brasileiros. Florianópolis parece enquadrar-se nos ideais "pós-modernos" de vida das elites em sintonia com as mudanças econômicas e culturais ocorridas na esfera mundial e patrocinadas por políticas neoliberais (HARVEY, 2007; SALLUM Jr., 2003). Com a valorização de novos modos de vida, como o contato com a natureza, a busca de segurança e a suburbanização, enclausurada ou gentrificada, das elites, a cidade torna-se, em suas propagandas, a verdadeira "Ilha da Magia".

Sempre em busca de sua adequação, com a emergência de um mercado competitivo entre cidades, a capital catarinense também se volta nesse sentido. Embora suas características naturais já atraíssem turistas e mesmo novos moradores, Florianópolis tenta se adequar aos novos parâmetros mundiais com obras de infra-estrutura urbana e a promoção do estilo de vida "manezinho", que une algo da simplicidade tradicional ao conforto de instalações e equipamentos modernos. Assim, parcerias de investimentos públicos e privados aparecem em destaque na cidade. O turista ou o novo morador pode ir à Freguesia do Ribeirão da Ilha, um dos núcleos populares de tradição açoriana, comer ostras[42] com o "pé na areia", de frente para o mar, em meio ao casario colonial e, depois, voltar rapidamente, devido às novas modificações do sistema viário, para um hotel luxuoso ou para o melhor *resort* do Brasil, jogar *golf*, ir ao teatro ou sair para dançar numa das novas casas noturnas. Essa releitura do antigo para sua união ao atual, em cenários de lazer diversos que conjugam o simples e o sofisticado em um "popular elitizado", aparece, na sua imagem, como uma "nova" maneira de *viver a/na cidade* e,

Imagem 71 - Ribeirão da Ilha.

Fonte: acervo da autora.

Imagem 72 - Costão do Santinho – nomeado o melhor resort do país por diversas revistas especializadas.

Fonte: www.costao.com.br.

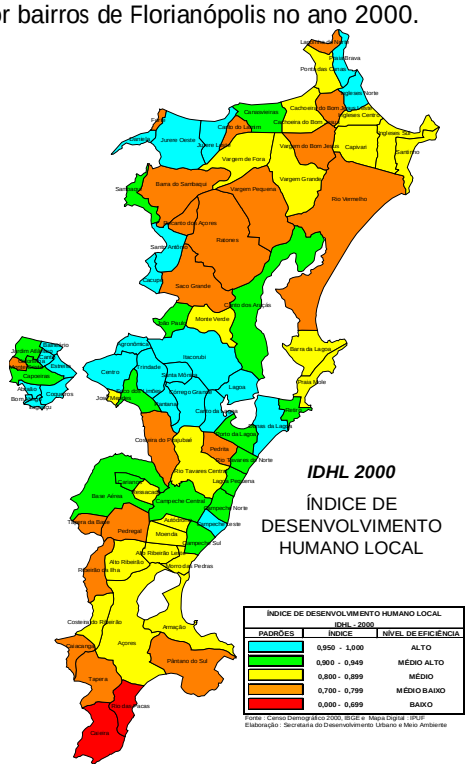
[41] Destaca-se na mídia local, o Diário Catarinense, jornal de maior circulação no estado, e a rede RBS, filiada da rede Globo. No nível nacional, as revistas de turismo, o Guia Quatro Rodas e a Revista Veja são grande estimuladores de uma nova imagem de Florianópolis ligada à qualidade de vida e às belezas naturais.

[42] Atividade nada tradicional para os açorianos, por sinal.

numa propaganda para as gestões municipais, uma nova maneira de *fazer a cidade*. Entretanto, embora o discurso seja diferente, o modelo de desenvolvimento, assim como sua direção, são os mesmos: bairros novos, centros de convenções, hotéis luxuosos, obras viárias, como viadutos e túneis, voltam-se para a atração de investimentos, de turistas e dos novos moradores "solventes". Também locacionalmente, essas novas intervenções não apresentam mudanças ante as realizadas em períodos anteriores, já que continuam direcionadas aos setores norte e leste da Ilha. Enfim, nada que pudesse diferir do encaminhamento de negócios públicos e privados já em curso na cidade, a não ser o porte dos investidores e dos investimentos, como será detalhado adiante.

Florianópolis passa, portanto, por uma grande valorização, tanto material quanto simbólica. O processo parece culminar na sua recente titulação, assim como de sua região metropolitana, como a capital de melhor qualidade de vida no Brasil pela ONU/PNUD. O estudo desses órgãos, que combina as variáveis saúde, educação e renda – não levando em conta as ofertas de lazer, as oportunidades de emprego, o acesso à tecnologia e à produção cultural atualizada, bem como a infra-estrutura urbana de parques, praças e áreas verdes em geral – incita a uma análise bastante atual do conceito de qualidade de vida. É interessante notar que as áreas de ocupação de baixa renda foram bastante descaracterizadas no levantamento feito pelo Censo IBGE, utilizado como fonte de dados pela ONU (SIQUEIRA & PIMENTA, 2004). Observe-se também que essas áreas localizam-se exatamente na direção geográfica em que ocorreram a maior parte dos investimentos desde a década de 1970, o eixo norte e leste da ilha, os setores do município onde que se encontram seus maiores valores de IDH e de renda.

Imagem 73 - Índice de desenvolvimento humano por bairros de Florianópolis no ano 2000.



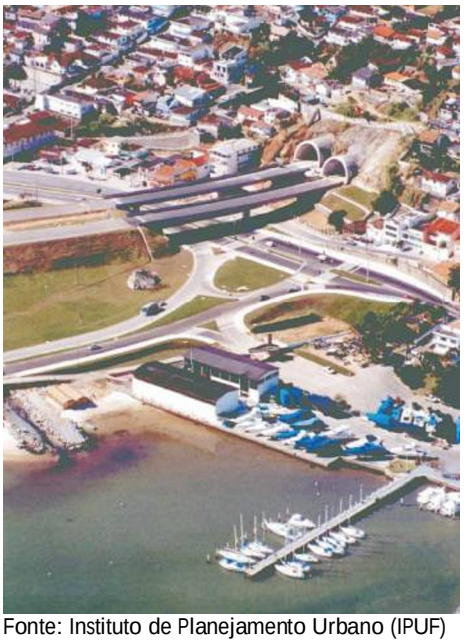
Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Ao enquadrar Florianópolis dentro das linhas do planejamento estratégico (LOPEZ, 1998), da construção de uma imagem da cidade homogeneizante e estritamente vinculada aos interesses das classes dominantes (COMPANS, 2005), é possível perceber melhor as sutilezas de um discurso impregnado de ideologia. Em uma cidade na qual a elite econômica mistura-se ao poder público, a tarefa parece bastante facilitada. Mais ainda ao se considerar que os grupos social e economicamente excluídos não aparecem nos números, nos mapas e nem mesmo na

paisagem florianopolitana. Uma vez que o valor da terra na cidade é muito alto, essa população instala-se ou nas cidades vizinhas ou, na Ilha, em Áreas de Preservação Permanente, causando danos ambientais e, muitas vezes, riscos para si mesma e outros moradores (SIQUEIRA & PIMENTA, 2003). Os processos de êxodo rural, desencadeados pela mecanização da agricultura e as dificuldades de trabalho no campo, aliados às oportunidades de uma melhor qualidade de vida em uma capital em expansão, impulsionaram a imigração desse contingente de baixa renda, escamoteado nos levantamentos oficiais. Com a exuberância do ambiente natural de Florianópolis, a atividade turística, considerada sua vocação, também é explorada sem limites precisos, como será descrito posteriormente.

Portanto, o seu principal atrativo, a qualidade de vida, parece já estar se deteriorando, com riscos ao meio ambiente, como diversos estudos vêm apontando, e com aumentos nas taxas de criminalidade urbana. Fora as praias, a capital catarinense é carente de áreas verdes de lazer e públicas, mas não há menção em qualquer documento com relação aos espaços públicos, que vêm sendo privatizados e contribuindo para piorar a qualidade de vida urbana. A visão funcionalista e normativa da legislação urbana de Florianópolis atende ao modelo de desenvolvimento da cidade, voltada para o automóvel, para a verticalização, a expansão e o crescimento urbanos, formas de desenvolvimento extremamente atreladas ao capital imobiliário.

Imagem 74 e 75 – Algumas das novas intervenções viárias na idade: Elevado Francisco Dias Velho e a entrada na ilha, Túnel do Penhasco e aterro na Via Expressa Sul.



Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF)

Também a classificação de Florianópolis como a segunda dentre as cem melhores cidades brasileiras para se fazer negócios (pesquisa Simonsen Associados/Exame) nos faz pensar nos rumos da cidade daqui por diante. Se a atividade turística tem sido uma grande fonte de captação de recursos para Florianópolis, seus efeitos são bastante duvidosos, como será descrito posteriormente.

Machado (2000), na busca dos elementos que pudessem inserir Florianópolis no contexto da "modernidade globalizante", ou melhor, na contemporaneidade marcada pelo neoliberalismo global, distingue dois tipos de discurso. O primeiro tipo é caracterizado pela primazia atribuída às

atividades turísticas como "vocação" da cidade e o segundo promove o desenvolvimento das indústrias de alta tecnologia como modelo ideal de desenvolvimento para a ilha. Paulo Rizzo também aponta os mesmos dois vetores de desenvolvimento econômico da cidade embora já atente para os seus poucos efeitos:

> "*A primeira (o turismo), além da sazonalidade, que já ordena um ritmo na cidade, sabe-se que mudanças econômicas cambiais podem, num futuro próximo, conter o fluxo de turistas argentinos, sem se ter certeza de que seria substituído por um fluxo de turistas brasileiros. (...) A segunda (indústria de alta tecnologia), de aparência mais duradoura, absorve pouca mão-de-obra e é pouco sentida pela maioria da população*" (RIZZO, 1993).

Portanto, são esses dois vetores que impulsionam o modelo de desenvolvimento da cidade que serão tratados a seguir[43].

2.2.2. o turismo vai ao paraíso

O entendimento do turismo hoje em Florianópolis passa pelo entendimento de como o banho de mar passou a fazer parte do cotidiano da cidade. Como "*Enfim, entrou no cotidiano da cidade e se tornou a sua marca registrada, dando a impressão de que Florianópolis e o banho de mar são irmãos que caminham de mãos dadas há milênios*" (FERREIRA, 1992: 22). Esse atual modo do lazer surgiu nos países industrializados a partir do século XIX. O banho de mar era, inicialmente, visto por sua função terapêutica e somente depois como lazer (FERREIRA, 1992). A necessidade do lazer cresceu conjuntamente à industrialização e à urbanização, a partir da distinção entre burguesia e proletariado (DUMAZEDIER, 2004). Como no Brasil da época, e muito menos em Desterro, a antiga Florianópolis, a industrialização e a urbanização ainda não haviam chegado, não é possível para ela raciocínios analógicos neste sentido.

Em Desterro, o banho de mar foi primeiro encarado como "abuso ao código de posturas", depois como "tratamento médico", "refrigério contra o excessivo calor", divertimento das famílias e, por fim, como parte fundamental da atividade turística. Juntamente com o processo de ocupação de chácaras pelas elites, a inclusão do banho de mar como atitude aceitável também fez com que a cidade se expandisse para pontos distantes na ilha. Esse processo acarreta a valorização da orla marítima e transformações intensas tanto na forma de ocupação do município quanto nas relações sociais, em oposição às tradicionais formas de utilização do mar como depósito de dejetos, transporte de pessoas ou mercadorias e local de trabalho (a pesca e o porto) (REIS, 2002). Portanto, a utilização das praias como balneários reflete esse longo processo iniciado no início do século passado nas praias mais próximas do centro da cidade, expandindo-se em

[43] Embora a indústria de alta tecnologia não reflita os objetivos deste trabalho, consideramos oportuno realizar algumas reflexões sobre a mesma já que se configura como um dos elementos discursivos integradores de Florianópolis à pós-modernidade.

direção ao continente, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz em 1926, depois às baías Norte e Sul, e somente mais recentemente às praias oceânicas do norte e leste da Ilha. Se as residências no período tinham seus fundos voltados para o mar, esse era um local privado, como nos ensina Roberto Da Matta (1991).

Foi na década de 1920 que em Florianópolis passaram a ser introduzidas novas práticas sociais a esse respeito, imitando os hábitos e modas do Rio de Janeiro considerado "chiques". Os jornais do período expressavam o desejo das elites da adoção dessa manifestação de "desenvolvimento". Busca-se, portanto, não o contato com a natureza, mas o seu oposto: a "civilização" (FERREIRA, 1992). Foram construídos clubes de regatas e de remo, infra-estrutura à beira-mar, entre outras instalações, para a cultura do corpo. Realizavam-se bailes e piqueniques na orla, tudo em nome da construção de uma imagem de cidade civilizada. As elites passaram a se deslocar cerca de um quilômetro para passar temporadas nas chácaras da Praia de Fora, considerado o "Botafogo catarinense", ou seja, o bairro elegante. Já falava-se da importância de melhorar as conexões com outras regiões da ilha a fim de que fossem instaladas estações balneárias. A higiene, pessoal e pública, passou a ser uma preocupação na cidade e a praia, muitas vezes imprópria para o banho de mar, passa a ter uma finalidade própria para o lazer, impulsionando os melhoramentos urbanos. As construções com vista para o mar substituíram as antigas, com os fundos para o mar, a partir do início do século XX.

Já na década de 1930, a praia passou a ser considerada um lugar de sociabilidade e o turismo local foi ganhando incrementos (LIMA, 2002). Enquanto as manifestações dos costumes locais (como boi de mamão e o pau de fita) mantiveram-se restritas ao interior da ilha, eram importados novos costumes do Rio de Janeiro e da Europa. Portanto, a busca pela praia, na realidade, era a da cidade na praia, o citadino buscando apenas o usufruto da natureza. Em 1930, foi inaugurado o Hotel Canasvieiras, um espaço sofisticado à beira-mar que certamente tinha freqüentadores bastante restritos, já que as estradas eram no mínimo precárias na época. O balneário colocava ônibus especiais com saída na Praça XV para os veranistas e quem mais desejasse passar o dia na praia. Entretanto, essa era uma elite muito reduzida. Os banhos de mar continuavam acontecendo nas imediações da cidade.

Com a construção da ponte Hercílio Luz, as elites passaram também a freqüentar as praias de Coqueiros e Ponta do Leal (no Continente), mais próximas do núcleo urbano. Muitas famílias abastadas de Florianópolis fizeram ali suas casas de veraneio. O interesse foi tanto por tais localidades que, em 1944, os balneários do continente foram anexados ao território de Florianópolis pelo decreto 951 do Interventor Federal em Santa Catarina, Nereu de Oliveira Ramos, que também possuía uma casa de veraneio na região. Os dois tornaram-se os balneários preferidos da elite florianopolitana até a década de 1960. Foram inaugurados clubes sociais,

balneários e instaladas redes de ônibus especiais para esse destino. O banho de mar tornou-se popular e invadiu toda a orla da cidade, inclusive no núcleo inicial, próximo à Praça XV de Novembro. Entretanto, foi somente com o turismo de massa que a orla florianopolitana realmente se popularizou.

Na realidade, as administrações já vinham sonhando com o que de fato viria a ser o futuro da cidade: os empreendimentos turísticos. Previa-se a instalação de estações balneárias no norte da ilha que atrairiam turistas argentinos, uruguaios e rio-grandenses.

> "*Já em 1946, o jornal O Estado publica um artigo com este título: Como transformar Florianópolis num centro de turismo? A ênfase já vinha de algum tempo: a ilha de Santa Catarina fora agraciada com grandes 'dádivas do criador', mas, segundo afirmava o jornal, encontrava-se abandonada à própria sorte, sem que nada fosse feito para torná-la mais atraente do ponto de vista do conforto e da comodidade*" (FERREIRA, 1992: 188).

Um documento de 1959 – fruto do Seminário Sócio-Econômico sobre Santa Cataria intitulado "Turismo em Santa Catarina, Florianópolis e o turismo" – afirmava que o turismo era das atividades modernas mais compensadoras, porém pouco havia sido feito no Brasil e em Santa Catarina para o seu desenvolvimento. Apontava também as potencialidades de Florianópolis para o setor: a situação geográfica privilegiada, a excelência do clima, a variedade dos acidentes topográficos, e o seu majestoso conjunto hidrográfico. Dizia também que para atrair estrangeiros, o povo deveria ser extremamente receptivo. Este foi o primeiro passo para implantar um plano de governo que privilegiasse o turismo em Santa Catarina, inaugurado pelo então governador Celso Ramos. Em 1965, ele criou o Serviço Estadual do Turismo, primeira instituição nesse sentido, mas que nunca chegou a atuar. Posteriormente, em 1978 foram criados a Polícia Estadual de Turismo, o Conselho Estadual do Turismo e o Departamento Autônomo de Turismo (DEATUR), nos moldes do Grupo Executivo de Desenvolvimento do Turismo (GETUR) criado em 1967, em nível nacional, ligando à primeira Política Nacional de Turismo, de 1966, que criava o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Entretanto, foram os melhoramentos das estradas, a popularização do automóvel, a institucionalização e o aumento do período de férias remuneradas que incrementaram o turismo na ilha. O Estado teve um papel de extrema importância neste processo, como salienta Lago:

> "*A modernização das rodovias interiores da Ilha de Santa Catarina, a exemplo de uma ação estadual, representou no início da década um impulso poderoso para incrementar realizações privadas. Além disso, melhorias no sistema de abastecimento d'água, de energia elétrica e outras naturezas urbanísticas foram e têm sido introduzidas em diversos ambiente onde a presença de grande massa de turistas começa a caracterizar, sobretudo, o período de veraneio*". (LAGO, 1996: 193)

Mas, a atividade turística em Florianópolis mantem-se muito pouco expressiva até a década de 1970, quando dois fatores colaboraram para o seu crescimento vertiginoso posterior: a abertura

e o asfaltamento da BR-101, que ligou a cidade às rodovias nacionais, e a imigração de um grande número de trabalhadores da classe média quando da consolidação da ilha como capital do Estado, sede dos órgãos estatais e local de implantação da Universidade Federal de Santa Catarina. O fator de ordenação do território mais importante foi a conexão do "interior" da ilha ao centro da cidade, por rodovias construídas sobre os antigos caminhos coloniais, as estradas-gerais (REIS, 2002). Na década 60, construiu-se a SC 401, ligando o distrito sede a Canasvieiras, juntamente com as rodovias SC 402, 403, 404, para Jurerê, Ingleses e Lagoa da Conceição, respectivamente, expandindo as áreas de balneários. Num primeiro momento, foram os próprios moradores de Florianópolis que construíram residências para veraneio, reproduzindo o que Macedo e Pellegrino (1996) denominaram de cidade "milikilométrica brasileira". Este tipo de ocupação, extensiva e de baixa densidade, ainda configura a maior parte dos balneários locais.

A década de 80 consolidou a atividade turística na ilha, tornando Florianópolis um dos pontos mais procurados por turistas no Brasil. Além das características ambientais e a riqueza da paisagem; seus principais atrativos são os traços culturais e a forma de ocupação dispersa no território; a sua posição geográfica, no centro de ligação de uma área extremamente dinâmica do território brasileiro e próxima a outros países do cone sul; o clima ameno (o que hoje também pode ser um limitante pelas mudanças climáticas ocasionadas pela influência de massas polares) e a qualidade de vida da cidade. Se até então a atividade turística dependia de capitais locais ou no máximo regionais, esta situação mudou com o investimento intensivo a partir de agentes de maior fôlego.

Foi durante o início da década de 1990 que se adotou um novo padrão de exploração da ilha, combinando a influência das elites locais com os interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros com vistas à atração de uma clientela de alta renda. Esses grandes empreendimentos urbano-turísticos diferem das formas anteriores de crescimento dos balneários pelo planejamento e execução em bloco do parcelamento e da infra-estrutura, anteriormente de forma paulatina. Ouriques (1998) atenta para o intenso processo de mercantilização da terra, com um *boom* imobiliário em certos balneários. A principal estrada de conexão do centro com os balneários ao norte da ilha (SC 401) foi duplicada, Florianópolis passa a ser propagandeada nos meios de comunicação de massa. O aeroporto Hercílio Luz foi elevado à categoria de internacional, com vôos para Montevidéu e Buenos Aires que duram menos de uma hora e meia. Começam a surgir hotéis, condomínios exclusivos e loteamentos de luxo, nos moldes de complexos turísticos (REIS, 2002).

Com a emergência de um mundo globalizado em que a busca pelo diferente e/ou exótico ganha força, o turismo ganha novos parâmetros. Desta forma, o estado de Santa Catarina, cuja

fragmentação sempre se mostrou como um problema para o seu desenvolvimento, procura usá-la hoje com um trunfo:

> "*Tanto que, diferente de outrora, quando se buscava construir um tipo ideal a fim de empreender uma homogeneidade cultural do que era ser catarinense, atualmente, investe-se na divulgação da multiplicidade étnica, na variação climática e geográfica e na abundante diversidade cultural*" (LIMA, 2002).

Imagem 76 – Praia de Canasvieiras: a preferida dos turistas dos países do Cone Sul.Fonte: www.guiafloripa.com.br.

Imagem 77 - Rendeira: valorização da cultura local para o turismo. Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

Imagem 78 - Praia Brava: balneário da elite local. Fonte: www.guiafloripa.com.br.

Seguindo esse movimento, em Florianópolis, além da promoção de seus atrativos naturais, iniciou-se um processo de valorização das tradições locais. Consideravelmente esquecida até então, a cultura açoriana passou a ser valorizada. Neste sentido, é discutível o processo de comercialização de identidades culturais, com a valorização do patrimônio arquitetônico, urbanístico e de outros símbolos locais. Em que pesem os aspectos positivos de tais ações, ajudando a preservar o passado e a estimular a auto-estima do cidadão florianopolitano, é preocupante o modo como a fabricação de imagens para a cidade e a sua necessária manutenção escamoteiam os conflitos sócio-ambientais presentes na cidade (LIMA, 2002).

O turismo de massa possui um efeito devastador sobre culturas tradicionais, como o caso dos descendentes de açorianos. O turismo de veraneio procura somente as praias da cidade sem estabelecer um efetivo contato com a população local e sem ao menos reconhecer os traços da cultura ilhoa. Embora se justifique que todos os florianopolitanos podem usufruir do turismo e das infra-estruturas instaladas, esse fato não se verifica na realidade. Ainda, o turismo de alto padrão forma verdadeiros enclaves no território que privatizam a natureza, segregam o espaço e descaracterizam a cultural e a paisagem local, como é o caso da Praia Brava, do Costão do Santinho e de Jurerê internacional. Francisco Ferreira

(1992: 89) reconhece bem que o objetivo é de "*atender uma demanda de consumo privado de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades ali sediadas em sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais*". Ouriques (1998) elucida que quase 50% de sua amostragem, formada por moradores de Florianópolis, acredita que existam locais da ilha que são destinados exclusivamente aos turistas e que se sentem constrangidos ao freqüentá-los. Como próprio autor analisa:

> "*Ora em uma Ilha com vocação 'natural' para o turismo, não é de se estranhar que parte dos florianopolitanos tenha sentimentos de constrangimento, discriminação e até mesmo de proibição em freqüentar algumas praias, como Canasvieiras, Santinho, Jurerê Internacional e Brava? Onde está, portanto, a famosa democracia de 'direito à cidade', analisada criticamente por Lefebvre (1991)? Afinal de contas, se para parcelas significativas dos próprios habitantes desta cidade é negado (não oficialmente, ainda...) o usufruto do lazer, no 'sol-e-mar' da Ilha, a participação democrática na vida urbana não passa, na verdade, de uma ilusão*" (OURIQUES, 1998: 87)

Imagem 79 – O trabalho (a pesca) convivendo com o lazer e o turismo na Barra da Lagoa.

Fonte: www.guiafloripa.com.br.

Portanto, a própria população não consegue usufruir do acesso às infra-estruturas instaladas e à sua própria terra, deixando seus locais de origem e largando suas ocupações anteriores para se tornaram subempregados. Hoyêdo Lins, assim como Helton Ouriques, caracterizam bem essa mão de obra: temporária, de grande rotatividade, sem regulamentações trabalhistas e sub-assalariadas. Ouriques (1998) ainda constata a existência de pessoas que não ficam com a remuneração de seu trabalho, constituindo uma espécie de trabalho escravo pós-moderno[44].

Embora o turismo seja sazonal e de veraneio, seus impactos atingem todo o território, sendo mais presentes na parte norte da ilha, mas perdurando o ano inteiro. Além do esgotamento dos ecossistemas insulares, com efeitos danosos à fauna e à flora natural da ilha, os efeitos também são sócio-culturais. A expansão de áreas urbanizadas para o interior da ilha consolidou a tendência de extinção das atividades agrícolas e pesqueiras, tradicionais dos balneários. O esgotamento do solo, as pragas e a desativação do porto, entre outros, levaram ao abandono da lavoura; a concorrência com a grande empresa e a poluição das águas tornaram a pesca tradicional algo raro. Núcleos pesqueiros transformaram-se em balneários e áreas agrícolas foram parceladas e loteadas, legal ou clandestinamente. Entretanto, a dicotomia anteriormente

[44] Segundo o autor, são migrantes que procuram a ilha devido às oportunidades de ganho durante a temporada turística. Como os custos da vinda para a cidade são arcados por um contratante, os ganhos ficam retidos com os mesmo até a conclusão do pagamento da dívida, o que dificilmente acontece já que se incluem os gatos com hospedagem e alimentação diárias (OURIQUES, 1998: 101-123).

Imagem 80 – Canto da Lagoa: transformações rápidas na sua estrutura sócio-espacial.

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

existente entre área urbana e área rural não acabou, mas sim se transformou em uma dicotomia entre *cidade permanente* e *cidade balneária*. A cidade permanente corresponde à divisão administrativa Distrito Sede, onde se concentra a maior parte das atividades urbanas e 67% da população do município. A cidade balneária, antigas freguesias transformadas em espaços turísticos de lazer cada vez mais tem recebido moradores permanentes, passando também a representar um local alternativo de residência na cidade, como o indica crescimento da população nas tabelas 08 e 09.

Tabela 08 – Crescimento absoluto de Florianópolis entre Distrito Sede e balneários

	1939	1949	1959	1970	1980	1991	2000
Distrito Sede	30.564	51.317	78.752	115.547	153.652	191.664	230.047
Balneários	16.207	16.313	19.075	22.790	34.219	63.277	112.268
Total de Florianópolis	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871	254.941	339.063

Fonte: dados do IBGE

Tabela 09 – Porcentagem de crescimento de Florianópolis entre Distrito Sede e balneários

	1939-1949	1949-1959	1959-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000
Distrito Sede	67,90%	53,46%	46,72%	32,98%	24,74%	20,03%
Balneários	0,65%	16,93%	19,48%	50,15%	84,92%	77,42%
Total de Florianópolis	44,60%	44,65%	41,41%	35,81%	35,7%	34,27%

Fonte: dados do IBGE

Desse modo, a sede, cidade permanente, também sofre o impacto das massas e das atividades turísticas, quer explorando o centro histórico, quer nos congestionamentos do trânsito durante o verão[45].

> "*O processo de urbanização da ilha, neste sentido não pode ser visto como dois processos distintos, mas como um mesmo processo que adquire especificidades relativas às atividades e aos sítios onde se inscrevem. O litoral é o elemento constante da cidade e fator de grande parte da extensão. Talvez a formação de uma nova cidade, uma cidade alargada, já não mais como a soma ou justaposição de duas coisas distintas, mas como uma nova complexidade onde a praia vai desempenhar o lugar estruturador, um elemento que reorganiza funcional e significativamente a trama pública e o tecido privado, como polarizadora da ocupação e uso público*". (OLIVEIRA, 1999: 75)

Ou, como diz REIS (2002: 229) a respeito de um desses balneários, "*atividades de serviços e atividades turísticas, núcleo urbano original e balneário, praia e cidade se fundem num todo único*". Muitos são os autores que afirmam que a maioria desses processos é feita de forma ilegal, embora o poder público seja o maior viabilizador a partir de grandes obras de infra-estrutura. Com diferentes escalas, podem ser transformações pontuais, espontâneas, ou de caráter planejado e grandes dimensões, a partir do investimento de grupos de empreendedores imobiliários apoiados pelos agentes públicos.

A família Ramos, por exemplo, que governou de forma alternada o estado e a prefeitura municipal por quase trinta anos, trocou os latifúndios do planalto pelos latifúndios do litoral e esteve envolvida com o processo de valorização imobiliária de duas áreas balneárias: o empreendimento Jurerê Internacional e a Praia Brava. No último caso, Celso Ramos adquiriu os terrenos dessa praia inacessível durante a década de 1970 para, durante a década de 1980, construir uma estrada de ligação com o centro que possibilitou a sua valorização e ocupação, praticamente total na atualidade. No caso de Jurerê Internacional, foi Aderbal Ramos que vislumbrou as possibilidades de comercialização. A área, pertencente ao distrito de Canasvieiras, ainda possui traços de sua ocupação tradicional, por descentes de açorianos agricultores e pescadores, localizados nas encostas e em áreas próximas à rodovia SC 403. O maior patrimônio histórico e cultural da região é o Forte da Ponta Grossa localizado na encosta oeste e que teve papel importante em diversos momentos da história da cidade, como na Revolução Federalista anteriormente citada. A área, de início um campo comunal, foi cedida como ressarcimento a um habitante de Florianópolis pela expropriação de suas terras próximas à cabeceira da ponte Hercílio Luz, quando de sua construção. Posteriormente, este habitante veio a ser o motorista da família Ramos, a quem vendeu suas terras. Foi a própria família, em consórcio, que loteou a primeira gleba, Jurerê Nacional. Mas, durante a década de 1970, o restante foi

[45] Contraditoriamente, os altos índices de desenvolvimento de Florianópolis tem se refletido na desqualificação do centro enquanto local de moradia para o privilegiamento dos balneários, como Lagoa da Conceição, Campeche,

vendido ao grupo gaúcho Habitasul (SANTOS, 1993) que lançou o projeto Jurerê Internacional, que será melhor detalhado posteriormente.

Na exploração do turismo em Florianópolis, alia-se à elite política e econômica local, a classe média, que possui interesses imobiliários, como o de aluguéis na temporada, e uma parcela da comunidade tradicional que, de alguma maneira, também conseguiu se beneficiar no processo. A especulação sobre as áreas da Ilha chega a tal ponto que modificações no planejamento urbano são orquestradas com esse objetivo único, traduzido sob a forma de atração de investimentos e de usuários solventes. Esses planos projetam uma ocupação intensa da ilha, podendo chegar, segundo a densidade do Plano Diretor atual da cidade, a uma população de 9 milhões e 700 mil pessoas. Com um grande número de ocupações irregulares, outras regulares, mas com sério impacto sobre o ecossistema natural pela falta de elementos infra-estruturais básicas e de planejamento a longo prazo, mesmo que sejam conservadas as áreas de preservação permanente da Ilha de Santa Catarina (que, segundo, o CECCA chegam a 42% do seu território total) não há como se prever outro futuro para a beleza exuberante de Florianópolis a não ser sua degradação.

Portanto, se a atividade turística tem sido uma grande fonte de captação de recursos para Florianópolis, seus efeitos ainda são bastante duvidosos. Segundo Reis (2002), baseado em outros autores, o excedente gerado na economia local não se fixa na cidade, já que o capital não é mais local, e há muito pouco retorno de impostos aos cofres municipais em função da grande irregularidade do setor. Ademais, deve-se considerar os imensos custos urbanos e ambientais resultantes do turismo que vêm degradando ecossistemas costeiros, pela pouca regularização ambiental e falta de infra-estruturas, como dito anteriormente. A questão é se existe alguma forma de ocupar sistemas tão frágeis sem descaracterizá-los ou mesmo destruí-los.

A indústria do turismo na cidade liga-se ao "utilitarismo ambiental" e é sabido que este na maioria das vezes prescinde até mesmo de uma preservação meramente estética e com fins econômicos (LIMA, 2002). O forte peso na economia local e seu entendimento como "vocação" da cidade, tornam Florianópolis dependente do turismo, justificando e legitimando uma série de intervenções que possuem efeitos negativos a longo prazo (FERREIRA, 1992). É ponto passivo que Florianópolis é extremamente atraente para o turismo já que as suas características sócio-ambientais são riquíssimas. Em uma cidade sem muitas oportunidades de emprego, o turismo é sem dúvida uma alternativa a ser apoiada oficialmente. Entretanto, essa deveria ser uma atividade complementar. A "monocultura" do turismo sazonal que foi instalada na ilha, baseada no tripé trabalho barato, natureza-mercadoria e atração de capitais, somente desorganiza a sociedade e a economia local e gera danos aos fundamentos de sua "galinha de ovos de ouro": a natureza em seu esplendor.

Santo Antônio de Lisboa e o próprio Jurerê Internacional.

2.2.3. o revanche do desejo de industrialização: a indústria de alta tecnologia[46]

Não obstante a relevância do turismo, parece que Florianópolis nunca esqueceu a idéia de sua industrialização tão apregoada pelos planos diretores e pelos discursos da segunda metade do século XX. A cidade, sempre identificada com as atividades administrativas e do setor terciário, possuía uma indústria incipiente decorrente, principalmente, da expansão populacional, a construção civil. Foi na década de 1980, com a implantação da UFSC e do setor de informática de empresas privadas e estatais (Eletrosul e Telesc, entre outras), que cresceu novamente a expectativa de crescimento urbano-industrial, agora visando a área de alta tecnologia, em especial os ramos da automação e de telecomunicações.

Como Vieira (1996) e Sell (1996) discutem em seus trabalhos, a UFSC teve um papel de extrema importância com os cursos na área de engenharia (principalmente mecânica, elétrica, química e automação) e na implantação, em 1984, da Fundação CERTI (originalmente Centro Regional de Tecnologia e Informática de Santa Catarina e hoje Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras). Com essa potencialidade latente, empresas renomadas (Weg, Volkswagen, Volvo, Metal Leve, Embraco, Bosch, Embraer, Embratel, Petrobrás, entre outras) passaram a financiar projetos da universidade e a utilizar de sua capacidade tecnológica na realização de pesquisas. Um dos projetos da CERTI, por exemplo, foi a criação, em parceria com a Procomp, da Urna Eletrônica utilizada em todo o território brasileiro durante as eleições. Neste caso, foi vencida a concorrência como empresas multinacionais de renome, como a HP. A UFSC possui, também, um dos pontos da Rede Nacional de Pesquisa, financiado pelo CNPq, para a instalação e dinamização da Internet 2 no território nacional. E foi dentro de seus laboratórios que surgiu o projeto de inovações tecnológicas para as comunidades pesqueira do litoral de Santa Catarina que deu origem ao cultivo de ostras no local, sucesso hoje reconhecido em todo o Brasil[47].

Toda essa potencialidade permitiu que as administrações públicas criassem a infra-estrutura básica necessária para a implantação de parques tecnológicos – Tecnópolis – como a incubadora Celta, um dos centros brasileiros mais importantes em desenvolvimento de *software*. Há também o projeto de criação, pelo SEBRAE-SC, do Microdistrito Industrial de Base Tecnológica, no bairro da Trindade próximo à UFSC, com o objetivo de servir de incubadora de micro e pequenas empresas.

---

[46] Como dito anteriormente, a indústria de alta tecnologia tem pouco impacto sobre o objetivo deste trabalho. Entretanto, incluímos esta pequena reflexão sobre a mesma por configurar-se de elemento integrador da cidade aos parâmetros pós-modernos.

[47] As formas tradicionais de pesca perderam a sua importância na economia florianopolitana devido à competitividade com a pesca industrial e à baixa taxa de lucros em a relação esta última. Como forma alternativa de geração de renda para a população antes dependente da pescaria artesanal, a Universidade Federal de Santa Catarina desenvolveu, junto a mesma, um programa de cultivo de ostras, importando as suas sementes do Oceano Pacífico. Hoje, Florianópolis é conhecida por suas ostras e estima-se que a cidade represente 93% do total da produção brasileira (MACHADO, 2002).

Segundo Machado (2000: 210), percebe-se um discurso com intenção de transformar Florianópolis na "Ilha do Silício (espelhando-se no modelo Vale do Silício – Califórnia/EUA)". Algumas das vantagens são a proximidade a um centro de pesquisa de renome, a UFSC, e a oferta de mão-de-obra especializada, em geral de origem acadêmica (a própria universidade) e/ou de técnicos de ensino médio (a Escola Técnica Federal de Santa Catarina – ETFSC – também empreende programas neste sentido). Ademais, são oferecidos subsídios para instalação de empresas, como financiamentos oficiais e redução e/ou isenção de impostos. De fato, Florianópolis conseguiu atrair diversas empresas, como a instalação da sede nacional da Fenasoft, que realiza a feira de telemática de mesmo nome em São Paulo. A Intelbrás também já está instalada, assim como, multinacionais como a Primus Telecommunications. E os produtos ali gerados já são utilizados em outras partes do país, como, em edifícios inteligentes e na automação de estabelecimentos comerciais, como supermercados.

Hoje já são três áreas na cidade em que essas indústrias estão em funcionamento: o núcleo inicial no bairro da Trindade (CII – Condomínio Industrial de Informática); o parque Alfa – unidade I, no bairro do Saco Grande (a unidade II está prevista no Campeche, de acordo com o plano de ocupação desenvolvido para o local e explicitado anteriormente) e o parque Beta localizado nas margens da BR 101, em São José/Grande Florianópolis. Está prevista ainda a implantação do Sapiens Park, um empreendimento em parceria do poder público e da iniciativa privada no entroncamento viário de Canasvieiras. Com uma área de mais de 4,5 milhões m^2, o projeto preve uma cidade autônoma baseada na alta tecnologia, com a instalação de habitações, comércio e serviços, mas também de empresas ligadas ao setor e projetos educacionais condizentes com este objetivo.

Portanto, o setor de alta tecnologia em Florianópolis já promove alterações na economia da cidade e em sua dinâmica sócio-espacial. A instalação dessas empresas e a configuração de tecnópolis modificam a paisagem urbana, promovem a instalação de novos aparatos infra-estruturais, provocam novos fluxos diários de trabalhadores e/ou cargas para essas áreas e geram empregos para profissionais capacitados, além de outros efeitos multiplicadores na economia local. Embora nunca tenha sido realizado pelo Estado um efetivo plano de desenvolvimento para o setor tecnológico em Florianópolis, é possível perceber que a importância do setor já aparece nos planos administrativos e em suas ações, como os benefícios propiciados. Entretanto, as idéias parecem bastante ufanistas ao considerarmos as reais possibilidades, pelo menos as atuais, de suporte a essas áreas.

2.2.4. entre manezinhos e *haules*: os conflitos sócio-culturais[48]

Imagem 81 – Estruturador da cultura manezinha: o mar. Fonte: Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IPUF).

Procurar uma dinâmica sócio-espacial e a identidade urbana de Florianópolis é algo bastante complexo. Como foi possível demonstrar através de um processo de desenvolvimento pautado na "busca pelo progresso", a cidade vem sendo marcada pelos ciclos migratórios de populações à procura de uma melhor qualidade de vida, tanto os de renda alta quanto de contingentes pauperizados e habitando assentamentos ilegais na cidade, que convivem com os moradores mais antigos da ilha, como explicitado anteriormente. Entre o manezinho - o sujeito tradicional da ilha, descendente de açorianos - e o "*haule*" - o vindo de fora - surgiu a tensão da responsabilidade por um crescimento acelerado, na maioria dos casos, não acompanhado de infra-estrutura condizente. Essas categorias (manezinho e *haule*) em nada se assemelham a classes sociais ou à hierarquia da estrutura social da Ilha de Santa Catarina ou, ainda, à formação e ao capital simbólico (BOURDIEU, 1989) adquirido pelos sujeitos em questão. Manezinho e *haule* são categorias analíticas, aproximando-se dos tipos ideais de que fala Weber. Embora, seja impossível reduzir uma estrutura social complexa, é necessário buscar artifícios explicativos que melhorem a visualização de dada realidade. Desta forma, estes sujeitos estereotipados não são encontráveis nas ruas, não são passíveis de identificação concreta na sua completude, mas representam dois modelos sócio-culturais delineáveis na formação de Florianópolis.

Hoje, os descendentes de açorianos são nomeados manezinhos, expressão derivada de Manoel, típico nome português. Um dos aspectos mais singulares dessa população descendente de açorianos é a sua linguagem, muito característica. O "manezinho" utiliza expressões portuguesas antigas, muitas vezes sendo considerado um português arcaico, o que não é comum no resto do

[48] A estruturação e as conclusões sobre essa dinâmica fazem parte do trabalho Entre manezinhos e haules: a identidade florianopolitana, elaborado para avaliação final da disciplina Necessidades Populares e Consumo Cultural, ministrada pela profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi. O mesmo trabalho também foi apresentado no X colóqio Internacional sobre Poder Local, realizado em dezembro de 2006 em Salvador-BA.

Imagens 82 e 83 - Alguns aspectos da cultura manezinha: boi de mamão e festa do divino. Fonte: Instituto de Planejamento Urbano (IPUF).

país. A fala é cantada e "chiada". Esse chiado, bastante forte, assemelha-se à troca do "s" pelo "sch", dizendo "tresch" e não três. Como fala com o outro sempre na segunda pessoa do singular, tu, ainda conjuga o tempo passado de forma peculiar: ao invés de "tu fizeste", ou "tu viste", fala-se "tu fizesse" e "tu visse". Ademais, o "manezinho" fala extremamente rápido. Todos esses fatores contribuem muito para dificultar a compreensão de seu linguajar, transformando-se em uma espécie de código de identificação[49]. Aliás, a fala do florianopolitano constitui-se em parte fundamental da identidade da população da Ilha de Santa Catarina. Esse é um motivo de orgulho ou um traço a ser disfarçado com vergonha, dependendo da aceitação do seu portador ou do meio no qual se encontra.

A pesca, a horta e a plantação, os animais, a cachaça e a farinha de mandioca, a renda de bilro e a cerâmica são as atividades econômicas. A Farra do Boi durante a quaresma católica[50], a festa de Santo Antônio, santo casamenteiro, e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, protetora dos pescadores, o Boi de Mamão em julho, o pau-de-fita[51], o Terno de Reis, a Festa do Divino[52], a reunião para tomar o caldo de peixe depois do fim da pesca (uma espécie de "festa da cumeeira" entre todos que participaram da partilha da vez) são as festas religiosas e pagãs dos Açores e típicas de

[49] Em um concurso anualmente realizado por um jornalista bem conhecido localmente, "O manezinho do ano", um dos ganhadores, ao ser premiado, subiu ao palco e, voltando-se ao público, falou algo indecifrável nesse linguajar característico. Ao terminar, disse que quem soubesse o que havia falado, seria um verdadeiro manezinho.

[50] A farra do boi foi bastante noticiada pelo Brasil como sendo uma demonstração de crueldade com os animais, sendo proibida pelo Supremo Tribunal Federal em 1998, salvo quando realizada de acordo com uma série de normas impostas que a descaracterizaram profundamente. Entretanto, a farra do boi faz parte do folclore ilhéu ligado às celebrações da quaresma. A festa sempre foi uma "brincadeira de pegar" com o boi realizada em grandes espaços abertos. Como a urbanização atingiu as freguesias, a festa teve que se adaptar e é realizada em praças ou ruas das comunidades, acarretando acidentes perigosos tanto para o animal quanto para a população. Um exemplo recorrente é o boi invadir alguma casa.

[51] Brincadeira de origem portuguesa que consiste numa dança na qual os participantes devem trançar fitas em torno de uma estaca de madeira. Quem fizer o desenho ou padrão mais bonito, ganha.

[52] O Terno de Reis e a Festa do Divino serão melhor explicadas ao longo do próximo capítulo quando serão explicadas a origem do Teatro do Divino da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha.

Florianópolis. Levar o passarinho para passear em gaiolas, disputar um campeonato de canto de curiós no curiódromo, jogar dominó na Praça XV, discutir política no Senadinho[53] e comer caldo de berbigão no Mercado Municipal é o lazer desta população. Os açorianos desenvolveram um modo de vida característico que perdurou, ao menos nas freguesias, até meados do século XX.

Como foi demonstrada ao longo deste trabalho, a "modernização" da cidade pode ser vista a olho nu: a derrubada do casario histórico, as novas construções, as favelas subindo os morros e um novo sistema viário tornando o interior da ilha mais próximo. A mudança foi grande no aspecto físico da cidade e se reflete no modo de vida dos moradores mais antigos e na configuração populacional atual. A cidade vive em outro ritmo: carroças circulam em meio aos carros importados, homens passeiam com gaiolas de passarinho ao lado de empresários; ainda assiste-se ao Boi-de-Mamão, ouve-se as cantorias do Terno de Reis e referencia-se o desfile da família real durante a Festa do Divino, mas, também, o comércio e o serviço abrem 24 horas em uma cidade que não pode mais parar, inauguram-se novos restaurantes, casas noturnas e *shopping centers*. A pesca tradicional quase não se faz mais presente e as antigas freguesias foram transformando-se em balneários turísticos. Os descendentes de açorianos, que ocupavam tradicionalmente esses espaços, foram, praticamente expropriados desses locais, indo ocupar-se em serviços privados, em especial domésticos, ou no funcionalismo público, em cargos considerados inferiores.

Imagens 84 e 85 - Aspectos culturais remanescentes: jogo de dominó e carro de boi. Fonte: acervo da própria autora.

A imigração, gerando novos moradores, tomou tal proporção que é comumente encarada pelos manezinhos como uma invasão da cidade e, a "nova cara" de Florianópolis, como um abuso, uma exploração de uma terra que lhes pertence. Por inversão, ocorreu um movimento de valorização meio às avessas da figura do manezinho (FANTIN, 2000). Esse título, antes pejorativo, tornou-se um elogio, um orgulho para os moradores mais antigos da ilha[54]. Nesse sentido, a eleição para a prefeitura municipal de 1996 foi um marco, já que partidos ligados às famílias tradicionais da cidade fomentaram uma

[53] Senadinho é o nome que ficou conhecido um café no centro de Florianópolis, rodeado por mesas de dominó, ponto de encontro e discussões acaloradas da população local.

[54] Muito dessa inversão, conforme descrita por Márcia Fantin (2000), foi encarnada na figura do manezinho mais conhecido no resto do Brasil, Gustavo Kuerten, campeão mundial de tênis em Roland Garros.

campanha baseada na força dessa invasão contra a gestão de então: contra "os estrangeiros que querem mandar na ilha", já que o prefeito naquele momento era natural de Porto Alegre[55]. O embate entre manezinhos e "estrangeiros" pode ser bem caracterizado dessa forma: enquanto a população tradicional de Florianópolis, considerada conservadora por tentar manter seu domínio da cidade, paradoxalmente está bastante atrelada à voga desenvolvimentista e a busca do progresso, os novos moradores, em especial os funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina ligados a movimentos sociais, são considerados conservadores pelos manezinhos por se oporem a certos projetos, pela preservação do meio ambiente, ou "baderneiros" por tentarem promover a melhoria da qualidade de vida de todos com o fim de certos privilégios, muitas vezes sendo identificados como pervertidos, drogados e malucos. Isso se deu, por exemplo, em 2001, quando uma grande campanha publicitária promovida por empresários locais e políticos, intitulada de "Amigos de Florianópolis", defendia os grandes projetos urbanísticos da Prefeitura Municipal e mostrava Miami como o principal referencial para o desenvolvimento da cidade. Curiosamente, apareciam como os inimigos da cidade os ecologistas, ambientalistas ou defensores da manutenção do ecossistema ilhéu.

Na realidade, esses são dois modelos de cidade diferentes e bastante identificados com os espaços que cada um desses grupos ocupa. Desta forma, os novos moradores habitam bairros próximos ao seu local de trabalho, como a Trindade e o Córrego Grande, ou buscam localidades como o Rio Tavares e o Campeche[56], onde podem ter um contato maior com o meio ambiente e uma vida mais tranqüila do que a dos grandes centros que habitavam anteriormente. Já locais como a Chácara Espanha e a Praia Brava são do domínio da elite tradicional de Florianópolis. Esse último é um balneário bastante isolado e segregado. Ônibus para o local só há poucos, quem conhece o local ou é morador ou trabalha para algum.

Embora esses dois grupos sejam mais perceptíveis, a grande exposição da cidade na mídia e o aumento dos interesses econômicos na cidade, ligados principalmente à atividade turística, trazem uma nova tensão: novos grupos de *haules* investem em novos empreendimentos na cidade unindo-se, em parte, aos interesses das elites locais e contra os "*haules* baderneiros" mais antigos. Entretanto, esses novos moradores, ou apenas investidores, também podem ser

[55] O prefeito, na ocasião, era Sérgio Grando, ligado à Frente Popular, uma coligação de partidos considerados de esquerda. Entretanto, a presença de "estrangeiros" nas administrações públicas de Florianópolis e do estado de Santa Catarina é fato comum e atual.

[56] Como anteriormente mencionado, o bairro do Campeche, um balneário de extrema beleza localizado na maior área plana da cidade, vem sendo alvo de grandes polêmicas. Por ser considerado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) como área de expansão urbana e o mais novo alvo da iniciativa privada, um movimento local da associação de moradores, munidos de laudos técnicos e apoiados por profissionais da Universidade Federal de Santa Catarina, está barrando a aprovação de um novo Plano Diretor para a área que prevê a sua ocupação com edificações de até 18 pavimentos (no centro urbano de Florianópolis, o número máximo de gabaritos é 12) e uma população equivalente a quase o triplo do total da cidade inteira (aproximadamente 900.000 habitantes). Para mais informações ver a parte sobre o planejamento urbano contemporâneo e Rizzo, 2005.

adversários da população tradicional de Florianópolis, tanto da elite quanto dos mais pobres, por "roubarem" o que deveria ser seu. Essa é uma relação bastante conflituosa, de união quando é do interesse de ambos, mas de disputa pelo maior usufruto da cidade. Numa relação mais utilitarista, esses "usuários" da cidade, um termo um tanto quanto pejorativo, mas mais adequado à migração atual, fecham-se em bairros e edifícios luxuosos.

A polarização da cidade entre esses dois grupos, manezinhos e *haules*, é visível de diversas maneiras: em espaços/bairros distintos; partidos políticos opositores; na mídia mais popular da cidade, a RBS TV e o Jornal Catarinense, ambos ligados à rede Globo e repletos de jornalistas "manezinhos" conservadores e, ao mesmo tempo, progressistas; na internet, em páginas, *blogs* e nas comunidades do *Orkut* intituladas "Fora *haules*" ou "Eu odeio manezinhos"; e nas atividades mais triviais como em conversas e discussões acaloradas, brigas nos supermercado, rachas no trânsito e pichações nos muros. Entretanto, é bastante provável que a tensão entre manezinhos e *haules* na Ilha tenda a se atenuar pela hibridização de modos de vida (CANCLINI, 2006b). Como Lago (1996) demonstrou através de uma etnografia com três gerações de manezinhos, os mais novos vivem de modo cada vez mais parecido com o de outras cidades e seus interesses tornam-se cada vez mais confluentes, seus caminhos estão cada vez mais entrecruzados. Por outro lado, os *haules*, pelos menos os que já estão fixos na cidade há alguns tempo, possuem o desejo de manter-se na ilha e seus filhos, se não são manezinhos, já são florianopolitanos. A disputa pelo amor *pela* cidade e pelo amor *da* cidade certamente continuará, mas as mudanças pelas quais os dois estereótipos aqui descritos passam, ao se encontraram, mostram a riqueza do debate sobre o futuro da cidade.

3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A ousada tese de Jameson de acordo com a qual a pós-modernidade é a lógica cultural do capitalismo avançado (2004a) parece-nos a mais condizente para avaliar as mudanças que ocorreram no mundo a partir da década de 1960. A partir deste momento, o autor nos diz, a esfera cultural integrou-se à produção de mercadorias, sendo que o novo modelo produtivo capitalista – pós-fordista ou flexibilizado – diminuiu o ciclo dos produtos e acelerou a efemeridade das modas, atribuindo um papel essencial à inovação e à experimentação estética. Assim, a cultura tornou-se mais um campo de conflito social e produtivo. Essa mudança – vista por alguns como satisfação das necessidades e desejos dos movimentos anti-modernos que a pós-modernidade procurou atender em forma de mercadoria ou encarada por outros apenas como sobrevida do capitalismo em crise, já que o mesmo, para a manutenção de seus mercados, teria

se esforçado no estímulo de novas sensibilidades para a produção de novos desejos – modificou tanto os hábitos de consumo quanto redefiniu os parâmetros estéticos e artísticos. Portanto, as transformações nas esferas político-econômicas e sócio-culturais estão extremamente conectadas e o pós-modernismo não pode ser considerado apenas uma corrente artística: seu enraizamento na vida cotidiana é uma de suas características mais fortes.

Na esfera político-econômica, a principal transformação experimentada advém da crise do Estado de Bem-estar Social e do sistema de produção fordista, ou seja, do fim da "era de ouro" do grande capital e do Estado interventor. A partir do final da década de 1960, as taxas de crescimento econômico já não eram mais tão altas e os movimentos sociais, que reclamavam da opressão cultural e da crescente desigualdade social, tornavam-se cada vez mais fortes indo ao encontro àqueles reivindicando maior liberdade individual, justiça social e parâmetros mais sustentáveis para o desenvolvimento. Para as burguesias nacionais, em especial nos Estados Unidos, a saída, como modo de defesa e de restaurar o seu poder, foi retorno à doutrina liberal, encarnada agora pelo neoliberalismo e conseguir sua defesa por corporações e empresas, segmentos da mídia e diversas instituições da sociedade civil, como sindicatos, igrejas, escolas e universidades. Com relação ao Estado, o objetivo foi de redirecionamento de sua atuação e tamanho, especialmente com o abandono de políticas de bem estar social e com privatizações, o que ficou marcado como a busca de um "Estado Mínimo". Para o neoliberalismo, o papel do Estado deve ser o de criar e preservar esta estrutura institucional apropriada à acumulação, garantindo a circulação universal dos investimentos através de uma política monetária forte. O funcionamento do mercado é mantido através do monopólio da violência legítima pelo Estado e a manutenção da legalidade, o que hoje é desfiado pelo crescimento das quadrilhas nacionais e internacionais. Fora dessas áreas, o Estado não deveria se aventurar. Entretanto, percebe-se que, como os autores citados demonstram, houve um redirecionamento dos investimentos públicos e não sua diminuição.

Com relação à produção, o apoio dos Estados ao desenvolvimento tecnológico e a sua flexibilização propiciaram uma nova dinâmica capitalista baseada em inovações fundadas na pesquisa e no desenvolvimento (P&D) na elaboração de novos produtos. Para tanto, foram necessários grandes volumes de capital, o que estimulou o fortalecimento de grandes conglomerados empresariais. Ou seja, há uma mudança no caráter político do capital, pelo poder crescente dos oligopólios e suas fusões internacionais. Foram instalados novos modelos produtivos, como a produção *just in time*, e novas formas de gerenciamento e controle do trabalho, assim como, novos contratos trabalhistas, também flexíveis. O resultado foi a instabilidade do emprego e a diminuição de salários. Pelo lado do consumo, a partir das evoluções tecnológicas e organizacionais das empresas, que permitiram a produção de forma

segmentada e flexibilizada, os desejos de maior individualização e diversidade cultural foram cooptados pela economia através do oferecimento de produtos mais diferenciados. A cultura foi apropriada pelo mercado, dominada pelo visual e pela imagem pela mobilização da moda, da *pop art*, da televisão e de outras formas de mídia. O que não deixa de representar o consumo de massa, embora agora com a cultura como o produto vedete do capitalismo.

Ao nível do pensamento, a crítica pós-moderna às pretensões de obtenção de verdades permanentes e gerais pela ciência, de objetividades imparcial fundada na razão e, e à própria predominância da racionalidade deu origem ao que foi denominado fim das metanarrativas e a legitimação das micronarrativas em todos os campos. Se, por um lado, isto avançou a possibilidade de denúncia da intromissão de interesses materiais e políticos na esfera do saber, como se propôs a sociologia do conhecimento, e ainda ventilou o estudo da presença de personagens ocultos, porém decisivos, como as mulheres, na análise do progresso; por outo lado, permitiu a descrença geral no conhecimento. Assim, essa situação assemelha-se mais a instauração da "metarrativa das micronarrativas", na qual se propõe que tudo é relativo e possível, inclusive aceitar a validade da retórica moderna universalista dentro de seu escopo, já que não poderia recusar a admissão da modernidade pois iria contra o clima intelectual de cotejos, liberdade e pluralidade.

Neste sentido, a pós-modernidade transformou-se em relativismo exacerbado, com a formação de identidades fragmentadas e indivíduos esquizóides, como diz Frampton e Jameson. Significou a crise da ciência e das tradições, mas devido à impossibilidade de generalizações, também foi acompanhada do embrutecimento das consciências, com o fim do humanismo universalista e, com ele, do pensamento que poderia conduzir a novas alternativas e engajamentos sociais. A vida social pós-moderna é marcada, deste modo, pelo eterno *continuum* do consumo em meio a um espetáculo frenético de imagens no qual é possível adotar qualquer identidade, desde que legitimada pelo capital. A privatização da vida, em meio ao desenvolvimento tecnológico e ao medo instaurado pelo mal-estar pós-moderno, transformam o público em risco e o convívio social em utilitarismo individual. A busca moderna por estabilidade e solidez perdeu-se em meio à efemeridade das modas e da temporalidade da mídia. Recusa-se ao eterno e se acostuma, ou não, ao fugidio e ao contingente.

A partir destas incursões na temática, buscamos demonstrar que o pós-modernismo, encarado como período autônomo, caracteriza-se não pela total recusa ou inversão da modernidade e sim pela perda de alguns valores, como o universalismo ou a busca pela objetividade, e pela agudização de outros que já estavam presentes naquela, como o pragmatismo, até mesmo por sua auto-revolução constante, impedindo julgamentos morais. Pelo seu próprio princípio integrativo, pluralista e flexível, a pós-modernidade não poderia recusar a modernidade como um

todo. Podemos assim concluir, junto com Berman (1986), que a frase de Marx "tudo o que é sólido desmancha no ar" continua mais atual do que nunca.

Em relação à arquitetura e ao urbanismo, os anos 1960, além dos movimentos sociais latentes, concentrou o surgimento da crítica ao urbanismo modernista, ao seu racionalismo, transposto em zoneamento e funcionalismo, bem como à atividade burocrática que havia se tornado a produção de planos. A partir desta crítica, somada aos movimentos comunitários da década de 1970, temos o principal debate do urbanismo do período: o não determinismo, ou padronização, nas intervenções urbanas através da busca de diversidade e do reconhecimento da historicidade, pluralidade e complexidade do meio urbano. É neste período que são publicadas três obras exemplares da crítica ao urbanismo modernista. O primeiro é *Morte e vida nas grandes cidades americanas* de Jane Jacobs (1961), que propunha recuperar os valores das cidades tradicionais, como uso misto, concentração e pedestrianismo. *Arquitetura da cidade* de Aldo Rossi é publicado em 1966, que traduz valores da historicidade como imprescindíveis à compreensão e planejamento das cidades. E, por último, mas não menos importante, em 1971 é publicado *Aprendendo com Las Vegas* de Robert Venturi, Denise Scott-Brown e Steven Iznevour que procurava um caráter híbrido para a arquitetura com a introdução de elementos pop, como conteúdos comerciais, para a reaproximação dos habitantes e sua cidade.

As críticas à universalidade, totalidade e racionalidade do movimento modernista derivaram em uma profusão de que podem ser, mormente, agrupada em duas linhas principais: uma de reconciliação com a história e com a tradição e outra comprometida com a produção tecnológica atual. A profusão das idéias de fim e morte (da ideologia, da história, do sujeito, das nações, entre outros) motivou a concepção, a partir de 1980, da morte da própria cidade, em especial devido aos problemas econômicos do período. Iniciam-se os projetos de reestruturação voltados diretamente para o reestabelecimento econômico das cidades, estimulados por aquele discurso. A partir dos anos 1980 e mais fortemente a partir dos 1990, portanto, a crítica ao modernismo foi apropriada pelo discurso político, empresarial e midiático, aprisionando a cidade a estes ideais. Há a construção, ou a tentativa, de uma nova racionalidade urbana em termos materiais e simbólicos. Esta nova urbanidade está marcada por três processos constitutivos:

- a reorganização do capitalismo mundial, com a constituição de novas centralidades e a necessidade de um espaço que faça jus ao novo dinamismo do capital. Com relação a este programa, bastante baseado na competição entre cidades, as experiências tornam-se tão similares que as cidades são homogeneizadas pela mesma lógica de intervenção: atração de negócios, em especial os ligados aos setores de ponta, atividades ligadas ao consumo e entretenimento de massa e ao turismo de todos os tipos (HARVEY, 1996 e 2005a).

- a importância de consultores e organismos internacionais que restringem a discussão do conteúdo das ações a meras metodologias de intervenção. Por outro lado, como os critérios baseiam-se cada vez mais em avaliações monetárias, os objetivos são estreitamente ligados a estratégias de competitividade e eficiência traduzidos como auto-sustentabilidade. Assim, são exportados não somente projetos urbanos, mas relações sociais baseadas em parâmetros financeiras. A contrapartida da economia neoliberal é a introdução das vocações da administração no vocabulário urbano. Observa-se a profusão de um vocabulário que somente o inglês, sua língua original, dá conta: *good governance, public-private partnership, competitivensess*, entre outros. É um novo vocabulário que não diz respeito aos espaços, mas aos conceitos funcionais: a prática da gestão (ARANTES, 2000).
- conjuntamente à lógica pós-moderna, a urbanidade está sendo redefinida pela união entre consumo, lazer e cultura. O discurso da qualidade de vida, que prolifera, está ancorado em atributos para o espaço, como segurança e prazer. Paralelamente, o "internacionalismo do particularismo" (FERNANDES, 2001b: 323) pode ser traduzido pela ânsia de particularidades impõe a necessidade de preservação, ou reinvenção, de símbolos de sua identidade de forma a distingui-la de outras para seus visitantes e unificar os seus habitantes em torno do orgulho. Esta cidade, objeto de desejo, multiplica-se em imagens, a começar da própria urbanidade que está diretamente conectada à mobilidade e à comunicação crescente entre grupos sociais de cidades distintas que possuem demandas semelhantes em relação às cidades.

Podemos concluir, afirmando que as cidades, que "necessitavam" de uma reforma de sua base produtiva e de sua forma urbana, passam a ser centros econômicos, em contraposição à cidade moderna como centro da vida social. Esvaziado deste conteúdo, o urbanismo realmente entra "em fim de linha" (ARANTES, 1998), dando lugar ao planejamento estratégico, ao empreendedorismo urbano ou a qualquer outra denominação que abranja o seu caráter atual: fragmentário, pontual e voltado para a atração de "usuários solventes".

Em relação à Florianópolis, uma frase emblemática de seu instituto de planejamento urbano resume bem o processo: "*Tentar impedir as forças do mercado é fútil* (...)" (IPUF, 1998). Não só não se tentou impedi-las como também estas foram estimuladas, o que nos relembra a fantasmagoria da mão invisível de Adam Smith. O que muda em Florianópolis advém de fatores externos e internos. Os fatores externos ligam-se tanto às mazelas da vida urbana em metrópoles brasileiras, quanto à divulgação de novos ideários de cidade através dos *rankings* nacionais e internacionais, inclusive nas "cartilhas de boas maneiras" das agências multilaterais como a ONU e o BID (SÁNCHEZ, 2003). Integram-se ao novo ideário a valorização de um modelo de qualidade de vida com uma relação mais estreita com a natureza em um mundo considerado caótico e estressante (a palavra da moda, por sinal); o incremento da atividade turística no

mundo e no país; a difusão de novos modos de habitar com o processo de suburbanização das elites em condomínios residenciais, muitas vezes fora mesmo da cidade onde se realiza a maior parte das suas atividades, o que já é sentido em Florianópolis. Com relação aos fatores internos, o que muda na cidade é o maciço investimento para a atração de "usuários solventes" (VAINER, 2000), tanto moradores quanto turistas.

Embora o desenvolvimento da cidade fosse idealizado no sentido sudeste da ilha, como nos diagnósticos dos planos diretores anteriores, esses investimentos foram deslocados para o setor norte e leste do distrito sede, principalmente pela pressão dos proprietários de terras nesse eixo, uma mistura de agentes públicos e privados. Os planos diretores atuais da cidade (no plural porque são mais de um de acordo com a área) não passam de zoneamentos, faltando um planejamento a longo prazo e deixando uma legislação fraca sobre uma cidade que atravessa uma enorme valorização e especulação imobiliária. Ademais, de forma setorizada e fragmentada, os planos não conseguem pensar a cidade como um todo, faltando sistemas de integração entre as diversas infra-estruturas. O trânsito caótico dos últimos anos na cidade exemplifica este fato, assim como a falta de água em diversas áreas da Ilha na alta temporada e o baixíssimo índice de saneamento básico.

Por outro lado, a atração também foi da população de baixa renda, migrante à procura de emprego e, muitas vezes, condenadas pelos problemas ambientais atuais já que, como residir na Ilha é muito custoso, acabar por ocupar Áreas de Preservação Permanente. É importante notar que não é só a população de baixa renda que traz estes danos ambientais, visto que as elites atuantes em Florianópolis são extremamente desrespeitosas ao meio-ambiente e muitos dos novos empreendimentos da cidade, imagens muito divulgadas pela mídia, estão justamente em áreas de preservação.

Pela primeira vez, a cidade está enquadrada nos padrões externos: ela torna-se a imagem do ideal pós-moderno, reunindo todas as características de sua adaptação ao novo estágio de desenvolvimento capitalista. A cidade passa, portanto, por uma grande valorização, tanto material quanto simbólica, embora não haja mudanças estruturais. Florianópolis torna-se discurso.

CAPÍTULO 4

desdobramentos pós-modernos entre os espaços simbólicos florianopolitanos

> "*O argumento em favor de uma certa autenticidade nessas produções patentemente ideológicas depende da proposição anterior de que o que vimos chamamos de espaço pós-moderno (ou multinacional) não é meramente uma ideologia cultural ou uma fantasia, mas é uma realidade genuinamente histórica (e sócio-econômica), a terceira grande expansão original do capitalismo pelo mundo (após as expansões anteriores dos mercados nacionais e do antigo sistema imperialista, que tinham suas próprias especificidades culturais e geraram novos tipos de espaço apropriados a suas dinâmicas). As tentativas irrefletidas e distorcidas da produção cultural mais recente de explorar e expressar este novo espaço devem ser consideradas, a seu modo, como uma série de abordagens da representação de uma (nova) realidade (para usarmos uma linguagem mais antiquada). Por mais paradoxais que possam parecer esses termos, seguindo uma opção interpretativa clássica eles podem ser lidos como novas formas peculiares de realismo (ou, ao menos, como mimésis da realidade), ao mesmo tempo que podem ser igualmente analisados como uma série de tentativas de nos distraia e nos desviar dessa realidade, ou de disfarçar suas contradições e resolvê-las na aparência de várias mistificações formais*" (JAMESON, 2004a: 75).

Ao abordar o planejamento urbano contemporâneo, em sua forma pós-moderna de planejamento estratégico, diversos autores atentam para a violência simbólica que é cometida contra a cidade através da fabricação de imagens-síntese da mesma. Ao simplificar e homogeneizar o espaço, recusa-se qualquer outra representação possível desta cidade, numa redução que busca unidade identitária. Por outro lado, o pensamento pós-moderno se auto-proclama defensor do relativismo cultural e do retorno à arquitetura simbólica. Foi a partir da inquietação surgida destas abordagens conflitantes que se buscou investigar os objetos simbólicos formadores da imagem da cidade contemporânea. Deste modo, este capítulo tem por objetivo caracterizar o conceito "espaço simbólico", demonstrando a maneira pela qual será abordado na análise da realidade florianopolitana. Na segunda parte do capítulo serão expostos dois estudos de caso da cidade, pretendendo demonstrar por que e para quem eles são simbólicos.

4.1. O QUE HÁ DE SIMBÓLICO NA ARQUITETURA E NO URBANISMO

Alguns autores baseiam-se na concepção de que arquitetura é uma forma de linguagem, como Charles Jencks (1991), e, sendo aquele que intervém no espaço, o arquiteto seria um manipulador desta linguagem (FERRARA: 2000). Entretanto, procurando não adentrar nas discussões sobre semiologia na arquitetura e no urbanismo[6] – campo extremamente presente na pós-modernidade –, preferimos tratar a arquitetura como um sistema expressivo ou simbólico. Incluindo diversas possibilidades de abordagem, aqui o símbolo que nos interessa não é o da semiótica, da lingüística, da psicanálise ou da filosofia, que transpõem o escopo deste trabalho. O símbolo que nos interessa é o arquitetônico-urbanístico enquanto expressão da dimensão oculta das realizações humanas.

Ao depurarmos "espaço simbólico", o primeiro conceito que cabe explorar é o de espaço. Exposto por muitos como uma extensão dimensional, utilizaremos neste trabalho o conceito desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos que considera o espaço um conjunto de sistema de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1996). O autor diz que é necessário conhecer a "relação dialética" existente entre estrutura, processo, função e forma para se compreender a organização espacial e sua evolução. *Forma* é, além do aspecto visível dos objetos, o arranjo entre eles; *função* é a atividade ou papel desempenhado pelos objetos; *estrutura*, segundo o autor, é a maneira como eles estão inter-relacionados, gerada social e economicamente, sendo invisível; e *processo* é a estrutura em movimento: ação contínua social e/ou econômica com objetivo determinado, sendo temporal e transformadora. Somente considerando o conjunto é possível compreender a "evolução da totalidade social espacializada" (SANTOS, 1997). Deste modo, o conceito de espaço aqui considerado conduz a uma abordagem de múltiplas dimensões e de caráter dinâmico. Por outro lado, em sua abordagem acerca do *lugar*, Milton Santos o caracteriza como um *espaço qualificado*, onde estruturas adicionadas não somente compõem o valor da terra, mas também a relação com os sujeitos.

Neste trabalho, esta última abordagem será privilegiada demonstrando que para além da construção, do seu caráter tangível e quantificável, o espaço possui uma dimensão oculta de aspectos invisíveis que o tornam prenhe de significados. Deste modo, o espaço simbólico será considerado através de suas duas dimensões: uma dimensão objetiva – espaço físico – e outra dimensão oculta – relação entre sujeito/sociedade-espaço. Significante inquestionável, parte-se aqui do pressuposto que o símbolo arquitetônico formaliza crenças, valores, normas, hábitos, enfim, uma cultura. Em suas múltiplas dimensões, complementares e não excludentes, abordar a

[6] Como foge ao escopo deste trabalho abranger o debate da arquitetura como sistema de comunicação, a não ser como caracterização da arquitetura como símbolo significante, sugerimos a leitura de Chalés Jencks (1991), João Carlos Stroeter (1989), Lucrecia D´Aléssio Ferrara (2000) e Ricardo Mello (2007).

arquitetura como símbolo permite identificar o diálogo travado entre o espaço construído e a sociedade específica que o abriga[7].

Por outro lado, nem todo lugar e nem toda arquitetura é simbólica. Toda obra arquitetônica é uma resposta particular a determinadas demandas formuladas em um contexto particular a partir de certas diretrizes e intenções. Entretanto, como já está exposto na afirmação anterior, estes são condicionantes do projeto que podem dominá-lo, sobrepor-se a seu aspecto simbólico (RIBEIRO, 2003). Em que pesem as diferentes posições que o estudo da temática tem gerado contemporaneamente, a serem melhor descritas posteriormente, como identificar o que é um espaço simbólico?

Gostaríamos de avançar a discussão de uma conceituação dos espaços simbólicos para além de seu aspecto emblemático através de um modelo tripartide. Um primeiro aspecto diz respeito à sua relevância histórica. Multifacetado em seus significados, o símbolo arquitetônico pode ser intencionalmente atribuído por e para determinados grupos, ou mesmo ter adquirido expressão por hábito, pois fruto visível do contexto em que foi criada, a arquitetura passa a simbolizar determinados valores que as seguintes gerações associam a ele por hábito. É por familiaridade que determinados elementos plásticos adquirem status histórico (CHOAY, 2001). São marcas da história em estilos, formas construtivas, modelos de ocupação, privilegiamento de edificações e de recursos financeiros.

> "*Considerando-se o fato de que a memória social é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo*" (BURKE, 2000: 73).

Segundo Maurice Halbwachs (In BURKE, 2000: 70), "*as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é 'memorável', e também como será lembrado*". Deste modo, preservar algo é um ato político-ideológico que reflete uma decisão, pautada em valores, sobre quais símbolos devem retratar a história de uma sociedade[8].

O que nos leva a um segundo aspecto associado: o valor que o testemunho arquitetônico pode trazer para a compreensão de uma sociedade como representação da identidade desta, expressando um determinado pensamento social, uma maneira de ser no mundo presente. A função simbólica é um elemento estrutural não somente da concretude, mas principalmente das

[7] É, por outro lado, necessário esclarecer que o símbolo pode ser um meio de expressar algo, mas também pode ser um fim em si. A arquitetura simbólica como um fim em si termina o processo de expressão, de simbolização da experiência humana, como a arte e o ritual (JENCKS, 1991). Este aspecto não interessa a este estudo já que enfatizamos os espaços simbólicos através de sua função social mais direta. Portanto, não será estudado o valor estético e a evolução artística da forma espacial.

[8] Não pretendemos adentrar a discussão sobre políticas patrimoniais, assunto que foge ao escopo deste trabalho. Apenas procuramos detectar formas de qualificação de um espaço como simbólico.

relações travadas pelos habitantes com a cidade. Ao organizar os elementos de um projeto arquitetônico ou urbanístico, o espaço cotidiano de seu usuário é (re)estruturado e, assim, sua vivência da realidade (RIBEIRO, 2003). Deste modo, como uma via de mão dupla, não somente este espaço representa um presente, como também o ordena, hierarquiza e significa (GIDEON, 2004). Entre uma imagem positiva, de virtude e/ou beleza, ou negativa, de miséria, violência, segregação e/ou alienação, o espaço é portador de significado:

> "*A paisagem do mundo urbano contemporâneo guarda, nesse contexto, as feições das estratégias de vida de seus habitantes, seus sonhos e desejos, segundo a acumulação benéfica da animação e da vibração temporal dos ritmos diferenciais de ocupação/apropriação de seus territórios*" (ROCHA & ECKERT, 2005: 87)

Um terceiro modo de identificar um espaço simbólico é aquele que representa um situação ideal, um desejo e uma vontade. Segundo Choay (1985):

> *"(...) estariam em ação dois procedimentos típicos de criação do espaço edificado desde a emergência do projeto instaurador. Um elaborado pelos tratados de arquitetura, consiste na aplicação dos princípios e das regras. O outro, fruto da utopia consiste na reprodução de modelos."* (CHOAY, 1985: 8)

Segundo Rizzo, baseando-se em Adauto Lúcio Cardoso, a utopia encontra seu lugar na medida em que é articulada com os processos de transformação do real, passando do discurso à prática política, ou melhor, se tornando projeto (RIZZO, 1993). Este último visa conferir visualidade à utopia para que ganhe eficácia e objetividade. Choay caracteriza a utopia como a sociedade refletida por um espelho inverso: a relação entre a sociedade imaginária e ideal como inversão da sociedade real e criticada.

> "*Se as condições históricas não permitem a realização das práticas projetadas, se a realidade social nega as sociabilidades desejadas, enfim, se a concretude da existência impõe limites à realização da cidade ideal, no plano das representações o trânsito é livre. O detalhe assume a dimensão do todo, o enunciado mágico da palavra que nomeia adquire uma força real e a imagem mental ou visual dá à aparência o atributo da essência*" (PESAVENTO, 2002: 25).

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que os modelos utópicos nem sempre se contrapõem à realidade existente. Eles podem aparecer, ao contrário, para reforçá-la. A utopia nesses moldes não pode existir dissociada da ideologia (CHOAY, 1985).

Existe uma clara diferença entre o que a arquitetura simboliza e o que ela realmente é. Nestor Goulart Reis Filho (1970) já nos falava das residências do período colonial brasileiro que, mesmo em estuque e pau-a-pique, tinham aplicados papéis de parede com paisagens européias. No caso da arquitetura brasileira, Segawa (1999), ao analisar a obra de Gregori Warchavchik em São Paulo, comenta as necessidades de adaptação do modernismo europeu para preservar o seu estilo, mais do que efetivamente realizá-lo devido às limitações técnicas, como as platibandas que

escondiam os telhados. Estes exemplos remetem a uma ideologia, num sentido amplo, de valorização de padrões externos em clara insatisfação com as condições locais presentes.

Por outro lado, a ideologia conforme observa Chaui (1981), atua no campo do imaginário. Ou seja, é o conjunto de imagens ou representações que são utilizadas com o fim de explicar e justificar a realidade concreta, de sorte que:

> *"A ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (Natureza, os deuses ou o Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam".* (CHAUI, 1981: 87).

Assim, ela é aquela versão da realidade social dada pelas classes dominantes tendo em vista facilitar a dominação, escondendo o modo real como as relações sociais são construídas. Ou seja, legitimam a dominação descolando as idéias da realidade social. Na gestão do espaço urbano, a ideologia possibilita que decisões parciais sejam vistas como interesse de todos, permitindo que o discurso e o senso comum cumpram esse ciclo, escamoteando os conflitos e universalizando os interesses de poucos.

Retornaremos a esta discussão posteriormente. No momento, cabe destacar a caracterização de espaço simbólico como uma espécie de representação temporal: um resgate do passado (uma história a ser preservada); a estruturação do presente (a identidade de uma sociedade) e o ideal de um futuro (o que deve/deveria ou pode/poderia ser). A morfologia urbana contém um relato histórico das formas de pensar, ver e viver a cidade não só no presente, mas como recordação de um ontem e projeção de um amanhã. Mas, o que podemos esperar de tal representação em uma época, como vários autores denunciam, que vive somente o presente? Como imaginar uma temporalidade desta maneira se a pós-modernidade convive com uma crise de historicidade e de organização temporal, identificada com a esquizofrenia, que não mais consegue unificar passado, presente e futuro, reduzindo sua experiência a puros presentes?

O mais interessante é que, em meio a este contexto e embora sempre tenha existido, a investigação acerca dos espaços simbólicos amplia-se em especial a partir de meados do século XX com a crise do modernismo e o fortalecimento da lingüística e da ciência da comunicação, conhecida por semiótica. Como dito anteriormente, não pretendemos adentrar este campo de conhecimento, mas sua consolidação é sintomática de uma mudança estrutural nos modos de representação, já que:

> "*As transformações espaciais não se restringem mais a sua dimensão físico-territorial, mas envolvem, em grau crescente, considerações de ordem simbólica. O lugar, a sua imagem e a sua identidade se tornaram fundamentais*" (VAZ & JACQUES, 2003: 131).

A condição pós-moderna traz uma hiper-abundância simbólica proposital. O desenvolvimento das mídias e redes são apenas uma pequena parte deste aspecto melhor caracterizado como a

transformação da realidade em imagens, pela falta de profundidade da produção pós-moderna e, em relação simbiótica, pela própria dificuldade do sujeito e da sociedade em se relacionar e interpretar esta nova condição. Devemos voltar a afirmar que o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo não somente saturou todos os espaços, como também as consciências. E, como Debord (2004) já dizia, a imagem é a forma final de reificação mercantil.

Dois aspectos são importantes na incorporação de simbolismo próprio pela arquitetura pós-moderna: um primeiro relaciona-se diretamente ao projeto em um sentido amplo e o outro à sua forma mais direta, sendo que ambos dizem respeito à própria crítica ao movimento modernista. Um primeiro exemplo diz respeito à crítica ao movimento moderno, por seu apanágio do novo em desvalorização às tradições locais e à arquitetura vernacular, traduzida, em projeto, a partir do resgate de elementos associados a antigos estilos de arquitetura e articulados de diferentes maneiras que possam transmitir o caráter simbólico daquelas edificações (FRAMPTON, 1982). Para ilustrar, é possível remeter a Aldo Rossi, Ricardo Bofill e às leituras alegóricas de Charles Moore, nas quais elementos arquitetônicos vindos de diversas épocas e culturas diferentes parecem pairar no projeto arquitetônico (MONTANER, 1997).

Com o fim da ideologia dos estilos do modernismo, os produtores culturais retornam ao passado, falando em uma linguagem morta, através das máscaras de uma cultura global (ARANTES, 2000). Na arquitetura, este movimento é chamado de historicismo ou um jogo aleatório de estilos passados. Esta tendência é compatível com um mundo tornado mera imagem de si próprio e dominado por espetáculos. É neste sentido que podemos utilizar a idéia de simulacro como a cópia idêntica de algo cujo original jamais existiu. Assim, o próprio passado é modificado em uma coleção de imagens, um simulacro brilhante, uma miragem reluzente de uma sociedade desprovida de historicidade (JAMESON, 2004a).

Esta alegoria do passado relembra, por outro lado, a idéia de “tradição inventada”. Embora Hobsbawm e Ranger (2002) identifiquem a prática aos processos sociais, gostaríamos de estabelecer um vínculo com a arquitetura e o urbanismo que assim também o são, mas que possuem parâmetros objetivos bastante contundentes. O termo “tradição inventada” diz respeito a uma prática, tanto material quanto simbólica, que procura instituir valores e normas estabelecendo uma continuidade artificial com um passado histórico memorável. Diferenciada dos costumes e convenções, que são variáveis e ligadas a necessidades práticas, as tradições inventadas são ideológicas. Deste modo, as tradições genuínas possuem extrema adaptabilidade e, quando são conservados os seus usos, não é necessária a invenção de novas. Utilizada em um sentido amplo, a tradição inventada inclui tanto as tradições institucionalizadas quanto aquelas de difícil percepção de sua origem, muitas vezes espontânea e pode utilizar-se tanto do repertório original de rituais e símbolos quanto inventar outros inteiramente novos. Entretanto, como o autor

esclarece "*a inovação não se torna menos nova por ser capaz de revestir-se facilmente de um caráter de antiguidade*" (HOBSBAWM *In* HOBSBAWM & RANGER, 2002:13).

Hobsbawm caracteriza este fenômeno como moderno no sentido de reação às constantes mudanças e transformações experimentadas no período e à necessidade de "*conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins*" (HOBSBAWM *In* HOBSBAWM & RANGER, 2002:13). O autor considera visível esta prática em movimentos "tradicionalistas", já que não é possível desenvolver nem preservar um passado vivo. Por outro lado, podemos identificá-la com diversos padrões pós-modernos, como a transformações de simbolismos duradouros, de uniformidade e coesão, em fenômenos efêmeros – modismos – e, em especial, aqueles relacionados aos projetos em áreas históricas ou que se utilizam destas linguagens, como o já citado *New Urbanism*.

Com relação ao objeto arquitetônico em si, algumas discussões bastante conhecidas já foram travadas acerca do simbolismo da edificação para além de sua interpretação semiótica. Questões como número, proporção, ritmo, harmonia, cor, textura e entre outros, assim como o estilo ou linguagem a que são remetidos também são centrais em estudos acerca de movimentos arquitetônicos. Um exemplo fica por conta da associação entre o repertório do neoclassicismo e princípios de sobriedade e grandeza. A conjunção entre linguagem clássica e alta tecnologia contemporânea é explicada por Montaner (1993) justamente pela intenção de, a partir da crise do modernismo, retorno à "arquitetura popular" pela recuperação de valores históricos e simbólicos da arquitetura. Em outro sentido, mas com o mesmo conteúdo, em *Aprendendo com Las Vegas*, Venturi, Brown & Izenour (2003) contrapõem o "pato", símbolo modernista configurado pelo edifico em si, ao "galpão decorado", arquitetura pós-moderna dependente de elementos apostos a ela, em especial elementos construtivos e ornamentais. Vale citar:

> "*Por que defendemos o simbolismo banal via galpão decorado, contra o simbolismo do heróico via pato escultural? Porque esta não é a época, nem o nosso ambiente é propício para a comunicação heróica via arquitetura pura. Cada meio de comunicqação tem o seu momento e as declarações ambientais retóricas de nossa época – cívicas, comerciais ou residenciais – virão de meios mais puramente simbólicos, talvez menos estáticos e mais adaptáveis à escala de nosso ambiente. A iconografia e os meios mistos de beira de estrada apontarão o caminho, se quisermos ver*" (VENTURI; BROWN & IZENOUR, 2003: 165)

Este contraste diz respeito a uma mudança mais profunda em relação ao projeto da arquitetura em um sentido mais amplo. O projeto modernista era ideológico, pretendia transformar o mundo através de suas obras, através da educação do olhar. Deste modo, visava superar o simbolismo através da razão. Seus pressupostos e ideais, transmitidos através do expressionismo estrutural, foram materializados em obras esculturais. Estes "patos", contraditoriamente ao programa,

também carregavam um simbolismo determinante, embora implícito e não explícito como no "galpão decorado".

A arquitetura moderna somente era perceptível em sua dimensão simbólica para quem possuísse o domínio do código e do repertório arquitetônico. Esta incapacidade de expressão universal restringiu o moderno às elites e fez ressurgir na segunda metade do século XX o "galpão decorado". O retorno ao banal mostrara que o projeto do modernismo arquitetônico não tinha tido sucesso ou que as vanguardas haviam projetado para um usuário ideal e não para o homem real, como disse Montaner (1997: 152). Entretanto, à crítica à austeridade elitista, às obras-primas e aos monumentos utópicos do modernismo, o pós-modernismo responde, aprendendo com Las Vegas, utilizando a linguagem do comercialismo e das obras populares, inserindo-se no tecido "vernacular" das cidades (VENTURI; BROWN & IZENOUR, 2003). Este último, populista, possui um simbolismo mais acessível, dos letreiros e dos elementos neo e pseudo-algo.

Lefebvre já fazia uma crítica contundente ao urbanismo do alto modernismo e, ao que denomina, "cidades novas":

> "*O objeto reduzido à sua função e também reduzido à sua significação aproxima-se indefinidamente do sinal e o conjunto desses objetos de um sistema de sinais. (...) Tudo é apenas sinais verdes ou vermelhos; isto exigido, isto proibido. O objeto reduzido a uma simples significação confunde-se com a coisa nua, despojada, desprovida de sentido. Nos sinais como nos signos (na linguagem) o elemento último ao qual si ligam e do qual se desligam as significações é um simples fato, uma coisa (...).Tudo é banal. Tudo é fechadura e sistema materializado. O texto que oferece a cidade aos nossos olhos é perfeitamente legível, tão pobre quanto claro apesar dos esforços dos arquitetos para variar as linhas*" (LEFEBVRE, 1969: 141).

A arquitetura pós-moderna agravou este processo utilizando-se de signos populares – mais uma vez, não no sentido de cultura tradicional – para tentar transformar-se em símbolo.

> "*Para dar conta das implicações arquitetônicas e das questões sociais críticas de nossa época precisaremos deixar de lado nosso complicado expressionismo arquitetural e nossa errônea pretensão de estar construindo fora de uma linguagem formal e descobrir linguagens formais adequadas ao nosso tempo. Essas linguagens incorporarão o simbolismo e os apliques retóricos. As eras revolucionárias são dadas ao simbolismo didático e ao uso propagandístico da arquitetura para promover os objetivos revolucionários. (...) devemos ver a arquitetura como símbolo no espaço, antes de ser forma no espaço. Para descobrir nosso simbolismo, devemos ir aos limites suburbanos da cidade existente, que são atraentes mais do ponto de vista simbólico do que formal e representam as aspirações de quase todos os americanos, incluindo a maioria dos habitantes urbanos de baixa renda e quase toda a maioria silenciosa branca. Então, a Los Angeles arquétipa será nossa Roma e Las Vegas, nossa Florença; e, tal como o silo arquétipo de algumas gerações atrás, o letreiro do Flamingo será modelo para chocar nossas sensibilidades e nos conduzir a uma nova arquitetura*" (VENTURI; BROWN & IZENOUR, 2003: 200)

Deste modo, além de uma mudança no próprio objeto, a entrada destes novos ideais e, por que não dizer, de uma nova ideologia significam uma mudança no próprio entendimento do projeto

arquitetônico como desígnio[9]. Fato que leva a um novo aprofundamento: a arquitetura pós-moderna, nestes moldes, não somente aceita as condições atuais como também as incorpora. Paradoxalmente, um outro movimento contemporâneo é feito nos grandes projetos demonstrando o oposto: ele não quer ser parte da cidade, mas seu equivalente ou substituto. Essa separação do tecido da cidade é diferente do movimento brusco de significado simbólico real do modernismo, demonstrado em especial pelo térreo livre através do uso de pilotis, de apartar-se do tecido urbano degradado, buscando sua transformação através da ativação deste contraste. A arquitetura pós-moderna não procura este efeito, satisfaz-se em deixar o tecido urbano ser o que é. Em desacordo com uma das principais críticas ao movimento modernista, o grande projeto pós-moderno aspira um projeto total: uma mini-cidade[10].

Multiplicam-se partes da cidade como mini-cidades, concretizadas em *shopping-centers*, espaços multi-usos de cultura e de lazer, *business district centers*, grandes áreas "revitalizadas" e gentrificadas e uma infinidade de grandes condomínios comerciais e residenciais auto-suficientes. Estes não-lugares (ÁUGE, 2007), existentes em qualquer localização do globo, estão de acordo com o sistema de acumulação do capitalismo tardio e sua forma de planejamento urbano, denominado estratégico, em ações de clara intenção de acumulação em escala global (SÁNCHEZ, 2003). Deste modo, qualquer aspecto original do lugar apenas é preservado caso se encontre de acordo com a lógica econômica, enquanto outros são substituídos por signos do urbano num mercado de alta competitividade, solapando a história, atribuindo diferentes valores, agora de troca, ao solo e à cidade e segregando aquela população que é "in-solvente" – uma ironia com os usuários solventes de Vainer (2000).

Também se multiplicam "Disneycidades" (ZUKIN, 2003), modelo de cidade planejada – mistos de *marketing* (cultura visual), controle espacial (vigilância e segurança) e adminstração privada – para proporcionar uma imagem de prazer e equilíbrio, apoiada na simulação, em tecnologias e no consumo e criando, no imaginário coletivo, a fantasia de cidades como parque de diversões concretizada em *Celebration*. Não-lugares ou hiper-realidades, este novo modelo de cidade alimenta o desenvolvimento de "cidades" baseadas em modelos público-privados de expansão de negócios, pautado pela economia do setor terciário de ponta, pelo capital imobiliário, pela cultura e pelo lazer. Essa cidade segura, civilizada, asséptica é fruto, portanto, de "indústrias do imaginário" que mascaram os conflitos e a heterogeneidade urbana para torná-la "ideal" para todos os segmentos, uma cidade do pensamento único (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000). Ao criar farsas e fantasias 'reais', resgatando a idéia de simulacro, este processo é marcado pelo:

[9] Esta é uma discussão essencialmente modernista: a interpretação do desenho/projeto como desígnio, possuidor uma proposta de renovação social. Para aprofundamento da temática, consultar especialmente Sérgio Ferro (2006) e Vilanova Artigas (1999).

[10] Jameson (2004a) afirma que este novo projeto corresponde a uma nova e original prática coletiva, a hipermultidão, enquanto antropólogos utilizam uma nova categoria para este espaço, agora denominado de não-lugar (AUGÉ, 2007).

> "(...) *crescente poder político e social das simulações do real como substitutos lógicos e comportamentais para eventos e condições materiais reais" implicando "uma mudança radical no imaginário urbano, nas maneiras pelas quais relacionamos nossas imagens do real com a própria realidade*" (SOJA, 1993: 165-166).

Essa produção artificial do espaço constitui-se, portanto, em uma espécie de violência simbólica. Este processo, entretanto, não é simples. Pelo contrário, é complexo e utiliza-se de diversas estratégias na maior parte dos casos implícitas e de difícil (re)conhecimento.

Representar uma cidade significa construir uma imagem sobre a mesma, compreendendo e interpretando a complexidade do fenômeno urbano. E é exatamente por causa desta complexidade que podemos falar de representações e imagens no plural, já que o urbano somente pode ser observado a partir dos diversos olhares que o compõe. Deste modo não existe uma única leitura possível e, como dito anteriormente, o que se representa, ou no caso deste trabalho, o que se torna simbólico para esta representação e imagem da cidade depende de quem olha, de onde olha e para onde olha. Uma análise profunda dos espaços simbólicos deve, portanto, identificar de quem são estes olhares. Como pensar estes olhares frente à cidade espetáculo, onde o sujeito assume o perfil de consumidor do produto urbanismo, desvinculando-se de seu papel político enquanto agente da produção do espaço e da cidadania?

No caso do planejamento urbano pós-moderno, ou estratégico, o poder das representações está em sua ancoragem material, concretizada na arquitetura e no urbanismo codificados em signos de consumo e lazer. É necessário entender, entretanto, que este processo é caracterizado não somente por intervenções materiais, mas principalmente por transformações simbólicas, já que as representações influenciam avaliações e rankings de lugares utilizados como uma das bases para a escolha locacional dos "usuários solventes". Um aspecto que se destaca é a formação de imagens-sínteses, uma transformação simbólica das cidades a partir de sua simplificação e homogeneização que visa a produção de efeitos na realidade concreta. Essas imagens sínteses consistem em imagens que se tornam dominantes, não deixando margem para outros olhares e interpretações. Oferecem-se e são absorvidas como única imagem possível de uma cidade. Este processo é possível por meio da ação de dois agentes, a iniciativa pública e a privada, que se valem do poderoso aparato da mídia. No primeiro caso, através da iniciativa pública, na tentativa de estabelecer um ambiente "favorável aos negócios" promovendo uma verdadeira reconstrução simbólica urbana, são veiculadas informações oficiais da cidade que apresentam fatos sociais como inquestionáveis, já que são frutos de pesquisas e dados. Esta objetividade, ou racionalidade, impõe sua imagem pelo discurso competente (CHAUI, 2000) de institutos, secretarias e outros órgãos capazes de ler a cidade com eficiência. Por outro lado, a iniciativa privada utiliza-se de poderosas estratégias de *marketing*, consolidadas em *slogans* e eventos atrativos que divulgam novas formas de vida urbana. A mídia, em ambos os casos, possui um

papel indispensável neste processo ao veicular estas representações, imagens e símbolos. Dita como "mediadora", ela realmente adere a este papel, em relação aos cidadãos e à cidade, moldando as representações urbanas. Através da espetacularização dos processos engendrados pelo planejamento estratégico, ela consegue promover comportamentos e estilos de vida pela transmissão de signos de prazer e bem-estar, valorizando espaços, bem como ditando usos e atitudes desejáveis.

Portanto, o seu aparente realismo das imagens-síntese é ideológico ao transpor como natural aquilo que é construído socialmente. Aparece, neste momento, a importância da ideologia para a gestão do sistema urbano, tratando de unificar os habitantes do espaço em torno de decisões parciais que visam o interesse de classe. Este aparato é utilizado, como dito anteriormente, para fazer com que as intervenções passem a ser percebidas como interesse público, uma vez que a ideologia, no contexto do planejamento urbano, configura:

> *"Idéias que são uma visão do mundo compartilhada por grande número de pessoas, que por elas tem consideração e, por isso, têm grande capacidade de mobilizar as pessoas e as massas; que trabalham fundamentalmente através de signos".* (VILLAÇA, 2004: 227)

Na pretensão de serem neutras, elas escondem abordagens seletivas do real, atribuindo ou destituindo valor e sentido a certos espaços (SÀNCHEZ, 2001) e, consequentemente alterando os que são considerados simbólicos. Diferentemente de um produto coletivo e coletivamente apropriado, os sistemas simbólicos podem, desta forma, constituir-se em uma forma de poder e de dominação ao estar ligados à ideologia.

> *"É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação (...)".* (BOURDIEU, 1989: 11).

Esta disputa pela hegemonia de uma visão ou, como chama Bourdieu (1989), de um "discurso forte" para leitura da realidade e legitimação de projetos presentes e futuros utiliza-se, portanto, de imagens-sínteses: símbolos da disputa, ou reprodução, do poder político-econômico. Estas são, portanto, linguagens do poder; do poder simbólico.

O poder simbólico é um poder de construção da própria realidade e de integração social. Os objetos simbólicos, estruturas estruturadas e estruturantes, servem, dentro deste contexto, como estruturas comunicantes, ou da produção coletiva ou da própria dominação social. Desta maneira, se pode questionar a existência de tipos de objetos simbólicos distintos: um construído socialmente e outro derivado do poder simbólico. Para Bourdieu (1996: 170), "*Um dos efeitos da violência simbólica é a transfiguração das relações de dominação e de submissão em relações afetivas, a transformação do poder em carisma ou um encanto adequado a suscitar um*

encantamento afetivo". E, assim, imagens-sínteses tornam-se dominantes e espaços simbólicos de poucos tornam-se simbólicos para todos.

4.2. SÍMBOLOS FLORIANOPOLITANOS: QUAIS, POR QUEM E PARA QUEM?

Encerrando o ciclo de levantamentos realizados acerca das transformações ocorridas em Florianópolis, este capítulo procura analisar espaços simbólicos florianopolitanos à luz das transformações ocorridas em esferas mais abrangentes, leia-se, a partir das alterações no paradigma moderno. Para tanto, foram escolhidos espaços significativos da realidade local com o objetivo de neles se realizar análise aprofundada. Excluindo qualquer dúvida, a forma de seleção destes casos já corrobora o pressuposto que estes espaços constituem, ao menos parcialmente, a identidade da cidade ao se incluírem em seu imaginário e vida cotidiana.

Primeiramente, é necessário esclarecer que existem outros símbolos da cidade, já citados ao longo deste trabalho, e que, por vezes, podem ser ainda mais fortes, como é o caso da Ponte Hercílio Luz. A ponte é a imagem mais conhecida e reconhecida de Florianópolis. Provavelmente, todas as capas de relatórios institucionais, panfletos, guias ou qualquer outra forma de divulgação da cidade tenha uma fotografia dela. Entretanto, como símbolo, construção da ligação com o continente em 1926 significa a entrada da cidade na modernização acelerada, a partir da busca de seu "desenvolvimento" e do enfrentamento de seus condicionantes naturais através de grandes obras.

Poderia ter sido abordada também a cidade rodoviarista (SZMRECSANYI, 2003) que se concretiza ao final deste período com os aterros da península central e as vias rápidas de conexão entre os balneários. No primeiro caso, os aterros, financiados pelo BID, modificam drasticamente a paisagem do núcleo principal e a sua estreita relação com o mar. Representando o fim definitivo das atividades portuárias, a instauração de um claro projeto modernista e a valorização do desenvolvimento da cidade no sentido das áreas leste e norte da Ilha. Ou ainda, já dentro das transformações ocorridas a partir de 1981, a Praia do Santinho, antiga vila de pescadores onde foi instalado, no final do século XX, um hotel de grande porte, Costão do Santinho, considerado o melhor *resort* do país por diversas revistas especializadas e hoje em expansão para outras funções, como um residencial e um campo de *golf*, construído sobre as dunas. Entre todas as possibilidades, a partir das análises realizadas, os estudos de caso foram selecionados de acordo com sua relevância ao refletirem os diversos períodos experimentados pela cidade. Mais importante ainda, estas espacialidades foram escolhidas pela sua relevância contemporânea e sua nítida correspondência aos pressupostos pós-modernos. Deste modo, serão

aqui apresentados dois exemplos distintos: Ribeirão da Ilha e Jurerê Internacional. Essas duas espacialidades representam, de forma distinta, espaços simbólicos contemporâneos da cidade que conformam a identidade da mesma ao espelharem seu desenvolvimento e seus traços sociais mais marcantes. No primeiro caso, a antiga Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, hoje bairro e sede do distrito de mesmo nome, representa as intervenções realizadas em áreas de patrimônio histórico material e imaterial, identificado tanto nas edificações construídas e na sua forma de implantação no território quanto na manutenção de traços relevantes da cultura manezinha. Por sua vez, Jurerê Internacional é o primeiro empreendimento, tanto na cidade quanto no estado de Santa Catarina, com urbanização e construção realizadas em bloco destinado às elites, além de também se constituir no primeiro investimento de capital privado externo aos mesmos. Os conflitos que causou, quando de sua aprovação, bem como atualmente, não retiraram o local do centro das atenções e das mídias de diversas partes do país e do mundo, sendo que, por diversas vezes, sua imagem é confundida com a da própria cidade.

Resta ainda esclarecer que o método aqui utilizado para seu estudo partiu da revisão de trabalhos e levantamentos realizados na área, seguida pela análise da base de imagens e mapeamentos disponibilizados. A partir deste embasamento, foram procurados os principais agentes interventores, tanto públicos quanto privados, com visitas às instituições responsáveis e entrevistas com interlocutores relevantes. A própria dificuldade de acesso a estes órgãos é algo importante a ser ressaltado, bem como a dificuldade de obter estas informações e coletar os referidos dados, se assim existem. Muitas das instituições públicas trocam de nominação ou âmbito de atuação, tornando mais difícil a identificação das respectivas atribuições. Deste modo, o próprio acesso ao seu espaço físico constituiu-se em um obstáculo. Por outro lado, quando visitadas, a escassez de informações acerca de seu próprio âmbito de atuação é algo chocante. Quando seus agentes são perguntados sobre o motivo desta situação, a resposta resume-se invariavelmente a transferir a responsabilidade para outro órgão. Primeiro, porque se os dados existem estão em outra instituição e, segundo, se não existem é justamente porque não era do seu âmbito, e sim daquela outra. Portanto, ao longo destas visitas, o jogo de colocar a culpa no outro foi colocado em ação diversas vezes e a falta de articulação das diversas instâncias públicas tornou-se algo notório. Contrastantemente, em meio a diversas polêmicas, o grupo empreendedor de Jurerê Internacional embora tenha se mantido acessível e possuísse a maior parte das informações solicitadas, negou a disponibilidade destas últimas alegando segredo empresarial e dificuldades relativas às ações policiais e judiciais correntes durante o período e que serão posteriormente explicitadas.

Como última etapa deste estudo, os traços da sociabilidade local foram buscados a partir da escuta de agentes locais e leitura de documentos relativos, assim como de visitas às áreas em diferentes dias e períodos, conformando uma observação analítica relatada ao longo do trabalho.

Falta apenas esclarecer que a vivência efetiva da presente autora na cidade durante a maior parte de sua vida reflete-se nos resultados aqui demonstrados. Embora em nenhum momento tenha se prescindido de rigor metodológico, é impossível excluir as relações anteriormente traçadas com os objetos e suas transformações. Afinal a "objetividade científica" não prescinde do olhar do pesquisador, como diversos autores já demonstraram (GEERTZ, 1989).

4.2.1. Ribeirão da Ilha

"*Antônio Antunes da Cruz*
Tinha razão;
Não há coisa mais linda
Que seu Ribeirão.

Ai que terra tão brejeira
Mãos de fada a rendar,
Tem Maria Padroeira,
Ensinando a Gente amar.

Perguntei ao meu senhor,
Onde está seu coração?
Ele então me respondeu,
Você conhece o Ribeirão?"

(Samba de Fernando Bastos e Luis Henrique Rosa *In*: PEREIRA, PEREIRA, SILVA NETO, 1991: 205)

Imagem 86 - Casario e placas turísticas no Ribeirão da Ilha.

Fonte: acervo da autora.

Uma das ocupações humanas mais antigas da Ilha de Santa Catarina, a *Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha* foi formada a partir da vinda de imigrantes açorianos em meados do século XVIII. A proximidade com o continente, a oferta de portos para atracamento e

Imagem 87 - Localização do Ribeirão da Ilha em relação à porção Sul da Ilha e ao Distrito Sede.

Imagem 88: comunidades do Distrito do Ribeirão.

Fonte: elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth.

o desenvolvimento de atividades produtivas, como a agricultura, transformaram-na em uma das áreas de maior representatividade comercial e importância na antiga Vila de Desterro. Entretanto, a partir do século XX, a evolução tecnológica da navegação, com embarcações e portos pouco condizentes com as condições locais, e a dinamização da cidade retiraram o seu poderio econômico.

A Freguesia transformou-se em Distrito do Município de Florianópolis, permanecendo sua sede a mesma[11]. O modelo atual de desenvolvimento da cidade e a força do turismo ali também se fizeram sentir. Foi popularizada a idéia de que o Ribeirão da Ilha mantém presentes as suas origens na ocupação urbana, no casario histórico e nas tradições locais, sendo estes os seus maiores atrativos. Entretanto, as mudanças que ocorrem na cidade estão refletidas na evolução sócio-espacial do Ribeirão da Ilha e a preocupação com o patrimônio material e imaterial da antiga freguesia remetem ao processo presente, bastante danoso às particularidades locais. Hoje uma das imagens mais populares de Florianópolis, o Ribeirão da Ilha simboliza a preocupação dita pós-moderna de valorização das culturas tradicionais e de retorno às áreas históricas[12].

Por fim, é importante sinalizar a absurda falta de estudos sobre o local, tanto dos órgãos públicos – como o IPUF e o IPHAN de Florianópolis, que não possuem mapas da evolução da ocupação da área, embora o último tenha tombado bens na mesma – quanto de iniciativa pessoal, como livros, dissertações e teses. Destaca-se como fonte bibliográfica sobre o Ribeirão da Ilha somente

[11] Neste trabalho trataremos somente da antiga sede da Freguesia e seus arredores, hoje bairro do Ribeirão da Ilha. Esta área, que costeia a Baía Sul a Oeste, limita-se ao Norte com o bairro Carianos, ao Sul com a praia de Naufragados e ao Leste com o Morro do Ribeirão, que marca o início do Distrito do Pântano do Sul.

[12] Queremos deixar claro que concordamos com Heitor Frúgoli Jr. (2000) ao considerar que as cidades são históricas como um todo. Nesta frase remetemos ao processo de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico (ARANTES, 2000) e aos projetos de reabilitação, revitalização e requalificação urbanas (VAZ & JACQUES, 2003).

quatro estudos, entre eles três de conclusão de curso de graduação. Portanto, além de extrema relevância para a compreensão da realidade da Florianópolis contemporânea, este trabalho ainda desbrava “mares” pouco conhecidos.

de freguesia a bairro

A ocupação humana do Ribeirão da Ilha é uma das mais antigas de Florianópolis, remontando a 6.000 a.C., iniciada por sociedades denominadas sambaquianas e seguida pelos grupos indígenas Itararé e Guarani, sendo este último responsável pela nominação de diversos topônimos da região, como Tapera e Caiacanga. São nos relatos, anteriormente citados, sobre navegadores na Ilha de Santa Catarina durante o século XVI e XVII identificam a localidade ou mesmo estiveram nela durante algum período, como Sebastião Cabotto e alguns náufragos de Juan Dias Solis, confirmando a tese de que o povoamento da Ilha pelos europeus iniciou-se no Ribeirão (PEREIRA, PEREIRA, SILVA NETO, 1991). A consolidação de sua ocupação, entretanto, somente ocorre com o estabelecimento de açorianos. Estima-se que, dentro do fluxo imigratório para a Ilha de Santa Catarina entre 1748-1756, cerca de cinqüenta casais açorianos e madeirenses fixaram-se na região do Ribeirão da Ilha.

Imagem 89 e 90 - Cenas do interior da Ilha no início do século XX.

Fonte: Casa da Memória (PMF).

Em 1760 o português Manoel de Vargas Rodrigues trouxe para a localidade uma imagem de Nossa Senhora da Lapa, que logo depois é abrigada em uma ermida. A devoção à santa deu origem ao nome da Freguesia – Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, fundada em 1809 – e a popularização da imagem passou a atrair moradores de comunidades vizinhas. Daí a importância das celebrações religiosas no Ribeirão até o presente dia, como a Festa do Divino e o Terno de Reis.

Paralelamente, mas também influenciada pela movimentação religiosa, a atividade comercial desenvolveu-se rapidamente na localidade devido às facilidades para o atracamento em suas águas calmas e à proximidade com comunidades do continente, como Enseada do Brito e Garopaba. Como a conexão terrestre com a capital da vila, Desterro, era feita através de caminhos precários, o transporte marítimo foi privilegiado desde o início da ocupação da Ilha de

Imagem 91 - Moles do Porto do Contrato em segundo plano e placa do restarurante que ocupa sua área atualmente.

Fonte: acervo da autora.

Santa Catarina, sendo as freguesias mais prósperas aquelas que possuíssem trapiches ou locais de atracamento. O Ribeirão da Ilha, além de trapiches e molhes de pedra particulares, possuía três portos importantes: o Porto do Contrato, localizado na foz do rio Ribeirão na praia do Contrato; o Porto do Correia, na Tapera do Sul; e, o mais movimentado, o Porto do Ribeirão localizava-se em trapiche saindo da praia da freguesia e servia quase que exclusivamente para o transporte de passageiros. Os comerciantes do Ribeirão, neste sentido, eram privilegiados e foram incubidos da troca de notícias e novidades com outras localidades, em especial a vila sede e as freguesias do continente próximo (PEREIRA, PEREIRA, SILVA NETO, 1991).

O Ribeirão da Ilha rapidamente despontou-se na economia da região. O fato de ser uma das freguesias com maior número de escravos em uma região sem recursos financeiros para tanto denota o poder aquisitivo de seus moradores e a situação da lavoura e da pesca que, ao contrário de outras áreas da ilha nas quais se baseavam na mão-de-obra familiar e da produção praticamente para a sua única subsistência, o Ribeirão produzia excedentes comercializáveis, como pescado, frutas e lenha[13]. Deste modo, a comunidade investiu também nas unidades de produção, sendo grande o registro de alambiques de cachaça e de engenhos de açúcar, de café e de farinha de mandioca, principal produto ilhéu. Com relação aos engenhos, eles são derivados diretamente dos moinhos de vento açorianos, sendo adaptados às condições locais (PACHECO, 2001)[14]. Ainda, existiam diversas instalações destinadas à pesca da baleia e a construção das baleeiras – armações – que fornecia um dos principais elementos utilizados na construção local: o óleo da baleia[15].

[13] Existem pesquisas, como a de Marilea Caruso (1990), que tratam sobre o intensivo processo de desmatamento da região durante o período para a produção de lenha.

[14] Segundo informações do Ecomuseu do Ribeirão da Ilha, existiam cerca de 300 engenhos de farinha de mandioca e 200 engenhos de alambique de cachaça. Atualmente, somente um engenho de cachaça está em funcionamento, muitos foram demolidos e outros abandonados.

[15] A atividade de construção das baleeiras era muito comum na Ilha de Santa Catarina, sendo que o nome “armação” acabou por designar também uma praia na sua parte sul. As baleeiras deram origem aos barcos utilizados na pesca tradicional, popularmente denominados “bateiras”. Hoje, a construção de barcos já é bastante irrisória na cidade, sendo que o professor Nereu do Vale Pereira, que estudou a origem desta atividade nos Açores, diz em entrevista que há somente uma última pessoa no Ribeirão que continua a exercer a profissão.

Imagem 92: Núcleo inicial do Ribeirão da Ilha.

Fonte: elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth.

Com relação ao traçado urbanístico, embora não existam registros oficiais, ele remete aqueles moldes da *Provisão Régia* de 9 de agosto de 1747 durante o governo de Silva Paes, citado anteriormente. A Igreja Matriz é construída em uma elevação voltada para a baía e em frente a Praça Hermínio Silva, que no momento configurava-se apenas por uma cruz fincada em seu centro, ganhando o seu traçado atual somente em 1969. O início da construção da Igreja data de 1790 e seu término de 1806, sendo utilizadas técnicas locais como a argamassa de barro, cal de conchas e óleo de baleia. Sara Regina de Souza possui uma bela descrição desta igreja, já tombada pelo IPHAN[16]:

> "*A igreja apresenta, no seu interior, a clássica divisão nave e capela-mor, separadas pelo arco cruzeiro. A nave, com paredes de 80 centímetros de espessura, possui em cada lado, três grandes janelas com vidraças. Junto ao coro, abrindo-se para a fachada, mais três janelas. As três portas da nave (a principal e duas laterais) apresentam dobradiças em cachimbo, possivelmente da época da construção. A porta principal do templo é de almofadas e possui uma interessante aldrava original. (...) A capela-mor, com um belo altar em branco e dourado, coluna salomônicas, volutas e concheados de inspiração barroca, guarda belos exemplos de arte sacra do século XVIII e XIX. Ainda na capela-mor vemos duas janelas em cada lateral, abrindo-se de um lado, para a sacristia e de outro para a residência do vigário. (...) Os retábulos do cruzeiro são do mesmo estilo do altar-mor, possuindo na sua parte mais alta, delicados baldaquinos de madeira. Externamente temos uma construção simples, de frontão triangular e duas torres, uma delas fechada e a outra portando dois sinos. No vértice mais alto do frontão encontramos uma decoração em volutas apertando a cruz de ferro. As torres apresentam-se balaustradas no contorno e com pequenas grimpas no centro da cobertura*" (SOUZA, 1981: 94-95)

Integrando as edificações religiosas, além do cemitério e da residência do pároco, ao lado da Igreja existe uma pequena construção que se assemelha a uma capela. Na realidade, é o Império ou Teatro do Divino Espírito Santo. Este espaço, destinado às festividades do Divino durante o

[16] A partir da década de 1970 foram realizadas diversas reformas administradas pelas autoridades eclesiásticas e sem qualquer acompanhamento técnico, o que causou complicações entre estas e o IPHAN de Santa Catarina. A Igreja possuía afrescos no teto e nas paredes representando imagens santas, concheados, flores e pilares romanos, dentre outros. Estas pinturas foram cobertas por diversas camadas de tinta ao longo das reformas realizadas por iniciativa própria do clero local. Em 1996, foram realizados trabalhos de recuperação de algumas imagens também pelas autoridades eclesiásticas. Durante a década de 1990, o pároco local administrou uma reforma do assoalho da Igreja por conta própria. Durante as obras, foram desenterrados os ossos de antigos imigrantes açorianos sem qualquer apoio arqueológico.

Pentecostes[17], não é uma tradição portuguesa, mas sim açoriana e ainda bastante comum nas ilhas de origem, como nos demonstra Eliana da Veiga Pacheco (2001).

Imagens 97, 98 e 99 - Igreja Nossa Senhora da Lapa e, ao seu lado, Império do Divino Espírito Santo.

Fonte: acervo da autora.

Imagens 100 e 101 - Tipologias: casa isolada luso-brasileira e edificações em fita.

Fonte: acervo da autora.

Com relação às residências locais, térreas e geminadas, elas assemelham-se a planta-baixa típica de outras regiões do Brasil de arquitetura luso-brasileira[18] (REIS FILHO, 1970): sala da frente, corredor central dando acesso às alcovas, sala dos fundos e cozinha. As divisórias internas são de pau-a-pique enquanto as paredes externas tradicionalmente são de alvenaria de pedras caiadas. As aberturas são de tamanho expressivo, em madeira e de cores variadas (vermelho, verde, azul, ocre), configurando os principais elementos da fachada de tipo porta-janela. As aberturas, de madeira, podem ser de arco batido ou retangular e possuem tramelas ou trancas de madeira. Os telhados, em maioria de telha capa e canal, são de duas ou quatro águas destacando as beiras ou cimalhas com a fachada.

[17] Na realidade, a festa do Divino tinha um cunho profano e somente posteriormente, com sua popularização, a Igreja Católica a adotou em seu calendário de festividades religiosas. A prática, bastante comum entre os açorianos, transferiu-se com os mesmos para a Ilha de Santa Catarina mantendo sua expressividade até o presente momento.

[18] Existe uma longa discussão com relação à origem cultural da Ilha de Santa Catarina. Alguns destacam a especificidade dos açorianos com relação aos portugueses continentais afirmando uma *açorianidade ilhoa* e comparando-a às ilhas do Atlântico, em especial a Ilha Terceira. Deste modo, a arquitetura da cidade é identificada como açoriana. Por outro lado, procura-se demonstrar que as Ilhas dos Açores foram colonizadas por portugueses e que estes locais deveriam seguir as mesmas regras impostas ao Brasil, fato visível durante o período pombalino (PACHECO, 2001). Entretanto, consideramos, assim como Eliane da Veiga Pacheco (2001) e Sara Regina de Souza (1981) que além destes fatores – a colonização portuguesa e os traços característicos açorianos – houve um grande processo de adaptação de práticas e costumes à realidade da Ilha de Santa Catarina, produzindo uma arquitetura que é, sem sombra de dúvidas, portuguesa, mas com particularidades locais, como no uso de conchas e óleo de baleia na construção e o caso já citado da adaptação dos engenhos.

Imagem 102 - Tipologias: residência eclética.

Fonte: acervo da autora.

Outra tipologia comum no Ribeirão é a residência eclética das primeiras décadas do século XX (REIS FILHO, 1970). Embora os principais fundamentos das edificações subsistissem, como praticamente as mesmas técnicas construtivas e distribuição interna, foram introduzidos novos elementos na fachada e na volumetria que induzem a uma sensação de maior refinamento através do rebuscamento. Por outro lado, com o passar do tempo, as edificações foram se libertando dos limites dos lotes, não somente pelas anteriores modificações nas Posturas Municipais, mas também em valorização do meio local. São residências que buscam o recuo de pelo menos uma de suas faces, formando as entradas laterais com jardins e varandas.

A ocupação do Ribeirão da Ilha, no geral, distingue-se entre uma área mais adensada e de características que se assemelham às vilas descritas por Nestor Goulart Reis Filho (1970) – a sede da Freguesia – e outras áreas com características rurais de ocupação. Deste modo, as edificações dispõem-se ao redor da praça, emoldurando os visuais de qualquer ponto a partir do qual se olhe. Deste ponto, projetam-se as ruas delimitadas em sua largura pelas casas que se erguem até o limite do lote, de alinhamento frontal. Em fita, as edificações paralelas ao mar dispõem um traçado sinuoso que se torna cada vez mais esparso à medida que se distanciam da praça central. A partir daí, as edificações isoladas entre o verde e distanciadas umas das outras conformam chácaras baseadas na agropecuária com pequenas unidades de produção, como os já citados engenhos.

Imagens 103, 104 e 105 – Padrões de ocupação no Ribeirão da Ilha: casario ao redor da praça principal, edificações em fita e ocupação esparsa.

Fonte: acervo da autora.

É a partir das últimas décadas do século XX que a vida do Ribeirão da Ilha irá se transformar mais drasticamente. A instalação da rede de energia elétrica, a melhoria das ruas e dos sistemas de

transportes, facilitando a conexão com outras áreas da cidade, o desenvolvimento dos meios de comunicação, enfim, as grandes transformações urbanas experimentadas pela cidade como um todo influenciaram diretamente no desenvolvimento do Ribeirão da Ilha, sendo o crescimento demográfico um de seus aspectos mais visíveis, mesmo que cronologicamente defasado em relação ao centro de Florianópolis.

TABELA 10: População e taxa de crescimento anual do Distrito do Ribeirão da Ilha

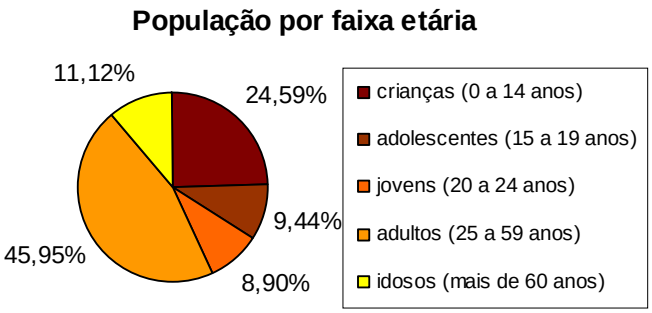
	Distrito do Ribeirão da Ilha	
	população	crescimento anual
1760*	1.200	-
1900*	3.200	-
1916*	3.752	1,08%
1918*	3.975	2,97%
1920*	4.016	1,03%
1938*	4.500	0,67%
1940**	4.589	0,99%
1950**	4.365	-0,484%
1960**	5.261	2,053%
1970**	4.229	-1,962
1980**	6.404	5,143%
1990**	14.229	12,219%
2000**	20.310	4,274%
2007***	23.729	2,4%

* FONTE: PEREIRA, PEREIRA & SILVA NETO: 1991.
** FONTE: censos IBGE.
*** FONTE: estimativa 2007 da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.

TABELA 11: Comparativo de população e crescimento total da população entre o Distrito do Ribeirão da Ilha e a cidade de Florianópolis.

	Distrito do Ribeirão da Ilha[19]		Florianópolis	
	população	crescimento total	população	crescimento total
1950*	4.365	-4,84%	67.630	44,60%
1960*	5.261	20,53%	97.827	44,65%
1970*	4.229	-19,62	138.337	41,41%
1980*	6.404	51,43%	187.871	35,81%
1990*	14.229	122,19%	254.941	35,1%
2000*	20.310	42,74%	342.315	33,00%
2007	23.729**	16,83%	396.723***	17,01%

* FONTE: censos IBGE.
** FONTE: estimativa 2007 da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.
*** FONTE: estimativa censo IBGE, 2007.



Segundo o Censo Demográfico realizado em 2000 pelo IBGE[20], o bairro do Ribeirão da Ilha possui aproximadamente 5.665 habitantes. A população conta com grande número de crianças (1 a 14 anos) que, somados aos adolescentes (15 a 19 anos) e aos jovens (20 a 24 anos), perfazem 42,93% da população, ou seja, um número bastante expressivo[21].

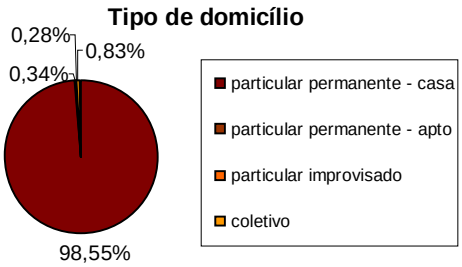
Em uma área que inclui o Alto Ribeirão, a Freguesia, a Costeira do Ribeirão e a Ponta da Caiacanga, o Plano Diretor dos Balneários classifica esta como uma zona urbana e, desta forma, a população passou a ser considerada completamente urbana pelo Censo, embora ainda existam muitas chácaras e propriedades rurais. Os domicílios totalizam 1.639, em sua maioria próprios e

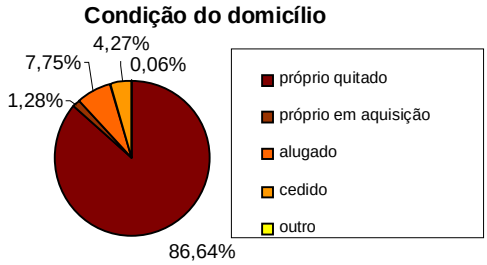
[19] O Distrito do Ribeirão da Ilha, terceiro maior distrito em termos populacionais de Florianópolis, abrange bairros além do Ribeirão da Ilha, como Carianos, Tapera e Açores, entre outros, incluindo a área de influência do mesmo e demonstrando, portanto, o crescimento população da região como um todo. Dados que consideramos de extrema importância para a compreensão de sua dinâmica sócio-espacial, embora tratamos aqui exclusivamente do Ribeirão da Ilha. Estes dados específicos serão demonstrados na caracterização da população local.

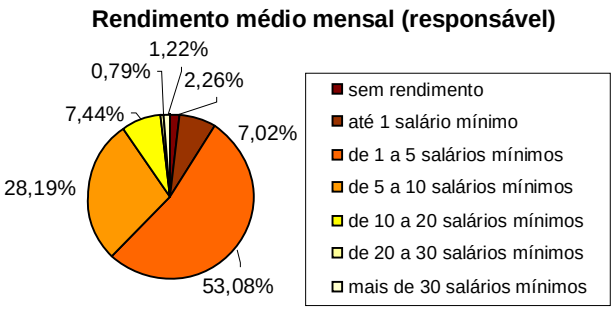
[20] Como os dados mais recentes do censo IBGE 2007 são uma estimativa, utilizamos como base os dados do censo 2000.

[21] Esta divisão da população segundo idade segue os princípios expostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo a qual as crianças possuem de 0 a 14 anos, os adolescentes de 15 a 19 anos, os jovens de 20 a 24 anos, os adultos de 25 a 59 anos e os idosos possuem mais de 60 anos.

quitados, sendo predominantemente casas permanentes particulares com, em média, de 3 a 4 moradores.







Com relação ao rendimento médio mensal do responsável pelo domicílio, o Ribeirão da Ilha possui uma média de R$ 866,89. Segundo o levantamento, 62,35% ganham menos do que este valor enquanto 37,65% ganham mais. A ocupação profissional tem modificado o seu caráter a partir das últimas décadas do século XX acompanhando as transformações que a cidade experimenta como um todo.

Da inserção de seus moradores no mercado de trabalho do distrito sede de Florianópolis decorre o abandono das atividades tradicionais e certa desvalorização da cultura local que no momento, como bem explicita Rodrigo Nelson Pereira (2003: 22), "*demonstrava que a localidade era subdesenvolvida*", no imaginário da população local. O autor, a partir de entrevistas com moradores antigos da localidade, comprova a afirmação ao atestar que as modificações nas edificações históricas, como substituição de elementos arquitetônicos (por exemplo, a troca das tradicionais esquadrias de madeira por alumínio), decorre não somente de necessidades objetivas, como durabilidade e proteção contra intempéries, mas também de necessidades simbólicas, como acompanhar o ritmo da modernização descartando os signos de seu atraso.

Por outro lado, a retórica pós-moderna de preservação de culturas tradicionais está presente em Florianópolis, em especial no caso do Ribeirão, já na década de 1970. As discussões em torno do tema que emergiram das instituições públicas para os meios de comunicação mais influentes da cidade, como os jornais *O Estado* e *Diário Catarinense*, podem ser relacionadas com as mudanças que a capital catarinense começava a sofrer. Estas mudanças estão bastante

conectadas à lógica dos planos diretores das décadas de 1950 e 1970 que apregoavam o desenvolvimento da cidade com grandes transformações em sua estrutura espacial através dos processos de modernização. Como já mencionado, é neste período que se iniciam as obras que iriam modificar a paisagem da cidade ao confrontar o seu ambiente natural, como os aterros da península central. Um dos principais impactos da política de consolidação e desenvolvimento da capital catarinense foi a instalação de importantes órgão públicos, como a Eletrosul e a UFSC, que impulsionaram a imigração de profissionais de outras áreas para a mesma. Consideramos que é justamente este contexto que trará à tona a necessidade de preservação da cultura "manezinha" e de seus redutos.

O patrimônio material da Freguesia do Ribeirão da Ilha é constituído, em sua maioria, por edificações do século XIX e início do XX e algumas, em pouco número, do século XVIII[22]. Elas configuravam-se de maneira bastante característica: com grandes aberturas retangulares ou em arco batido, paredes externas de larga espessura – devido à construção de pedras, conchas, areia e óleo de baleia – e divisórias internas de pau-a-pique dando espaço a alcovas; o piso em chão batido ou em largas pranchas de madeira; cobertura em telhas de capa ou de "calha" em duas ou quatro águas. A maioria das casas foi sendo modificada ao longo dos anos. As principais modificações ocorreram de forma a adequar as habitações com a realidade atual dos costumes e hábitos pessoais, alterando o espaço interno através de mudanças nas divisórias, incluindo novas áreas, novos cômodos e até novos pavimentos. Embora as transformações que mais causam inquietude são aquelas que modificam a volumetria e a fachada destas edificações, acolhendo novos materiais, novas formas e novas pinturas, muito comuns, ao casario do Ribeirão.

> "*O Ribeirão da Ilha **morre** e com ele a nossa história: o mais valioso patrimônio cultural sobre as primeiras vilas açorianas no Brasil está sem proteção oficial e por isso não param as demolições*" (Jornal de Santa Catarina, 1973 In PEREIRA, 2003: 8, grifos da autora).

> "(...) *a **morte** da região tem sido acelerada pelo processo de aculturação que vem sofrendo diariamente. A ação dos meios de comunicação sobre, especialmente, os jovens tem sido um dos elementos responsáveis por esse problema (...). Não é possível que a centenária Freguesia se transforme em mais um dormitório de Florianópolis, depois de ter um passado de liderança, prosperidade e poder político"* (Jornal de Santa Catarina, 1973 In PEREIRA, 2003: 22, grifos da autora).

[22] Esta afirmação pode ser feita a partir dos poucos estudos realizados sobre a temática. É importante ressaltar, em especial para a compreensão atual da localidade e da própria cidade, a falta de levantamentos sobre a mesma. O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o Serviço de Patrimônio Histórico do município (SEPHAN) e o próprio Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) representado por sua regional na cidade não possuem qualquer mapa ou identificação das edificações do Ribeirão da Ilha. Com relação a este último, IPHAN, cabe ressaltar que somente duas edificações foram tombadas na área e, portanto, estão cadastradas: a igreja matriz e um engenho no interior da freguesia. Na biblioteca do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, constam registros sobre trabalhos realizados por estudantes, entretanto, não foi possível localizá-los. Portanto, foi utilizada como base para este trabalho a obra *Ribeirão da Ilha: patrimônio histórico e arquitetônico* de Eliane Veras da Veiga, Joel Pacheco e Maria de Fátima Teixeira (1983) além da própria visita ao local para observação das similaridades e divergências entre as edificações.

É interessante notar que aqui é acionado o mesmo tipo de retórica utilizada nos projetos pós-modernos de revitalização, reestruturação e afins. Depois de "decretada a morte" de tão ilustre localidade, em 1985, com a aprovação da Lei Municipal do Plano Diretor dos Balneários[23], a sede da antiga Freguesia e hoje bairro do Ribeirão da Ilha foi decretada como Área de Preservação Cultural. Segundo esta legislação:

> "*Art. 104 – Nas áreas históricas APCI o remembramento e desmembramento de lotes, a construção, demolição, reforma, restauração, ampliação e pintura das edificações dependem da consulta e da anuência do Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município.*
> *Art. 105 – Imóveis situados nas Áreas Históricas serão enquadrados por ato do executivo em uma das três categorias de preservação abaixo:*
> *I – P-I – Imóvel a ser totalmente conservado, ou restaurado, tanto interna quanto externamente pelo excepcional valor Histórico, Arquitetônico, Artístico ou Cultural de toda a unidade;*
> *II – P-II – Imóvel partícipe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser parte desse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado , mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano;*
> *III – P-III – Imóvel adjacente a edificação ou conjunto arquitetônico de interesse histórico, podendo ser demolido mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas*" (PMF, 1985: 33).

Entretanto, como é de praxe no planejamento urbano, a área foi simplesmente zoneada nos mapas sem maiores implicações para o poder público (ADAMS, 2002) [24], que não sejam as de fiscalização esporádica e punição através de multas. Os moradores não conseguem acompanhar o sentido da preservação do patrimônio local, já que não fazem parte das discussões travadas por técnicos e especialistas na construção da identidade cultural florianopolitana e não possuem o apoio de órgãos públicos na restauração e manutenção das edificações. Deste modo, enquanto alguns pedem autorização ao IPUF através do SEPHAN (órgão responsável pelo patrimônio histórico, artístico e cultural do município, que faz parte do IPUF) e entram em um processo moroso, outros, evitando a burocracia, realizam as obras sem licença e são multados. Sem compreender o que significa o tombamento, aos olhos dos moradores a proteção ao patrimônio confunde-se com as atividades de fiscalização realizadas pelos funcionários públicos. Entretanto, através de subornos, favorecimentos e outras abordagens, as modificações continuaram e hoje são poucas as edificações originais. Segundo Nereu do Vale Pereira, morador e estudioso do

[23] Antes do Plano, o Código de Obras restringia o modelo de ocupação e as intervenções na ilha. Mas, como é sabido na vivência cotidiana da cidade, a lei não possuía muita eficácia e não era respeitado pela maioria dos moradores, sequer sabendo de sua existência boa parte destes.

[24] Em *Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história* (2002) Betina Adams aborda, de forma cronológica, a evolução das políticas de preservação desenvolvidas em Florianópolis que vai desde a criação do Gabinete de Leitura de Santa Catarina no século XIX até a formação do Serviço de patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Florianópolis (SEPHAN), que faz parte do IPHAN.

local, em média duas edificações históricas são derrubadas por ano enquanto dezenas de outras sofrem modificações. Nem mesmo as religiosas, tombadas pelo IPHAN, foram poupadas.

Imagens 106 e 107 - Descaracterização do Império ou Teatro do Divino Espírito Santo: construção do prolongamento aos fundos e, internamente, uma loja de artesanato.

Fonte: acervo da autora.

Como dito anteriormente, as autoridades eclesiásticas realizaram diversas reformas nas edificações que compõem a Paróquia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. Além da Igreja, o Império do Divino foi extremamente descaracterizado. Internamente, o piso de madeira foi substituído por cerâmica, foram construídos uma cozinha, dois banheiros e um piso superior que funciona como depósito. Relembrando que estas edificações são tombadas pelo IPHAN, a justificativa do clero e da comunidade era a necessidade de um espaço maior para as festividades. Hoje a comunidade conta com um salão para tais propósitos na associação de moradores, mas a diretoria da Igreja diz não possuir condições financeiras para os reparos e, em contato com os órgãos públicos, que "os técnicos estão envolvidos em trabalhos em outras localidades", desculpa que consideramos bastante improvável em face à descaracterização geral do patrimônio ilhéu[25].

É importante também ressaltar o papel dos próprios órgãos públicos em suas intervenções bastante desrespeitosas ou destruidoras do patrimônio histórico. Como exemplo, durante os preparativos para a visita do Imperador Dom Pedro II ao Ribeirão em 1845, foi realizado, pelos escravos locais, o calçamento do largo da Igreja Nossa Senhora da Lapa em estilo pé-de-moleque. O Professor Nereu do Vale Pereira, tanto em seu livro quanto em entrevista, relembra as tentativas, sem sucesso, de impedir a sua destruição quando, em 1974, a Prefeitura substituiu o calçamento pela pavimentação de lajotas. Recentemente, pontos de ônibus e lixeiras, entre outros, foram instalados de maneira a interferir na paisagem local. Estas mudanças, em busca do suposto desenvolvimento, contrastam com medidas de manutenção ou simulação de uma realidade histórica, no sentido da invenção das tradições de Hobsbawm e Ranger (2002). A Prefeitura Municipal instalou um novo modelo de iluminação pública em algumas áreas do Ribeirão em estilo de lamparina fixado às edificações. No intuito de especificar uma área

[25] Não queremos aqui fazer uma defesa de processos que "museificam" a cidade. Reconhecemos as mudanças nas dinâmicas da sociedade ribeironense. Apenas gostaríamos de ressaltar que a Igreja e seu conjunto possuem um valor inestimável para a cultura açoriana da Ilha de Santa Catarina e, até mesmo pela dificuldade de atuação dos órgãos de conservação do patrimônio histórico na cidade, a importância de sua preservação.

histórica, o poder público introduziu elementos estranhos ao contexto local: a energia elétrica somente foi instalada no Ribeirão durante a década de 1950 e nunca neste modelo acoplado às residências. Além da descaracterização das fachadas, através da perfuração das paredes de edificações de grande relevância histórica no conjunto arquitetônico ilhéu, a ação pública acabou por forjar uma situação inexistente.

Imagens 108 e 109 - Descaracterização pública: iluminação fixada na edificação e poluição visual com placas e ponto de ônibus.

Fonte: acervo da autora.

Mesmo assim, de extrema beleza e considerado um dos bastiões da tradição manezinha[26] em Florianópolis, o Ribeirão da Ilha configura atualmente um dos bairros mais procurados para o turismo cultural na cidade, embora este seja pouco expressivo em uma realidade voltada para o turismo de sol e mar de alta temporada. As edificações históricas tornam-se objeto de contemplação – e fotos – de visitantes que previamente são informados de suas características, como estilo e período de construção, entre outros. Os visitantes e o próprio marketing oficial da cidade divulgam a localidade, trazem novos visitantes e moradores. Muitas casas já existentes estão sendo compradas e outras construídas na atração pela vida pacata de cidade de interior em meio a uma capital brasileira. Entretanto, já são bem conhecidas as conseqüências de uma valorização do patrimônio como produto turístico. Segundo Choay, o turismo transforma o patrimônio em produto econômico, ou melhor, produto de consumo cultural onde "*os usuários públicos são substituídos pelo mercado privado*" (CHOAY, 2001: 221). Essa privatização, no Ribeirão, também teve a forte influência da maricultura, instalada no final do século XX com o apoio da UFSC no sentido de gerar renda para a população pesqueira que tinha baixa remuneração e competia, desproporcionalmente, com a pesca industrial (MACHADO, 2002).

[26] Rodrigo Nelson Pereira (2003) retoma a discussão, em seu estudo, sobre a identidade cultural do Ribeirão da Ilha não ser unitária e nem homogênea como dizem aqueles que clamam por uma *açorianidade*, uma vez que afrodescendentes, alemães e outros grupos, em menor número, também fazem parte de sua composição social. Concordamos com o autor ao pensar a identidade da Ilha de forma plural e cambiante ao abordarmos a cultura "manezinha" anteriormente. Entretanto, parece importante relembrar a grande relevância dos açorianos na formação da cidade e, em especial, do Ribeirão da Ilha.

Se o turismo que se expande causando a construção de novas casas na orla e a compra das já existentes por novos moradores ou veranistas resulta num processo de expulsão da população tradicional da praia para o morro, a maricultura acaba por privatizar o resto dos acessos ao mar. Por outro lado, o desenvolvimento da maricultura na localidade trouxe uma nova atratividade para o local: muitos dizem, inclusive os guias turísticos, que se formou um pólo gastronômico no Ribeirão. São muitos os pontos de venda, inclusive com tele-entrega, e restaurantes especializados em ostras.

De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo, em entrevista com sua Diretora Técnica, Marlei Borges Perdoná, o turismo começou a se expandir na localidade a partir da década de 1970 com a propagandização de seu caráter pitoresco. O principal atrativo era justamente o seu aspecto "bucólico" e a busca por um ambiente natural e sócio-espacial mais preservado. Num primeiro momento, a atividade caracterizava-se por um aspecto doméstico, já que a localidade não possuía infra-estrutura de suporte. Após os primeiros visitantes e com a popularização da cidade como um todo, a demanda turística aumentou com o fluxo de outros estados brasileiros e até mesmo do exterior nas últimas décadas. Na medida em que o processo decorreu, aumentou o número de moradores e a oferta de comércio e serviços, nos quais muitos habitantes tradicionais viriam a se empregar, como chacareiro e outros. Se, por um lado, estas transformações trouxeram renda fixa e estável aos moradores e a venda das propriedades proporcionou um recurso financeiro que trouxe melhorias imediatas à condição de vida, este "*foi, sem dúvida, um processo de transformação do trabalho livre e tradicional pelo assalariado e formal, porém não tendo o homem local o preparo para esta transformação, desenhou um quadro de agressão institucionalizada*" (sic) (PEREIRA, PEREIRA, DA SILVA NETO, 1991). Institucionalizada porque decorrente, em grande parte, do estímulo das ações dos órgãos públicos.

Imagens 110, 111 e 112 - Transformações sócio-espaciais: privatização da orla por casas de veraneio e restaurantes, ocupação subindo a encosta e conjuntos residenciais para novos moradores.

Fonte: acervo da autora.

Imagem 113 - As imagens de satélite já apontam as diversas "fazendas" de maricultura (linhas paralelas, finas e brancas ao longo do mar).

Fonte: elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth.

Deste modo, a partir das últimas décadas do século XX, a maioria da população economicamente ativa do Ribeirão tornou-se assalariada do setor terciário ou do Poder Público, muitas vezes deslocando-se para o Distrito Sede diariamente, onde também passam a realizar suas compras. As atividades tradicionais de agricultura restringiram-se de maneira substantiva sem possuir quase nenhuma relevância na renda familiar. O pouco que é produzido destina-se ao consumo local, quem sabe, em exceção, alguns produtos que são vendidos com o rótulo de *típicos* para os turistas, como a cachaça e a renda de bilro[27]. Com relação à pesca, pouco significativa atualmente, foi popularizada, com o apoio dos órgãos públicos, a idéia de acordo com a qual a maricultura veio a refazer os laços entre o ilhéu e o mar. Por outro lado, como já mencionado, a maricultura privatizou os acessos ao mar e possui pouca influência na renda do morador local que ainda precisa dedicar-se a outras atividades.

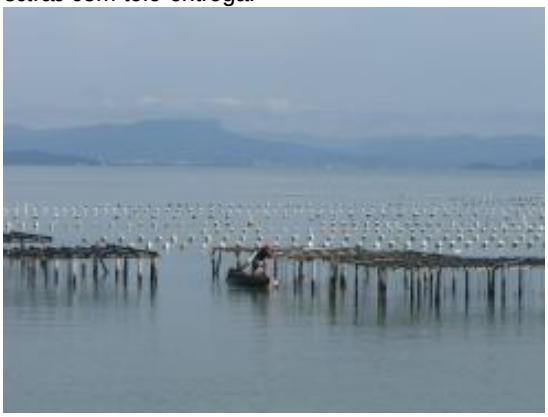
Segundo Márcia Machado (2002), que trabalha em sua tese com o Distrito do Ribeirão da Ilha, a grande maioria dos trabalhadores da maricultura informam que esta não é sua única fonte de renda, sendo apenas um complemento de, em média, um salário mínimo. A autora afirma ainda que a grande maioria não contrata outras pessoas, contando apenas com a ajuda de familiares. Também, Nereu do Vale Pereira afirma, pela vivência no local, que muitos maricultores não são da localidade e a maioria dos negócios ligados à atividade (postos de venda, bares e restaurantes) também são de propriedade de outros. Ou seja, além da privatização do mar, a criação de renda e de empregos não é tão expressiva quanto outros estudos e materiais propagandísticos querem fazer crer. A disputa por áreas de cultivo tem inclusive criado conflitos entre a comunidade[28] e, ademais, o aumento da ocupação de forma desordenada tem

[27] A renda de bilro ou de almofada é atividade bastante tradicional da Ilha de Santa Catarina, tendo suas origens no artesanato português. Os bilros são pequenas bobinas de madeira onde são presas as linhas que irão traçar a renda de acordo com o modelo marcado na almofada com alfinetes. A atividade, tradicionalmente feminina, servia como manufatura de artigos domésticos e, quando comercializada, aumentava a renda familiar. A prática está desaparecendo rapidamente, restando a que se destina à venda em áreas turísticas.

[28] Segundo Machado (2002), para a delimitação das áreas de cultivo, a EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) demarcou, entre 1989 e 1992, 32 áreas cultiváveis na Ilha de Santa Catarina, sendo 28 lotes no Distrito do Ribeirão. As associações de produtores locais ficaram encarregados de distribuir estas áreas aos maricultores. Esta metodologia tem gerado diversas polêmicas em relação ao poder dado às associações de decidir quem consegue uma área, de qual tamanho e o quanto pode produzir. Em mais uma atitude omissa do Estado, que deveria intervir no conflito sobre áreas públicas, forma-se um jogo político de privilégios e muitos passam a atuar na clandestinidade.

comprometido a qualidade ambiental das águas, pondo em risco a qualidade dos mariscos cultivados.

Imagens 114, 115 e 116 - Trabalhador nas fazendas de ostras a perder de vista e ponto de venda de ostras com tele-entrega.



Fonte: acervo da autora.

No ano de 2007, começaram as discussões sobre o novo Plano Diretor de Florianópolis. Em uma metodologia que se pretende participativa, reuniões estão sendo realizadas com a comunidade no sentido de detectar anseios e preocupações. Embora com pouca participação popular, algumas questões já são objeto de polêmica. Se, por um lado, os moradores locais reclamam dos problemas de acessibilidade ao Ribeirão da Ilha, em especial pela vias deficitárias e pela insuficiência do transporte público, por outro lado, muitos acreditam que com a melhoria destes aspectos a localidade seria muito visada, aumentando o número de visitantes e moradores e acarretando na perda de sua tranqüilidade tão característica. O aumento da população e de visitantes já é sentido por parte da população atualmente. O número crescente de edificações, muitas vezes implantadas de modo desordenado, já descaracteriza a paisagem local. A violência tem aumentado, como é possível perceber no grande número de casas com emblemas de empresas de segurança privada. E a falta de infra-estrutura, como saneamento, tem provocado problemas ainda mais sérios na localidade, que vem sofrendo com o assoreamento da baía e a poluição de suas águas.

Por fim, é importante mencionar que existe um projeto da Prefeitura Municipal, ainda não aprovado, para construção de uma nova ponte de ligação com o continente passando pela extremidade sul da ilha. Caso seja construída, a ligação com o distrito sede será feita por uma nova via a ser construída passando justamente pelo Ribeirão. Os danos às edificações históricas e ao cotidiano local serão incalculáveis com o tráfego pesado de veículos e a transformação de uma rodovia local em uma via de trânsito rápido. Outras áreas da ilha, nas quais um processo similar foi desencadeado, com a transformação de caminhos em estradas estaduais, tiveram suas edificações e usos completamente alterados, além do adensamento da ocupação (REIS, 2002).

agentes e relatos

Imagens 117 - Localização dos principais elementos organizadores do espaço.

Fonte: elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth.

Além das já mencionadas ações das instituições governamentais (IPUF, SEPHAN e IPHAN) e da atuação da diretoria da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha, alguns outros agentes importantes devem ser citados para a compreensão da realidade local. Em primeiro lugar, cabe salientar a atuação de alguns moradores da localidade e integrantes do Departamento de Sociologia da UFSC quando da percepção das mudanças que Florianópolis passava ao iniciar a segunda metade do século XX. Foi formada a Associação de Amigos Pró-Desenvolvimento do Ribeirão da Ilha que propunha a transformação da localidade em uma "área de turismo cultural" com a criação de um museu, um grupo folclórico, restaurantes, pousadas e comércio de artesanato. Com o apoio dos acadêmicos, em uma casa geminada na Freguesia, foi instalado o Museu do Ribeirão da Ilha, em 1971, com a missão de registrar o legado cultural dos imigrantes açorianos. O Professor Nereu do Vale Pereira, cujos escritos e entrevistas utilizamos neste trabalho, é um dos maiores conhecedores sobre estes assuntos, sempre consultado por líderes comunitários, por funcionários públicos e pela mídia. Sua participação nas reuniões sobre as novas intervenções na

área e sobre o novo plano diretor são sempre relevantes, mesmo que polêmicas[29]. Em entrevista à autora, Nestor do Vale Pereira, naquele momento chefe do referido Departamento da UFSC e diretor do Museu, relata que os primeiros anos de funcionamento foram extremamente difíceis: a casa, alugada, teve que ser desocupada; não havia apoio financeiro e nem da própria comunidade, que denominava o espaço de "depósito de velharias inúteis". Em 1975, o Museu foi fechado, sendo suas atividades retomadas somente em 1987 em uma residência de 1921 fora da Freguesia, na região da Costeira do Ribeirão. Agora de propriedade do Professor Nereu a instituição, passou a ser denominada Ecomuseu do Ribeirão, abrigando uma unidade de produção original – um engenho de farinha de mandioca –, uma pousada e um restaurante. Embora não tenha mais o caráter abrangente do primeiro projeto, o Ecomuseu atrai muitos turistas e interessados no Ribeirão e na cultura ilhoa.

Imagens 118 e 119 - Casa de 1922 onde funciona o Ecomuseu do Ribeirão e prédio principal da Escola Estadual Dom Jaime de Barros Câmara.

Fonte: acervo da autora.

A Escola Estadual Dom Jaime de Barros Câmara conta com 893 alunos de ensino fundamental e médio. Embora de espaço reduzido, ela desempenha um importante papel na sociabilidade local. Neste sentido, são realizadas atividades com os alunos que tentam valorizar a cultura local sem perder de vista suas necessidades e seus desejos, bastante conectados à lógica contemporânea. Durante uma disciplina de história, foi trabalhada a arquitetura do Ribeirão da Ilha que resultou em um curta-metragem. São realizadas festas tradicionais abertas para a comunidade, como o boi-de-mamão, nas quais são explicadas suas origens e sua relevância. Por outro lado, a escola não deixa de se fazer presente nas questões atuais, como a violência local que tem aumentado e orientação profissional. Segundo Rodrigo Nelson Pereira, os jovens ribeironenses não desejam continuar nos trabalhos que seus pais e avós faziam e fazem, já que consideram muito penosos e pouco remunerados. Entretanto, não têm perspectivas de ingressar em um curso superior, alegando que a escola local é muito fraca em comparação com as do

[29] O Professor Nereu do Vale Pereira possui visões bastante drásticas com relação ao futuro do Ribeirão da Ilha, alternando posições desenvolvimentistas e conservadoras. Por exemplo, durante a entrevista realizada, por diversas vezes ficou clara a defesa do turismo local enquanto, por outro lado, afirmava que na situação atual, a Freguesia não resistirá mais 15 anos, transformando-se em mais um outro bairro comum de Florianópolis.

centro de Florianópolis e que, como a UFSC é muito disputada, as instituições privadas são muito caras. Existem muitas dificuldades de abordar estes temas em uma comunidade de laços históricos muito fortes na qual os jovens vêem televisão, freqüentam *lan-houses*, conectam-se cotidianamente na internet e utilizam o centro de Florianópolis como principal espaço de lazer, em especial os *shopping-centers*. As expectativas de vida modificam-se através das gerações, acompanhando o desenvolvimento local. Contraditoriamente, embora sintam orgulho de ser manezinho, há constantemente uma desvalorização do que essa identidade pode representar. Este sentimento é bastante identificado na Associação de Moradores do Ribeirão da Ilha.

A Associação de Moradores do Ribeirão da Ilha procurou nos últimos anos, paralelamente ao trabalho da escola, desenvolver atividades que não só tratassem da atualidade local, mas também de suas raízes históricas. Promovendo cursos e festas públicas, a associação tenta atrair a atenção dos moradores que pouco freqüentam as reuniões institucionais. Durantes os debates iniciados em meados do ano de 2007 para a revisão do Plano Diretor, a participação foi muito pequena e sempre recheada de discussões acaloradas nas quais alguns defendem o desenvolvimento a qualquer custo da localidade enquanto outros dizem "eu prefiro ficar sem eletricidade a ver torres de energia no morro do Ribeirão". Na visão de Rodrigo Nelson Pereira, presidente da associação entre 2005 e 2007, ainda falta muito para esta conseguir agregar seus moradores como um todo. O espaço ainda é ocupado mais por atividades recreativas do que para o debate.

Imagem 120 - Associação Comunitária.

Fonte: acervo da autora.

Imagem 121 - Orla com espaço de lazer e mesas para jogos.

Fonte: acervo da autora.

Comentar o cotidiano do Ribeirão da Ilha significa considerar que este bairro de população pequena divide-se em áreas de características específicas, como dito anteriormente. As porções mais afastadas da Freguesia possuem uma realidade diferente da mesma ao apresentarem uma organização da ocupação e das atividades de modo local. Ao Sul, a ocupação mais rarefeita e de clara origem rural, ainda se mantém bastante preservada, embora comecem a aparecer os primeiros hotéis e casas de veraneio. A área mais ao Norte, como o Alto Ribeirão, assemelha-se a outros bairros florianopolitanos: com comércio e serviços locais concentrados na via principal (Rodovia Baldicero Filomeno) enquanto as

Imagem 122 - Rodovia Baldicero Filomeno tomada por comércios e serviços.

Fonte: acervo da autora.

residências distribuem-se a partir de pequenas ruas, às vezes servidões, perpendiculares à via principal[30]. Muitas vezes servindo apenas como acesso à Freguesia, a porção ao norte tem sofrido com a ocupação acelerada e desordenada que pode ser observada na maior parte de sua extensão, enquanto surgem os primeiros condomínios uni ou multifamiliares nas porções mais planas.

Com a aproximação à Freguesia, o número de restaurantes, bares e pontos de venda de frutos do mar aumenta. É na área que possui o conjunto arquitetônico mais preservado que a atividade turística pôde prosperar, unindo a gastronomia, a ocupação tradicional e a cultural manezinha à beleza da paisagem. Deste modo, a vida na Freguesia distingue-se entre os períodos de maior procura de turistas e visitantes, em especial nos finais de semana, feriados e verão, e o resto do calendário. Visitar o Ribeirão no meio da semana de um mês fora da alta temporada significa ver os restaurantes fechados enquanto os moradores locais vão ao trabalho, voltam da escola, limpam suas casas, jogam dominó, levam os passarinhos para passear, enfim. Já nos dias de movimento turístico, o trânsito tornar-se congestionado, o mar tomado por bateiras que buscam ostras e lanchas de visitantes, os restaurantes ficam movimentados e o casario é fotografado. Com relação a este último fato, muitos moradores reclamam que sua privacidade é invadida por olhos curiosos que adentram as residências e a poluição sonora que impede o sono tranqüilo.

Imagem 123 e 124 - Espaços de convívio social.

Fonte: acervo da autora.

As transformações afetam também os traços de sociabilidade local, como os compadrios (derivados de batismo) que, cultivados como valor social, conferiam status e hoje perdem a importância. Em uma comunidade de laços muito fortes baseados na proximidade e em costumes seculares, o mesmo processo que traz melhorias na condição de vida da

[30] Este modelo de ocupação, denominado *Espinha de Peixe* (REIS, 2002), já foi descrito anteriormente ao ser abordada a evolução das freguesias em Florianópolis.

população – como instalação de energia elétrica, telefone e a melhoria dos transportes, entre outros – pode trazer mudanças muito mais profundas. Um relato bastante interessante é aquele com relação aos nascimentos na comunidade:

> "*Os nascimentos são (...) festivos e alegres. Dona Palmira, a última parteira da comunidade, e, que já não atua mais pois está com idade avançada, comenta que era a anunciante primeira do nascimento aos parentes que aguardavam na sala ou na cozinha o andamento dos 'trabalhos do parto'. 'Nasceu um rapaz macho ou uma menina fêmea, gordinho e bonitinho tem a cara do pai ou a cara da mãe' anunciava. 'Vou acabar o serviço e daqui a pouco todo mundo pode ir olhar a criança'. A festa começa, e, naturalmente roda não só o café como também a 'pinga'. Depois a mãe manda um dos filhos, ou parente mais próximo, correr de casa em casa anunciando – 'a mamãe manda avisar que nasceu um rapaz macho a sua disposição'. Com as visitas sempre deve vir um presentinho. É uma pena verificar que para casais jovens esta poesia esteja terminando rapidamente, e, mesmo porque os nascimentos não ocorrem mais em casa, porém nas maternidades de Florianópolis*" (PEREIRA, PEREIRA, SILVA NETO, 1991: 123).

Os corais, bailes, carnavais com Zé Pereira[31], entrudos[32] e banhos à fantasia também estão deixando de existir. Traço muito importante para a compreensão do cotidiano no Ribeirão é a religiosidade e as festividades religiosas. Parte sagrada e outra profana, as festas sempre tiveram um papel de organização social: marcam o calendário anual, promovem encontros e namoros, são espaços políticos e palcos para discursos, ainda, valorizam e difundem a cultura local.

As modificações que a localidade passa tem afetado este aspecto da sociabilidade de maneira extremamente intensa. Embora as festas continuem ocorrendo, como Nereu do Vale Pereira conta em entrevista, a participação popular diminuiu muito. Segundo o estudioso, a Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada no dia quatro de outubro, atraía mais de três mil pessoas há cinco anos atrás; neste ano aproximadamente quinhentas pessoas participaram do evento. A Igreja Católica vem perdendo sua força com a introdução de novos cultos, como o espiritismo e as igrejas evangélicas. Por outro lado, os visitantes transformam as festas em eventos turísticos e a quantidade de rostos desconhecidos tornam a confraternização difusa. O sentimento de atraso permanece entre os moradores e a necessidade de modernização é ouvida nas reuniões da Associação Comunitária e naquelas do novo Plano Diretor. Rodrigo Nelson Pereira, em entrevista, é claro ao afirmar que os traços de solidariedade comunitária têm sido alterados, dando origem ao individualismo e à lógica privatizante. Em um movimento contraditório, o que era público torna-se privado e vice-versa. Deste modo, ao mesmo tempo em que a composição social altera-se, com a vinda de novos moradores e visitantes e a saída dos locais; enquanto a população tradicional perde seus costumes, a identidade do Ribeirão modifica-se.

[31] O Zé Pereira anuncia o carnaval do Ribeirão todos os sábados por um mês antes do início das festividades com um cortejo de rua animado pela Banda do Zé Pereira, formada por moradores locais.

[32] Com raízes na Europa medieval, o entrudo é uma brincadeira, também do período do carnaval, no qual as pessoas fantasiam-se para pregar sustos e jogam água, ou outros líquidos, umas nas outras.

Gostaríamos de deixar claro que estas transformações não são necessariamente negativas. As identidades culturais, como dito anteriormente, não são padrões estáticos. A preocupação deste trabalho é com a falta de condições de integração desta população e com os padrões danosos à configuração sócio-espacial. As transformações espaciais refletem as sociais: o crescimento da ocupação de forma desordenada e a expansão da atividade turística sem planejamento. A popularização da localidade atraiu os turistas que a procuram nos finais de semana ou para temporadas. Estão tornando-se cada vez mais comuns, a partir deste processo que se intensifica aproximadamente há duas décadas, as casas de temporada e veraneio. Os moradores salientam os lados positivos da presença de turistas e novos moradores, citando a movimentação e a alegria, assim como, os benefícios comerciais. Ao mesmo tempo, ao reconhecer o patrimônio cultural existente na localidade como atrativo da atividade turística, não reconhecem o significado de suas ações contra o mesmo.

Os moradores acreditam que a legislação relativa ao patrimônio histórico do Ribeirão restringe a sua autonomia. Ou seja, a delimitação da sede da Freguesia como Área de Preservação Cultural através do Plano Diretor dos Balneários de 1985 vai de encontro ao seu direito de propriedade sobre a edificação, como demonstra a entrevista realizada por Rodrigo Nelson Pereira com o morador do Ribeirão Alécio Heindenreich:

> "*Olha, quando a gente quer fazer alguma coisa na casa não pode. Não sei se isso é proteção ou se é castigo (...). Se a gente mexer recebe uma multa logo de cara. É embargado. Vem um fiscal aqui e embarga primeiro, depois então, vem uma multa, porque a gente faz sem autorização.*" (sic) (Entrevista com Alécio Heindenreich *In* PEREIRA, 2003: 43).

O morador que obteve uma pena pecuniária (multa) ao construir uma área de serviço e uma garagem nos fundos do seu terreno continua:

> "*Acho que é justo, eu deveria ter pedido. Mas se eu pedisse, ele não deixariam eu fazer. Então a gente faz, paga a multa, mas faz. (...) Porque se for fazer na burocracia... Olha eu estou a cinco meses na prefeitura, pedindo autorização para consertar isso aqui. Vou começar e ainda não ficou pronto o negócio. E está tudo em firma, (...). Mas era para ser rápido né. Mas não é.*" (sic) (Entrevista com Alécio Heindenreich *In* PEREIRA, 2003: 44).

Mesmo que alguns moradores mostrem-se dispostos a restauração e a manutenção de suas edificações, a falta de apoio técnico ou recursos financeiros acaba por transformar a edificação em um "elefante branco".

> "*Por dentro até não tem importância, mas a fachada você tem que conservar. E para começar ela é tombada, então é bom a gente preservar sempre aquilo, conservar sempre aquela tradição, aquele patrimônio, conservar muito, né. Sempre naquele mesmo estilo (...). Porque quando a gente vai arrumar, se fizer alguma coisa diferente na casa, eles embargam, entendesse? Principalmente essas daqui da frente. Eles embargam tudo e até dão multa.*" (sic) (Entrevista com Anita Moreira *In* PEREIRA, 2003: 45).

Esta sensação não é restrita ao Ribeirão da Ilha, já que em Florianópolis criou-se a mentalidade de que possuir um bem tombado ou em área de preservação somente traz estorvos, causando, em conseqüência, a desvalorização do patrimônio edificado a ponto de serem cometidas ações criminosas, como provocar incêndios para revogar as limitações impostas[33]. Através do surgimento de novos produtos e elementos construtivos, muitas vezes mais baratos, e as necessidades de conforto contemporâneas, as novidades atraem os moradores que passam a desprezar o estilo existente. Assim, o "novo" substitui o "velho" conformando, pela população local, uma desvalorização não somente material, mas principalmente imaterial: simbólica.

Imagem 125, 126, 127 e 128 - Diversos tipos de modificações na mesma edificação: cores, luminária, novas aberturas e novos elementos, como muro e expansão.

Fonte: acervo da autora.

Como dito anteriormente, a questão que se impõe aqui não são as alterações nas formas tradicionais de vida que, por diversas vezes, podem vir a melhorar o cotidiano desta população. Mas, sim as dificuldades advindas daquelas transformações pela falta de condições adequadas à integração da comunidade a uma nova realidade, caso tanto do patrimônio histórico, quanto dos empregos a partir do declínio da pesca artesanal e da venda de moradias.

Ao caminhar pelas ruas do Ribeirão da Ilha certamente o que se destaca primeiro é o padrão de ocupação e a arquitetura tradicional. A valorização destes aspectos através do turismo, da mídia e das intervenções (mesmo que no papel) dos órgãos públicos tornou-se algo confuso para os moradores locais: os espaços que antes atendiam às suas necessidades mais objetivas – como moradia e comércio, entre outros – passaram a adquirir um novo valor: tornaram-se simbólicos para Florianópolis como um todo. Deste modo, o esclarecimento e o diálogo com a população local são de extrema importância como política de preservação do patrimônio cultural do Ribeirão da Ilha.

[33] Acreditamos, tendo como base os estudos que abordam a temática, que esta atitude com relação ao patrimônio histórico edificado também não esteja restrita à Florianópolis e que abarca boa parte da realidade brasileira. Entretanto, o assunto foge ao escopo deste trabalho.

Mais importante ainda é o apoio material inicial a esta localidade e ações a longo prazo de maneira a torná-la auto-sustentável, afinal: “as cidades antigas não podem ser colocadas numa redoma, como Viollet-le-duc dizia” (CHOAY: 2001, 192-193).

Imagem 129, 130 e 131 - Mais exemplos de descaracterizações das edificações históricas no Ribeirão da Ilha, de iniciativa tanto pública quanto privada.

Fonte: acervo da autora.

4.2.2. Jurerê Internacional

Imagem 132 – Propaganda da "exclusividade" de Jurerê Internacional.

Fonte: acervo da autora.

Jurerê Internacional é um marco para Florianópolis utilizado na cronologia do histórico da cidade por se tratar do primeiro balneário planejado pela iniciativa privada no município e de capital externo ao mesmo. Entretanto, a questão de maior relevância para este trabalho é o fortalecimento da imagem do empreendimento como representação da Florianópolis pós-moderna, abarcando as características comumente atribuídas à cidade, como a segurança e a qualidade de vida, a beleza ambiental, o alto poderio econômico de sua população e a oferta de comércio e serviços qualificados. Tentaremos aqui demonstrar que estes mitos mascaram as contradições sócio-ambientais inerentes ao residencial, apontadas por diversos autores e que estão em parte sendo investigadas atualmente por uma Operação da Polícia Federal. E assemelhando-se ao conceito de "Disneydades" de Sharon Zukin (2003), o espaço dedicado ao lazer e ao consumo, material e imaterial, fabrica imagens de harmonia e simplifica a identidade urbana, tornando a cidade esvaziada de conteúdo social. Este aspecto é visível no cotidiano do local que foge da diversidade que é intrínseca a própria modernidade[34].

[34] Do mesmo modo que consideramos que a pós-modernidade gera espaços simbólicos, embora de uma nova origem e com novas características, gostaríamos de lançar a pergunta para reflexão futura: será que estes símbolos também não promovem um novo modelo de urbanidade?

um modelo inédito[35]

Imagens 133 e 134: Localização de Jurerê Internacional em relação ao Distrito Sede e bairros vizinhos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth.

A formação de Jurerê Internacional está intimamente ligada ao desenvolvimento do turismo em Florianópolis. A atividade turística, muito pouco expressiva na cidade até a década de 1970, teve dois fatores para o seu crescimento vertiginoso posterior: a abertura e o asfaltamento da BR-101, que liga a cidade às rodovias nacionais, e a migração de um grande número de trabalhadores da classe média quando da consolidação da ilha como capital do Estado, sede de órgãos estatais, e com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina. Entretanto, o fator mais importante foi a integração do interior da ilha ao centro da cidade através da construção das ligações rodoviárias sobre os antigos caminhos coloniais, as estradas-gerais (REIS, 2002). Na década 60, construiu-se a SC 401, ligando o distrito sede a Canasvieiras, juntamente com as rodovias SC 402, 403, 404, para Jurerê, Ingleses e Lagoa da Conceição, respectivamente, e expandindo as áreas de balneários. Num primeiro momento, são os próprios moradores de Florianópolis que constroem residências para o veraneio, produzindo o que Macedo e Pellegrino (1996) denominaram de cidade "milikilométrica". Este tipo de ocupação, extensiva e de baixa densidade, ainda configura a maior parte dos balneários da ilha.

A década de 80 consolidou a atividade turística na ilha, tornando Florianópolis um dos pontos mais procurados por turistas no Brasil. Seus principais atrativos são: as características ambientais e a riqueza da paisagem; os traços culturais e a forma de ocupação dispersa no território; a sua posição geográfica, no centro de uma área extremamente dinâmica do território brasileiro e as ligações com outros países do cone sul; o clima, mais ameno, o que também pode ser um

[35] Parte desta pesquisa foi apresentada em *Comunidades Planejadas: utopia e planejamento urbano*, trabalho final apresentado pela autora para a disciplina *AUP 5869 – Avaliação dos Grandes Projetos Urbanos: crítica da Prática Recente*, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Nobre. Outra versão deste mesmo trabalho, atualizada e revisada, foi apresentada na *13th Internacional Planning History Society Conference* em Chicago-EUA durante o período de 11 a 13 de julho de 2008.

limitante pelas mudanças climáticas ocasionadas pela influência de massas polares; e a qualidade de vida da cidade.

Se até então a atividade turística dependeu de capitais locais ou no máximo regionais, esta situação muda com o investimento intensivo a partir de agentes externos. É durante o início da década de 1990 que se adota um novo padrão de exploração da ilha, combinando a influência das elites locais com os interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros e com vistas à atração de uma clientela de alta renda. Esses grandes empreendimentos urbano-turísticos diferem-se das formas anteriores de crescimento dos balneários pelo planejamento e execução em bloco do parcelamento e da infra-estrutura, anteriormente progressivos. A principal estrada de conexão com os balneários ao norte da ilha (SC 401) é duplicada. O aeroporto Hercílio Luz foi elevado à categoria de internacional, com vôos para Montevidéu e Buenos Aires que duram menos de uma hora e meia. Ouriques (1998) atenta para o intenso processo de mercantilização da terra, com um *boom* imobiliário em certos balneários. Florianópolis é propagandeada nos meios de comunicação de massa. Começam a surgir hotéis, condomínios exclusivos e loteamentos de luxo, nos moldes de complexos turísticos luxuosos (REIS, 2002). É em meio a este processo que surge o empreendimento Jurerê Internacional.

A área, distante do centro 25 km e pertencente ao distrito de Canasvieiras, era anteriormente um campo comunal[36] e foi cedida como ressarcimento a um habitante de Florianópolis pela expropriação de suas terras próximas à cabeceira da ponte Hercílio Luz, quando de sua construção. Posteriormente, este habitante veio a ser o motorista de Aderbal Ramos[37], ex-governador do estado de Santa Catarina, a quem vendeu suas terras. Foi a própria família Ramos em um consórcio que loteou a primeira gleba, Jurerê Nacional. Mas, durante a década de 1970, o restante foi vendido ao grupo gaúcho Habitasul (SANTOS, 1993). Em 1978, começaram as negociações para a aquisição da gleba de terras. A administração pública passava a estimular o turismo e, principalmente, a realizar obras de infra-estrutura urbana para o desenvolvimento desta atividade no sentido norte da ilha.

[36] Como dito anteriormente, os campos comunais estão ligados ao modelo de ocupação derivado da migração açoriana para o interior da Ilha de Santa Catarina a partir de 1748. Destinadas ao uso coletivo, esses espaços eram um suplemento da propriedade privada. Serviam para a pastagem do gado, corte de lenha, fontes de água e caminhos, entre outros. Era também nas áreas comunais que realizam diversas festas populares, como a polêmica farra do boi. Para mais explicações, ver o capítulo 1.

[37] O desenvolvimento da cidade de Florianópolis, como demonstra SUGAI (1994) é sempre marcado pela atuação privada de agentes públicos. Sobre a família Ramos, por exemplo, que governou o Estado por quase trinta anos alternando com a prefeitura municipal, entre outros cargos, trocou os latifúndios do planalto pelos latifúndios do litoral e esteve envolvida com duas áreas balneárias extremamente valorizadas: o empreendimento Jurerê Internacional, estudado neste trabalho, e a Praia Brava. No último caso, Celso Ramos adquiriu os terrenos dessa praia inacessível durante a década de 1970 para, durante a década de 1980, construir uma estrada de ligação que possibilitou a sua valorização e ocupação, praticamente total atualmente.

Orçado em 30 milhões de dólares, Jurerê Internacional foi planejado com o objetivo de se transformar em uma área de alto padrão, com ocupação organizada, oferta de serviços privativos, construção de hotéis e clubes. Jurerê Internacional foi construído visando "*transformar a praia de Jurerê na principal opção de lazer da região sul, atraindo uma demanda turística qualificada ao longo do eixo Rio – São Paulo – Montevidéu – Buenos Aires*" (FERREIRA, 1992: 150). Contando atualmente com aproximadamente 4.000 moradores permanentes, esta população triplica nos meses de verão, segundo o grupo empreendedor. A procura atual de habitação por migrantes de outras cidades do país e do mundo advém dos altos índices de qualidade de vida (IDH e IDS) que Florianópolis tem alcançado no final da década de 1990[38]. Com um processo de urbanização bastante distintivo dos outros balneários da ilha, foi considerado pelo Instituto de Planejamento Urbanos de Florianópolis (IPUF) como o primeiro balneário de urbanização planejada de Santa Catarina.

Imagens 135, 136 e 137 - Rua dos Búzios, Caminho dos Namorados e caminhos internos.

Fonte: acervo da autora.

Com o objetivo de abrigar 30.000 pessoas durante a alta temporada, a área de 550 hectares foi planejada para ser construída em etapas, em um processo claro de especulação (SINGER, 1976), como será demonstrado. Segundo César Refosco, arquiteto do Habitasul, serão, no total, aproximadamente 3.770 unidades habitacionais, sendo 2.050 residenciais (mais de mil e duzentos já ocupadas) e 1.720 multifamiliares (1.120 já construídas). Atualmente, já estão implantados 45% do projeto. O sistema de circulação conta com uma hierarquia viária dividida em ruas para automóveis (quatro acessos principais do empreendimento; a via de distribuição da circulação interna – Rua dos Búzios –; ruas locais e acessos à orla) e alamedas de pedestres, inclusive uma margeando a praia, o Caminho dos Namorados. Jurerê Internacional conta dois hotéis (Jurerê Beach Village e Jurerê Praia Hotel), um shopping center com cerca de 60 lojas (Open Shopping), restaurantes (a orla gastronômica, lanchonetes e postos de praia), um centro esportivo (Jurerê

[38] Contraditoriamente, os altos índices de desenvolvimento de Florianópolis têm se refletido na desqualificação do centro enquanto local de moradia para o privilegiamento dos balneários, como Lagoa da Conceição, Campeche, Santo Antônio de Lisboa e o próprio Jurerê Internacional. É interessante, também, notar que é exatamente nesse sentido, norte e leste da ilha que se concentraram os investimentos das últimas décadas em função, principalmente, da atividade turística.

Imagem 138 - *Beach Village*.

Imagem 139 - *Open Shopping*.

Imagem 140 - Posto da Polícia Militar.

Imagem 141 - Central de Segurança do residencial.

Fonte: acervo da autora.

Sport Center), e infra-estrutura balneária na orla, como equipamentos de ginástica, chuveiros públicos, entre outros. A estrutura, inclusive administrativa, é comparada a de uma pequena cidade. Um dos órgãos mais interessantes é o de controle da segurança. O Conselho de Segurança Interativa (Conseg), pertencente à Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional (AJIN), foi instalado como uma parceria entre as polícias civil e militar e segurança privada. O posto principal está localizado na entrada do loteamento, entretanto rondas são feitas constantemente e cada residência possui um alarme com sensor ligado à central de vigilância. As ruas são monitoradas por câmeras e qualquer atividade suspeita ou pessoa "indesejada" é combatida. E seus reais propósitos podem ser questionados como o próprio Conseg demonstra; "*A proteção desestimula a ação dos criminosos que podem buscar outro alvo não protegido*" (folheto distribuído pelo Conseg em WOLFF, 2004). Portanto, a segurança de um, neste caso, representa a insegurança do outro, além de significar a tal "liberdade vigiada" dentro de seus limites[39].

O sobrenome internacional surgiu para diferenciar o novo empreendimento do anterior, feito por empresários e políticos locais, inclusive o próprio Aderbal Ramos. O Grupo Habitasul, por considerar que, se além da infra-estrutura exigida pela lei municipal estava prevista a instalação de equipamentos urbanos e de lazer, o empreendimento poderia ser equiparado a famosas praias mundiais, como as localizadas em Miami (EUA) ou no Mediterrâneo (Europa). Portanto, esta seria uma urbanização "internacional" e esse sobrenome serviria, portanto, para diferenciar o "estilo de vida com padrão de primeiro mundo". Hoje, embora os dois empreendimentos sejam considerados um bairro só, Jurerê, a primeira intervenção é conhecida como "Jurerê Nacional" ou "Jurerê Tradicional".

[39] É, provavelmente, em função desta "liberdade vigiada" que a maior parte das casas não apresenta grades, o que certamente valoriza o local em função da sensação de segurança que passa aos moradores e visitantes.

Para a primeira valorização do local, o grupo comprou duzentos lotes próximos à área residencial para implantação de serviços de apoio, como farmácia e mini-mercado, e para a instalação de um hotel. O objetivo do hotel é justamente para a atração de turistas para o local que podem vir a ser novos moradores e investidores do empreendimento. O hotel também representou o primeiro contato comercial firmado com operadoras internacionais de turismo, em especial argentinas e uruguaias, com destino ao Sul do Brasil[40]. O Sol e Mar Bangalôs, hoje reformado e chamado de Jurerê Praia Hotel, foi inaugurado em dezembro de 1980 e marcou a presença do Habitasul como investidora permanente no projeto. Todas as áreas destinadas ao comércio e serviços são de propriedade do grupo que negocia contratos de utilização do espaço. Entretanto, são de gestão direta os hotéis e diversos estabelecimentos. Em 2002, a empresa também inaugurou o Pátio Jurerê, em continuidade com o calçadão do Jurerê Open Shopping. O Pátio possui uma loja, pertencente ao grupo, com produtos da grife Jurerê Internacional, como vestuário e objetos decorativos. Mas, a principal atração são as edificações de promoção dos novos investimentos, como uma imobiliária à serviço do Habitasul.

Imagem 142 - Pátio Jurerê.

Fonte: acervo da autora.

O Grupo Habitasul diz, em seu site, que sua missão é criar e desenvolver comunidades planejadas a partir da Gestão Compartilhada e Permanente do Empreendedor. Ademais, o grupo procura "*Anunciar e instituir na comunidade um calendário de atividades, eventos geradores de auto-estima comunitária, de renda, a fim de valorizar a região e destacar seus valores e culturas locais*"[41], o que será discutido ao longo deste trabalho. Com atividades geridas constantemente pelo empreendedor, este pode manter as metas idealizadas quando da projeção da comunidade e monitorar as mudanças da mesma. A presença do grupo é extremamente forte e marcada pelos investimentos e gestão da urbanização, mas, principalmente, através de sua atuação na associação de moradores.

Criada em 1986, a Associação dos Proprietários e Moradores de Jurerê Internacional (AJIN) sofreu uma cisão durante o mesmo ano. Os moradores do local pediam um novo modelo de congregação e a independência do Grupo Habitasul, já que este absorvia mais votos do que qualquer parcela participante. Entretanto, perdendo a força ao longo dos anos, a associação paralela não existe mais e foi formada a Associação de Jurerê Internacional (AJIN) em 2000 que

[40] A atração de turistas do Conesul já era um dos objetivos da administração pública catarinense e da prefeitura de Florianópolis. Ao mesmo tempo em que o próprio local permitiu esse contato, devido às belezas naturais e à proximidade com esses países, entre outros, a divulgação de empreendimentos privados também incrementou a vinda de turistas, não só desses países, mas como de outros estados brasileiros.

[41] Informação disponível no site do empreendedor Habitasul (www.habitasul.com.br).

continua a possuir a maioria de membros representantes do grupo[42]. É a AJIN que controla quem entra e sai do empreendimento, quais serão os investimentos futuros, as propagandas feitas e, inclusive, criou um manual de condutas para quem freqüenta o local. Entretanto a força e o controle do Habitasul são tamanhos que todos os projetos arquitetônicos devem ser aprovados não só pela prefeitura, mas também pela mesma. A justificativa é a manutenção da "qualidade" das edificações.

Imagens 145 e 146 - Residências mais antigas de Jurerê.

Fonte: acervo da autora.

O estilo arquitetônico das edificações pode ser classificado em dois tipos: um primeiro modelo remete-se ao início do empreendimento e, o outro, a partir da década de 1990 com a valorização (material e simbólica) de Florianópolis e do próprio local. As primeiras seguem um padrão de classe média/alta com estrutura em concreto armado e alvenaria, muitas vezes aparente. Entretanto, existem em menor número e são, literalmente, ofuscadas pelas mais recentes. Estas últimas se ligam a uma inflexão dada ao desenvolvimento de Jurerê Internacional a partir da contratação da empresa estadunidense Edward Durell Stone Architects (EDSA) para a elaboração de um plano de urbanização e paisagismo para a área[43]. Este plano marca uma mudança de estratégia: de balneário turístico para um balneário turístico elitizado que possui serviços e infra-estrutura de um bairro independente[44]. Portanto, a área passa de caráter turístico para se tornar também um bairro da cidade. Foram construídas novas habitações pelo Grupo Habitasul com o intuito de impor uma nova tipologia habitacional e de novas infra-estruturas, como o sistema de saneamento, que valorizaram ainda mais o empreendimento. O novo estilo adotado é bastante conectado com a origem da empresa idealizadora do plano, Fort Lauderdale na Flórida. Também podemos inseri-lo dentro das prerrogativas do *New Urbanism* de

[42] No entanto, é importante ressaltar as diversas disputas que a AJIN e o Habitasul têm travado nos últimos anos, criando um ambiente menos harmonioso do que as aparências. Estas questões serão discutidas na seqüência do trabalho.

[43] A empresa norte-americana conta com outros trabalhos conhecidos no Brasil, como a complexo turístico-hoteleiro Costa do Sauípe, na Bahia.

[44] Um demonstração dessa mudança de caráter é a instalação de escolas tradicionais de Florianópolis no empreendimento, como o Colégio Coração de Jesus, hoje Colégio Energia.

Imagens 147, 148, 149 e 150 - Residências predominantes: estilo importado.

Fonte: acervo da autora.

projeto com a imitação de áreas tradicionais, explicitadas anteriormente. Ademais, a adoção deste modelo é bastante discutível com relação às metas de valorização da cultura local e à afirmação de Hélio Chevarria, diretor adjunto do Habitasul de que o "*diferencial de um empreendimento imobiliário hoje é a integração dele com a história e o meio ambiente do local. Jurerê Internacional já foi criado com esta visão*" (WOLFF, 2004: 41).

Entretanto, o objetivo de mudança de padrão de ocupação foi um sucesso. Jurerê Internacional passa a ser considerado uma alternativa residencial na ilha. Segundo o levantamento feito pela Lupi & Associados e citado por Wolff (2004: 41), a população estimada para a temporada de 2000/2001 foi de 79,4% veranistas e 20,6% moradores permanentes. O setor de planejamento do Grupo Habitasul estima hoje que das unidades residenciais construídas, casas e apartamentos, 39% possuem moradores fixos. Como diz REIS (2002: 229) a respeito de um outro balneário em Florianópolis, "*atividades de serviços e atividades turísticas, núcleo urbano original e balneário, praia e cidade se fundem num todo único*". No caso de Jurerê Internacional, foi importantíssima a valorização de um modelo de qualidade de vida com uma relação mais estreita com a natureza e o processo suburbanização das elites em condomínios residenciais muitas vezes fora mesmo da cidade onde se realiza a maior parte das suas atividades. São vários os relatos de um novo tipo de movimento pendular que extrapola as divisas estaduais, sendo o local de residência de famílias em que os pais trabalham em centros maiores, como São Paulo ou Porto Alegre.

Em termos comerciais, o empreendimento também pode ser considerado um sucesso (empresarial). As últimas etapas tiveram uma valorização de mais de 100% em apenas um ano. No caso do Amoraeville, etapa lançada em novembro de 2002 e atualmente na finalização das

obras, inicialmente foi estimado R$400,00 por metro quadrado de terreno, mas em um mês alcançou R$556,30 por metro quadrado. Ou seja, uma valorização de mais de 39% ao mês. Em outros casos, os lotes próximos à praia chegam a 1.200,00/m^2 e as residências já são avaliadas em milhões e em dólares.

O empreendimento já conquistou diversos prêmios relacionados a contextos diversos, como o de melhor marketing, de respeito ao meio ambiente e de melhor conselho de segurança instalado em um empreendimento. Diversos são seus defensores, como Wolff (2004) e Santos (1993). A primeira chega ao ponto de defender a água abastecida no local da seguinte maneira: "*a principal resistência dos moradores em relação à água é justamente o que ela tem de bom: cálcio e magnésio fazem muito bem à saúde. A composição química natural da água de Jurerê Internacional ajuda na prevenção de doenças das articulações (artrite e osteoporose) provocadas pela falta de cálcio*" (WOLFF, 2004: 56). Entretanto, o local gerou diversas polêmicas, já que ainda há muitas controvérsias sobre os seus resultados.

Embora um de seus maiores motes seja o da preservação ambiental, há inúmeros estudos que comprovam o contrário e relatos que demonstram a pressão para a aprovação do projeto, mesmo com as irregularidades ambientais. O estudo de Ferreira é um exemplo disso:

> "*O desmatamento, a construção de rodovias, o aterro de áreas alagadas, a construção de canais e a poluição do esgoto sanitário produzido pelo balneário e lançado sem tratamento nos rios e praias da região evidenciam um processo de degradação que compromete as condições de vida da fauna e flora nativas*" (FERREIRA, 1992: 152)

Embora não se possa mais manter a afirmação sobre o esgoto sanitário, já que foi construída uma estação no local (ainda não bem analisada), as outras afirmações são verdadeiras atualmente. Não foi mantida a margem legal de 33 metros de marina, o rio que margeava a orla não foi preservado, há um mangue ao lado, a restinga foi destruída e a área foi terraplanada. A malha geométrica regular das quadras e do sistema viário impôs o fim dos marcos naturais do terreno. A reprodução de um estilo arquitetônico importado (um mistura do neoclássico e do que é chamado por alguns de estilo americano), o padrão construtivo ostentador com alta taxa de ocupação dos terrenos, e modelo de urbanização adotado causaram o desperdício dos recursos naturais (FERREIRA, 1992).

Embora o discurso seja o de desenvolvimento sustentável, desde a preocupação e valorização do meio ambiente a partir da década de 1970, as ações são bastante discutíveis. O site do empreendimento, administrado pelo Grupo Habitasul, fala sobre a parceria com o projeto Associação dos Amigos de Carijós, referindo-se à reserva ambiental marginal ao local. E, embora existam visitas de turistas e de alunos da rede pública, elas estão mais ligadas à iniciativa da administração local do que ao empreendimento. Quando da construção de Jurerê Internacional, existia a projeção de mais uma etapa bastante próxima à reserva ambiental e a instalação de

Imagem 151 - Reserva Ecológica Carijós.

Imagem 152 - Restinga de Jurerê.

Imagens 153 e 154 - Forte da Ponta Grossa e ocupação próxima.

Fonte: acervo da autora.

uma marina no mangue de Ratones, esta última barrada pelo Ministério Público, embora o Habitasul clame que decidiu pela preservação do ecossistema. Prevê-se, ainda, a instalação de um campo de *golf* (atualmente embargado por motivos ambientais) e a construção de infra-estrutura para a recepção de transatlânticos, que já começam a atracar em Florianópolis. Para Jurerê Internacional, estão projetadas a instalação de uma alfândega e um complexo turístico com lojas, serviços e hotéis.

Durante a implantação do loteamento também foram descobertos sítios arqueológicos que foram tombados e hoje são monitorados pela Universidade Federal de Santa Catarina. Ademais, o maior patrimônio histórico e cultural da região é o Forte da Ponta Grossa localizado na encosta oeste e que vem sofrendo os impactos do turismo, como a ocupação irregular do solo no entorno, devido à valorização do local que gerou uma urbanização desordenada. Embora seja baseado na sazonalidade, o veraneio durante os dois principais meses do verão, os impactos do turismo perduram durante o ano inteiro. Além do esgotamento dos ecossistemas insulares, com efeitos danosos à fauna e à flora natural da ilha, os efeitos também são sócio-culturais. A área, pertencente ao distrito de Canasvieiras, ainda possui traços de sua ocupação tradicional, descentes de açorianos e pescadores, localizados nas encostas, próximo ao forte e em áreas próximas à rodovia SC 403. E, como já é sabido, o turismo de massa possui um efeito devastador em culturas tradicionais. Embora se justifique que todos os moradores do local podem usufruir do turismo e das infra-estruturas instaladas, esse fato não se verifica na realidade. O projeto não alterou o quadro de carências da comunidade original da área. Não obstante, ainda agravaram alguns.

Entre os problemas mais destacados estão os econômicos, em especial com o aumento do custo de vida durante a alta temporada e o desemprego na baixa temporada. A comunidade do local

foi atingida, trocando suas terras e seus empregos nas atividades tradicionais para integrar-se à atividade turística. Entretanto, os empregos gerados pelo empreendimento não diferem tanto de outras partes da ilha ligadas ao turismo: mal-remunerado, desqualificado e sazonal.

Ainda, o turismo de alto padrão forma verdadeiros enclaves no território que privatizam a natureza, segregam o espaço e descaracterizam a cultura e a paisagem local, como é o caso de Jurerê Internacional. Francisco Ferreira (1992: 89) reconhece bem que o objetivo é de "*atender uma demanda de consumo privado de camada média e alta, sem alterar significativamente o quadro de carências das comunidades ali sediadas e sem valorizar um aproveitamento mais racional dos recursos locais*". Ouriques (1998), como dito anteriormente, elucida que quase 50% de sua amostragem, formada por moradores de Florianópolis, acredita que existam locais da ilha que são destinados exclusivamente aos turistas e que se sentem constrangidos, discriminados ou mesmo proibidos de freqüentá-los. Vários moradores do entorno de Jurerê Internacional também percebem a privatização da área, a restrição do uso dos serviços, além do constrangimento e efeitos negativos no meio-ambiente (FERREIRA, 2005). Portanto, os problemas da população do entorno também se refere à infra-estrutura básica, como a inacessibilidade à coleta de lixo e ao sistema de esgoto, que somente se ligam ao empreendimento; a falta de água durante a alta temporada, devido à sobrecarga do sistema; e o sistema de transportes ineficiente, afinal, quem mora ou freqüenta o empreendimento possui automóvel e não depende de um sistema coletivo de transportes.

No mais, Jurerê Internacional acabou tornando-se, a partir de interesses públicos e privados, um dos novos símbolos da cidade. Em uma área que se valoriza exponencialmente, com a provisão de comércio e serviços, um padrão de ocupação que chega o mais próximo possível de Miami e a atração de turistas com renda alta, o empreendimento tornou-se um dos cartões postais da cidade. Hoje é uma das praias mais visitadas de Florianópolis e considerada um modelo para tantas outras, inclusive para o projeto da nova etapa da *Riviera de São Lourenço*, no estado de São Paulo. Entretanto, alguns problemas já começam a aflorar, como o dos novos investimentos do Habitasul na área, por exemplo o residencial *Il Campanário*, que estão sendo averiguados pela Operação Moeda Verde da Polícia Federal que investiga a compra de licenças ambientais[45]. Quando Jurerê

Imagem 155 - *Il Campanário*.

Fonte: acervo da autora.

[45] A Operação Moeda Verde é uma investigação iniciada em agosto de 2006 a partir da suspeita de irregularidades na liberação da construção do novo empreendimento *Il Campanário* do grupo Habitasul em Jurerê Internacional. As escutas da Polícia Federal conduziram a investigação para outros empreendimentos na cidade de alto valor imobiliário,

Internacional foi aprovado, o impasse que gerou dentro do Instituto de Planejamento Urbano (IPUF), ricamente detalhado por CECCA (1996: 220 e 221) acabou resultando na maior crise que o mesmo já enfrentou com a demissão de diversos funcionários do órgão, inclusive o diretor técnico, Etienne Silva, e mesmo o presidente do IPUF, Fernando Ferreira de Mello. Segundo o representante do Habitasul, Clóvis Calliari, "*as leis nós fazemos e desfazemos*". Parece que foi isso que realmente aconteceu neste caso.

AJIN X Habitasul: poderes locais

A porção norte da Ilha de Santa Catarina foi privilegiada ao longo da evolução urbana da cidade como área de interesse turístico. A sua posição privilegiada, protegida das intempéries e mudanças bruscas do clima em comparação às praias da porção sul, e o interesse dos proprietários de terras influenciaram na atuação do poder público. Como demonstrado anteriormente, embora o planejamento urbano, representado pelos Planos Diretores da década de 1950 e 1970, previsse a expansão da cidade e a implantação de grandes obras na região sudeste da Ilha, o primeiro sentido tomado por essas foi o norte e leste. A construção de rodovias e de grandes obras, como elevados, significou a melhoria dos acessos e o Plano dos Balneários de 1985 configura a possibilidade de exploração destas áreas. Ao mesmo tempo em que se regulava o uso, a ocupação e o parcelamento do solo e se propunha preservar os ambientes naturais, reforçando a legislação já existente, também criava e privilegiava as Áreas de Incentivo à Hotelaria, permitindo grande número de pavimentos.

Como o projeto de Jurerê Internacional é anterior ao Plano dos Balneários, César Refosco arquiteto do Habitasul explica que em 1980 foi aprovado um zoneamento do empreendimento e que quando da aprovação da legislação foi incorporado a mesma. Na realidade, em 1991 é aprovada na Câmara Municipal a modificação da legislação inicial. A área estava prevista, segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), para uma ocupação de classe média/baixa de suporte ao empreendimento mais antigo do local, Jurerê Nacional. Previa ainda a ocupação com edifícios multifamiliares. Entretanto, o novo empreendimento, voltado para elites econômicas e políticas, planejava uma ocupação em maioria composta de residências unifamiliares e foi exatamente este caráter que permitiu uma alta valorização do local. Neste caso, menos foi realmente mais, inclusive na já mencionada crise que gerou internamente ao IPUF. Sem comprometer as especificidades de cada caso, em Jurerê a ocupação unifamiliar com lotes de pouca metragem acabou por saturar o solo, com uma superfície impermeabilizada muito

como o Vilas do Santinho, expansão do *resort* Costão do Santinho, e o shopping Iguatemi. Entre os presos, já libertados, estão vereadores da capital catarinense, dois secretários municipais, três servidores de órgãos ambientais e pelo menos nove empresários, incluindo três membros do grupo Habitasul, incluindo o presidente, Péricles Druck. As suspeitas também recaem sobre funcionários do alto escalão do governo do Estado, como o Secretário de Turismo, e até mesmo sobre a ex-prefeita, Ângela Amim, e o atual prefeito de Florianópolis, Dário Berger.

maior em uma área de mangue e restinga. As novas etapas encontram-se justamente previstas sobre essas áreas e estão sendo alvo de investigação pela Polícia Federal por suspeita de compra de licenças ambientais, embora continuem em construção quando da visita ao local.

Estas novas áreas do residencial devem esgotar a capacidade de ocupação do mesmo em aproximadamente 10 anos, com a implantação das novas etapas. Entretanto, a capacidade de extração de renda do mesmo pelo Grupo Habitasul não acaba nos negócios imobiliários. Proprietário de todas as áreas destinadas ao comércio e serviços, o grupo controla as concessões de uso destes locais além de possuir os hotéis, com alta ocupação, e o novo sistema de *flat*, *Il Campanário*, também sob a mesma investigação policial. Ademais, o Grupo Habitasul além de empreendedor é também o gestor do residencial. Fornecendo serviços como de provisão de água e tratamento de esgoto, a presença do grupo será mantida. Este sistema é denominado, em seu *site*, de *gestão permanente do empreendedor* e descrito como forma de manter a qualidade do projeto, contribuindo para a própria imagem do grupo e para a renda permanente com o local, conclusões nossas[46].

Com a *gestão permanente do empreendedor* já é possível prever o peso do Habitasul nos rumos tomados por Jurerê Internacional. Entretanto, com o residencial ocupado, os moradores e proprietários também procuram ter voz. Como dito anteriormente, a Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional já é formada em meio a disputas entre estes e o grupo. Embora a sua composição continue contando com a maioria de membros do empreendedor, as brigas não cessaram. Pelo contrário. Como foi possível constatar a partir da leitura da Folha de Jurerê, jornal da Associação, e através das entrevistas realizadas com ambas as partes, as disputas continuam. A começar pela própria rivalidade na atuação na gestão do residencial. Embora tenham sido firmados acordos, as duas partes consideram-se encarregados dos mesmos tipos de serviços. Por exemplo, da manutenção e conservação de vias e áreas públicas e do planejamento e contratação do sistema de segurança privado. Através de um processo movido pelo Ministério Público não é obrigatória a filiação à AJIN, diminuindo sua força e recursos para atuação. Segundo a mesma, cerca de 45% dos moradores e proprietários aderiram, já segundo o Habitasul essa proporção baixa para 30%. Por outro lado, a adesão é obrigatória ao Programa de Gestão do Habitasul, que atua no mesmo sentido, embora com planos setoriais.

As reclamações da AJIN com relação ao grupo estão relacionadas principalmente aos serviços prestados, como a falta de saneamento em diversas áreas, gerando a poluição do Rio Ratones, e a falta de água durante a alta temporada. Estes problemas foram todos negados pelo arquiteto

[46] Outro dado interessante sobre o Grupo Habitasul é que suas atividades, bastante diversas, incluem também a administração de capital financeiro. Portanto, é possível dizer que Jurerê Internacional também se enquadra na pós-modernidade por mais este aspecto.

Imagem 156 - *Kioskes* na praia.

Fonte: acervo da autora.

Imagem 157 - Casa noturna.

Fonte: acervo da autora.

Imagem 158 - Capa da Folha de Jurerê 37 (Jornal da AJIN) de abril /2007.

Fonte: www.ajin.org.br.

do Habitasul, César Refosco, durante a entrevista, mas estão registrados nos jornais da Associação. Outras questões polêmicas são a busca da Bandeira Azul e os problemas gerados pelos chamados *beach points*, ambos também registrados na Folha de Jurerê. Com relação aos *beach points*, são as áreas destinadas a comércio e serviços localizadas no final de cada acesso à praia. Com a valorização do bairro, foram instaladas nestes locais algumas das principais atrações noturnas de Florianópolis, como restaurantes famosos e casas noturnas badaladas. As festas realizadas são motivos de grande desconforto aos moradores e visitantes, já que são freqüentes o som alto, o fechamento do espaço público e a desordem causada pelos usuários. Segundo a AJIN, o número de reclamações de perturbação da ordem triplicou na última temporada. Assim, procurando resolver o problema, a associação marcou reuniões entre os representantes dos estabelecimentos e o Habitasul quando descobriu que este último era um dos estimuladores e idealizadores das festas ocorridas, como no Reveillon e no Carnaval. Além de discussões estampadas nos jornais e nas diversas ações judiciais movidas pela AJIN, a conseqüência maior foi o rompimento, mesmo que temporário, entre ambas as partes. Deste modo, o grupo Habitasul também se retirou da proposta de obtenção da certificação Bandeira Azul.

Bandeira Azul é um programa iniciado na França em 1985, no qual o Brasil foi incluído em 2005. Para obter a certificação, as praias ou marinas candidatas à Bandeira Azul devem cumprir diversos critérios nas áreas de educação ambiental, informação e sinalização de segurança aos usuários, e de qualidade da água e do meio ambiente costeiro. O representante do Brasil no programa está sediado justamente em Florianópolis e três praias da cidade estão incluídas no projeto piloto: Costão

do Santinho, Praia Mole e Jurerê Internacional. Como uma dos quesitos é justamente a qualidade de vida e a poluição sonora, as ações judiciais movidas AJIN foram encaradas pelo grupo Habitasul como denegridoras da imagem do empreendimento. Certamente o grupo voltará atrás, já que é de seu interesse que a praia consiga a Bandeira Azul. No momento, as discussões continuam. No editorial da Folha de Jurerê de junho de 2007, intitulado *Novos tempos, Velhas práticas*, e na reportagem *AJIN e Habitasul: uma relação de parceria*, além de diversas outras matérias em outras edições, as reclamações da AJIN com relação ao Habitasul foram expostas de maneira incisiva, em especial pelo o que foi denominado de tentativa de transformar o bairro em um local "badalado" e na "moda", e o grupo deixou de participar do Conselho Deliberativo da mesma.

Medindo forças, no futuro é provável que a Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional, que possui nos seus quadros unicamente moradores do bairro e conta somente com os recursos de sua arrecadação, acabe entrando em acordo com o Grupo Habitasul, ao menos em parte. Até mesmo porque a valorização do grupo e da marca Jurerê Internacional contribui para a própria valorização das propriedades do local. Entretanto, a demonstração de independência e sentido comunitário em Jurerê Internacional surpreende. Os jornais da Associação demonstram problemas locais, ações tomadas, entrevistas com moradores e eventos de relevância para os mesmos. Algo impressionante ao se considerar a homogeneidade social, os poucos moradores permanente e a força do grupo empreendedor.

cotidiano local

O cotidiano de Jurerê Internacional é definido pela mudança nas estações. Como estas são bastante marcadas em Florianópolis, configurando um período de temperaturas mais altas e outro com um frio bastante rigoroso, a praia não pode ser freqüentada constantemente. Em um balneário ocupado, em especial, pelas segundas residências, isto significa que a maior parte do ano é relativamente vazia. Assim, o sentido de comunidade de Jurerê Internacional instaura-se muito mais pelos interesses comuns de proprietários e moradores do local do que pela convivência ou laços de solidariedade. E, desta maneira, pode ser também bastante frágil e temporária.

Segundo levantamento realizado pelo Habitasul, os motivadores da mudança para Jurerê Internacional são, por ordem, a tranqüilidade, a beleza da praia e a segurança. São aproximadamente 4.000 moradores permanentes[47], número que, somados aos veranistas, na alta

[47] Caracterizar os moradores e proprietários de Jurerê Internacional, assim como o próprio empreendimento, não é tarefa fácil. O arquiteto do Grupo Habitasul, César Refosco, disse em entrevista realizada pela autora, que esses dados são de sigilo profissional e empresarial, devido aos riscos destas informações serem utilizadas por empresas concorrentes. Por outro lado, o arquiteto também justifica a negação em fornecer estes dados devido às dificuldades

Imagens 159, 160 e 161 - Residências de Jurerê Internacional.

Fonte: acervo da autora.

temporada chega a 9.000 pessoas, sem contar os visitantes diários. Dos moradores permanentes, aproximadamente 7% trabalham em outras cidades e suas famílias moram em Jurerê Internacional, retornando ao local diariamente ou nos finais de semana. Este pode ser caracterizado como um novo tipo de movimento pendular que extrapola as fronteiras estaduais, já que, segundo a AJIN, a maioria é de São Paulo.

Caminhar por Jurerê Internacional durante a baixa temporada é algo solitário. Sem a presença dos veranistas e quase nenhuma vista de moradores, é possível perceber claramente que a regras rígidas e que o alto padrão do loteamento impediram não somente a diversificação social como também a diversificação de usos. Não há oferta de emprego para moradores locais, a não ser os que possuam negócios próprios ou trabalhem na Habitasul ou na AJIN. Sem muitas opções de comércio e serviços, aliás, uma das queixas da AJIN, a maioria das tarefas cotidianas deve ser cumprida em outras áreas da cidade. Do mesmo modo, não havendo tempo propício, não há qualquer motivo para que uma visitante adentre o loteamento, salvo os novos restaurantes e casas noturnas. Portanto, durante a maior parte do ano, Jurerê Internacional permanece isolado e protegido da "invasão" de outros que não "pertencem" a sua dinâmica. A paisagem torna-se árida socialmente, marcada por idosos e crianças com suas babás e por funcionários locais, cuidando da manutenção de jardins e residências. Por outro lado, a monotonia atordoa devido à repetição exaustiva do mesmo estilo arquitetônico e da mesma tipologia de ocupação do lote.

Em compensação, caminhar por Jurerê Internacional durante a alta temporada é um teste para a paciência de qualquer um. O loteamento deixa de ser isolado e se torna uma das praias mais

que o grupo vem enfrentando com a operação policial Moeda Verde que deu origem a um processo judicial contra o mesmo. Deste modo, o levantamento realizado pela empresa anualmente não pode ser consultado, embora o arquiteto e a AJIN tenham informado alguns poucos dados. Por outro lado, os resultados dos censos realizados pelo IBGE encontram-se bastante defasados em relação aos dados disponibilizados por aquelas instituições. Por exemplo, segundo a estimativa realizada em 2007 pelo IBGE, Jurerê Internacional possui aproximadamente 1.488 habitantes permanentes, representando um crescimento total de 21,87% desde o ano 2000 quando o Censo Demográfico da mesma instituição levantou 1.221 moradores permanentes. Portanto, este trabalho restringiu-se aos dados locais, mesmo que poucos, e a observação e posterior análise da realidade existente no empreendimento.

Imagens 162, 163 e 164 - Residências de Jurerê Internacional.

Fonte: acervo da autora.

movimentadas de Florianópolis, segundo a Secretaria Municipal de Turismo. Durante a noite, o problema agrava-se com a abertura dos restaurantes e das casas noturnas, alguns dos mais famosos da cidade. O número de visitantes diários tem crescido ano a ano, trazendo problemas no trânsito local, distúrbios da ordem pública e aumento no número de ocorrências policiais. A propaganda bem sucedida, a oferta de serviços na orla e o luxo transformam a exclusividade do loteamento em atração para turistas. É importante fazer referência à atração pelo luxo já que é comum os turistas desejarem "espiar" e tirar fotos ao lado das casas milionárias e dos carros importados. O estilo de vida dos moradores de Jurerê Internacional é um dos motivadores de seu grande sucesso.

Os incômodos causados aos moradores, que reclamam não poder usufruir mais de *sua própria praia*, estão estampados na Folha de Jurerê. Quando perguntados se alguma vez foi pensada a possibilidade de fechamento do loteamento, tanto a AJIN quanto o representante da Habitasul, arquiteto César Refosco, respondem que não é permitido pela legislação, uma vez que Jurerê Internacional dá acesso a outras localidades como Praia do Forte. Entretanto, quando se insiste na pergunta, que na realidade era se já foi pensado e não se era possível realizar o fechamento, ambos respondem que sim. Portanto, tanto o grupo empreendedor e gestor quanto o órgão representativo dos moradores e proprietários de Jurerê Internacional pensam em alternativas de controle do fluxo de visitantes. Atualmente, o número de seguranças aumentou e câmeras de vigilância foram instaladas. Existe a possibilidade de instalação de Zona Azul (estacionamento pago da prefeitura) em todo o perímetro do loteamento, ação que certamente traria efeito devido ao fato de que a maioria dos visitantes utilizarem como meio de transporte o automóvel, já que o sistema de transporte público é extremamente deficiente não só em Jurerê Internacional como em toda Florianópolis.

O loteamento tornou-se tão popular que sempre aparece como referência de Florianópolis, seja em conversas informais ou em reportagens de grandes meios de comunicação, como a Revista Veja. Para o grupo Habitasul, Jurerê Internacional é um modelo de sucesso de planejamento e

gestão; para a AJIN, é simplesmente um bairro que procura o seu constante aprimoramento. Para seus moradores e proprietários, Jurerê é um refúgio dos centros urbanos caóticos, um lugar seguro e de beleza estonteante, um bom lugar para as férias, ou mesmo um bom investimento. Em nenhum dos casos é mencionado a possibilidade de Jurerê Internacional ser um símbolo, uma imagem da Florianópolis contemporânea, a não ser pelo entrevistado representante do poder público. Segundo Tiago Silva, Assessor de Eventos e Marketing da Secretaria Municipal de Turismo, Jurerê Internacional pode não ser a identidade de Florianópolis ou o motivo objetivo pelo qual um turista a visita, mas é certamente o que faz as pessoas apaixonarem-se pela cidade.

Depois da Operação Moeda Verde, ainda segundo Tiago Silva, é difícil imaginar como será o futuro de Florianópolis, uma vez que os mais importantes empreendimentos da cidade, reconhecidos nacional e internacionalmente, estão sob investigação e seus idealizadores foram presos. Esta parece ser a mesma opinião do Governador do Estado de Santa Catarina, Luís Henrique da Silveira, expressa na Folha de São Paulo de 05 de maio de 2007 ao dizer que a operação da Polícia Federal poderia "*afugentar investimentos milionários na área de turismo*" no Estado e depois ao oferecer um jantar a alguns dos condenados, segundo ele, expostos ao escrutínio público. Opiniões bastante discutíveis. ao se considerar o impacto negativo que esses empreendimentos têm sobre o meio-ambiente de Florianópolis e a legitimidade de tal investigação. Ainda mais relevante é avaliar a Operação através da reação dos moradores da cidade quando a mesma foi divulgada: houve passeatas e muitos foram para frente da sede da Polícia Federal aplaudir o trabalho. Todos os presos já foram soltos. E mesmo que ao final do processo muito seja "perdoado, esquecido ou arquivado", para uma cidade que sempre buscou o seu *desenvolvimento a qualquer custo*, as reações da população local demonstram, quem sabe, uma possibilidade de futuro para cidade muito diferente daquela que estes empresários e políticos estão produzindo.

4.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Partimos do pressuposto que materialidade, representação e imaginação não são aspectos separados da realidade, mas que atuam de forma dialética, em processos de mútua transformação. Esta opção metodológica significa compreender também que nestas últimas duas esferas existem lutas e disputas, mas neste caso mais sutis e, ao mesmo tempo, mais complexas. É justamente neste contexto que se inserem os espaços simbólicos.

Espaços considerados simbólicos, para além do aspecto emblemático, formalizam o diálogo travado entre o espaço construído e a sociedade específica que o abriga, seja em relação ao seu

passado (um testemunho histórico), o seu presente (reconhecimento e formação de sua identidade) e/ou seu futuro (um desígnio, uma proposta, um ideal). Deste modo, ele é considerado portador de uma dimensão objetiva – espaço físico – e uma dimensão oculta, que formaliza crenças, valores, normas, hábitos, enfim, uma cultura.

A hiper-abundância simbólica da pós-modernidade, entretanto, traz dificuldades em relação à identificação do que são efetivamente espaços símbolos por dois aspectos: o primeiro diz respeito à falta de historicidade e de profundidade da produção pós-moderna e o segundo relaciona-se à importância que a formação de imagens-sínteses adquire na competição entre cidades. O consumo de signos, como se símbolos fossem, traz uma nova dimensão para a questão. É necessário, portanto, analisar o que são os espaços simbólicos pós-modernos a partir do desvelamento de para quem os são e por quê.

Em relação à Florianópolis, o primeiro caso de espaço simbólico pós-moderno, o Ribeirão da Ilha, foi escolhido por representar o modo pelo qual uma das freguesias atravessa os períodos. Formada no século XVIII com a vinda dos imigrantes açorianos, sua ocupação é considerada a primeira pelo homem europeu na Ilha. Próxima das ocupações do continente e da vila sede, a freguesia do Ribeirão da Ilha possuía grande relevância econômica e social na rede de núcleos formada desde o Brasil colônia. Foi no período de modernização acelerada identificado em Florianópolis que ocorreram transformações para o Ribeirão da Ilha que o alteraram definitivamente. Enquanto impulsionava-se o desenvolvimento da cidade para novos rumos e novas áreas, a importância do Ribeirão da Ilha declinou e suas principais características foram desvalorizadas. Os novos modos de produção contrastaram e competiram com o modelo de produção local. Conjuntamente, a desativação do porto de Desterro e a construção e melhoramento de estradas de conexão na Ilha acarretaram a decadência da economia tradicional. A emergência de novos modos de vida, tanto de sociabilidade quanto de hábitos privados, promoveu a desvalorização da cultura local. As edificações sofreram bruscas alterações, a população abandonou as atividades tradicionais e a mídia decretou "a morte" do Ribeirão da Ilha, situação que somente será alterada, ao menos parcialmente, a partir da década de 1980.

Mais uma vez, as mudanças que Florianópolis atravessa com a incorporação de padrões pós-modernos irão afetar o Ribeirão da Ilha e, novamente, estas transformações são muito mais simbólicas do que da estrutura espacial. A expansão do turismo afeta o Ribeirão da Ilha pela formação de uma nova área de interesse, ao conjugar a ocupação e os traços culturais tradicionais ao pólo gastronômico constituído por meio da maricultura. Esta atividade, desenvolvida como forma de geração de renda para a população local, não chega a afetar substancialmente a mesma e, ainda, promove a privatização do mar, espaço de sociabilidade habitual do Ribeirão. A divulgação da área ainda acarretou a venda das edificações e lotes para

novos moradores, enquanto o ribeironense transferiu-se para as encostas dos morros ou para outros bairros. Por outro lado, a valorização do Ribeirão da Ilha promoveu políticas de preservação mais efetivas, embora não menos contraditórias. Enquanto não existe qualquer forma de diálogo com a população local, que não compreende o significado da prática patrimonial, e enquanto as instituições públicas agem rigidamente contra qualquer forma de infração, elas próprias atuam descaracterizando o patrimônio histórico.

Entre estes processos, é possível visualizar as semelhanças com projetos em outras áreas históricas, como o Pelourinho em Salvador e o projeto para a região da Estação da Luz em São Paulo, embora aqui de forma "espontânea" e não consolidada em um plano. Algumas características deste processo são a gentrificação provocada pela valorização de áreas tradicionais, o turismo sem uma real compreensão e participação na cultura local – se de alguma forma isto é possível – e a desvinculação das políticas de preservação do patrimônio histórico da realidade local, com a criminalização da população pela adaptação do mesmo às suas necessidade e a permissividade e o estímulo de atitudes, que muitas vezes desrespeitosas, que possam atrair turistas, novos moradores e investidores. Por outro lado, se o Ribeirão da Ilha configura um espaço pré-moderno que é impulsionado diretamente à pós-modernidade, Jurerê Internacional surge já essencialmente pós-moderno.

Ocupando uma antiga área comunal, Jurerê Internacional é o primeiro loteamento de luxo totalmente planejado pela iniciativa privada de capital externo à Florianópolis e à Santa Catarina. Ligado ao processo de expansão da cidade que uniu iniciativa pública e privada, o empreendimento foi lançado ao lado de um mais antigo, sendo o sobrenome Internacional incorporado justamente para distingui-lo daquele anterior. O termo Internacional também foi pensado com o objetivo de demonstrar que, por toda a infra-estrutura instalada, o empreendimento poderia ser comparadas às mais famosas praias do globo. Ademais, esse complemento foi um bom atrativo para as elites, mercado visado pela empreendedora. Seu sucesso, tanto em termos comerciais quanto promocionais, veio somente com uma mudança no enfoque e no estilo das habitações, controlados pelo grupo empreendedor, a partir da contratação de uma empresa norte-americana bastante conectada aos ideais do *New Urbanism*. O padrão adotado, em um estilo ostentatório e com grande taxa de ocupação do terreno, aliado ao plano de urbanização, regular em malha xadrez, que impôs a terraplanagem do terreno e a ocupação de áreas de preservação, traz inúmeras contradições com relação ao modelo propagandeado pela empreesa de respeito ao meio-ambiente. Desde sua aprovação com conflitos até o presente momento (2008), o projeto de Jurerê Internacional é investigado pela Polícia Federal pela suspeita de compras de licenças ambientais. Fato que não impede que o

local continue a representar a cidade na capa de revistas, jornais e na televisão, não somente nacional, mas também internacionalmente.

Por outro lado, a procura atual de habitação por imigrantes de outras cidades do país e do mundo relaciona-se aos altos índices de qualidade de vida (IDH e IDS) que Florianópolis tem alcançado desde o final da década de 1990, conforme o que já foi amplamente apresentado, e o enclausuramento das elites em condomínios residenciais muitas vezes fora da cidade onde se realiza a maior parte de suas atividades. Em Jurerê Internacional foi inaugurado um novo movimento pendular que extrapola as divisas estaduais: as famílias moram no local enquanto os provedores trabalham em centros maiores, como São Paulo e Porto Alegre.

Entre as edificações de alto padrão, os carros importados, as celebridades e os *paparazzi*, ali reunidos especialmente nos meses de verão, Jurerê Internacional confirma que na pós-modernidade o espetáculo, as imagens e as representações são tão fortes ou mais do que a própria realidade. O empreendimento representa a inserção de Florianópolis no cenário global de competição entre cidades pela atratividade de turistas, moradores e investidores – os usuários solventes – e a entrada da arquitetura pós-moderna na cidade. Assim como outros projetos similares, o processo de valorização e gentrificação provocado é acompanhado do discurso de que esta é a nova cara/imagem da cidade, atraindo a atenção e se transformando, em uma inversão ideológica, em um símbolo para todos.

Entre os dois exemplos, podemos concluir que a pós-modernidade está presente nos espaços simbólicos de Florianópolis, seja através de uma estratégia ou da materialidade espacial. Se o impulso inicial e ideal capitalista é o de absorver todas as relações, saturando não só espaços, mas também as mentes, a fase atual de desenvolvimento do capitalismo obteve sucesso: foi naturalizada, transformou-se em fato já dado e imutável. Se seus espaços simbólicos constituem-se como símbolos de diferenciação social, de um modo de vida para poucos, a hegemonia da lógica cultural do capitalismo tardio, através de *mix* entre discurso competente (CHAUI, 2000) e poder simbólico (BOURDIEU, 1989) coloca o reconhecimento dessa distinção como conquista da própria cidade, transformando esses lugares, ao seu todo social, em símbolos de todo e, com isto, para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou à guisa de não concluir)

> "*Aqui como em outro lugar, as interrogações multiplicam-se. Só uma análise muito avançada permitira TALVEZ responder a isso. TALVEZ. Nós não estamos certos de que a análise presente esclareceria inteiramente o futuro, isto é, que esse futuro seja inteiramente previsível a partir do presente. Como duvidar que uma vez realizado, o futuro – o possível – não apareça como determinado?*" (LEFEBVRE, 1969: 230).

Não acreditamos que caiba aqui uma conclusão definitiva ou um indicativo de um futuro. Pelo contrário, acreditamos que a temática aqui trabalhada, como nos diz Lefebvre, levanta questões para futuros aprofundamentos. Neste sentido, procuramos não concluir. Entretanto, como este e todo esforço intelectual necessita, procuramos desdobrar considerações e apontamentos sobre a realidade estudada e pontuar "interrogações (que) multiplicam-se" ainda.

Retornando ao processo geral da análise de Florianópolis, a cidade foi vista através de seus espaços como símbolos, representações e imagens que variam no tempo e no espaço. Para tanto, a partir da revisão da bibliografia pertinente e da coleta de dados ao longo do trabalho de campo, seu histórico foi dividido entre três períodos. O primeiro, que inclui o momento fundacional, diz respeito ao embasamento da ocupação da Ilha de Santa Catarina através da formação de uma rede dispersa de núcleo composta pela vila-sede (Desterro) e Freguesias que polarizam as áreas pesqueiras e agrícolas no chamado interior da Ilha. Esta configuração, iniciada com a imigração de açorianos, influencia todo o desenvolvimento espacial futuro da cidade, assim como suas características sócio-culturais. A segunda fase (1926-1981) relaciona-se à modernização acelerada na cidade com a importação do modelo de desenvolvimento externo a partir da constatação de seu atraso frente àquele. Iniciado com a construção da Ponte Hercílio Luz, de ligação com o continente, o planejamento urbano adquire um papel fundamental na evolução da cidade, patrocinada pelo investimento estatal e marcada por grandes obras de confrontamento com seus condicionantes naturais e a imigração de profissionais de classe média para trabalhar nas sedes de órgãos públicos. A expansão da cidade, além destes fatores, é estimulada pelo aumento do interesse na atividade turística, considerada como vocação da capital catarinense, através da conjunção de agentes públicos e privados locais. O terceiro período (a partir de 1981 até o presente momento) é iniciado justamente com a transformação desta base político-econômica com a emergência de um novo padrão de exploração da cidade que combina capitais externos à mesma e a valorização material e simbólica da cidade. Em cada um destes três períodos foi possível identificar uma imagem, retratando o discurso de uma cidade atrasada, que precisa se modernizar e, atualmente, de uma Florianópolis que finalmente está

inserida no modelo de desenvolvimento, embora não tenha havido mudanças estruturais. Florianópolis torna-se o próprio discurso e este é um discurso pós-moderno.

Para aprofundamento, foram escolhidos dois casos de espaços simbólicos florianopolitanos. O primeiro, Ribeirão da Ilha, é considerado a primeira área de ocupação pelo homem europeu de Florianópolis. Como sede da freguesia de mesmo nome, polarizava o seu entorno, representando assim uma centralidade da região sul e competindo com a Vila de Desterro. Embora ainda exerça parcialmente aquela função, até mesmo por atualmente ser sede do distrito que leva seu nome, suas características sócio-espaciais vêm sofrendo transformações marcantes: a ocupação tradicional das freguesias que vem sendo explorada pelo turismo em conjunto com a beleza da paisagem, um novo pólo gastronômico e a cultura manezinha. A atração de novos moradores e visitantes tem modificado o cotidiano local, com a transferência da população tradicional para outras áreas e a privatização do acesso ao mar. Por outro lado, é gritante a falta de diálogo do poder público com a população, que não compreende o significado da ação patrimonial enquanto suas edificações não cumprem mais suas funções cotidianas. A auto-imagem da comunidade funda-se tanto no orgulho de ser ribeironense quanto no contraste em relação a outras áreas da cidade, formando um imaginário social que significa que o Ribeirão precisa desenvolver-se. Seja através da intervenção pública ou privada, as ações na antiga freguesia, integrada à corrente historicista da arquitetura e do urbanismo pós-modernos, podem ser comparada a outros projetos em áreas históricas – de revitalização ou de renovação – e a ações de invenção das tradições. Ou seja, não é o espaço que é pós-moderno e sim a estratégia de intervenção.

Por outro lado, o caso de Jurerê Internacional que marca, para a presente pesquisa, a entrada de Florianópolis na pós-modernidade, chama atenção por ser o seu oposto: um espaço essencialmente pós-moderno. Este é um empreendimento turístico-imobiliário destinado às elites iniciado em 1981 em uma área desocupada da Freguesia de Nossa Senhora de Paula de Canasvieiras. A partir do final da década de 1990, o residencial torna-se um sucesso local e nacional, através da contratação de uma empresa norte-americana para elaboração de um novo projeto de urbanização. Os ideais empregados estão incorporados ao movimento *New Urbanism* e à tendência de suburbanização das elites em enclaves urbanos com provisão de serviços e comércio de luxo. A eficácia de sua imagem como representante da qualidade de vida de Florianópolis não atinge somente a população de fora da cidade, através de migrações efetivas e/ou sazonais, atualmente alcançando outros países através de sua promoção no exterior, mas em especial a população florianopolitana que considera Jurerê Internacional seu símbolo.

A pós-modernidade, portanto, está presente na cidade e exemplificada nos seus espaços simbólicos a partir dos dois casos aqui estudados. No conjunto dos espaços selecionados ainda

foi possível perceber o símbolo, representado pela construção material em si e suas edificações significantes, e os seus significados, atribuídos a partir de uma construção social. As estruturas espaciais e as formas de vida social que aí se expressam não são um aspecto banal e evidente. O ideal capitalista, finalmente concretizado nesta nova fase de sua evolução, é o de extrapolar todas as relações, naturalizando e transformando em fato imutável uma condição social. Se a cultura transforma-se em mercadoria, os signos de um projeto voltado para a acumulação são apropriados como símbolos, extrapolando uma relação ideológica mecânica.

Cabe dizer ainda que as comparações realizadas, tanto internamente à cidade quanto externamente, não uniformizam as especificidades locais. Não consideramos que exista um processo de simples recepção ou reprodução de idéias. A apropriação é seletiva e corresponde a necessidades e enfrentamento em campos de lutas. É claro que existem correspondências claras, mas a realidade local demonstra um processo de simplificações e acréscimos, aceitações e rejeições, seleções e versões que por vezes podem implicar na atribuição de sentidos distantes do original. Essas multi-temporalidades e heterogeneidades implicam, necessariamente, na coexistência, em espaços cada vez mais densos, de diferentes realidades. Florianópolis evidencia isso deixando o seu passado vivo e circulando pelas ruas: a pé, em carroças, em carros de boi, de ônibus ou automóveis de luxo.

Antes de realmente finalizar, é preciso re-situar esta investigação: ela parte da busca por compreender a redefinição da estrutura conceitual de conhecimento do urbano ocorrida nas últimas décadas. Nesta fase, o capitalismo acabou com os últimos enclaves de organizações pré-capitalistas, expandindo suas estruturas por todo o globo. Algo novo e original, que penetra e coloniza a natureza e o inconsciente, este último em especial através das mídias e da indústria da propaganda. Uma primeira característica derivada desta análise é a falta de profundidade ou uma nova superficialidade como elemento formal do pós-modernismo. Uma segunda, para além do conteúdo, existem alterações tanto no objeto, transformado em conjunto de texto ou simulacro, quanto no sujeito. De fato, a urgência econômica em produzir novas mercadorias, em diminuir o ciclo de vida do produto, atribui uma função essencial ao experimentalismo e à inovação estética: a produção estética está integrada à produção de mercadorias. A dissolução da esfera cultural não significou o seu desaparecimento. Pelo contrário, houve uma expansão de tal modo que todos os aspectos da vida, inclusive políticos e econômicos, são encarados como culturais. Visão consistente com o diagnóstico de que esta é uma sociedade da imagem e do simulacro e de que o real foi transformado em uma série de pseudo-eventos.

A cultura de massas, pátio de manobras de meados do século XX, retirou o impulso das vanguardas do alto modernismo que pretendiam a inovação e a diferença para a educação do olhar e impulsionou uma arquitetura integrada ao tecido urbano comercial. E assim, uma

diferença entre alta cultura e cultura de massas foi perdida, já que no primeiro caso sua força dependia da intenção utópica de permanecer como espaço de resistência e de experiência autêntica em relação ao ambiente de cultura comercial. O fim da distância crítica absorveu qualquer forma contracultural de resistência e qualquer intervenção política, consideradas integrantes do sistema por não conseguirem se distanciar dele. A expansão da cultura de massa, em um primeiro momento contemporâneo do alto modernismo, drena dele suas forças. Se a modernidade era crítica à mercadoria, ao consumo e ao capital, o pós-modernismo significa sua aliança e união com eles. Neste sentido, a arquitetura pós-moderna não é popular. Ele não se liga a tradições culturais genuinamente populares, e sim a uma nova cultura comercial. Por outro lado, uma arquitetura de alta tecnologia e luxo é patrocinada pelo capital global em sua rede de valorização de "localizações".

Nas cidades, podemos identificar a ideologia universalizante do plano moderno e a ideologia da promoção locacional do planejamento estratégico pós-moderno como representantes dos períodos de evolução capitalista. No mais recente, a forma de empreendedorismo urbano é condizente com a maior integração global e com a menor oportunidade produtiva. Ajustadas à noção ideológica de declínio do Estado Nacional, que o considera decadente em suas funções tradicionais e ineficiente frente a uma globalização inevitável do capital, as cidades assumem um papel de protagonistas no desenvolvimento econômico, competindo acirradamente para tornarem-se atraentes aos negócios por meio de ajustes institucionais.

O planejamento estratégico, de forma fragmentada e com iniciativas pontuais, constitui-se no empreendedorismo urbano como estratégia de competição interurbana e inter-regional na atração de capitais a partir da provisão de investimentos públicos, em especial através de parcerias público-privadas para criar um bom clima de negócios. Neste sentido, cada cidade procura valorizar suas singularidades – o monopólio da localização, de características culturais e sociais, entre outros, apropriadas privadamente como estratégias de *marketing* urbano. Áreas históricas, marginalizadas ou desindustrializadas são alvo de projetos de revitalização, reestruturação e outros "re's" como mais uma forma de valorização de suas particularidades como atrativo e elemento diferenciador na atração de investimentos. Como esta última constitui o principal objetivo das administrações públicas, as políticas sociais têm seus recursos diminuídos em favorecimento de incentivos fiscais para os novos investimentos.

A falta de profundidade da produção pós-moderna também pode ser experimentada aqui por meio das novas obras arquitetônicas, que ao transformar o antigo tecido urbano, o substituem por um novo cuja compreensão não parece possível para o sistema de percepção de que dispomos. Além disso, personificando a cidade como uma categoria da prática social – a cidade como sujeito – os atores, as práticas e os processos são obscurecidos, em uma construção

fetichista de extrema eficiência, ao serem apresentado processos sociais como processos naturais. A gestão urbana aproxima-se da empresarial e as cidades são vistas como mercadorias. Neste contexto, a singularidade e a complexidade urbana são simplificadas e homogeneizadas em imagens-sínteses e seus espaços simbólicos tornam-se espaços destinados à formação dessa boa imagem para atração do capital.

Esta caracterização leva a um outro aspecto deste trabalho: esta investigação é pós-moderna em seu objeto. Propõe-se uma temática essencialmente característica deste período, leia-se, a natureza simbólica dos espaços urbanos. Este trabalho de pesquisa parte do pressuposto de que existe uma forte relação entre as intervenções materiais no espaço e suas representações, especificamente seus símbolos. Representações aqui entendidas no sentido de pensamentos construídos socialmente para explicar, justificar ou questionar a realidade. Deste modo, aproximamo-nos das "cidades invisíveis" de Calvino (1990), como metáfora da estratégia metodológica de decifrar o urbano a partir do invisível ancorado no visível. A utilização da alteridade e do contraste entre múltiplas figuras, espaços e práticas sociais, pode levar à descoberta da cidade múltipla, que coloca frente a frente suas representações que falam do progresso ou da tradição, as que celebram o urbano ou idealizam o natural, a visão dos políticos, técnicos, da elite e dos populares através do cruzamento entre práticas e representações.

A materialidade das formas implica, ainda, na relação complexa entre forma física e relações sociais, desiguais, que são representadas em espaços simbólicos. A atribuição de sentido às imagens urbanas depende do lugar de quem vê e do sujeito em questão. Embora contenham significados consensuais, atribuídos ou impostos, as assimetrias sociais, a desigual forma de apropriação do solo urbano e as diferentes posições ideológicas, podem levar a novas questões e entendimentos. Se por um lado existe um projeto político para a cidade e um projeto técnico, há também um projeto cotidiano no qual os produtores do espaço material e simbólico são os habitantes da urbe que reformulam o espaço vivido. As cidades representam a constante reordenação do viver coletivo. E, deste modo, temos de falar de uma heterogeneidade de representação e avaliação do espaço simbólico, em clara consonância com a necessária pluralidade pós-moderna, já inserida na concepção deste trabalho.

Por outro lado, por que a dimensão simbólica do espaço não pode ser resultado também de forças político-econômicas?

Desde o período conhecido como era de ouro do capitalismo, os anos que vão da II Guerra Mundial até aproximadamente os anos de 1970, já existia a pressão da liberação do capitalismo de todas regras e amarras. O período pós-guerra trouxe a renovação do espírito capitalista, caindo em descrédito a alternativa comunista, e acompanhada de uma incessante renovação tecnológica que tornou possível a sua expansão global. O retorno ao liberalismo, com o prefixo

"neo" utilizado de forma bastante peculiar, significou a dominação do capitalismo como hegemonia ideológica e a sua realização final, ao saturar todos os espaços pré-capitalistas ou arcaicos. Dada de forma natural, a pós-modernidade como lógica do capitalismo tardio é fato e sua inversão não pode apenas ser considerada uma versão ideológica: ela já está entranhada na prática cotidiana e nas subjetividades individuais. Se a modernidade era, ainda que minimamente e parcialmente, uma forma crítica à mercadoria, a pós-modernidade é a idolatria da mercadoria, corporificando o sentido do fetichismo descrito por Marx: "*O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo*" (JAMESON, 2004: 14). Em tal situação, em uma sociedade em que os bens mais sagrados foram submetidos ao domínio do valor de troca, como pensar os espaços simbólicos da mesma maneira?

Podemos falar da cidade material, de cimento e tijolos, de uma cidade social, de relações e contradições, mas também de uma cidade imaginária, de imagens e representações que dão forma às expectativas e visões sobre as outras duas. A força de uma imagem pode ser medida por sua capacidade de provocar reações. Deste modo, a dimensão simbólica da arquitetura ancora-se no poder de mobilização de suas imagens – capacidade de provocar sentidos, vivências e valores. A pós-modernidade deixa bastante claro que as mudanças advindas são apenas mais imagens e que o poder que elas transmitem transformou as práticas. Ainda é necessário expandir o pensamento de Arantes (2000), para quem a cultura tornou-se a grande vedete do sistema de acumulação do capitalismo tardio. Símbolos são materializações culturais e, se a cultura, bem como a cidade, transformou-se em mercadoria, os símbolos urbanos também foram transformados em mercadorias por meio de campanhas exaustivas e eficientes de *marketing*. Deste modo, podemos concluir que a pós-modernidade é acompanhada da estratégia de consumo de signos como se fossem símbolos e, com a ideologia tornada fato, estes são símbolos efetivos dos desejos e aspirações de uma sociedade.

Em Florianópolis, o consumo de signos como símbolos é comprovado a partir da apropriação de espaços e intervenções que são para poucos como se simbólicos fossem para todos. Sendo a identidade também uma representação do real que cria uma comunidade simbólica de sentido, construindo a sensação de pertencimento e alteridade, não deixamos de discutir a identidade florianopolitana. Teríamos uma cadeia de intermediações na qual se articulam o modelo global, o modelo nacional e internamente o peso simbólico do padrão local identitário, articulado com a representação do manezinho. Nessas influências colocam-se os impasses para o desenvolvimento sócio-espacial florianopolitano, transmitido pelos seus espaços simbólicos.

Bourdieu (2001) já dizia que as lutas simbólicas não são mera expressão das relações de poder; elas atuam sobre o campo das práticas, reelaborado-as. Segundo Jameson (2004a), assim como Weber conseguiu identificar o surgimento de um novo povo pelo surgimento de novos valores, a

pós-modernidade deveria fazer surgir uma nova sociabilidade também. Desta forma, como nos instiga o autor, o modo de investigar o pós-modernismo deve ser o de coordenar as novas formas de organização e produção que surgiram de tais modificações com a emergência de novas práticas sociais e individuais. Como Gideon (2004) nos fala ao considerar que a arquitetura pode introduzir o processo de tomada de consciência de uma época traduzindo um avanço técnico e uma sensibilidade, uma política transformadora deve utilizar da própria situação atual, na qual o espaço e sua questão organizativa fundamental é central. O que traz dois dilemas fundamentais para pesquisas futuras: ater-se ao espaço e a realidade pós-moderna e o desenvolvimento de novos modos de representação e de linguagem. Somente deste modo será possível reposicionar o indivíduo e retirá-lo da confusão espacial e social pós-moderna.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.

- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- ARANTES, Otília. Cultura da cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

- _____. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

- _____. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consenso***s*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e a origem de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.

- ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 2007.

- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Mitos da "globalização". **Estudos Avançados**, São Paulo, 12 (32), p. 125-186, 1998.

- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- _____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In:- _____. **Obras escolhidas** (Volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1994.

- BERGER, Paulo (org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC/Lunardelli, 1990.

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, São Paulo, jul. 1996, p. 152-166.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2001.

- BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

- _____. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

- _____. **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- BURKE, Peter. História como memória social In _____. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro – volume 1: Memória**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972.

- _____. **Nossa Senhora do Desterro – volume 2: Notícia**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1972.

- CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC/ Fundação Catarinense de Cultura Edições, 1991.

- CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais na globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006a.

- _____. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2006b.

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Nacional, 1960.

- CARUSO**,** Marilea Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. Florianopolis: Ed. UFSC, 1990.

- CARVALHO, José Murilo de. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. Disponível em http://www.scielo.br, 1998.

- CASCAES, Franklin. **O fantástico na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania). **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1996.

- _____. **Unidades de conservação e áreas protegidas da ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação**. Florianópolis: Insular, 1997.

- _____. **Qualidade de Vida e cidadania: a construção de indicadores sócio-ambientais da qualidade de vida em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

- _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2000.

- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- CHOAY, Françoise. **A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

- _____. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

- _____. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

- COLQUHOUN, Alan. **Modernização e tradição clássica – ensaios sobre arquitetura – 1980 – 1987**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 2000.

- COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Unesp, 2005.

- DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de janeiro: Contraponto, 2004.

- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- DUMONT, Louis. **Homo aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: Edusc, 2000.

- EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

- FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O Estado e a transformação do espaço urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis**. Florianópolis, 1997. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

- FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil. Pelas veredas do paraíso: Hans Staden e a expedição Sanabria *In* BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- FANTIN, Márcia. **Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

- FERRARA, Lucrécia D´Aléssio. Arquitetura como símbolo no espaço. *In* **Os significados urbanos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

- FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

- FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação coorporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 41, p. 26 – 45, 2001a.

- _____. Consenso sobre a cidade. *In* **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001b.

- FERREIRA, Francisco Antonio Carneiro. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1992. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC.

- _____. Natureza e projeto urbano na Ilha de Santa Catarina *In* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)**. Florianópolis, 1994. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC.

- FRAMPTON, Kenneth. Os ismos da arquitetura contemporânea. **Architectural Design**, São Paulo, n. 52, 1982.

- FRÚGOLI Jr., Heitor . **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

- _____. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- GIDEON, Sigrifid. **Espaço, tempo e arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- GUNN, Philip. **O *New Urbanism* e o *revival* escapista do mercado**. Risco, São Carlos, n.2, p. 105-107, 2005.

- HABERMAS, Jürgen. **Arquitetura moderna e pós-moderna**. Novos Estudos, São Paulo, n. 18, p. 115 – 124, 1987.

- _____. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

- HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

- _____. The New Urbanism and the communitarian trap. **Harvard Design Magazine**, n.1, p. 1-3, 1997.

- _____. A arte como renda: globalização e transformação da cultura em *Commodities.* **Desígnios**, São Paulo, n. 4, p. 27-40, set. 2005a.

- _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005b.

- _____. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

- HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

- HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- _____. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- _____. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

- _____. **Censo demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

- _____. **Censo demográfico de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

- _____. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

- _____. **Censo demográfico de 1990**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

- _____. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br.

- _____. **Estimativa populacional de 2007**. Disponível em www.ibge.gov.br.

- IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). **Plano de estruturação do aglomerado urbano de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF/PMF, 1977.

- _____. **Plano Diretor dos balneários e do interior da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: IPUF/PMF, 1985.

- _____. **Plano Diretor do Distrito Sede**. Florianópolis: IPUF/PMF, 1996

- _____. **Plano de desenvolvimento entremares para o Campeche – Diagnóstico/Rezoneamento**. Florianópolis: IPUF/PMF, 1997.

- IRAZÁBAL, Clara. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo. Qual seu significado para a América Latina? **Vitruvius**, texto 019.03, dezembro de 2001.

- JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2001

- JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2004a.

- _____. **Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004b.

- _____. **A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- JENCKS, Charles. **The language of post-modern architecture**. London : Academy Editions, 1991.

- KATZ, Peter. **The *New Urbanism*: toward na architecture of community**. New York: McGraw-Hill, 1994.

- LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

- LAGO, Paulo Fernando. **Florianópolis: a polêmica urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes e Palavra Comunicação, 1996.

- LARA, Fernando. Admirável urbanismo novo. **Vitruvius**, 009. e056, fevereiro de 2001a.

- _____. Vizinhos do Pateta. **Vitruvius**, 011.02, abril 2001b.

- LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- LEFREBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

- LIMA, Débora da Rosa Rodrigues. **A abordagem ambiental no processo de desenvolvimento urbano de Florianópolis**. São Paulo, 2002. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

- LIPIETZ, Alan; LEBORGNE, Daniele. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 25, p. 12-29, 1988.

- LOPEZ, Rodrigo. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

- MACAGNO, Lorenzo. Cidadania e cidade (aventuras e desventuras do multiculturalismo). **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 43-44, 2003.

- MACEDO, Adilson. A carta do Novo Urbanismo norte-americano. **Integração**, São Paulo, n. 48, p. 11-21, 2007.

- MACEDO, Silvio Soares & PELLEGRINO, Paulo Renato Mesquita. Do éden à cidade: a transformação da paisagem litorânea brasileira. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita C. A. (orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

- MACHADO, Ewerton Vieira. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização**. São Paulo, 2000. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

- MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda: estudo de caso para o Distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis - SC- Brasil**. Florianópolis, 2002. Tese (doutorado). Centro Tecnológico – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – UFSC.

- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Difel, 1984.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

- MELLO, Ricardo Bianca de. **Cultura da crença : uma reflexão sobre o espaço simbólico e o simbolismo na arquitetura religiosa**. São Paulo, 2007. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

- MIRANDA, Antônio Luiz. Os espanhóis na Ilha de Santa Catarina em 1777 *In* BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- MONTANER, Josep Maria. **Después del movimiento moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

- _____. **La modernidad superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelo: Gustavo Gili, 1997.

- MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o Porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

- MÜLLER, Jerry. Weber, Simmel, and Sombart: community, individuality, and racionality. *In*: - _____. **The mind and the market**. New York: Alfred Knopf, 2002.

- NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

- OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna"**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

- PACHECO, Eliane da Veiga (2001). Mitos e realidades das arquiteturas açoriana e colonial catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, n. 20, p. 85-132.

- PELUSO JÚNIOR, Victor A. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura Edições/Editora da UFSC, 1991.

- PEREIRA, Élson Manoel. **Gestão do espaço urbano: um estudo de caso das áreas centrais e continental de Florianópolis/SC**. Florianópolis, 1992. Dissertação (mestrado). Centro Sócio-econômico – UFSC.

- PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale & SILVA NETO, Waldemar Joaquim. **Ribeirão da Ilha – vida e retratos: um distrito em destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

- PEREIRA, Rodrigo Nelson. **O patrimônio cultural do Ribeirão da Ilha: lugar de múltiplas memórias**. Florianópolis, 2003. Trabalho de conclusão de curso. Centro de Ciências da Educação – Coordenação de História – UDESC.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

- PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço do público *In* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- PIMENTA, Luís Fugazzola; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Habitação e qualidade de vida urbana no Maciço Central de Florianópolis-SC *In* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- PMF. **Estimativa da população das regionais de saúde**. Disponível em www.pmf.sc.gov.br/saúde.

- REIS, Almir Francisco. **Forma e apropriação dos lugares públicos: um estudo sintático do centro de Florianópolis/SC**. Florianópolis, 1993. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB.

- _____. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento turístico na Ilha de Santa Catarina**. São Paulo, 2002. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. **O quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

- REZENDE, Vera. **Planejamento Urbano e Ideologia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

- RIBEIRO, Cláudia R. Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura: parâmetros intangíveis do espaço concreto**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE/Arte, 2003.

- RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia: caso de Florianópolis, 1950 a 1990**. Florianópolis, 1993. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

- _____. A natimorta tecnópolis do campeche em Florianópolis: delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores *In* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

- ROUANET, Sergio. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- SALLUM JR., Brasilio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, jun. 2003, vol.18, no. 52, p.35-55.

- SALOMON, Marlon. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII *In* BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

- _____. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política.** Curitiba, n. 16, 2001. Disponível em www.scielo.br.

- SANTOS, Cristina Silveira Ulysséa. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional**. Florianópolis, 1993. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

- _____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2004.

- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

- _____. **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica**. Florianópolis: Editora da UFSC/FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA EDIÇÕES Edições, 2000.

- SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

- SCHWARZ, Roberto. As idéia fora do lugar *In* **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades e 34, 2000.

- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1997.

- SELL, Ana Paula Rupp Hamms. **Tecnópolis: condicionantes sociais na implantação de um modelo técnico-científico de desenvolvimento para a Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1995. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

- SIEBERT, Itamar. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX *In* BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

- SILVA, Jorge E.; TEIXEIRA, José Paulo (orgs.). **O futuro da cidade: a discussão política do Plano Diretor**. Florianópolis: Instituo Cidade Futura, 1999.

- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense & CEBRAP, 1976.

- SIQUEIRA, Marina Toneli; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Pobreza urbana: as populações do Maciço Central de Florianópolis.** Relatório final das atividades desenvolvidas pela bolsista PIBIC/Cnpq durante agosto 2003/agosto 2004. UFSC, Florianópolis, 2004.

- SIQUEIRA, Marina Toneli; PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Diagnóstico sócio-espacial do maciço central de Florianópolis: processo de ocupação no Maciço Central de Florianópolis e confrontamento com a legislação urbanística.** Relatório final das atividades desenvolvidas pela bolsista DAEX/UFSC durante fevereiro 2003/agosto 2003. UFSC, Florianópolis, 2003.

- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, 2000.

- SMITH, Neil. New globalism, New Urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, p. 427-450, 2002.

- SOARES, Doralécio. **Folclore catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

- SOUZA**,** Sara Regina. **A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: séculos XVIII e XIX**. Florianopolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

- SOUZA, Antonio Alvarez. **El ócio turístico en las sociedades industriales avanzadas**. Barcelona: BOSCH, 1994.

- STROETER, Joao Carlos Rodolpho. **Arquitetura: imagem, reflexos**. São Paulo, 1989. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

- SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a via de contorno norte-ilha**. São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP.

- SZMRECSANYI, Maria Irene. A americanização da cidade brasileira: a substituição de modelos urbanísticos em São Paulo no século XX. **Procedings of the XIII International Economic History Congress**, Buenos Aires, 2003.

- _____.Uma pós-modernidade secular? **Desígnios**, São Paulo, n. 1, p. 23-32, março 2004.

- _____. A praça é do povo? Estado, liberalismo e modernização do espaço público urbano no Brasil (1822-1945). **Desígnios**, São Paulo, n. 6, p. 123-142, setembro 2006.

- TAFURI, Manfredo. **Projecto e utopia: arquitetura e desenvolvimento do capitalismo**. Lisboa : Presenca, 1985.

- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: SESC: Studio Nobel, 2001.

- VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos***.* Petrópolis: Vozes, 2000a.

- _____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". *In*: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos***.* Petrópolis: Vozes, 2000a.

- VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

- VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein (2003). A cultura na revitalização urbana: espetáculo ou participação? **Espaços & Debates**, São Paulo, n. 43-44, p.129-140, 2003.

- VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis: espaço público do ritual**. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Catarinense de Cultura Edições, 1991.

- _____. Espaços públicos urbanos *In* PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

- VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC/Fundação Catarinense de Cultura Edições, 1993.

- VEIGA, Eliane Veras da; PACHECO, Joel & TEIXEIRA, Maria de Fátima. **Ribeirão da Ilha: patrimônio histórico e arquitetônico**. Florianópolis, 1983. Trabalho de conclusão de curso. Centro Tecnológico – Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFSC.

- VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

- VENTURI, Robert, SCOTT BROWN, Denise; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

- VIEIRA, Sheila. **A indústria de alta tecnologia em Florianópolis**. Florianópolis, 1995. Dissertação (mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC.

- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

- WAGNER, Ana Paula. Uma vida em comum: africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro *In* BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Favero (orgs.). **História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2004.

- WEFFORT, Francisco. Prefácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

- WOLFF, Doris de Souza. **Avaliação de empreendimentos imobiliários a partir do ecodesign: estudo de caso – Jurerê Internacional**. Florianópolis, 2004. Dissertação (mestrado). Centro Tecnológico – UFSC.

- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996.

- _____. Aprendendo com Disney World. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 43-44, p. 11-27, jan/dez 2003.

SITES CONSULTADOS

- AJIN – Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional. Disponível do site www.ajin.org.br.

- DIÁRIO CATARINENSE (jornal). Disponível em www.dc.clicrbs.com.br

- FOLHA DE SÃO PAULO (jornal). Disponível em www.folha.uol.com.br.

- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Disponível em www.sc.gov.br.

- HABITASUL - Disponível em www.habitasul.com.br.

- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br.

- JURERÊ INTERNACIONAL. Disponível em www.jurere.com.br.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em www.pmf.sc.gov.br.

- VEJA (revista). Disponível em www.vejaonline.abril.com.br.

- VITRUVIUS. Disponível em www.vitruvius.com.br.